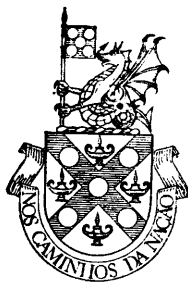

NAÇÃO E DEFESA



ANO XIII — N.º 47 — JULHO - SETEMBRO DE 1988
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL—PORTUGAL

DIRECTOR

General PELÁGIO MANUEL DE ABREU CASTELO BRANCO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

**Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Major Antunes de Sousa (Secretário).**

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
O ESPAÇO DAS NAÇÕES — PANORAMA PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	11
<i>José Lopes Alves</i>	
PORTUGAL PIONEIRO UNIVERSAL EM ESTRATÉGIA MARÍTIMA E NAVAL	37
<i>Virgílio de Carvalho</i>	
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS COMUNIDADES EUROPEIAS	53
<i>Alberto Ruano Bastos Raposo</i>	
POPULAÇÃO E ALIMENTOS. O PRESENTE E O FUTURO PRÓXIMO	73
<i>José E. Mendes Ferrão</i>	
ALGUNS ASPECTOS DA CRISE DO MÉDIO ORIENTE	103
<i>L. Gonzaga Ferreira</i>	
AS RELAÇÕES ESTE-OESTE E O CONTROLO DE ARMAMENTOS	151
<i>Sérgio Carrilho Pinto</i>	
A DEFESA NO MUNDO	187

EDITORIAL

EDITORIAL

Aquilo que fomos no passado e que recebemos por herança patrimonial, o que os nossos antepassados construíram e que a nós compete melhorar, tudo é a nossa Pátria.

Nós, e a Nação, somos a vivência actual, em projecção ao futuro, dessa Pátria que o tempo não dilui e da qual brota uma História que nos influencia e um espaço geográfico por nós determinado. Valores estes que haveremos de desenvolver tendo em vista aquele futuro que não será nosso em exclusivo, mas pertença da própria Humanidade.

Nação é a Pátria viva da qual recebe identidade.

Pátria que não se repete, já que os fenómenos e o quotidiano são, sempre, diferentes e a Nação se comporta, no tempo, de modo algo diverso.

O Mundo aritmético de outrora, qual somatório de povos quantas vezes ditos Nações, vivêmo-lo hoje de forma acrescentada e passou a funcionar por sinergia de nacionalidades, em processo internacionalizante que caminha, inexoravelmente, em direcção ao concreto do universal humano.

Por isso a concertação internacional que nos acolhe, resultante da gestão das dependências, no contexto dos múltiplos inter-relacionamentos em que nos movemos, só terá nexos se universalizante.

O facto internacional, de expressão compreensível num porvir de mundialização cada vez mais conseguida, traduzirá um estádio intermédio, indispensável como matriz, mas sempre a partir de um real que são as diversas entidades nacionais.

Neste cenário, unicamente um espírito nacional verdadeiro, sentido, patriótico, servirá ao que se pretende afirmar universalizante entre os demais

Pode e deve ser-se nacionalista no internacionalismo, se se acreditar, com autenticidade reconhecida, na capacidade de dar aos outros um exemplo nacional que mereça ser seguido, desde que esse exemplo represente modelo de utilidade e de um Bem que contemple a universalidade humana, em oposição a um pretensão Melhor, normalmente imposto e egoisticamente nacionalizante.

Um tal modelo será, pelo menos, característica distintiva das Nações que, na sua História, viveram as experiências, os entendimentos e os contrastes das civilizações e dos povos que contactaram.

Será próprio daqueles que, tendo entendido tudo isto, que é o Homem, conseguiram harmonizar os contrários e os opostos, em convívio universalizante mas respeitador das diferenças, entusiasmando e motivando os outros, pela razão que não pela força, a tornarem-se eles próprios melhores e mais válidos, para o Bem da Humanidade.

Sempre assim foi e continua a ser.

E só estará ao alcance de quem, sentindo-se nacionalista verdadeiro, tenha por fé que ao seu nacionalismo, como exemplo e modelo, é intrínseco algo de bom para os homens, independentemente das coordenadas geográficas onde estejam.

Nacionalista por sentimento que se indentifique como livre e eticamente bem formado, pronto a doar-se por solidariedade, ofertando aos outros os valores duradouros e permanentes que enformem a sua História e conformem uma ideia, emitida por séculos, daquilo que, sendo benéfico para si e para os seus, também o será à escala universal.

Homem de formação ética insuspeita, mas provavelmente acusado de passadismo, numa sociedade hedonista que desconfie do altruísmo da doação, sem contrapartida, de um saber experimentado e superior.

Quiçá tido por místico no seio de uma sociedade que não compreenda a existência e plausibilidade de um conhecimento susceptível de tornar o Homem mais humano; ou que rejeite uma visão nacional, cristã naturalmente, de um melhor Mundo para todos, normalizado em função do que as partes produzirem e oferecerem como excelente.

Cidadão a sobressair dos nacionais, ao proclamar que a experiência da Nação, na plenitude da respectiva identidade, constitui um contributo positivo

para o Homem, mas correndo talvez o risco de ser apodado de chauvinista, se a sua mensagem de utilidade universal não for correctamente descodificada.

Mensagem de um nacionalismo antimito e não-xenófobo que reforce sinergicamente, por exemplar, um sentido de universalidade na convivência internacional, observada a primazia da diversidade político-cultural, secularmente apreendida e praticada pela Pátria de onde emana.

O ESPAÇO DAS NAÇÕES
— PANORAMA PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL —

José Lopes Alves

O ESPAÇO DAS NAÇÕES
— PANORAMA PÓS - SEGUNDA GUERRA MUNDIAL —

SUMÁRIO

I — *Introdução histórica*

II — *O conceito de espaço no pós-guerra*

III — *Considerações parcelares*

- a) *O espaço dos Estados Unidos*
- b) *O espaço da União Soviética*
- c) *Os espaços do Reino Unido e da França*
- d) *O moderno espaço da Alemanha*
- e) *O espaço do Japão*
- f) *O espaço da República Popular da China*

IV — *A convergência dos espaços*

V — *Os espaços no Pacífico*

VI — *«Requiem» pelo espaço Americano?*

VII — *Algumas conclusões*

1. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Foram os nacionais-socialistas alemães, tendo à sua frente a figura carismática de Adolfo Hitler, que exaltaram, robusteceram e projectaram, entre o início dos anos vinte e o termo da Segunda Guerra Mundial, em 1945, mas, fundamentalmente, entre os anos de 1933 e de 1942, o conceito de espaço nacional— o então designado «*espaço vital*» (*lebensraum*), tornando-o por outro lado «maldito» pelos estudiosos da Geopolítica e pelos que, mais ou menos directamente, tiveram de arrostar com os efeitos decorrentes da tentativa da sua execução.

Não foi, no entanto, originado só por um homem ou por uma organização, nem mesmo foi instantâneo, o aparecimento do conceito; pensadores, filósofos e homens de Estado, quer civis, quer militares, entre os quais se podem destacar Ratzel, Kjellen, Haushoffer, Ludendorff e Haeckel, contribuíram voluntária ou involuntariamente para a formação da sua teoria cujos efeitos se tornariam desastrosos não só para a Alemanha mas, também, para as restantes potências principais do Eixo, a Itália e o Japão.

A reivindicação do «espaço vital» constituía de facto o ponto terceiro do programa do Partido Nacional-Socialista, alargando-se concretamente a três vectores especificamente tratados no mesmo programa:

- «espaço vital» para extensão do território da Alemanha a determinadas áreas vizinhas, em especial da Europa Oriental, consideradas na sua zona de influência;
- «espaço vital» para a produção de bens agrícolas e industriais indispensáveis à manutenção de todas as populações alemãs, consideradas a «raça superior»;
- «espaço vital» para repovoamento com populações alemãs excedentes do solo alemão e expurgadas de influências genéticas alheias, em especial de populações judias.

Era este o sonho duma Grande Alemanha que, como reza a História, tomaria seis anos da vida da Humanidade na perpetração de arbitrariedades de todos os tipos e de todos os domínios que originariam muitos milhões de vítimas e cuja execução iria abranger acções de estratégia directa e indirecta com características gerais, na verdade muito exacerbadas, de:

- violência, entre Estados e entre Sociedades;
- racismo;

— anticomunismo, este como oposição global e oposição ao Estado Soviético que albergava o marxismo-leninismo e o apoiava por toda a parte.

A imposição política, associada ao vector militar, constituiria o ingrediente natural principal para a cimentação da teoria nos extensos espaços europeus e para a construção da sua influência em todas as áreas do Globo tidas por fundamentais, explorando-se ainda as motivações ideológica e religiosa na medida em que favorecessem ou desfavorecessem em determinado momento as directivas políticas ou estratégicas traçadas. Visava-se obter um conjunto territorial e social cujas dimensões, acompanhando Max Weber, deveriam «ser determinadas pelo carácter subordinativo das relações entre pessoas e grupos» o que implicava, portanto, «fenómenos de dominação racional, tradicional ou carismática».

A política da Nova Ordem da Alemanha afirmava, deste modo, o seu direito de conquista em nome das necessidades de ordem económica.

Conceitualmente, o *espaço nacional* surge, portanto, como englobante final dum espaço social e económico concreto sobreposto aos espaços geográfico, político e estratégico que lhe servem de esteio.

O *espaço geográfico* constitui de facto a base em que todos os outros espaços assentam; o *espaço económico*, mais influente em dado momento que todos os outros, «abrange em abstracto o conjunto nacional ou supra-nacional das relações de interesse para a economia em causa», nele se ligando e interpenetrando as teorias da localização, do multiplicador inter-regional ou internacional e do desenvolvimento regional.

Todavia, a teoria do espaço económico incluída na mística hitleriana de espaço apresentava uma ideia de *evolução* cuja realização se ligava ao termo, admitido vitorioso para o Eixo, da Segunda Guerra Mundial que desencadeara.

Foram o pensador Kuske, com os seus *complexos parciais*, e os pensadores Wegemann e Hunke, estes criadores do *complexo total*, que expuseram o sentido dessa ideia, apontando a inviabilidade da inteira independência económica dos Estados e a conseqüente necessidade de, terminada a guerra, se constituírem complexos económicos dirigidos pelas Nações vencedoras, isto é, pelas que se tivessem afirmado como mais fortes.

Mas seriam as Nações do Bloco Aliado — os Estados Unidos, nomeadamente, o Reino Unido e a França, estas com o auxílio daquela — que iriam realizar efectivamente a referida *evolução*, seguindo-se-lhes muito mais tarde os países vencidos — também com largo apoio do seu ex-adversário americano.

2. O CONCEITO DE ESPAÇO NO PÓS-GUERRA

Como o próprio Estado Alemão demonstrou com as suas intervenções preliminares da Segunda Guerra Mundial, um espaço reputado necessário às populações duma Nação para expressão das suas «admitidas» qualidades, para instalação ou imposição de meios de pessoal e de material disponíveis ou para prover a necessidades particulares ou colectivas de defesa pode hoje *ser construído* pela utilização de acções directas e indirectas de todos os domínios, mas em que a característica de violência generalizada seja afastada.

Verifica-se, de facto, conjugando o contexto daquelas intervenções com o das que a prática ulterior vem apontando, que essa construção abrange nos tempos actuais as *modalidades* seguintes:

- ocupação territorial, recorrendo ou não a violência, mas esta sempre limitada;
- acção política;
- acção (expansão) económica;
- acção (expansão) ideológica.

Para além da primeira modalidade, de que a movimentação de agentes é característica, é subjacente a qualquer das restantes a possibilidade da sua materialização pelo recurso à instalação de populações próprias ou afectas nas áreas em causa.

A primeira modalidade está, no entanto, praticamente fora de moda, mesmo entre os países do denominado Terceiro Mundo. A sua utilização estará no entanto sempre ao alcance de Estados que por falha das outras ou incapacidades da sua montagem não vislumbrem, tendo meios de força, outra alternativa, formando-se então um «*quisto*» inter-Nações que estas têm de tratar ou, mais radicalmente, de extirpar.

As três últimas modalidades são hoje, portanto, as que se apresentam mais adequadas à realização dum espaço nacional e à assunção das suas finalidades.

Deste modo, Hitler terá sido o último governante duma grande Nação que, dando corpo às ideias de muitos milhões de alemães, utilizou a violência global para concretizar a teoria de Ratzel segundo a qual «o homem tem necessidade de abranger território suficiente para a completa e perfeita efectivação dum espaço político forte e respeitado», propalando ao mesmo tempo a «superioridade da raça alemã e da Alemanha».

Utilizando para isso eficiente e dedicado Estado-Maior, dividiu esse grande objectivo nacional em vários objectivos políticos e estratégicos parcelares e lançou-se avidamente sobre eles em operações de guerra ou em simples manifestações de força mais ou menos espectaculares que confundiram de início os seus opositores e a que deram indispensável apoio outros alemães já instalados nos territórios visados e elementos «quinta-colonistas» dos respectivos países.

Foram assim ocupados mais ou menos pacificamente os territórios do Ruhr, do País dos Sudetas, na Checoslováquia, e da Áustria e, então já em guerra declarada, da Polónia... E a tentativa imediata, que afinal se revelou infrutífera, de ocupar as extensas regiões do trigo e do petróleo da União Soviética foi a última manifestação dessa política de ressurgimento da Alemanha em detrimento de terceiros países que fora visada.

Desde então, na realidade, o *equilíbrio dissuasor* estabelecido com meios próprios ou de terceiros países e as *alianças* bilaterais ou multilaterais firmadas tornaram tal prática inoperante à escala global, só sendo imaginável no reajustamento local de áreas limitadas em que sejam litigantes pequenos países, isto é, países sem dimensão capaz de perturbar instantaneamente o, ainda que permanentemente instável, equilíbrio internacional.

Assim, o contexto da teoria alemã de *espaço* continuou a ser efectivamente explorado por muitas potências na mira de, permanentemente:

- se projectarem economicamente no Mundo do pós-guerra;
- se defenderem e aos seus eventuais aliados no «espaço realizado»;
- se imporem ideologicamente;
- se oporem a ideologia ou ideologias contrárias, suas ou do conjunto político e estratégico em que se encontrem integrados.

Foi-se desenvolvendo afinal, fora e dentro da Alemanha, a aplicação das teorias dos complexos já referidas relativas à reestruturação sócio-político-económica do Globo no período a seguir à Segunda Guerra Mundial.

Os casos mais determinantes dessa aplicação bem como o seu relacionamento e a sua comparação possíveis merecem tratamento específico.

3. CONSIDERAÇÕES PARCELARES

a. *O espaço dos Estados Unidos*

Não tendo sentido os efeitos do conflito no seu próprio território, o que, na realidade, veio a constituir indiscutível vantagem não só para o país mas, pela influência determinante nas possibilidades de recuperação, também para os seus aliados, os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial como potência muito destacada alicerçada num poderio material e anímico que ofuscava o de todos os Estados. «O Tio Sam governava o Mundo ainda que o Velho Ocidente, fundamentalmente os países europeus, não desejasse a nova dominação surgida», realizando conjuntamente e pela primeira vez as teorias geopolíticas de Mackinder — na sua forma dos anos quarenta — e de Spykman e contrapondo-se ainda, quanto à primeira, à expressão livre do «heartland», o território nuclear russo, que aquele geógrafo imaginara nos princípios dos anos vinte.

Efectivamente, como afirma conhecido comentarista, a Nação americana «impunha-se em Londres com o mesmo à vontade com que o fazia na sua própria capital, em Washington»; e, com relativa excepção da França já então empenhada em singrar com certa independência, todos os outros vencedores do conflito curvavam-se reverentes e silenciosos perante o seu pujante potencial.

A situação interna dos países era na realidade muito diferente. «Dois terços do ouro mundial encontravam-se nos cofres americanos e acumulavam-se no território do país todas as armas atómicas até então existentes e as infra-estruturas mais avançadas capazes de as produzirem»; por toda a parte, desde a Europa Central ao oceano Pacífico, incluindo os países da bacia mediterrânica, do Médio Oriente e da Ásia, havia a claudicação de todas ou de quase todas as estruturas económicas, sociais e humanas, a destruição, o caos, a fome de alimentos e a falta de ideias para sobreviver; o «Século Americano» despontava, portanto, num panorama geopolítico e geoestratégico global que era desolador.

O quadro apresentava-se, porém, ainda mais carregado. Das imensas planícies russas começava nova cavalgada da ideologia marxista-leninista,

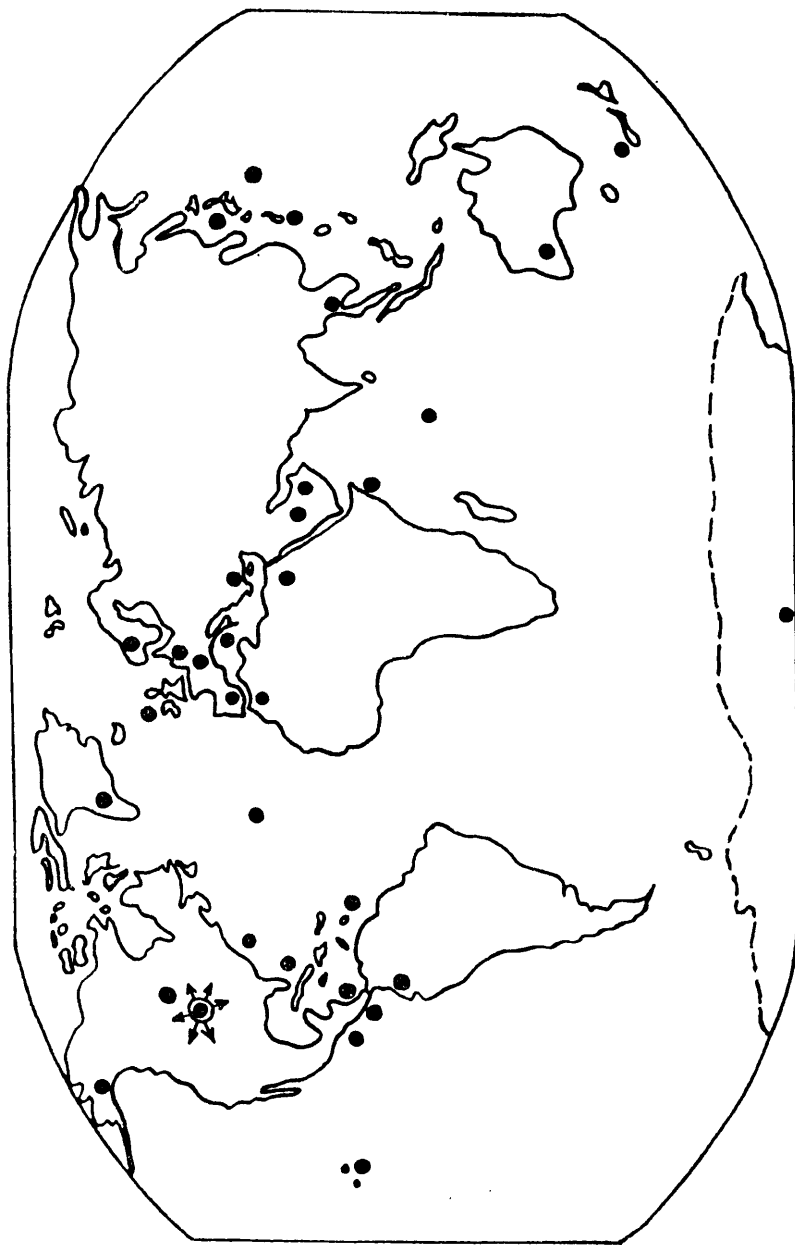


Fig. 1 — ESQUEMA GERAL DOS PRINCIPAIS PONTOS DE APOIO DO ESPAÇO DOS ESTADOS UNIDOS
(De um conjunto de 374 bases, com efectivos entre 60 e 260 000 homens, num total de 600 000).

já então alongada para as fronteiras dos países satélites europeus, visando aproveitar o descalabro geral para se expandir e dar corpo ao imaginado Império Comunista; manifestavam-se já em muitos outros países *núcleos de apoio* às linhas de força soviéticas, muitos deles nascidos de estruturas operacionais e políticas de Movimentos de Resistência constituídos durante a luta.

Paralelamente ao americano, um vigoroso «Século Soviético» parecia encetar igualmente uma caminhada proveitosa.

Era de facto sobre este Mundo em ruínas e de antagonismos que pairava enorme e desinibida, embora chorando os seus muitos milhares de mortos e de incapacitados, a altiva Águia Americana que nele reconhecia recordações de recentes glórias a par de evidentes sinais de perigo.

Impunha-se-lhe, portanto, agir de imediato e em todas as frentes sobre o crescente desequilíbrio estabelecido — extremamente prejudicial também para a segurança e para a continuidade da própria superpotência — lançando larga mão das duas possibilidades que a recuperação mais exigia: o *dinheiro amealhado* no seu território e o prosseguimento da presença dos seus *militares* e dos seus *técnicos* em todas as áreas do Globo política e estrategicamente vulneráveis à activa e latente ameaça de Leste.

Deste modo, por razões humanitárias, de projecção económica e política e, globalmente, de defesa do seu todo nacional em todos os Quadrantes, o país sentiu necessidade de obter um espaço nacional alargado e de nele constituir e impor uma forte e saliente Zona de Potencial.

E realizou efectivamente com persistência e muito labor essa extensão indispensável.

A construção -do espaço americano constituiu assim uma decorrência natural e directa da Segunda Guerra Mundial, tendo vindo a ser mantido desde então, ainda que com muitas dificuldades — recorde-se o Vietname até 1972 e a Líbia em 1985 — com recurso a modalidades de pressão indirecta e directa de todos os domínios, de ameaça declarada e de acção militar limitada; e é imensa, como é conhecido, a estrutura estatal americana de todos os sectores que alimenta e faz viver hoje todo esse espaço.

b. *O espaço da União Soviética*

Também um dos países vencedores da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética saiu, no entanto, do conflito muito macerada nas suas populações,

nas suas cidades e aldeias e na generalidade das suas estruturas económicas e industriais mas com uma massa de efectivos militares experiente, aguerrida e impregnada da ideologia marxista-leninista tão receada na totalidade dos países do Ocidente. E foram este enorme potencial militar, a persistência daquela ideologia, as muitas e diversificadas possibilidades do seu extenso território e os dilatados limites a que pôde chegar no conflito que, apesar do conjunto desmesurado dos danos sofridos, a guindaram de imediato à posição de superpotência mundial em paralelo com os Estados Unidos.

Não existia, porém, ainda nos seus arsenais a arma atômica — o que só se verificaria dez anos mais tarde — mas o carácter revolucionário do marxismo-leninismo, a força imprimida à sua expansão e a imbricação político-militar das suas volumosas forças haviam-na caracterizado, muito antes do termo da guerra, como *adversário* a considerar.

Nesta situação, aproveitando a sua posição de força do pós-guerra — que desenvolveu também, aliás, com o auxílio do grande aliado americano —, de sejeando firmemente realizar os seus Objectivos Nacionais, os presentes e os ancestrais, e estabelecer paralelamente, pronta a funcionar, a defesa eficiente de todo o complexo que constituía o seu mundo, o país lançou-se na construção efectiva do espaço nacional que idealizava com todos os meios, os de força e outros, disponíveis numa simbiose de comportamento clássico-revolucionário seguido e explorado no tempo e no espaço que mais lhe convinham.

Esse também enorme *espaço* chegou particularmente incólume aos nossos dias, exibindo uma característica de estruturação particular que não se encontrou jamais na estruturação do espaço dos Estados Unidos nem no de qualquer dos seus aliados, ou seja, a *ideologia* cimentadora, materializada em muitas capitais e áreas do Globo, como se referiu, por núcleos de observação e de apoio de civis e militares e com afirmação e projecção muito mais activas, mas geralmente indirectas, que a dos pontos e bases de apoio americanos — como é conhecido, eles comandam permanentemente governos, influenciam estruturas e mentalizam populações, prestando a Moscovo a melhor colaboração.

No âmbito interno da União, a existência e o aproveitamento da ideologia permitiu-lhe atingir nível de aparente coesão que os países do Ocidente ainda não puderam igualar. E, como a NATO em relação ao espaço dos Estados Unidos, o Pacto de Varsóvia foi o seu elemento de consolidação e

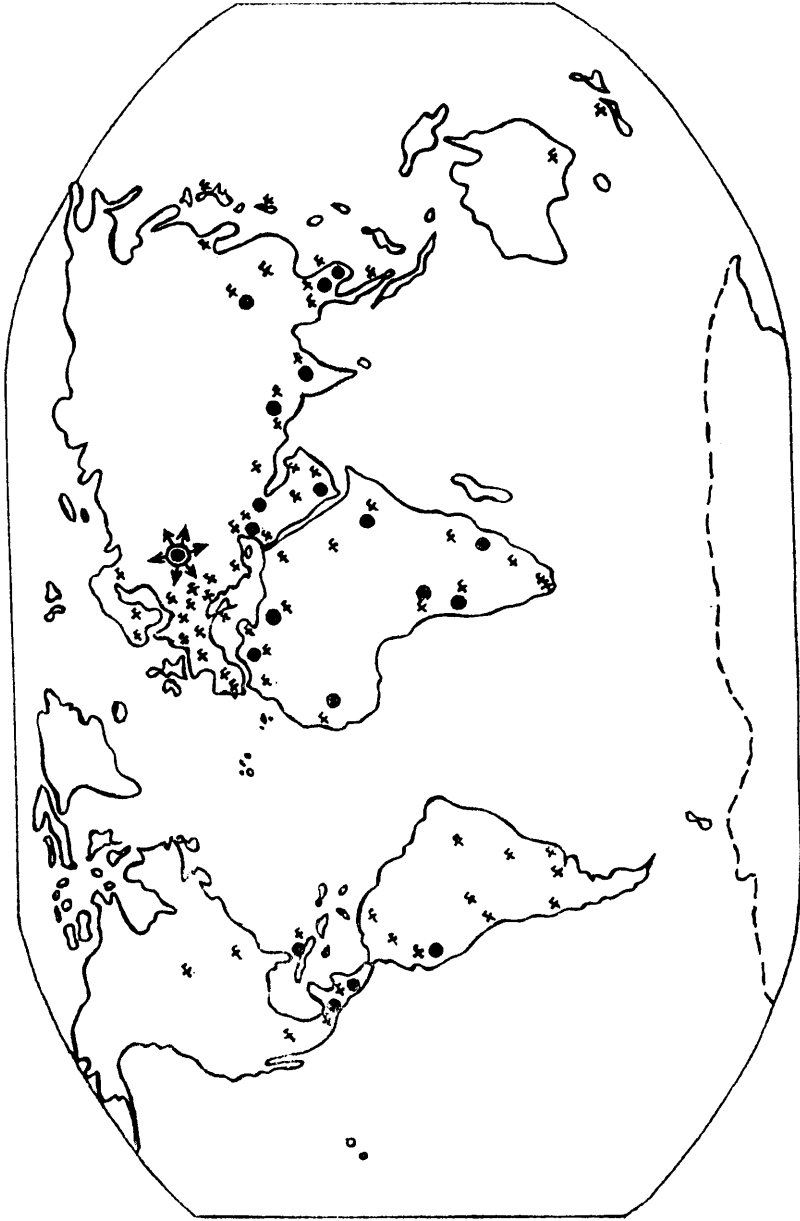


Fig. 2 — ESQUEMA GERAL DOS PRINCIPAIS PONTOS DE APOIO DO ESPAÇO DA URSS E DA LOCALIZAÇÃO DOS PARTIDOS COMUNISTAS E AFINS
1) Pontos de Apoio (●) — Efectivos entre 50 e 120 000 homens num total de 205 000.
2) Partidos (F) — De um total de 106.

de realização no tempo de todas aquelas finalidades, destacando-se até princípios de 1986 o seu carácter hermético e duro ainda que com laivos de aligeiramento global ou local quando os interesses do país o têm exigido.

A partir de tal data, todavia, não podendo continuar imune à evolução, facilmente constatável, de países, de Estados e, fundamentalmente, de mentalidades, nomeadamente de muitas que o vêm servindo mais ou menos fielmente durante os últimos quarenta e cinco anos, o Império Soviético começou a apresentar fracturas nos âmbitos interno e externo, culminando nos primeiros meses daquele ano com a proclamação da «abertura» e da decorrente e consequente «reestruturação» feita por Mikhail Gorbachev.

É lógico pensar por tudo isto que o actual espaço Soviético já não apresenta a textura de dois ou três anos atrás e que em futuro muito próximo verá substancialmente reduzidas as suas actuais dimensões.

c. Os espaços do Reino Unido e da França

A similitude das características que definem os dois espaços nacionais levam-nos a considerá-los conjuntamente.

Igualmente vencedores da Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido e a França terminaram o conflito com extensas e profundas feridas às quais iriam juntar-se nos anos a seguir as decorrentes da libertação e independência das suas colónias e domínios africanos e asiáticos. Na realidade, este último factor conduziu em termos territoriais e humanos e outros consequentes a acentuado grau de redução das dimensões e da influência internacional do respectivo Conjunto.

Não sobreveio, porém, nestes processos adormecimento de qualquer natureza. Pôde assistir-se logo a seguir ao revigoramento do *espaço* de cada país alicerçado na consciência da respectiva história, na capacidade de trabalho das suas populações, no auxílio e cooperação resultantes da aplicação do Plano Marshall e na imediata adaptação orgânica, política e económica à situação que passou a existir após a separação dos seus ex-territórios de Além-Mar; produziu-se, além disso, a materialização da sua vitória sobre os países do Eixo pela ocupação de áreas no território da Alemanha, de início para imposição e fiscalização do cumprimento das cláusulas do

tratado de Paz e, cerca de uma dezena de anos depois, por meados da década de cinquenta, como membros da Aliança Atlântica então na realização das normas e do dispositivo de defesa comum face a Leste.

A política dos dois países relativamente aos antigos domínios, extraordinariamente excitados pelo sopro do apelidados «*ventos da história*», orientou-se, após naturais agitações internas, divergências e períodos de instabilidade, em especial na França, para o estabelecimento imediato de novos laços de ordem política, económica e militar através dos quais o antigo dominador procurou tirar o melhor proveito das linhas de acção que então se apresentavam.

Desde então, os sucessivos governos dos dois países têm pugnado, indo mesmo até à violência limitada necessária, pela manutenção e consolidação do novo espaço em que cada um deles procura viver e se engrandecer.

A determinação e a consciência efectiva desta política pode ser exemplificada pelo casos seguintes de intervenção militar activa na defesa do «status quo» estabelecido por acordo na respectiva Comunidade:

- acção armada do Reino Unido nas Ilhas Malvinas ou Falklands, em 1982, contra reivindicações territoriais da Argentina;
- sucessivas acções de força do Corpo Especial de Intervenção da França nos territórios dos seus antigos domínios, a pedido dos governos respectivos, como no Chade.

d. *O moderno espaço da Alemanha*

País finalmente vencido com todas as *penalidades* que o facto comportou, a Alemanha viu no termo da guerra o seu território retalhado e ocupado pelas potências vencedoras e cair assim pela base o «espaço vital» que sonhara e pelo qual se empenhou com todos os seus meios de força e dos países seguidores e com todos os factores de todos os domínios em que esse potencial se firmava.

Todavia, as reais qualidades de trabalho e de organização da generalidade do seu Povo, o auxílio recebido ao abrigo do Plano Marshall e certo grau de aligeiramento no cômputo inicial das indemnizações de guerra exigidas pelos Aliados congregaram-se de tal modo que a sua situação económica se encontrava em avançado estado de recuperação, excedendo mesmo a dos

países vencedores, meia dúzia de anos após o termo do conflito. Foi o «milagre económico alemão» no território da República Federal.

Acompanhando este aturado desenvolvimento económico, não tardaria a vir também ao de cima a sua elevada relevância política e militar no centro da Europa, tornada aliás necessária à expressão da força da Aliança Atlântica pela instabilidade das instituições internas da França e das suas manifestações. É então admitida em 1955 como seu membro de pleno direito e constituiu algum tempo depois o seu elemento mais forte depois dos Estados Unidos.

Assim, naturalmente, o país retoma a preponderância entre as Nações da Europa e do Mundo a que chegara nos anos trinta e, sempre atento à necessidade de evolução da Organização, da Técnica e da Cultura imposta pelo pós-guerra, procura recuperar o espaço que naquele período lhe correspondia. E conseguiu-o, efectivamente, prosseguindo hoje o seu caminho na via da euforia que os seus vizinhos europeus sempre receberam, admitindo mesmo alguns que, escudada nesse progresso, poderá estar de regresso a sua mentalidade *perturbadora continental* histórica que por vezes tem manifestado enquanto outros se inclinam para a credibilidade na sua mudança de comportamento após quarenta anos de vida pacífica e cooperante efectiva com as demais Nações.

Não é fácil, como se conhece, penetrar, mesmo cautelosamente, no futuro do equilíbrio do Globo. Os factores geopolíticos e geoestratégicos dos diversos países e alianças podem conduzir, ainda que analogamente estudadas e interpretadas, às conclusões e às decisões políticas e estratégicas mais variadas, principalmente se os Estados resolverem, *patrioticamente*, dar projecção a elementos conscientemente errados que lhes pareçam influentes e importantes.

No caso em apreço, todavia, para além da tentativa de reunião das duas Alemanhas que as contingências da guerra e da política separaram e pela qual suspira a generalidade dos alemães, há que admitir que deverá continuar a pôr-se ao Povo Alemão a necessidade de espaço adequado à expressão das suas possibilidades em todos os domínios.

Será desejável, porém que essa expansão continue a enveredar por vias pacíficas, como nas últimas décadas, no respeito indispensável dos anseios

e objectivos das outras Nações e, conseqüentemente, da estabilidade internacional.

e. O espaço do Japão

O Japão foi outro dos grandes vencidos da Segunda Guerra Mundial, tendo-lhe sido negado, à custa de muitas baixas e danos materiais sofridos por todos os contendores, o *espaço* que sonhara obter também pela violência.

Veio a verificar-se, todavia, que conseguiria realizar nos tempos actuais, e apenas pela via económica e financeira, esse mesmo espaço, tirando partido simplesmente da capacidade de trabalho e de organização das suas populações, da sua habilidade natural, da sua disciplina, da sua frugalidade e da harmonia social implantada no seu território, a ponto de se poder falar modernamente também dum autêntico Império Japonês alargado a todos os cantos do Mundo, desde o Pólo Norte ao Pólo Sul.

Na realidade, o exíguo espaço físico do país expandiu-se de modo firme após ter atingido adequado nível de desenvolvimento interno, criando no exterior núcleos das suas principais empresas nacionais, montando outras de raiz, participando ainda noutras que julga rentáveis, emprestando técnicas e fazendo circular velozmente os seus agentes e os seus produtos. A sua «*diáspora*» abrange acções em grande escala, criando interesses e mercados dependentes, «como aliás fizeram a Inglaterra na segunda metade do século XIX e os próprios Estados Unidos até ao início do último quartel deste século XX, pelos anos setenta e cinco.

Esta situação, que também pode rotular-se de «milagrosa» no conjunto económico global, não teve só por fulcro, porém, as características de comportamento positivo das populações japonesas que foram apontadas. Como a sua correspondente da Alemanha, foram também o auxílio financeiro e a cooperação dispensada noutros domínios pela principal potência vencedora, os Estados Unidos, e, ainda, a assunção por esta do encargo total pela defesa global no período crucial a seguir ao conflito que permitiram ao Japão apresentar-se na década de oitenta pujante de força económica e técnica, e ainda em nítida expansão, e disputar àquela grande potência, à República Popular da China e à União Soviética «a bandeira do oceano Pacífico».

Como admitem muitos estudiosos do actual momento económico, parece evidente que a pressão actual do Estado Japonês e das suas organizações nos diversos mercados e capitais do Globo acabará por se estender naturalmente em futuro próximo também a aspectos políticos, influenciando o comportamento de Governos de parceiros ou opositores nas áreas onde se empenha ou a que ainda não pode chegar. Será então, na realidade, um espaço nacional ainda mais determinado e dominador que o actual *construído sem soldados*.

Deve frisar-se que os quase 122,5 milhões de japoneses têm necessidade desse espaço para poderem manter adequado grau de prosperidade. É, porém, também desejável que a ele chegem «como cooperantes e não como adversários dos outros Estados» e, pelo que respeita ao âmbito puramente regional, fundamentalmente ao Pacífico Asiático ou à Ásia do Pacífico, que se batam pela manutenção do equilíbrio suscitado pela positiva evolução também em curso nos países vizinhos — Coreia do Sul inclusive — e que controle a nível interno a natural rebelião das suas juventudes «contra a ética de comportamento, que poderão não compreender em certo momento, dos seus ascendentes».

Gerações jovens prósperas mas esquecidas ou mal orientadas poderão tornar-se *ignidor* fácil de querelas antigas.

f. O espaço da República Popular da China

O despertar, já de certo modo audível, dos 1100 milhões de chineses teve início praticamente com o termo da Guerra Sino-Japonesa em 1945, primeiro sob a influência da doutrina marxista-leninista-maoista imposta por Mao Tsé-Tung e, a seguir, sob a égide de reformistas como Deng Xiaoping, partidários dum socialismo de base capitalista, ou seja, dum socialismo mais aproveitador de alguns benefícios do capitalismo.

O país está assim hoje orientado para a construção dum *espaço* nacional no exterior que terá, no entanto, de ser precedido de adequada reestruturação do seu extenso espaço interior, dando origem a uma situação de elevado interesse também para os países do Ocidente e do Leste da Europa pela expansão acelerada que se verificará localmente e pela influência geopolítica e geoestratégica que exercerá sobre todos os países asiáticos, uma vez que

pretende prosseguir com «a abertura dos seus cinco mil quilómetros de costa ao investimento exterior e à tecnologia que venha a acompanhá-lo».

É certo, deste modo, que em tempo mais dilatado ou mais curto se assistirá ao crescimento do país, «impulsionado por uma geração, a actual, que está ansiosa de prosperidade e por exercer influência».

4. A CONVERGÊNCIA DOS ESPAÇOS

É evidente que a extensão e o comportamento dum determinado espaço nacional muito dependerão do dimensionamento e da atitude de outros espaços interessados na mesma área e das suas características comparadas, ou seja, do valor do potencial relativo que apresentem uns perante os outros.

Em conformidade, a realização dum *espaço de qualquer domínio* — económico, político, de defesa — ou *total* poderá encontrar por parte de outros países:

- acatamento e colaboração, numa posição do dominado de maior ou menor subalternização;
- apenas acatamento, obrigando o dominador a precaver-se face à súbita e eventual movimentação do dominado;
- não acatamento, com aproveitamento pelo dominado de todas as possibilidades para manifestar a sua divergência e, em situação extrema, hostilidade.

A quase generalidade das potências europeias, nomeadamente as da NATO, asiáticas e americanas têm acatado a manifestação do espaço americano em todos os continentes, beneficiando do seu auxílio financeiro, como já vimos, e da dissuasão por ele estabelecida. Alguns casos de oposição ou não seguimento têm, no entanto, surgido, como são os da França, sempre pronta a fazer respeitar na Europa e no Mundo a sua específica vitalidade, da República Popular da China, empenhada há uma dezena de anos no desenvolvimento do seu binário expansão ideológica-abertura ao exterior, da União Indiana, instalada no difícil equilíbrio que decidiu viver entre as duas superpotências, da Argélia, da Líbia e de alguns outros Estados do Médio Oriente e da América Central que seguiram o «*encosto*» à grande potência de Leste e acatando o espaço que lhe corresponde.

Materializam-se neste contexto três grandes *centros de convergência ou de encontro de espaços nacionais* — no Atlântico Norte, no Próximo e Médio Oriente e no oceano Pacífico — e desenham-se três outros em grau variável de afirmação — no Atlântico Sul, no oceano Índico e na Região Antártica.

Os *três primeiros* têm de facto existência real e com destacado peso histórico:

- os do Atlântico Norte e do Pacífico foram sempre via de ligação intercontinental e de acesso a conquistas e, há apenas uma cinquentena de anos, teatro do maior conflito até então eclodido;
- o do Próximo e Médio Oriente, teatro de inúmeros eventos desde o alvorecer dos séculos e no qual nasceram Civilizações, chocaram Impérios e se impuseram Religiões, constitui charneira entre os três continentes.

Os *três últimos centros*, ainda apenas contornos, espelham já todavia o grau de desenvolvimento da respectiva área, sendo diversa a sua situação relativa:

- o do Atlântico Sul, talvez o mais destacado, ir-se-á patenteando mais firmemente à medida que se afirmem os espaços dos países situados ao longo das suas costas — Brasil, Argentina, República Popular de Angola e República da África do Sul;
- o do oceano Índico, do mesmo modo, agora com interesse para a projecção dos espaços dos países da África Oriental, da União Indiana e da Austrália;
- o da Região Antártica, que tem sido desde o princípio do século XX, fundamentalmente, área de penetração visando obter supremacia, não assumiu ainda maior projecção pelas dificuldades naturais de fixação no seu meio físico, pela falta de recursos técnicos adequados para as anular e pela existência noutras áreas do Globo mais acessíveis de algumas das matérias-primas que se sabe encontrarem-se sepultadas no seu interior.

Dedicaremos a seguir mais algumas considerações ao centro de convergência do oceano Pacífico uma vez que aí se destacam hoje potencialidades em acelerada formação e em confronto com outras estabelecidas que levam a apontá-lo como *congregador* certo, em futuro muito próximo, das atenções, cuidados e atitudes de todos os Estados do Globo.

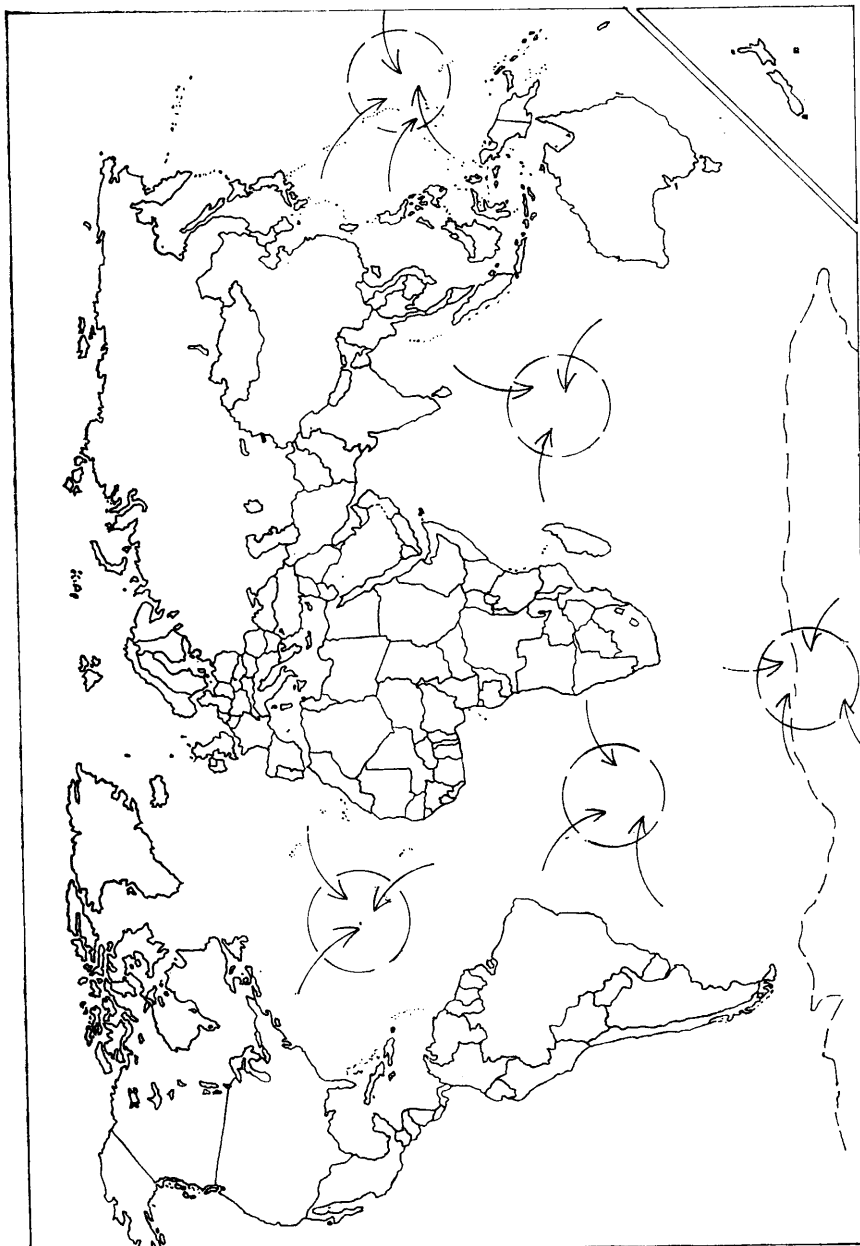


Fig 3 — CENTROS OU ÁREAS DE CONVERGÊNCIA DE ESPAÇOS NACIONAIS

5. OS ESPAÇOS NO PACÍFICO

Na extensa área desta enorme massa líquida polvilhada de ilhas e arquipélagos que é o oceano Pacífico e nos territórios que por leste e oeste o limitam, o predomínio aeronaval das forças dos Estados Unidos confere a este país o título de *potência do mar* enquanto que a União Soviética e a República Popular da China, embora estejam também em condições de accionar localmente consideráveis meios marítimos e aeroespaciais, serão as *potências de terra*.

Dos efectivos das três potências em presença são os correspondentes à República Popular da China os que se apresentam presentemente *mais concentrados* — menores dimensões do território, mais elevada população e inexistência de missões de ocupação a nível global — e, consequentemente, os que se encontram em condições de empenhamento em prazo mais curto. A relação Força/Tempo ser-lhe-á assim aparentemente favorável nos períodos iniciais dum eventual conflito, mas irá sucessivamente diminuindo à medida que as duas outras potências possam reforçar e desencadear, aligeiradas de responsabilidades noutras áreas, os seus mecanismos de intervenção.

No quadro das *possibilidades e do comportamento actuais* das principais potências da área poderá afirmar-se que a União Soviética se encontra, como por toda a parte, em *reestruturação*, que a República Popular da China, o Japão e a Coreia do Sul estão em *expansão* e que os Estados Unidos, mantendo-se no anterior grau de potencial, se encaminham para uma relativa *regressão*, surgindo como perspectivas particulares de conjunto em futuro próximo «o salto do real crescimento económico da Coreia do Sul para a sua liderança económica na área» e o incremento no domínio económico do Japão a níveis também local e global.

Estará assim em curso, portanto, no Pacífico, uma luta de influências entre a República Popular da China, a Coreia do Sul e o Japão e a transferência do domínio que os Estados Unidos aí vêm exercendo para uma potência asiática, sendo aliás esta situação última de muito agrado para todas as Nações locais.

Todavia tal evolução da situação levará, admite-se, ainda o seu tempo, dado que o esteio militar dos poderios económicos, indispensável na presente

conjuntura para dissuadir, não assumiu até este momento níveis adequados, a não ser que:

- os Estados Unidos decidam retirar de imediato as suas forças para diminuir os actuais encargos
- ou sofram brusco colapso no seu mercado interno.

Se qualquer destes casos se produzir, acelerar-se-á então, sem dúvida, a luta pelo predomínio local com consequências imediatas e a longo prazo de prognóstico difícil.

6. «REQUIEM» PELO ESPAÇO AMERICANO?

Admitem alguns teóricos, face ao panorama apresentado, que todo o enorme e bem organizado espaço nacional dos Estados Unidos se encontra hoje, efectivamente, decorridos mais de quarenta anos sobre a sua formação, a sofrer ou prestes a sofrer de nítidos *entraves* de todos os domínios que limitam ou dificultam a sua expressão, ainda que continue a ser muito volumosa a sua armadura económica e militar na maior parte das áreas de interesse e sejam as mesmas as suas dimensões.

Enunciam-se, particularmente, entre esses entraves:

- reais insuficiências de ordem económica e financeira a nível interno;
- ascensão natural de outras potências, porventura hoje mais dinâmicas e ambiciosas;
- cansaço e saturação entre os americanos da generalidade da sua intervenção no Globo nas últimas décadas;
- preocupação do Estado Americano e das suas Instituições dominantes em manter o seu todo magestático sem atender à evolução à sua volta, resvalando por extravagância, exaustão imprevidente de recursos, falta de chefes e falta de objectivos bem definidos, oposição racial e desequilíbrio social para uma situação muito instável;
- incongruências permanentes e falhas na sua presença política e estratégica nas diversas áreas nevrálgicas do Globo.

Em acréscimo destes aspectos, na realidade aparentemente conducentes à regressão ou, como já se disse, «estilhaçamento» do espaço americano,

alinham-se os *eventos* dominantes seguintes que, objectiva ou subjectivamente, também o contrariam:

- «abertura» proclamada em princípios de 1986 por Mikhail Gorbachev e consequente diminuição do sentimento de ameaça que a União Soviética vem representando;
- desenvolvimento económico e social verificado na generalidade dos países do Ocidente;
- reafirmação dos direitos de independência e de soberania por muitos Estados dependentes;
- vontade manifestada pela generalidade dos povos de se assumirem livremente nas suas virtualidades e possibilidades.

Mas existe ainda *um outro aspecto*, este subjectivo, que vem influenciando desde sempre a projecção do mesmo espaço: os agentes e as organizações militares e civis americanas dispersos pelo Mundo têm sempre manifestado uma ostentação de riqueza e prosperidade que não é bem vista pela maioria das populações dos países em que se encontram, umas por serem demasiado pobres e se agigantar consequentemente nas suas mentes o binómio riqueza-pobreza, outras porque, embora com algumas potencialidades, sempre foram relegadas economicamente e socialmente para modesta posição ou simplesmente dominadas e ainda outras, estas porventura as mais influentes na instabilidade desse espaço, porque são credoras duma longa história de realizações e exibem motivações e interesses locais e globais que vêm desejando ver respeitados.

Como testemunho afirmativo da decadência presente ou próxima do Império Americano, referia há pouco um pensador que «nos seus dias de glória, a Inglaterra e o seu Império utilizaram uma *estratégia marítima* em que o poder naval servia de apoio à realização das necessidades de todos os domínios — era de facto o vector marítimo que tudo subordinava e comandava». Os Estados Unidos, porém, «tendo-a substituído praticamente por todo o Globo, jamais souberam cimentar uma estrutura análoga ao longo destes anos, apenas olhando o Mundo através das suas necessidades militares, das suas condições de defesa e das dos seus aliados e da sua segurança» e olvidando outros domínios hoje vitais para a continuidade da sua afirmação interna e externa. O poderio do país terá vindo a residir apenas no *reconhecimento da sua força*, arriscando-se como tal a ser apeado

do pedestal de superpotência «sem ter ainda encontrado forma de adaptação a um sistema previsivelmente mais pacífico em que acabarão por se destacar os grandes empórios económicos e sociais e se esbaterá paralelamente o domínio das armas». Os seus 600 000 homens armados têm defendido por toda a parte o seu território e o dos seus aliados mas não têm contribuído grandemente, durante todo o período do pós-guerra, para a criação na mente dos americanos duma ideia de vida próspera, que esta têm efectivamente, mas sem medo e sem intranquilidade.

Povo que se «libertou» na segunda metade do século XVIII e foi exemplo e apoio para a libertação doutros Povos, parece ter na verdade «enquistado» numa óptica de segurança que o alarma e limita sempre que os seus conceitos são postos à prova e não acompanhados.

«Requiem», de facto, para o espaço nacional americano construído após a Segunda Guerra Mundial?

De acordo com o que vem sendo referido, poderá responder-se que ele estará efectivamente a ser ultrapassado e contestado em muitas áreas e que o seu grau de regressão relativa, actualmente visível, se tornará mais acentuado quando o poder militar dos outros Estados se aproveitar do respectivo poder económico para se desenvolver também, realizando mais uma vez a constatação universal de «andarem geralmente a par».

E transcrevemos, como remate duas ideias que muito poderão significar: «O Século Americano terminou pois a ordem mundial está a mudar. Mas o seu eclipse não é inelutável; num país onde as populações podem eleger livremente os seus chefes e adoptar o modo de vida que pretendem o futuro é apenas um problema de escolha.»

7. ALGUMAS CONCLUSÕES

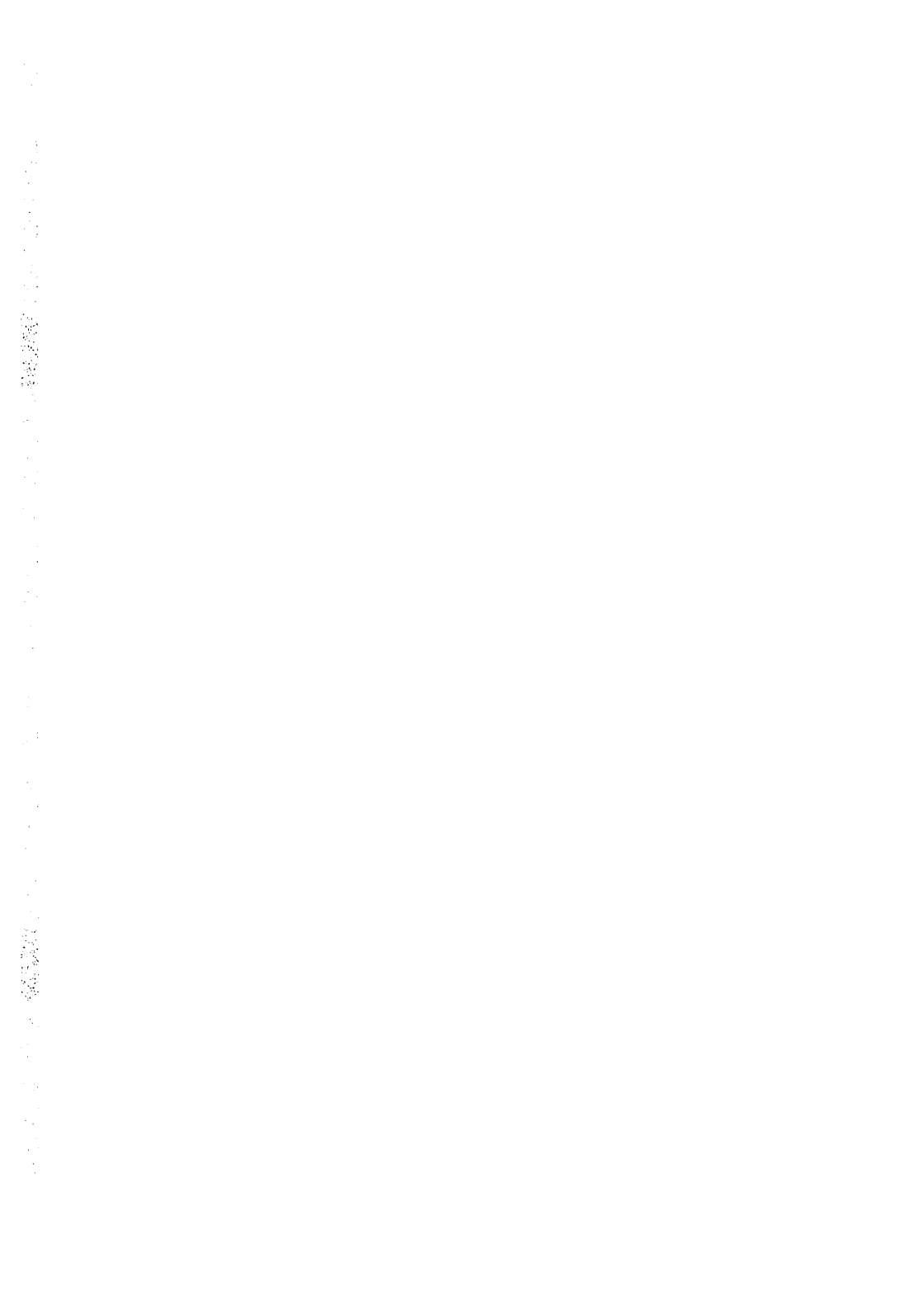
As considerações apresentadas encaminham-nos para as *conclusões* dominantes seguintes de entre todas as que o respectivo desenvolvimento poderá permitir:

- a) O *espaço nacional* constitui um todo objectivo e subjectivo natural de todas as Nações — grandes, pequenas, ricas ou pobres — que é produto e acompanha a manifestação da sua vitalidade, aceitando-se

- universalmente que haja por ele empenho permanente mas sem prejuízo do equilíbrio internacional e da paz;
- b) A sua expansão pela violência tem dado origem a conflitos mais ou menos alargados no tempo e no espaço, constituindo a que foi ensaiada entre 1939 e 1945 pela Alemanha, Itália e Japão, paradigma de desrespeito pelas outras Nações, de imposição racial, de imposição ideológica e de desprezo por todas as convenções internacionais e motivo de descrédito no contexto universal;
 - c) Após aquele conflito, todas as Nações do Globo, isoladas ou reunidas em alianças ou comunidades, prosseguiram na manutenção, recuperação e defesa do espaço que passou a interessar-lhes;
 - d) O desenvolvimento que vem sendo constatado no Mundo em todos os domínios, nomeadamente nos da Organização, da Cultura e da Técnica, tornou os diversos espaços concorrentes ou colidentes entre si na imposição dos aspectos que os caracterizam;
 - e) Por outro lado, o incremento do nível de importância de muitas Nações, a estagnação de outras e o retrocesso de algumas têm feito evoluir o dimensionamento e a projecção do respectivo espaço originando por todo o Globo nova estrutura de áreas de influência e de afirmação.
 - f) As presentes características do desenvolvimento acelerado do Japão e da Coreia do Sul e a explosão admitida em curto prazo do da República Popular da China tornar-se-ão factores da variação próxima dos espaços por todo o Globo em geral e na bacia dos oceanos Pacífico e Índico em particular, sendo de admitir, conseqüentemente, a afirmação por aqueles países do *espaço* que julgem dever caber-lhes e, ao contrário, a *limitação* do espaço que hoje patenteiam e defendem os Estados Unidos, a União Soviética e outras Nações influentes;
 - g) A paz no Mundo, é ainda de destacar, continuará a depender da forma mais ou menos hostil ou mais ou menos harmónica como se for produzindo o reajustamento local, regional ou global de todos os espaços nacionais.

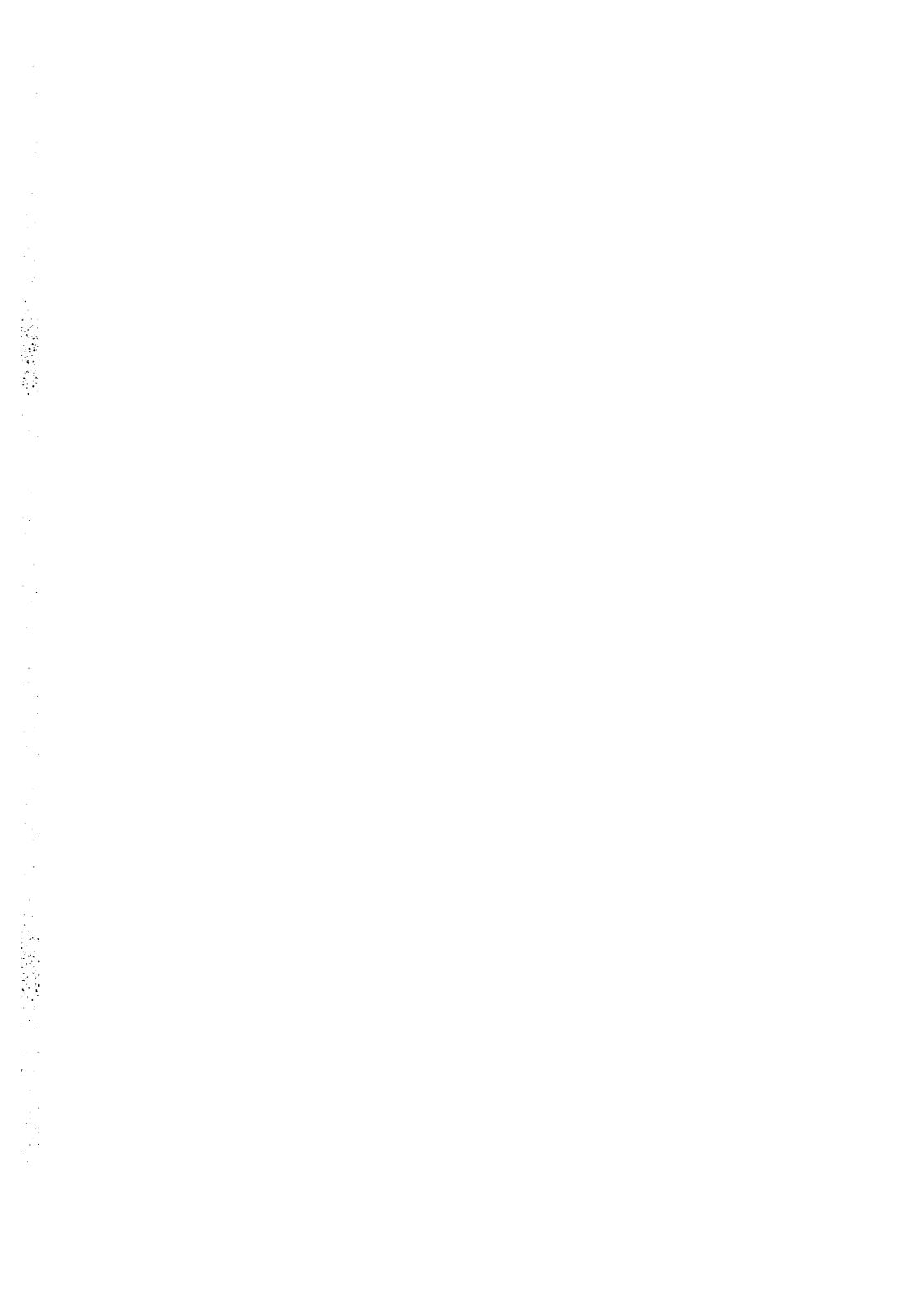
Abril, 1988.

José Lopes Alves
General



PORTUGAL PIONEIRO UNIVERSAL
EM ESTRATÉGIA MARÍTIMA E NAVAL

Virgílio de Carvalho



PORTUGAL PIONEIRO UNIVERSAL EM ESTRATÉGIA MARÍTIMA E NAVAL (*)

1. INTRODUÇÃO

No Prefácio à edição portuguesa «The Discoverers», de Daniel J. Boorstin, o autor presta justiça e homenagem à acção pioneira dos Portugueses nos Descobrimentos. Por exemplo, considera que o próprio Novo Mundo teria sido um lugar muito diferente se não tivessem sido a imaginação, a coragem e o espírito de aventura dos Portugueses. E que os descobridores portugueses ainda não tiveram o reconhecimento e as celebrações que merecem no Ocidente de língua inglesa. Já no corpo do referido livro, Boorstin afirma ainda que o feito dos Portugueses foi mais moderno e mais revolucionário do que as mais largamente celebradas proezas de Colombo.

No presente trabalho pretende chamar-se a atenção para um outro aspecto da obra pioneira dos Portugueses, menos conhecido, do âmbito da Estratégia Marítima.

*

* *

Os povos das regiões costeiras são naturalmente identificados com o mar, particularmente através de estuários, baías e enseadas, que lhes proporcionam mais fácil e mais proveitosa intimidade com ele. No caso específico de Portugal — debruçado sobre importantes rotas marítimas ligando o Norte da Europa e o Mediterrâneo — além de se criarem, desde muito cedo, relações comerciais e culturais predominantemente com povos exteriores à Península Ibérica, fixaram-se em redor dos seus estuários populações de várias origens, inquietas e habituadas a riscos e ao mar. Por outro lado, os Portugueses sabiam, desde o embrionário Condado Portucalense, que a afirmação e a preservação da identidade e da individualidade do seu País seriam mais fáceis para o lado do Atlântico, e tenderiam a ser mais

(*) Comunicação ao «Congresso Internacional sobre Bartolomeu Dias e a Sua Época», em Setembro de 1988, realizado pela Universidade do Porto.

contrariadas do lado do interior. A geografia terá sido assim importante para a formação do carácter e do comportamento de Portugal, feito um país de emigrantes, com as potencialidades inerentes. A própria fixação da capital portuguesa, na protuberância atlântica da Península, sobre o seu maior estuário, revela preocupações e propensões centrífugas, em oposição a um interior de propensão centrípeta que reuniu as restantes Nações Ibéricas em redor da sua capital, fixada significadamente bem no centro da Península.

Apropósito do referido, Jaime Cortesão ⁽¹⁾ sustenta que a ocupação da costa, e a organização de Portugal em função marítima, foram determinantes para que pudesse começar a viver de vida própria. Por seu turno, o professor Hernâni Cidade ⁽²⁾, entendeu que a independência de Portugal é uma fatalidade e uma oferta do Atlântico, e que a conquista de Lisboa não foi senão parte duma estratégia tendente a fazer da orla marítima a zona mais febril, mais absorvente e mais fecunda do País. O professor Jorge Dias ⁽³⁾ entendeu que a unificação e a permanência da Nação se deveu ao mar e que, ao longo da costa, sobretudo no estuário do Tejo, se estabeleceram amarras que defendem Portugal da força centrípeta de Castela. E Oliveira Martins ⁽⁴⁾ asseverou que, sem Lisboa, Portugal não teria resistido à força absorvente do movimento de unificação do corpo peninsular.

Por seu turno, o americano D. J. Boorstin, no seu livro atrás citado, salienta o facto de Portugal ter sido abençoado com extensos rios navegáveis e portos fundos virados para o Atlântico, o que levou o Povo Português a voltar-se naturalmente para o mar, em sentido oposto aos centros clássicos da civilização europeia, nas direcções oeste e sul.

Talvez o referido explique por que D. Dinis, cognominado de «O Lavrador», terá compreendido ser necessário fazer de agricultores também marinheiros, porque a Portugal não chegaria apenas lavar a terra. Impunha-se-lhe que lavrasse igualmente o mar, para sobreviver. Terá sido tão sábio Rei que deu o mais decisivo impulso ao desenvolvimento do poder marítimo em Portugal. E o caso é que Portugal chegou, já no reinado de D. Afonso IV, a pescar em longínquas águas francesas e inglesas. O que, tendo prosseguido

(1) «Os Factores Democráticos na Formação de Portugal».

(2) «Revista dos Centenários» (Fevereiro/Março de 1983).

(3) «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa».

(4) «História de Portugal».

no tempo de D. Pedro e de D. Fernando, levou inclusivamente à criação de Bolsas no Porto e em Lisboa, e a notável desenvolvimento da construção naval.

*
* *
*

A crise de 1383-85, cuja expressão mais dramática e mais decisiva terá sido a Batalha de Aljubarrota, mostrou por certo aos Portugueses as dificuldades de sobrevivência do País. E, tendo saído dela vitoriosa a burguesia comerciante, atraída pelas riquezas que do mar extraía e, sobretudo, que através dele recebia, parece lógico o reforço da solução atlântica por que se decidiram para a consolidação da individualidade e da liberdade de acção de Portugal.

Dessa vontade forte de sobrevivência em liberdade nasceu um impulso tão consciente, tão forte, e tão organizado, que levou os Portugueses a pôr em contacto mais directo e mais desimpedido — pela via oceânica — civilizações e riquezas complementares. Pode por isso afirmar-se que a História do Mundo começou realmente a ser mais universal com os Descobrimentos Portugueses. Ou, como disse Arnold Toynbee, que começou com a chegada de Vasco da Gama à Índia uma nova era para o Mundo, a era pós-gâmica. E disse-o também de certo modo o historiador indiano K. M. Panikkar ⁽⁵⁾, ao sustentar que a viagem pioneira dos Portugueses à Índia inaugurou a época de Vasco da Gama da História asiática (1498-1947).

Desse forte impulso pioneiro resultaram ainda a chegada de Cristóvão Colombo às Antilhas e a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães aquele de nacionalidade ainda indeterminada, este bem português, ambos alunos e praticantes da chamada Escola de Sagres. Portugal foi tão grande que o seu «talent de bien faire» chegou para exportar. É reciso que o Mundo o saiba e não esqueça, a começar, obviamente, pelos Portugueses. É que aquilo que Portugal fez é principalmente notável — e surpreendente — pela dimensão e pelas repercussões que raiam autenticamente o sonho utópico. É isso que o Mosteiro da Batalha simboliza, pois não só celebra a vitória militar da contenção do centripetismo castelhano, como alberga os túmulos dos que lhe opuseram para o futuro o centrifugismo lusitano que deu «Novos Mundos

(5) «Asia and Western Domination».

ao Mundo». O que torna o Mosteiro num autêntico património histórico-cultural universal.

*

* *

A tomada de Ceuta pelos Portugueses em 1415 foi passo decisivo da solução atlântica de Portugal, e da própria História da Europa Moderna. O caso é que começou a encerrar-se no Estreito de Gibraltar o ciclo do Mediterrâneo, e deu os primeiros passos o ciclo do Atlântico. Foi ensaiado na tomada de Ceuta o emprego das potencialidades do Poder Naval oceânico, quanto a concentração e a mobilidade de força militar para o assalto decisivo contra terra, em força e de surpresa. A conquista da praça forte de Ceuta, precedida de recolha e de interpretação minuciosa de informações, de planeamento e de secretismo cuidadosos, e dum completo domínio do mar, é um marco da História Naval, por ser tida por muitos como a primeira grande operação anfíbia oceânica com êxito que se conheça. Foi com estratégia naval desta qualidade — que Portugal pioneiro repetiu em paragens muito distantes — que foi possível montar a estrutura de segurança do Império Marítimo Português do Oriente. Tal estratégia foi revelação surpreendente da capacidade de desenvolvimento do Poder Marítimo de Portugal, que permitiu flanquear com poder marítimo atlântico o poderio terrestre da Eurásia. Coube assim a Portugal o ter mostrado como as potências mais deserdadas quanto a recursos naturais do seu território podem sobreviver, e até sobrepor-se a muitas outras, recorrendo a fontes de abastecimento externas, e ao senhorio do mar, para o seu transporte em liberdade.

Coube por conseguinte a Portugal ter iniciado em 1415 competição permanente entre as Potências Marítimas e as Potências Continentais, que ainda hoje perdura.

2. ESTRATÉGIA MARÍTIMA E NAVAL ACTUAIS E CLÁSSICAS

Para se poder averiguar melhor da acção pioneira de Portugal quanto a Estratégia Marítima e a Estratégia Naval, convirá referir o que actualmente é aceite em termos internacionais nesses domínios.

Antes do mais, é ponto assente que o Poder Marítimo é componente do Poder Nacional relacionado com o mar, concebido, desenvolvido e utilizado para a realização de Objectivos Nacionais.

E este conceito decorre do próprio conceito de Estratégia que, na versão actualmente mais aceite, é a ciência e a arte de identificar, desenvolver, organizar e utilizar poder (material e anímico) para realizar objectivos definidos pela política, contra a oposição de antagonismos.

A Estratégia Marítima e o Poder Marítimo dizem respeito a meios e acções civis e militares marítimas. A Estratégia Naval e o Poder Naval dizem apenas respeito a meios e acções militares no mar.

*
* *

Segundo o clássico inglês Roskill, as componentes do Poder Naval são o Elemento de Força (instrumento de guerra constituído pelos meios militares navais e aéreos que actuam no mar), o Elemento de Transporte (extensivo a Marinhas e Aviações civis, e a estaleiros e oficinas de apoio), e o Elemento de Segurança (bases a partir das quais operam os meios).

Segundo outro clássico, o francês Almirante Castex, a Estratégia Naval tem um Objectivo Primário, e admite alguns Objectivos Ulteriores — Positivos e Negativos. O Objectivo Primário consiste na consecução no domínio do Mar (a que os Portugueses chamaram de senhorio do mar), considerado indispensável para a realização dos Objectivos Ulteriores. A destruição ou a neutralização da principal força naval do antagonista na chamada batalha decisiva, define para Castex o momento em que se passa da disputa do senhorio do mar ao seu exercício efectivo. Quanto a Objectivos Ulteriores, Castex considera como Positivos: atacar a terra a partir do mar; transportar e abastecer forças militares pelo mar; e assegurar o exercício da exploração económica do mar (transportes marítimos e exploração de recursos económicos). E considera como Negativos os relacionados com a negação ou interdição do uso do mar a antagonistas, como seja: evitar que estes ataquem território nacional a partir do mar; impedir que utilizem o mar para transportar e abastecer forças militares suas; e impedir que explorem economicamente o mar.

*
* *

É à luz do que hoje é universalmente aceite como Estratégia Marítima e Estratégia Naval que tentará aferir-se do pioneirismo de Portugal na matéria. E, para já, ressalta do referido na introdução, particularmente quanto

à conquista de Ceuta, a aplicação naquela época de princípios perfeitamente válidos na actualidade. Entre eles, a preocupação, resolvida, de conseguir o prévio senhorio do mar para atacar a terra (Objectivo Primário), e a prévia preocupação de fechar o Estreito para impedir a passagem de meios militares navais antagonistas para o Atlântico (Objectivo Ulterior) a fim de poderem dedicar-se em segurança à sua exploração paciente e sistemática.

3. O IMPÉRIO MARÍTIMO PORTUGUÊS DO ORIENTE

Os descobrimentos não forem decerto o objectivo único da grande empresa nacional portuguesa. O estabelecimento da carreira oceânica para a Índia, sob exclusivo controle nacional, em alternativa à carreira marítimo-terrestre existente, para o transporte de especiarias e doutras cobiçadas riquezas do Oriente para a Europa, via Lisboa, terá sido, tudo o parece indicar, o seu objectivo último. É por exemplo o francês Albert Mallet ⁽⁶⁾ quem afirma que, encontrado o caminho marítimo para a Índia, os Portugueses apoderaram-se dos portos mais importantes para o controlo do comércio com o Oriente, e afastaram todos os concorrentes pela força. Arruinaram os comerciantes árabes, comprometeram o sultão do Egipto, e feriram gravemente a prosperidade e o poder de Veneza. Ainda segundo A. Mallet, os Venezianos forneceram dinheiro e armas ao Sultão do Egipto e aos Árabes, que montaram uma expedição que acabou derrotada na batalha naval decisiva de Diu, em 1509.

A. Mallet sustenta ainda que os Venezianos pensaram ainda em abrir o Canal de Suez para neutralizar a rota marítima do Cabo da Boa Esperança, mas sofreram um inoportuno ataque do Rei Luís XII de França, que os impediu de concretizar o projecto. Há, evidentemente, a tese da expansão da mensagem cristã pelo Mundo, podendo pelo menos afirmar-se que essa foi uma das consequências do grande empreendimento português. É o que refere o norte-americano «C. R. Boxer» ⁽⁷⁾, ao afirmar que o primeiro império colonial moderno e a dominação das costas e dos mares, da África e da Ásia, estiveram ligados com os começos da expansão marítima europeia e da Cristandade, separando os Mundos Medieval e Moderno.

⁽⁶⁾ «Course Complet d'Histoire — Le Temps Modernes».

⁽⁷⁾ «O Império Colonial Português».

*

* *

O que é facto é que a era pós-gâmica, para usar a feliz expressão de Arnold Toynbee, iniciou uma era de Poder Marítimo, de autoridade baseada no controlo ou senhorio dos mares, que lançou Portugal (e a Espanha e a Europa que se lhe seguiram) numa senda de prosperidade dependente do uso do mar que as obrigou a serem marítimas. E mostrou que a Europa do futuro, ou continua atlântica, ou será arrastada pela senilidade do Mediterrâneo.

A empresa dos Descobrimentos portugueses não teve carácter original apenas quanto ao desenvolvimento científico-tecnológico nos campos da ciência náutica, da astronáutica, da construção naval. Teve-o também noutros domínios, como o das Informações Estratégicas (imprescindíveis ao método científico e empresarial). Não apenas para avaliar da adequabilidade da Estratégia para atingir os Objectivos, mas também da sua exequibilidade em termos humanos e materiais, e ainda da sua aceitabilidade, isto é, quanto ao preço humano material a pagar ser ou não compensável pelos benefícios a recolher.

A selecção do Objectivo de conseguir a exclusividade do comércio da Índia para a Europa, e também da Estratégia para o realizar, assentou, como hoje se faz correntemente quanto a qualquer opção e empreendimento, em Informações Estratégicas de toda a confiança. Uma obtidas naturalmente, outras conseguidas por esforço de pesquisa bem orientado, determinado e persistente, fruto de noção de saber-se bem o que se quer. É este outro aspecto do pioneirismo de Portugal. Em Portugal sabia-se bem (porque Lisboa funcionava como entreposto entre o Mediterrâneo e Norte de África, e o Norte da Europa) o valor dos produtos oriundos do Oriente. E conheciam-se bem as rotas marítimo-terrestres que, atravessando a Síria e o Egipto, e seguindo dali pela margem Sul do Mediterrâneo (ou via Alexandria - Veneza, ou Alexandria - Génova) para o Atlântico, estavam sujeitas a contrariedades e a imponderáveis que dificultavam e encareciam o comércio. O Infante D. Henrique recebia informações suficientes de mercadores do Norte de África, e de judeus, que o terão levado, e aos seus conselheiros, a estimar ser perfeitamente aceitável ir buscar as riquezas do Oriente pela rota oceânica livre à volta de África, evitando as contingências das vias terrestres e do apertado Mediterrâneo. Exportações por terra, feitas em simultâneo com progressos penosos pelo Atlântico, foram revelando a exequibilidade da empresa.

Por exemplo, Pero da Covilhã partiu de Lisboa no mesmo ano que Bartolomeu Dias largou para a passagem do Tormentoso. Por outro lado, o conhecimento das instruções Náuticas de Ibu Majid, minuciosas quanto ao Oceano Índico, facilitaram a rápida e segura navegação de Vasco da Gama para o seu objectivo. Sabia-se ainda que surgira uma boa oportunidade de vazão de poder no Índico, pela retirada das esquadras chinesas de Cheng-Ho, por a China (dinastia Ming) ter desistido da expansão político-marítima para acorrer à defesa das suas costas contra piratas, e para ter conta a permanente ameaça de nómadas mongóis e manchús na fronteira norte. Era uma boa ocasião para fazer valer a superioridade tecnológico-marítima dos Portugueses, e a capacidade de concentração e mobilidade militar do Poder Naval. Sabia-se, por conseguinte, por onde ir, quando, como, com quem e porquê, tudo fruto de se saber o que ocorria e qual a geografia económica do Oriente. Por isso se tomou o melhor caminho — não o errado de Cristóvão Colombo — e se exploraram as vulnerabilidades existentes com as potencialidades desenvolvidas para o efeito.

E, destas, há a destacar o Poder Marítimo, a organização, o método científico, a motivação, a unidade de acção, a tecnologia e a surpresa. Em suma, uma Estratégia adequada, exequível, aceitável e mobilizadora, criada e servida por estrategistas e líderes à altura de tal empresa. E, uma vez que o homem é o factor mais importante do Poder Nacional dos pequenos países, talvez o maior feito da notável pleiade de estrategistas e de líderes portugueses daquela época tenha sido de facto saber transformar um povo agricultor e pastor num povo também de marinheiros. E isto contém uma lição a não esquecer para o futuro, preocupação que sempre deve aparecer na análise da História: a força de Portugal residiu no desenvolvimento do Poder Marítimo; e este poder é frágil, pois assenta em bases que uma contrariedade, como uma batalha decisiva, ou uma administração que deixe de compreender o seu valor pode deitar por terra num ápice. É por isso que o clássico norte-americano Mahan sustentou que o Poder Marítimo de um País assenta basicamente no Carácter do seu Povo e no Carácter do seu Governo, isto é, na sensibilidade, na apetência e na noção da importância do mar. Por isso é que o Padre Fernando de Oliveira — um valioso testemunho do pioneirismo de Portugal em Estratégia Marítima, nascido em 1504, e autor da primeira obra que se conhece no Mundo sobre princípios de guerra naval, «A arte da Guerra no Mar» — escreveu, neste mesmo livro, que uma armada não se improvisa tão

facilmente como um Exército. Foi o que pretendi lembrar, ao referir o que ocorreu quanto ao Poder Marítimo desde D. Dinis até ao assalto a Ceuta.

*
* *
*

A primeira viagem de Vasco da Gama à Índia ocupou apenas três pequenos navios, as naus S. Gabriel e S. Rafael, e a caravela S. Miguel. E, ao que parece, visaria estabelecer relações pacíficas de comércio. Mas a diminuta esquadra terá sido recebida com suficiente hostilidade para justificar posterior envio de forças navais mais poderosas para a realização do objectivo referido. Poderá então dizer-se que a acção militar-naval de Portugal começou com a segunda armada enviada à Índia, composta por treze navios, comandados por Pedro Álvares Cabral. Mas o emprego maior da força militar embarcada terá começado a aumentar mais decididamente com a segunda viagem de Vasco da Gama à Índia, após o que tiveram lugar as mais significativas acções contra «navios mouros», designação genérica que abrangia árabes e turcos. Em 1503 seguiram então três armadas, sendo uma comandada por Afonso de Albuquerque, outra por seu irmão Francisco de Albuquerque, e a terceira por António de Saldanha.

*
* *
*

Os maiores estrategistas navais do Império Marítimo do Oriente foram indubitavelmente D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque. D. Francisco de Almeida pôs em prática um plano para a conquista e manutenção do exclusivo da navegação portuguesa ou da sua aliada, no Índico, preocupando-se essencialmente com o exercício do senhorio do mar, com um único ponto de apoio principal em terra, em Cochim. Este ponto de apoio, na sua concepção, funcionava simultaneamente como pólo comercial e como base para abrigo e aprestamento de navios, e repouso das guarnições. É durante o seu vice-reinado que tem lugar a primeira batalha decisiva para o senhorio do mar, em 3 de Fevereiro de 1509, ao largo de Diu (já atrás referida), conhecida pela batalha de Rumes, que vingou anterior desaire de Chaul, que custara a vida de seu filho, D. Lourenço de Almeida. Na Batalha de Rumes, os Turcos foram desbaratados.

*
* *
*

A concentração de forças para dar a batalha decisiva, visando a consecução do Objectivo Primário, que consiste na obtenção do senhorio do mar, teve repetição ao longo dos séculos em batalhas como Trafalgar (entre Ingleses e Franceses), como Jutlândia (entre Ingleses e Alemães), como Midway (entre Americanos e Japoneses).

Com a exclusão da Batalha da Jutlândia, que resultou inconclusiva, as outras constituíram passos decisivos para o resultado das guerras em terra, que normalmente favoreceram os prévios vencedores no mar.

*
* *
*

A estratégia de Afonso de Albuquerque foi diferente. Assim, conseguido o senhorio do mar e a sua manutenção, ele passou à consecução de Objectivos Ulteriores — nomeadamente atacar a terra a partir do mar com o propósito principal de bloquear o acesso dos antagonistas de Portugal ao Oceano Índico através do Mar Vermelho ou do Golfo Pérsico. Foi assim que os Portugueses se apoderaram, nesse tempo, duma vasta rede de pontos de apoio em Goa (1510), Malaca (1511), Ormuz (1515) e Socotorá (1513). Além do mais, Afonso de Albuquerque parecia entender que, com mais praças fortes no litoral, como nos locais referidos, e outros, o Império do Mar seria mais fácil de sustentar. Afonso de Albuquerque estruturou desse modo o Império Marítimo Português, de que fez capital Goa, dotada de bom e seguro porto. Não esquecendo que a ocupação de Malaca — por ser entreposto para os produtos orientais mais ricos, e porta para o Oceano Pacífico, onde os Portugueses foram os primeiros europeus a navegar — foi desde sempre objectivo prioritário a atingir. Foi assim que o grande estrategista pretendeu e conseguiu, durante largo tempo para tão pequeno e tão distante País, assegurar o exercício do comércio exclusivo do Oriente para a Europa, e negá-lo aos antagonistas

*
* *
*

Do referido deve concluir-se que o estabelecido pelo clássico francês Castex como Objectivos da Estratégia Naval — Primário e Ulteriores, Positivos e Negativos — era conhecido, há muitos séculos atrás, da Primeira Potência

Marítima oceânica da História que foi Portugal. Deve concluir-se também que foi com uma Estratégia verdadeiramente nacional que foi possível a um tão pequeno Povo conseguir tão vasto objectivo. Lisboa passou a ser o centro do comércio oriental da Europa no século XVI. Comerciava-se com o Japão, com a China, com as Molucas, com a Conchichina, com o Sião com Java, com Ceilão, com a Índia, com a Costa Oriental de África, segundo o já citado A. Mallet. E, em apenas 25 anos após a chegada de Vasco da Gama à Índia, Portugal montou o primeiro grande Império Marítimo da Europa Moderna, enquanto os Espanhóis nada mais tinham a esse tempo do que as Antilhas, e nem tinham comércio importante em curso com elas. Graças à obra pioneira dos Portugueses, a Europa, que foi atrás de si, permaneceu nos locais atingidos pelos Portugueses durante 400 anos.

4. NOTAS FINAIS

Na perspectiva da consecução do objectivo do estabelecimento do Império Marítimo do Oriente, e da Carreira da Índia, entre as maiores descobertas dos Portugueses está por certo a das virtualidades únicas do Poder Marítimo oceânico para a consecução de objectivos económicos e militares a grandes distâncias. Efectivamente, só com recurso ao efeito multiplicador de força decorrente da concentração de poder militar para aplicar de surpresa onde necessário, e da mobilidade e flexibilidade características das forças navais, foi possível a um tão pequeno povo dispor de superioridade militar suficiente para deter o senhorio numa tão vasta área como o Oceano Índico, a tão grande distância.

Além do resto, percebe-se bem que o clássico inglês Roskill não fez mais do que reproduzir o que os Portugueses criaram séculos antes. Efectivamente, no descrito quanto à Estratégia Marítima Portuguesa de Quinhentos, reconhecem-se o Elemento de Forças (as esquadras), o Elemento de Segurança (bases de apoio) e o Elemento de Transporte (as naus). De notar que, quanto a este último ponto, muitos dos navios Portugueses eram simultaneamente de combate e de transporte, o que hoje também começa a ser comum, por exemplo em Marinhas como a Soviética e a Inglesa. Essa possibilidade foi utilizada

recentemente pelos Ingleses para conseguirem Poder Naval suficiente para a realização a grande distância dos seus objectivos na Crise das Falkland/Malvinas de 1982. Por outro lado, reconhece-se que os Portugueses foram verdadeiros descobridores da importância estratégica dos pontos de convergência obrigatória da navegação — e da necessidade de os controlar — a que os Ingleses chamam hoje de «Choke Points» (funis de navegação). O que se conclui, naturalmente, da preocupação de Portugal em ocupar e manter Ceuta, Socotora, Ormuz, Malaca e outros pontos. De notar também que nos dias de hoje persiste a polémica entre dois conceitos estratégicos, semelhantes aos defendidos por D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, para a defesa dos interesses da Potência Marítima, parecendo que o do primeiro merece a primazia, por aquela potência ter crescente dificuldade em conseguir pontos de apoio em território alheio.

*

* *

Outra grande descoberta dos Portugueses foi sem dúvida a do transporte marítimo oceânico como base do poder de países dependentes do exterior para abastecimento de recursos económicos vitais de que não dispõem no seu próprio território. Ainda hoje, cerca de 70% dos transportes comerciais Mundiais, incluindo o combustível para aviões, são efectuados por mar, percentagem para a qual muito contribuem os chamados países marítimos.

*

* *

A gesta marítima de Quinhentos culminou, por assim dizer, todo um processo natural de recurso ao mar por Portugal para sobreviver com independência suficiente. Foi a intimidade com o mar que tornou os Portugueses diferentes, e lhes proporcionou oportunidades para chegarem a ser o que foram. O desbravamento do mar foi uma empresa nacional, vivida e sentida intensamente pelos Portugueses. É isso que explica o maior sabor marítimo da sua literatura medieval, a existência de dois épicos consagrados que cantaram os Descobrimentos — como Camões e Pessoa — a chamada Escola de Sagres (onde aprenderam inclusivamente os maiores vultos dos Descobrimen-

tos espanhóis, como Colombo e Magalhães) e o estilo arquitectónico «manuelino», com motivos alusivos aos Descobrimentos.

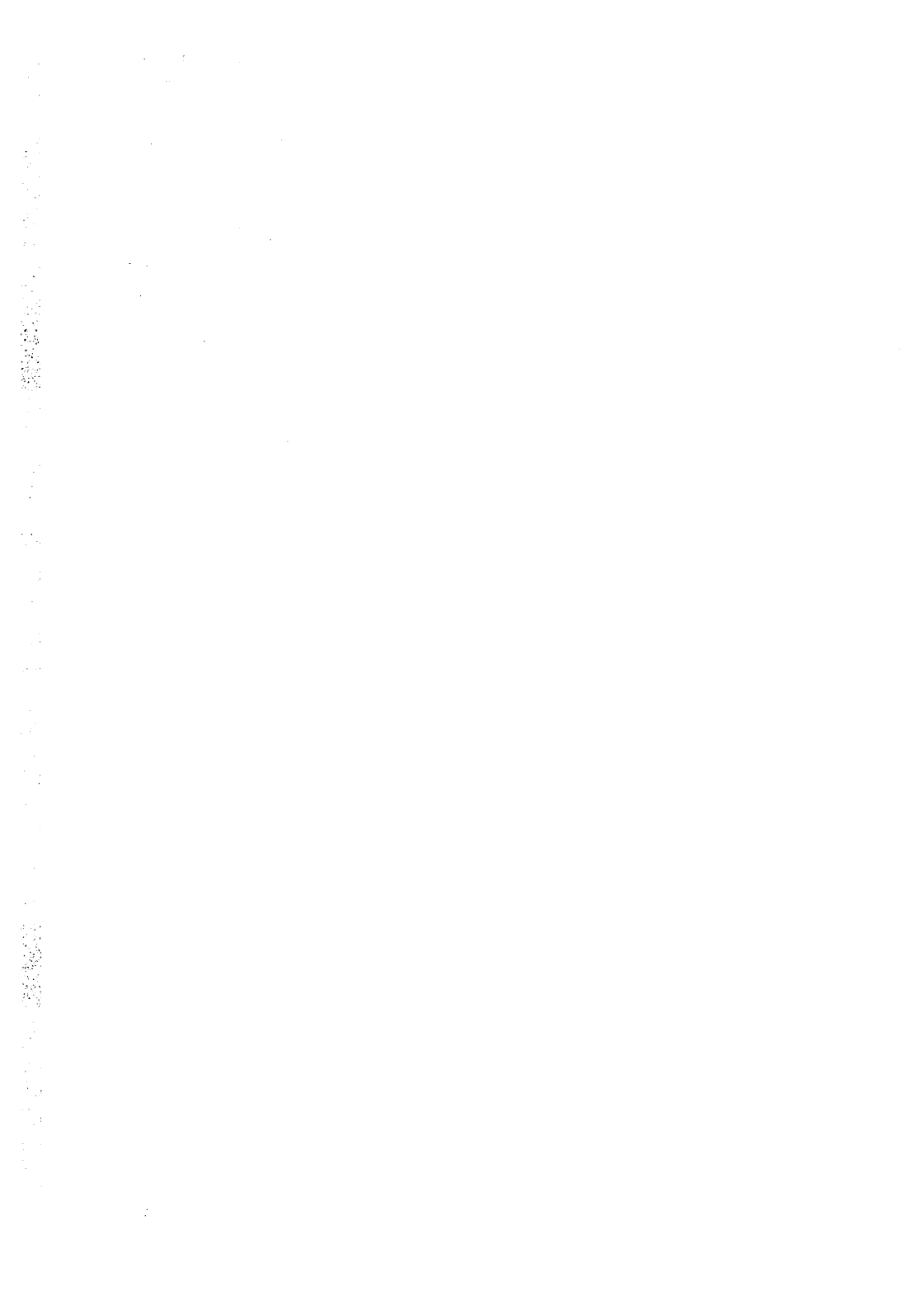
A própria aventura científico-tecnológica executada corajosamente, já no século XX, pelos marinheiros aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, ao efectuarem a travessia do Atlântico Sul que abriu as portas à viabilidade da aviação comercial, constitui um reafortamento do Carácter Nacional moldado pela intimidade com os oceanos, à qual os Portugueses de hoje têm o dever de também dar, e de fazer reconhecer universalmente, o devido valor.

Lisboa, Setembro de 1988.

Virgílio de Carvalho

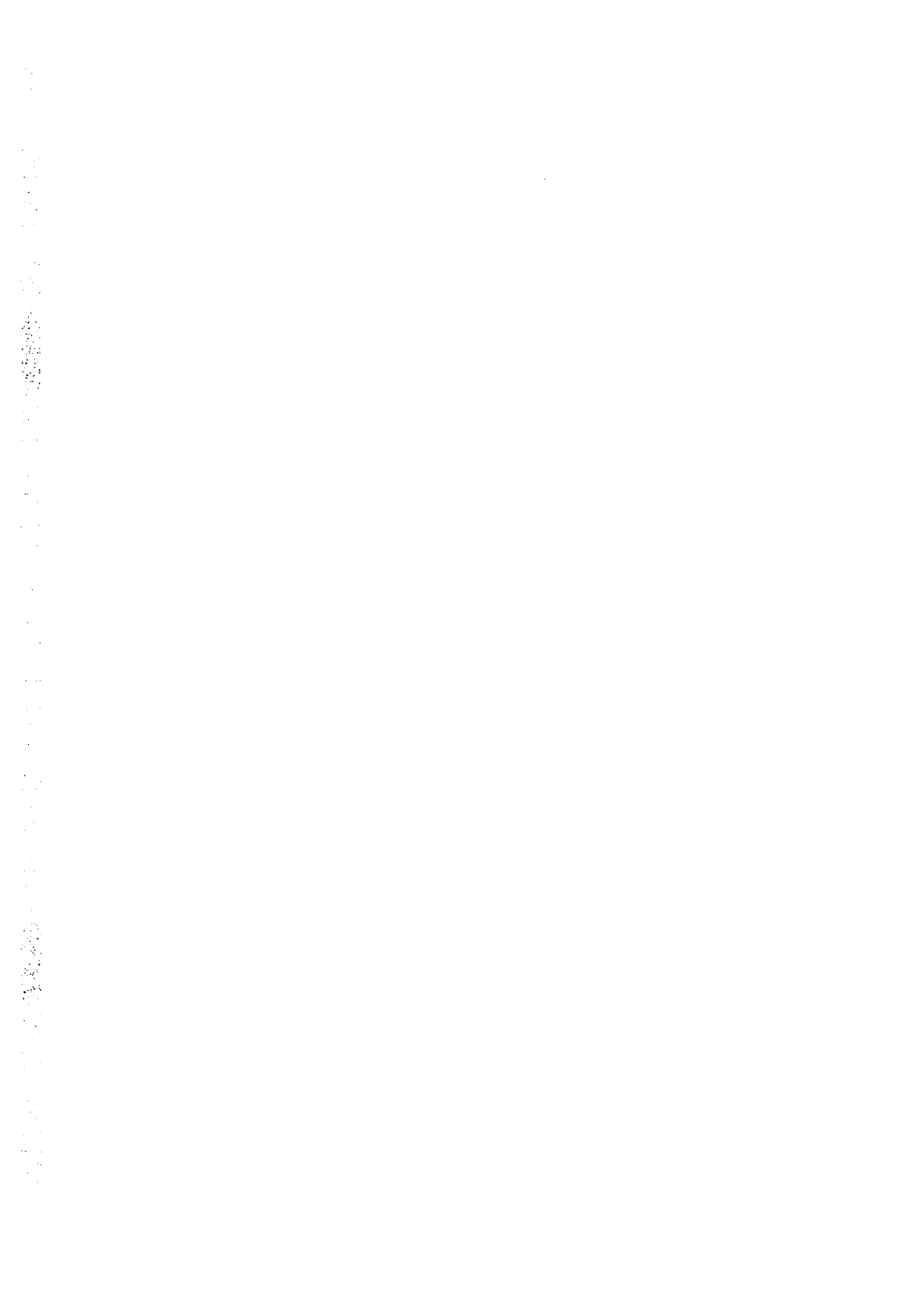
OBRAS CONSULTADAS

- «História dos Descobrimentos» — Jaime Cortesão.
- «A Arte da Guerra no Mar» — Padre Fernando de Oliveira.
- «A Náutica dos Descobrimentos» — Almirante Gago Coutinho.
- «O Mistério de Vasco da Gama» — Armando Cortesão.
- «The Discoverers» — Daniel J. Boorstin.
- «Gago Coutinho» — Pinheiro Correia.
- «Portugal Militar» — Carlos Selvagem.
- «História Concisa de Portugal» — José Hermano Saraiva.
- «Course Complet d'Histoire» — Albert Mallet.
- «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» — Jorge Dias.
- «Lições da História Marítima Geral» — Vice-Almirante Vicente de M. C. Almeida d'Eça.
- «La Península Iberica» — Juan Vilá Valenti.
- «Os Factores Democráticos na Formação de Portugal» — Jaime Cortesão.
- «História de Portugal» — Olivera Martins.
- «Asia and Western Domination» — K. M. Panikkar.
- «O Império Colonial Português» — C. R. Boxer.



OS DIREITOS FUNDAMENTAIS
NAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Alberto Ruano Bastos Raposo



OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Não obstante constituir a protecção dos direitos fundamentais uma preocupação comum aos textos constitucionais dos Estados membros ⁽¹⁾, o direito comunitário originário não faz qualquer referência expressa a esses direitos. Tal, contudo, não permite concluir do alheamento dos órgãos comunitários face a esta questão. Com efeito, a defesa desse verdadeiro «património comum da Europa» tem sido alvo de atenção cuidada por parte do TCE, e, pontualmente, dos demais órgãos comunitários, suscitando igualmente todo um movimento doutrinário sensível às eventuais consequências da não consagração por parte dos Tratados de um sistema de garantias dos direitos fundamentais expresso e completo ⁽²⁾.

Alguns elementos são contudo de reter. Desde logo, os tratados institutivos das três Comunidades ⁽³⁾, ainda que não consagrem qualquer disposição especificamente aos direitos fundamentais como conceito próprio, ocupam-se destes, de forma individual e numa concepção particular, *maxime* no âmbito CEE. Vamos pois encontrar referências à melhoria do nível de vida (arts. 2.º, 3.º *i*), 39.º §1, 51.º, 117.º, 123.º CEE), ao pleno emprego (arts. 3.º *i*), 118.º, 123.º CEE), à livre circulação (arts. 3.º *c*), 48.º, 51.º, 52.º, 57.º §1, 123.º CEE), à não discriminação (arts. 7.º, 37.º n.º 1, 48.º §2, 52.º, 119.º, 120.º CEE, art. 76.º do Regulamento Processual do TCE e arts. 4.º e 5.º do Regulamento Adicio-

⁽¹⁾ Sobre os casos especiais da Grã-Bretanha e França, Manfred A. Dausen, *La protection des droits fondamentaux dans l'ordre juridique Communautaire*, RTDE, 1984, p. 402.

⁽²⁾ Entre outros, serão de salientar os estudos de C. Philip, *La Cour de Justice des Communautés Européennes et la protection des droits fondamentaux dans l'ordre juridique communautaire*, AFDI, 1975, p. 383; U. Scheuner, *Fundamental rights in European Community Law and in national constitutional law*, CMLR, 1975, n.º 2, p. 171; H. U. Petersmann, *The protection of fundamental rights in the European Communities*, European Yearbook, vol. XXIII/1975, p. 179; W. R. Edison e F. Wooldridge, *European Community Law and fundamental human rights: some recent decisions of the European Court and national courts*, LIEI, 1976, n.º 1, p. 1; K. Bahlmann, *Der Grundrechtsschutz in der Europäischen Gemeinschaft: Wege der Verwirklichung*, Europa-recht, 1982, p. 1.

⁽³⁾ Tratado de Paris de 18.4.1951 que institui a CECA e Tratado de Roma de 25.3.1957 que institui a CEE e a CEEA.

nal do TCE), ao direito à indemnização (art. 215.º CEE), ao respeito pelo direito (arts. 164.º, 173.º e 179.º CEE), ao controlo democrático (arts. 137.º, 138.º §3 e 144.º CEE) e às garantias processuais (arts. 167.º, 170.º CEE, arts. 3.º, 4.º, 6.º, 17.º, 28.º, 33.º do Estatuto do TCE e arts. 39.º, 40.º e 63.º do Regulamento Processual do TCE) (4). O respeito pelos direitos fundamentais é ainda uma componente indissociável do princípio democrático que, num âmbito mais abrangente, baliza a actuação dos órgãos comunitários e condiciona a adesão de qualquer Estado às CE (5). Também os Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão das CE sublinharam, na Declaração conjunta de 5.4.1977, «a importância primordial que (estes) ligam ao respeito pelos direitos fundamentais tal como estes resultam, designadamente, das Constituições dos Estados membros e da Convenção Europeia de salvaguarda dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais» (6), manifestando inequivocamente uma postura de respeito face a esses mesmos direitos por parte dos órgãos comunitários «no exercício dos seus poderes e na prossecução dos objectivos das CE» (6). Por fim, o TCE, na sua tarefa de aplicação e interpretação do direito comunitário, tem demonstrado indubitavelmente a sua especial preocupação em não perder de vista a consideração pelos direitos fundamentais, garantindo-lhes mesmo uma especial protecção e respeito.

Se é certo que os circunstancialismos históricos e o pragmatismo que envolveram a elaboração dos Tratados comunitários de alguma forma desaconselhavam a inclusão nestes de uma lista exaustiva de direitos fundamentais (7), é hoje unanimemente reconhecida a indissociável conexão, entretanto estabelecida, entre a edificação de uma *Federação Europeia* (8) e o respeito pelos direitos fundamentais.

(4) Para uma perspectiva destes vários direitos em matéria de direitos fundamentais, Laurent Marcoux Jr., *Le concept de droits fondamentaux dans la CEE*, RIDC, 1983, n.º 4, p. 695 e Isabel Jalles, *Os direitos da pessoa na Comunidade Europeia*, DDC, n.º 2, 1980, p. 27.

(5) Sobre os planos em que o princípio democrático se exprime no âmbito comunitário, João Mota de Campos, *Direito Comunitário*, vol. I, 1983, p. 502.

(6) Declaração comum sobre os direitos fundamentais de 5.4.1977 in JOCE n.º C-130 de 27.4.1977, p. 1.

(7) Por um lado, o carácter eminentemente técnico do Tratado CECA era pouco susceptível de fazer «ameaçar» os direitos fundamentais. Por outro lado, os desaires da CED em 1954 (e, consequentemente, da edificação da Comunidade Política Europeia) refrearam os ímpetus integracionistas e esbateram o carácter político da CEE e da CEEA em 1957, fazendo «esquecer» momentaneamente a ideia mais geral dos direitos fundamentais.

(8) *Federação Europeia* como objectivo último da Europa Comunitária, conforme havia sido propalado na Declaração Schuman de 9.5.1950.

E de outro modo não poderia ser. A crescente tecnicização do tecido social⁽⁹⁾ torna o indivíduo progressivamente mais vulnerável, havendo uma imperiosa necessidade de salvaguardar os direitos fundamentais face a todo um complexo processo de comunitarização que envolve pontos tão sensíveis como sejam a concorrência, a livre circulação de mercadorias e de pessoas, etc. Será no equilíbrio que se estabelece entre os direitos fundamentais e a necessidade de integração económica que vamos encontrar o grande contributo do direito comunitário neste domínio: ao alargar-se a concepção tradicional dos direitos fundamentais aos direitos de conteúdo económico e social, o direito comunitário veio a mostrar-se um elemento essencial na definição do conteúdo e alcance desses mesmos direitos mais recentemente reconhecidos⁽¹⁰⁾.

O CONTRIBUTO DO TRIBUNAL DAS COMUNIDADES

Ainda que bastante receoso e mesmo algo adverso a conhecer das questões que envolviam eventuais violações de direitos fundamentais na sua jurisprudência inicial, coube ao TCE o papel primordial no reconhecimento do respeito comunitário pelos direitos fundamentais⁽¹¹⁾. Era então especialmente sentida a falta de uma lista enumerativa dos direitos fundamentais por parte do direito comunitário originário à qual o TCE pudesse recorrer no intuito de «impor» aos demais órgãos comunitários o seu respeito.

Com efeito, num período inicial, o TCE colocava fora da sua competência qualquer questão que extravasasse a letra precisa dos Tratados. Nestas necessariamente que se incluíam a protecção dos direitos fundamentais baseados

(9) Christopher Sasse fala, inclusivamente, na «radicalização da vida privada» in *La protection des droits fondamentaux dans la Communauté Européenne*, Melanges Fernand Dehaussé, p. 300, cit. por José Carlos Moitinho de Almeida, *Direito Comunitário, a Ordem Jurídica Comunitária, as Liberdades Fundamentais na CEE*, 1985, p. 50.

(10) Com efeito, a protecção dos direitos fundamentais, na sua formulação tradicional, visava especialmente a protecção das ditas «liberdades negativas», sendo hoje bastante mais vasto o seu âmbito de acção. Sobre a evolução dos direitos fundamentais numa concepção abstracta, Karel Vasak, *As Dimensões internacionais dos Direitos do Homem*, 1983; Sidorsky, *Contemporary Reinterpretations of the Concept of Human Rights*, Essays on Human Rights, 1979, p. 88; bem como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Convenção Internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais da ONU.

(11) Sobre a evolução progressiva da jurisprudência do TCE, Gérard Cohen-Jonathan, *Droits de l'homme et pluralité des systèmes européens de protection international*, Revue des Droits de l'homme, 1972, p. 615; C. Philip, cit. nota 2, p. 387.

em disposições dos ordenamentos jurídicos constitucionais nacionais relativas aos direitos fundamentais. Foi isso mesmo que o TCE veio a afirmar, entre outros, no acórdão «Stork»⁽¹²⁾ ao considerar que «o tribunal só tem de assegurar o respeito pelo direito na interpretação e aplicação do Tratado e dos regulamentos de execução; que, regra geral, ele não tem de se pronunciar sobre as regras de direito interno; que em consequência ele não deverá examinar a questão pela qual ao tomar a sua decisão a Alta Autoridade violou princípios de Direito Constitucional alemão (que consagram direitos fundamentais, no caso concreto os arts. 2.º e 12.º da Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland)»⁽¹³⁾.

O TCE colocou pois, nesta primeira fase, a necessidade de uniformidade do direito comunitário acima de qualquer consideração dos direitos fundamentais de uma forma absoluta. Realmente, ao recusar-se a apreciar qualquer disposição nacional mesmo que relativa aos direitos fundamentais, o TCE visava resguardar o primado do direito comunitário na sua componente *uniformidade de interpretação e de aplicação* do próprio direito comunitário⁽¹⁴⁾.

Esta orientação viria contudo a ceder perante a necessidade de protecção dos direitos fundamentais na subsequente jurisprudência do TCE. Com efeito, é hoje reconhecido não poder a delegação de poderes dos Estados membros em favor das Comunidades⁽¹⁵⁾ envolver uma diminuição do nível de protecção dos direitos fundamentais garantidos pelas ordens constitucionais dos Estados membros.

A segunda fase da jurisprudência do TCE, nas suas várias etapas, foi inaugurada pelo acórdão «Stauder»⁽¹⁶⁾. Nele, pela primeira vez, o TCE considerou-se competente para assegurar o respeito pelos direitos fundamentais, ao mesmo tempo que incluía estes no âmbito dos princípios gerais de

(12) TCE, acórdão de 4.2.1959, proc. 1/58, «Stork», Rec. 1959, p. 45.

(13) No mesmo sentido, TCE, acórdão de 15.7.1960, procs. apensos 36, 37, 38 e 40/59, «Comptoirs de vente du charbon de la Ruhr», Rec. 1960, p. 857, e acórdão de 1.4.1965, proc. 40/64, «Sgarlatta», Rec. 1965, p. 279.

(14) Cfr. Pierre Pescatore, *Fundamental rights and freedoms in the system of the European Communities*, AJCL, 1970, p. 343, e Gerhard Bebr, *Development of Judicial Control of the European Communities*, 1981, p. 478.

(15) Sobre a questão «delegação ou transferência de poderes» dos Estados membros para as CE, Fausto de Quadros, *Direitos das Comunidades Europeias e Direito Internacional Público*, 1984, p. 196.

(16) TCE, acórdão de 12.11.1969, proc. 29/69, «Stauder», Rec. 1969, p. 419.

direito comunitário⁽¹⁷⁾. Este segundo considerando iria revestir uma extraordinária importância dado que, uma vez afirmado o primado do direito comunitário mesmo sobre o direito constitucional dos Estados membros⁽¹⁸⁾, não se vislumbrava qualquer solução dentro do restrito plano das relações entre o direito interno e o direito comunitário. A única possibilidade de manter incólume a protecção dos direitos fundamentais no âmbito comunitário era a de os integrar no próprio direito comunitário, solução que então se começou a desenhar, sendo definitivamente afirmada pelo TCE no acórdão «Internationale Handelsgesellschaft»⁽¹⁹⁾.

Neste acórdão, o TCE, ainda que se tenha recusado a apreciar a compatibilidade do direito comunitário derivado face ao direito constitucional nacional dos Estados membros, mantendo a autonomia do direito comunitário, com as suas fontes e estruturas próprias, veio a afirmar a consagração no âmbito comunitário de princípios gerais de protecção aos direitos fundamentais. A posição conciliadora adoptada transparece da letra do próprio acórdão, ao afirmar que «...o respeito pelos direitos fundamentais faz parte integrante dos princípios gerais de direito dos quais o Tribunal (das Comunidades) assegura o respeito; que a salvaguarda desses direitos, inspirando-se nas tradições constitucionais comuns aos Estados membros, deve ser assegurada no quadro da estrutura e dos objectivos da Comunidade...».

Mais importante que a afirmação da autonomia dos direitos fundamentais como fonte de direito comunitário é a admissibilidade do recurso aos

⁽¹⁷⁾ Sobre os princípios gerais de direito, Paul Reuter, *Le recours de la Cour de Justice des Communautés Européennes à des principes généraux du droit*, Mélanges Henri Rolin, 1964, p. 263, e Helmut Lecheler, *Der Europäische Gerichtshof und die allgemeinen Rechtsgrundsätze*, 1971, p. 45.

⁽¹⁸⁾ Entre outros, TCE, acórdão de 15.7.1964, proc. 6/64, «Costa v. Enel», Rec. 1964, p. 1141; sobre este acórdão, B. de Witte, *Retour à «Costa»*, *La primauté du droit communautaire à la lumière du droit international*, RTDE, 1984, p. 425. Sobre o primado do direito comunitário, Pierre Pescatore, *L'ordre juridique des Communautés Européennes*, 1973, p. 227; Jean Victor Louis, *A Ordem Jurídica Comunitária*, 3.ª ed. (tradução portuguesa), 1985, p. 120. Complementarmente, TCE, acórdão de 5.2.1963, proc. 26/62, «Van Gend en Loos», Rec. 1963, p. 1; acórdão de 17.12.1970, proc. 33/70, «SACE», Rec. 1970, p. 1213; acórdão de 19.1.1982, proc. 8/81, «Becker», Rec. 1982, p. 53.

⁽¹⁹⁾ TCE, acórdão de 17.12.1970, proc. 11/70, «Internationale Handelsgesellschaft», Rec. 1970, p. 1125. V. ainda os comentários a este acórdão em J. Boulois e R. M. Chevallier, *Grands arrêts de la Cour de Justice des Communautés Européennes*, Tomo I, 4.ª edição, 1987, p. 102; Andrew Drzemczewski, *European Human Rights Convention in Domestic Law*, 1983, p. p. 244 e 346; Alessandro Rottola, *Il problema della tutela dei diritti fondamentali nell'ambito dell'ordinamento comunitario*, RDE, 1978, p. 221; T. C. Hartley, *The Foundations of European Community Law*, 1981, p. 124; W. R. Edison e F. Wooldridge, cit. nota 2, p. 8.

princípios fundamentais das ordens jurídicas nacionais como «fontes de conhecimento do direito (fontes *cognoscendi*)» (20). Ao objectivo *uniformidade* sobrepunha-se, em certa medida, a necessidade geral de *homogeneidade estrutural* nas relações entre o direito comunitário e as ordens jurídicas de cariz liberal e democrático dos Estados membros. Estruturava-se um conceito comunitário próprio de direitos fundamentais, evoluindo a jurisprudência do TCE de meras referências aos direitos fundamentais para uma análise do sistema destes como tal, sem esquecer os princípios fundamentais decorrentes dos actos convencionais internacionais a que os Estados membros haviam já aderido, verdadeiros «auxiliares de legitimação» (21). O direito comunitário tem assim nos fundamentos comuns às Constituições dos Estados membros, e não nas normas constitucionais em si, uma justificação de validade (*Gelungsgrund*) dos direitos fundamentais (22). Será pois tendo em atenção os objectivos de integração postulados pela CE, e não as ordens constitucionais dos Estados membros, que o TCE deverá determinar o alcance e os limites aos direitos fundamentais comunitariamente garantidos.

No acórdão «Nold» (23) o TCE continuou a sua obra de desenvolvimento e consolidação das garantias dos direitos fundamentais na ordem jurídica comunitária. A importância deste acórdão desdobra-se em dois aspectos, autónomos mas complementares: num primeiro momento, depois de reafirmar a identidade entre os direitos fundamentais e os princípios gerais de direito, o TCE constituiu-se a ele mesmo na obrigação de se «...inspirar nas tradições constitucionais comuns aos Estados membros», donde não poder admitir quaisquer «medidas incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos e garantidos pelas Constituições desses Estados membros»; num segundo momento, assinalando ainda mais veementemente o seu respeito pelos direitos fundamentais, o TCE veio a considerar que «os instrumentos internacionais relativos à protecção dos direitos do homem nos quais os Estados membros cooperaram e aderiram podem igualmente fornecer indicações que convém ter em conta no quadro do direito comunitário...».

(20) Manfred A. Dausen, cit. nota 1, p. 405.

(21) I. Pernice, *Grundrechtsgehalte im europäischen Gemeinschaftsrecht*, 1979, p. 135, salientando a não atribuição do efeito directo no quadro comunitário a tais normas.

(22) Pierre Pescatore, *Bestand und Bedeutung der Grundrechte im Recht der Europäischen Gemeinschaften*, *Europarecht*, p. 1.

(23) TCE, acórdão de 14.5.1974, proc. 4/73, «Nold», *Rec.* 1974, p. 491. Sobre este acórdão, T. C. Hartley, cit. nota 19, p. 125.

Na ausência já salientada de uma enumeração concreta dos direitos fundamentais reconhecidos pelo direito comunitário, procurou o TCE suprir tal omissão pela identificação desses mesmos direitos, dando ao conceito de direitos fundamentais, inicialmente mencionado genericamente, um conteúdo concreto (24).

O recurso a um instrumento internacional relativo aos direitos fundamentais pelo TCE, de forma específica, viria a ser pela primeira vez utilizado no acórdão «Rutili» (25). Neste acórdão, o TCE instado a pronunciar-se sobre uma questão relativa à justificação de os Estados membros aplicarem medidas de ordem pública, limitando assim o alcance da livre circulação dos trabalhadores, considerou que «tais limitações aos poderes dos Estados membros em matéria de polícia de estrangeiros apresentam-se como a manifestação específica de um princípio mais geral consagrado pelos arts. 8.º, 9.º, 10.º e 11.º da Convenção de salvaguarda dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, assinada em Roma em 4.11.1950, ratificada por todos os Estados membros, e do art. 2.º do protocolo n.º 4 à mesma Convenção, assinado em Estrasburgo em 16.9.1963, que dispõem, em termos idênticos, que as excepções, em virtude das necessidades de ordem e segurança públicas, aos direitos garantidos pelos arts. citados, não podem ultrapassar o quadro do necessário à salvaguarda dessas necessidades *numa sociedade democrática*». Ainda que dentro de um contexto propício à prossecução dos objectivos comunitários, o TCE identificava pela primeira vez um instrumento convencional «estranho» à ordem jurídica comunitária relativo à garantia dos direitos fundamentais.

Esta atitude viria a ser reiterada pelo TCE no acórdão «Hauer» (26). Constitui este acórdão o ponto culminante de uma jurisprudência que se vinha desenvolvendo a um ritmo aconselhadamente prudente. Encerrava-se, deste modo, um parágrafo da história comunitária em matéria de direitos

(24) Sobre os direitos fundamentais nas ordens jurídicas dos Estados membros, Rudolf Bernhardt, *Problemes liés à l'établissement d'un catalogue des droits fondamentaux pour les Communautés Européennes*, Boletim das CE, Suplemento 5/76, p. 16. Sobre a identificação dos direitos fundamentais, J. P. Dubouis, *Le rôle de la Cour de Justice des Communautés Européennes: object et portée de la protection*, RIDC, 1981, p. 608, e Pierre Pescatore, *Les droits de l'homme et l'intégration européenne*, CDE, 1968, p. 629.

(25) TCE, acórdão de 28.10.1975, proc. 36/75, «Rutili», Rec. 1975, p. 1219, em especial considerando 32. A referência à Convenção viria a ser retomada inúmeras vezes, e continua a sê-lo, conforme TCE, acórdão de 15.5.1986, proc. 222/84, «Johnston», Rec. 1986.

(26) TCE, acórdão de 13.12.1979, proc. 44/79, «Hauer», Rec. 1979, p. 3727.

fundamentais. Afirmando sempre o primado do direito comunitário, mas efectuando paralelamente uma minuciosa análise das ordens jurídicas dos Estados membros e do Direito Internacional pertinentes na matéria⁽²⁷⁾, o TCE veio a balizar o alcance preciso dos direitos fundamentais no contexto comunitário. Assim, os direitos fundamentais devem ser compreendidos numa perspectiva funcional e não absoluta, tendo-se sempre presentes a função social dos bens e actividades visadas, o que não retira a proeminência às garantias dos direitos fundamentais comunitariamente salvaguardados⁽²⁸⁾. As condicionantes que o recurso aos direitos fundamentais devem preencher, claramente definidas neste acórdão, agrupam-se em três grandes parâmetros: a) justificação da intervenção pelos objectivos de interesse geral prosseguidos pelas CE; b) proporcionalidade da intervenção face ao fim visado; c) garantia da subsistência do direito protegido.

O acórdão «Hauer» vinha assim reafirmar a jurisprudência do acórdão «Nold» na medida em que já este havia referido não constituírem os direitos fundamentais, no contexto comunitário, *prerogativas absolutas*, devendo antes «ser considerados à luz das funções sociais, da propriedade e das actividades que eles protegem. Por esta razão, os direitos desta natureza são sempre protegidos sob reserva das limitações colocadas de facto ao interesse publico». E continuava o acórdão «Nold», afirmando ainda que «parece mesmo legítimo que no interior da ordem jurídica comunitária esses direitos sejam, se necessário, submetidos a certos limites justificados pelos objectivos prosseguidos pela Comunidade, na condição que a substância desses direitos não seja ameaçada». À extrema relatividade do conceito de direitos fundamentais vem assim juntar-se todo um conjunto de normas restritivas do próprio direito comunitário, o que, contudo, não retira o mérito dos esforços prosseguidos pelo TCE para dar a maior garantia possível aos direitos fundamentais na sua esfera de actuação, esforços esses geralmente bem sucedidos⁽²⁹⁾.

⁽²⁷⁾ No caso concreto, o art. 1.º do protocolo n.º 1 à Convenção Europeia de salvaguarda dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

⁽²⁸⁾ Nesta questão se desenvolve a teoria das «barreiras imanentes dos direitos fundamentais» referida por Manfred A. Dausen in cit. nota 1, p. 405.

⁽²⁹⁾ Por exemplo, a interpretação restritiva do conceito de ordem pública, adoptada pelo TCE, no âmbito da livre circulação de pessoas. Entre outros, cfr. Gérard Druesne, *La réserve d'ordre public et l'article 48 du Traité de Rome*, RTDE, 1976, p. 229; Paul Demaret e Brigitte Ernst de la Graete, *Mésures nationales d'ordre public et circulation des personnes entre Etats membres*, CDE, 1983, p. 255; J. C. Moitinho de Almeida, cit. nota 9, p. 477.

Estabelecido o quadro operacional de aplicação dos direitos fundamentais e definida a área de competência comunitária, o TCE passou então, essencialmente, a debruçar-se sobre os diversos direitos fundamentais individualmente, no plano da sua aplicação aos casos concretos. Contudo, mesmo assim o TCE nunca deixou de revelar uma progressivamente mais vincada intenção de garantir a protecção dos direitos fundamentais na sua jurisprudência. Foi assim que, no acórdão «Panasonic»⁽³⁰⁾, o TCE não efectuou qualquer alusão aos princípios constitucionais comuns aos Estados membros, apreciando de imediato o art. pertinente da Convenção Europeia de salvaguarda dos direitos do homem face à questão levantada⁽³¹⁾. A presunção que se procurou retirar deste acórdão, de que o TCE considerava aquela Convenção como parte integrante do direito comunitário, foi posteriormente esclarecida, tendo o próprio TCE afirmado que a ele não se referem os direitos fundamentais no abstracto, apenas se preocupando com os direitos fundamentais se decorrem dos tratados institutivos e tem influência sobre as questões de direito comunitário.

O TCE havia assim identificado as fontes de conhecimento dos direitos fundamentais. Começando por recorrer aos princípios gerais de direito, o TCE desde logo se muniu de toda uma vasta gama de direitos no seu campo de actuação. Realmente, tais princípios englobam conceitos extremamente genéricos (caso da boa-fé), paralelamente com noções precisas (como a de a uma infracção corresponder uma única condenação). De qualquer modo, não se limitou o TCE a afirmar princípios inspirados quer no Direito Internacional Público, quer nos direitos internos dos Estados membros, construindo todo um conjunto de princípios consentâneos com a natureza e os objectivos próprios das CE⁽³²⁾.

⁽³⁰⁾ TCE, acórdão de 26.6.1980, proc. 136/79, «Panasonic», Rec. 1980, p. 2033.

⁽³¹⁾ Tratava-se, neste acórdão, do direito à vida privada, e, consequentemente, do art. 8.º da Convenção.

⁽³²⁾ Um caso particularmente ilustrativo desta consagração «ex-novo» dos princípios gerais de direito pelo TCE é o princípio pelo qual um tratamento diferente só é legítimo se a ele corresponder uma situação igualmente diversa, salvo se esse tratamento diferente for objectivamente justificado (v. TCE, acórdão de 21.6.1958, proc. 8/57, «Hauts fourneaux et aciéries belges», Rec. 1958, p. 223; acórdão de 19.10.1977, procs. apensos 117/76 e 16/77, «Quellmehl», Rec. 1977, p. 1753; acórdão de 19.10.1977, procs. apensos 124/76 e 20/77, «Maisgritz», Rec. 1977, p. 1795). Cfr. ainda D. Lasak e J. W. Bridge, *An introduction to the Law and Institutions of the European Communities*, 1976, p. 96. Para uma listagem dos princípios gerais de direito reconhecidos pelo TCE, Comissão das CE, *La protection des droits fondamentaux dans la Communauté Européenne*, Boletim das CE, Suplemento 5/79; J. Boulois e R. M. Chevallier, cit. nota 19, comentário aos acórdãos «Portelange» e «Algera», p. p. 89 a 101 e «Beus», p. p. 107 a 110; J. C. Moitinho de Almeida, cit. nota 9, p. 36.

Uma segunda fonte integra as disposições constitucionais comuns aos Estados membros. O TCE, ainda que preservando o primado do direito comunitário na sua essência, como «exigência existencial»⁽³³⁾ do direito comunitário, reconheceu não poder sustentar «qualquer medida incompatível com os princípios comumente reconhecidos e protegidos pelas Constituições dos Estados membros»⁽³⁴⁾. O alcance destes direitos e o recurso que a eles se faz foi igualmente objecto de precisão por parte do TCE: realmente, a conclusão de que, deste modo, o TCE procura estabelecer um critério comum mínimo, ou seja, um princípio comum às Constituições dos Estados membros, viria inviabilizar o efeito prático de todo o processo. A consideração dos direitos fundamentais protegidos pelas Constituições dos Estados membros, e não por todas as Constituições dos Estados membros, por parte do TCE, afirmada no acórdão «Nold», indicia a pesquisa de uma «espécie de critério óptimo dos direitos fundamentais»⁽³⁵⁾ por parte daquele Tribunal, preferindo um critério basicamente de ordem qualitativa a um outro essencialmente quantitativo. Mais uma vez o TCE evidenciou a extrema flexibilidade da sua linha jurisprudencial, procurando elementos de convergência dos direitos nacionais, sem menosprezar a unidade intrínseca do próprio direito comunitário⁽³⁶⁾.

Uma terceira fonte geral dos direitos fundamentais em direito comunitário e simultaneamente a última a ser considerada, mas nem por isso de menor importância, decorre do Direito Internacional em matéria de Direitos do Homem. Ainda que a já mencionada Convenção Europeia dos Direitos do Homem compreensivelmente ocupe o centro dinâmico neste domínio, nela não se esgota todo o vasto leque de textos convencionais de Direito Interna-

⁽³³⁾ Pierre Pescatore, cit. nota 18, p. 227.

⁽³⁴⁾ Laurent Marcoux Jr., cit. nota 4, p. 716.

⁽³⁵⁾ Comissão das CE, cit. nota 32. Contra tal critério, referindo mesmo o perigo de «exportação de regimes nacionais», perfeitamente injustificado, J. C. Moitinho de Almeida, cit. nota 9, p. 58. No mesmo sentido, defendendo abertamente a concepção maximalista, Denis Woelbroeck, *Le principe de la non-rétroactivité en droit communautaire à la lumière des arrêts «isoglucose»*, RTDE, 1983, p. 378; Patrick Hetsch, *Emergence des valeurs morales dans la jurisprudence de la CJCE*, RTDE, 1982, p. 536; Christoqher Sasse, cit. nota 9, p. 303. O afastamento do espírito que presidiu aos Acordos do Luxemburgo, e, conseqüentemente, da regra da unanimidade, face ao Acto Único Europeu, parece ter derrubado o derradeiro suporte desta concepção.

⁽³⁶⁾ Cfr. Rudolf Bernhardt, cit. nota 24, p. 27; Hilf, *The protection of fundamental rights in the Community*, European Law and the Individual, 1976, p. 149.

cional em matéria de direitos fundamentais⁽³⁷⁾. Havia pois que apurar se o TCE se deveria restringir à Convenção Europeia, da qual todos os Estados membros são partes contraentes, ou se lhe era igualmente legítimo considerar neste âmbito os demais instrumentos de Direito Internacional nos quais não havia uma igual unanimidade de participação por parte dos Estados membros. Ainda que parte da doutrina considere tal unanimidade como condição indispensável para que o TCE possa recorrer a um qualquer instrumento jurídico de Direito Internacional⁽³⁸⁾, nada parece impedir que se adopte quanto ao Direito Internacional uma idêntica postura à definida face aos princípios constitucionais dos Estados membros. Também aqui melhor se coaduna com a própria dinâmica comunitária o recurso à técnica do critério óptimo, preferindo-se uma vez mais a convergência à unanimidade, quer se esteja face a Direito Internacional convencional, quer mesmo perante Direito Internacional consuetudinário⁽³⁹⁾.

A ADESÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS À CONVENÇÃO EUROPEIA DE SALVAGUARDA DOS DIREITOS DO HOMEM E DAS LIBERDADES FUNDAMENTAIS

Se é certo que a consolidação e o reforço da protecção dos direitos fundamentais por parte das CE pressupõe, por um lado, a solidificação do papel até agora desempenhado pela jurisprudência comunitária, e, por outro lado, a elaboração de um rol exaustivo dos direitos fundamentais a integrar no próprio direito comunitário, a adesão das CE à Convenção Europeia de

⁽³⁷⁾ Entre outros, muito particularmente, as Convenções elaboradas no seio da ONU. Sobre a questão do Direito Internacional em matéria de direitos do homem como fonte de Direito Comunitário, Henry Schermers, *The European Court of Justice: promoter of European integration*, AJCL, 1974, n.º 444, p. 454. Para uma consulta dos textos e documentos, Karel Vasak, *La protection internationale des droits de l'homme. 25ème anniversaire de la Declaration Universelle*, 1973.

⁽³⁸⁾ Entre outros, M. Sorensen, *The Enlargement of European Communities and the protection of Human Rights*, European Yearbook, 1971, e Pierre Pescatore, *The Protection of Human Rights in the European Communities*, CMLR, 1972.

⁽³⁹⁾ Visa a referência ao Direito Internacional consuetudinário especialmente a Declaração Universal dos Direitos do Homem (UN DOC. A/810, 1984), que deverá constituir um precioso auxiliar de interpretação em matéria de direitos fundamentais. Sobre a influência exercida pela Declaração na prática internacional, L. B. Sohn e T. Buergenthal, *International Protection of Human Rights*, 1973, p. 518.

salvaguarda dos direitos do homem e das liberdades fundamentais apresenta-se, no presente momento, como a solução mais realista e viável.

Realmente, a mencionada elaboração de um rol exaustivo de direitos fundamentais, dadas as implicações que envolve, constitui uma empresa talvez excessivamente arrojada no estágio actual da integração europeia. Não que não seja desejável, possibilitando, inclusivamente, a inclusão de facto de toda uma série de direitos fundamentais de cariz económico e social, imprevisíveis quando da elaboração da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

A *Carta comunitária dos direitos fundamentais* é contudo um elemento fundamental de um novo *direito constitucional europeu* ainda hoje embrionário⁽⁴⁰⁾. A imprescindível vontade política dos Estados membros para levar a bom termo tão árdua tarefa afigura-se-nos, porém, extremamente difícil de, para já, ser unanimemente alcançada⁽⁴¹⁾. Se, no plano dos direitos fundamentais clássicos, a idêntica estrutura sociopolítica dos Estados membros constitui um factor de entendimento viabilizador da elaboração mais ou menos pacífica de tal enumeração, já no âmbito dos direitos fundamentais de conteúdo socioeconómico as diferentes orientações económicas dos Estados membros e as particularidades dos ordenamentos legislativos na matéria tornam estes dificilmente coadunáveis. Ora, os direitos económicos e sociais constituem a espinha dorsal de todo o ordenamento jurídico comunitário, sendo evidente o perigo de, na falta de um consenso absoluto nesta matéria, a enumeração dos direitos fundamentais ter um efeito contrário ao pretendido. Basta, para tal, que essa enumeração obedeça a um critério do menor denominador comum, deixando de fora todo um vasto campo, podendo mesmo fazer excluir princípios já afirmados na jurisprudência do TCE, privando de eficácia sistemas de protecção já consagrados.

Também a jurisprudência do TCE, ainda que tenha vindo a ser o motor de toda a actividade comunitária em matéria de direitos fundamentais, apresenta alguns contras se efectivamente se pretende a manutenção de uma linha de orientação favoravelmente evolutiva para os direitos fundamentais.

⁽⁴⁰⁾ A desejada carta comunitária dos direitos fundamentais constitui uma peça central do desenvolvimento constitucional europeu, solidificando a legitimação de base das CE. Neste sentido, Manfred A. Dausen, cit. nota 1, p. 402, e K. Bahlmann, cit. nota 2, p. 17.

⁽⁴¹⁾ A situação vivida quando da recusa da ratificação do Tratado CED em 28.8. 1954 por parte da Assembleia Nacional Francesa está ainda hoje presente na elaboração dos actos comunitários, inclusivamente do próprio Acto Único Europeu (v. em particular o seu art. 30.º).

Adstrito ao primado e a unidade do direito comunitário e ao princípio da competência atribuída enunciado pelo art. 4.º CEE, o TCE não pode, por si, garantir uma segurança jurídica ao «cidadão europeu» que a prévia enumeração dos direitos fundamentais claramente que lhe iria prover. A possibilidade de um conflito institucional vertical (interórgãos comunitários) ou horizontal (nas relações TCE/tribunais nacionais)⁽⁴²⁾ é um outro elemento dissuasor de uma mais vasta acção por parte do TCE, que nem mesmo o recurso aos princípios gerais de direito e ao Direito Internacional consegue dissipar por inteiro. A incerteza e o carácter imprevisível⁽⁴³⁾ que as acções decorrentes da actividade do TCE neste domínio exprimem, não constituem elementos minimamente desejáveis numa perspectiva a longo ou médio prazo.

Realmente, a protecção dos direitos fundamentais não deve, e não pode mesmo, ser unicamente objecto de atenção jurisprudencial. Sendo os direitos fundamentais um elemento estrutural de uma sociedade democrática, extravasando largamente as situações de âmbito individual e subjectivo, a solução comunitária de carácter jurisprudencial revela-se claramente limitada e limitativa. É, aliás, nesta perspectiva, procurando de certa forma suprir a falta de uma estrutura comunitária parlamentar que, a exemplo das situações puramente estaduais, legitimamente reflecta os valores sociais dominantes, os órgãos comunitários têm levado a cabo diversas iniciativas de carácter mais marcadamente político. São inúmeras as declarações e as resoluções emanadas especialmente do Parlamento Europeu e da Comissão das CE que visam marcar uma clara posição em matéria de direitos fundamentais⁽⁴⁴⁾. Em todas estas manifestações de vontade dos órgãos comunitários é nítido o desejo de aproximar o sistema de protecção dos direitos fundamentais aos

⁽⁴²⁾ Cfr. referência ao critério óptimo quando analisados os princípios constitucionais dos Estados membros.

⁽⁴³⁾ Tal é salientado in Comissão das CE, *Adhésion des Communautés à la Convention Européenne des droits de l'homme*, Boletim das CE, Suplemento 2/79, p. 7.

⁽⁴⁴⁾ Cfr., entre outros, Resolução do Parlamento Europeu de 4.4.1973 relativa à salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos dos Estados membros na elaboração do Direito Comunitário, in JOCE n.º C26, 1977, p. 7; Declaração comum de 5.4.1977, cit. nota 6; Resolução do Parlamento Europeu de 16.11.1977 sobre a atribuição de direitos especiais aos cidadãos das CE, in JOCE n.º C299, 1977, p. 26; Declaração sobre a democracia dos Chefes de Estado e de governo reunidos no Conselho de 7 e 8.4.1978; Memorando da Comissão das CE in *Boletim das CE*, Suplemento 2/79, cit.; Resolução do Parlamento Europeu de 27.4.1979, in JOCE n.º C127, 1979, p. 69; Resoluções do Parlamento Europeu de 14.9.1983 sobre o projecto do Tratado da União Europeia, in JOCE n.º C277, 1983, p. 95, e de 14.2.1984, (Relatório Spinelli). Recorde-se ser o Relatório Spinelli a base do Acto Único Europeu. Sobre o Acto Único, Jean Paul Jacque, *L'acte unique européen*, RTDE, 1986, p. 575; Pierre Pescatore, *Observations critiques sur L'Acte Unique Européen*, DDC, n.º 23, 1985, p. 7.

sistemas dos Estados membros, o que necessariamente toca em questões tão complexas como o próprio equilíbrio institucional das CE e o reforço dos poderes do Parlamento Europeu. O projecto de tratado institutivo da União Europeia expressamente se refere aos «direitos e liberdades... que resultam dos princípios comuns provenientes das Constituições dos Estados membros e da Convenção Europeia de salvaguarda dos direitos do homem e das liberdades fundamentais», aos «direitos económicos, sociais e culturais que resultam das Constituições dos Estados membros e da Carta Social Europeia», bem como à ratificação pela CE dos textos de Direito Internacional pertinentes na matéria e à adopção da sua própria declaração dos direitos fundamentais. Não se pode deixar de vislumbrar em todas estas referências uma reacção do Parlamento Europeu à não consagração expressa e enumerativa dos direitos fundamentais em qualquer acto das CE, designadamente na Declaração solene adoptada pelo Conselho Europeu reunido em 20.6.1983 em Estugarda.

A Convenção Europeia de salvaguarda dos direitos do homem e das liberdades fundamentais ocupa, realmente, uma posição especial no seio das CE, desde logo dado ser o único texto convencional de Direito Internacional unanimemente vinculativo para todos os Estados membros na matéria⁽⁴⁵⁾.

A panorâmica que se poderá estabelecer das relações entre direito comunitário e a Convenção não é muito diversa daquela existente entre o direito comunitário e as Constituições dos Estados membros. Como resulta da jurisprudência do TCE⁽⁴⁶⁾, este apenas reconhece à Convenção um mero carácter indicativo, sendo levada em consideração na qualidade de fonte de conhecimento de direito e não de fonte geradora de direito⁽⁴⁷⁾.

Não que a atribuição de efeito directo a acordos internacionais seja um procedimento estranho ao TCE. Assim aconteceu quanto a acordos de as-

⁽⁴⁵⁾ Sobre as relações entre o Direito Comunitário e a Convenção, Gérard Cohen-Jonathan, *L'incidence de la Convention Européenne des Droits de l'homme sur les Communautés Européennes*, European Yearbook, 1981, p. 79.

⁽⁴⁶⁾ TCE, acórdãos «Nold», «Rutili» e «Hauer» já citados.

⁽⁴⁷⁾ Há, porém, quem admita uma vinculação do TCE à Convenção, o que levaria a ultrapassar o entendimento desta como um mero conjunto de princípios orientadores para o TCE. Sobre esta questão, Michael Waelbroeck, *La protection des droits fondamentaux à l'égard des Etats membres dans le cadre communautaire*, Melanges Fernand Dehaussé, vol. II, p. 333; Gérard Cohen-Jonathan, cit. nota 45, p. 98; A. G. Toth, *Legal Protection of Individuals in the European Communities*, vol. I, The Individual and Community Law, 1978, p. 109; J. C. Moitinho de Almeida, cit. nota 9, p. 56; S. Gandhi, *Interaction between the protection of fundamental rights in the European Economic Community and under the European Convention of Human Rights*, LIEI, 1981, p. 4; T. C. Hartley, cit. nota 19, p. 126.

sociação celebrados entre as CE e terceiros Estados⁽⁴⁸⁾ e mesmo quanto a acordos internacionais celebrados pelos Estados membros fora do âmbito comunitário, *maxime* quanto ao GATT⁽⁴⁹⁾, desde que preenchidas determinadas condições⁽⁵⁰⁾. Contudo, e para além da reserva manifestada nos acórdãos «Nold», «Rutili» e «Hauer», o acórdão «Pecastaing»⁽⁵¹⁾ considerou «desnecessário» examinar a eventual tomada em consideração da Convenção (no caso, do seu art. 6.º) uma vez que o direito comunitário «responde à exigência de um processo equitativo formulado pelo art. 6.º da Convenção». A Convenção via uma vez mais confirmado o seu papel de mero elemento suplementar de legitimação face ao direito comunitário; tal leva a que o TCE venha pontualmente, de forma directa ou indirecta, a elaborar a sua própria jurisprudência interpretativa da Convenção⁽⁵²⁾.

Parece pois que, dada a não adesão das CE à Convenção Europeia de salvaguarda dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, esta não pode contrariar os actos de direito comunitário, excluindo-se ainda, por exemplo, os requerimentos de Estados ou de particulares dirigidos contra as CE ou contra qualquer dos seus órgãos, ou mesmo contra os Estados membros actuando no âmbito da CE.

É assim que, a cada passo, se afigura como mais premente a adesão de facto das CE à Convenção, diversas vezes recomendada pelos próprios órgãos comunitários⁽⁵³⁾. E não apenas no plano estritamente jurídico se podem

(48) TCE, acórdão de 30.4.1974, proc. 181/73, «Haegeman», Rec. 1974, p. 449; acórdão de 5.2.1976, proc. 87/75, «Bresciani», Rec. 1976, p. 129; acórdão de 24.11.1977, proc. 65/77, «Razanatsimba», Rec. 1977, p. 2229; acórdão de 30.11.1977, proc. 52/77, «Cayrol», Rec. 1977, p. 2261; acórdão de 29.4.1982, proc. 17/81, «Pabst», Rec. 1982, p. 1331; acórdão de 26.10.1982, proc. 104/81, «Kupferberg», Rec. 1982, p. 3641.

(49) TCE, acórdão de 12.12.1972, procs. apensos 21 a 24/72, «International Fruit», Rec. 1972, p. 1219; acórdão de 24.10.1973, proc. 9/73, «Schluter», Rec. 1973, p. 1135.

(50) Sobre o efeito directo dos acordos internacionais na ordem jurídica comunitária, entre outros, Gerhard Bebr, *Agreements concluded by the Community and their possible direct effect: from International Fruit to Kupferberg*, CMLR, 1983, p. 35; Jean Groux, *L'invocabilité en justice des accords internationaux des Communautés Européennes, à propos de plusieurs arrêts récents de la CJCE*, RTDE, 1983, p. 3; Henry Schermers, *The direct application of treaties with third states: note concerning the Polydor and Pabst cases*, CMLR, 1982, p. 563; Jean Groux e Philippe Manin, *As Comunidades Europeias na ordem internacional*, 1984, p. 116.

(51) TCE, acórdão de 5.3.1980, proc. 98/78, «Pecastaing», Rec. 1980, p. 691

(52) Para além dos já citados acórdãos «Rutili», «Hauer» e «Panasonic», cfr. TCE, acórdão de 29.10.1980, proc. 209/78, «Van Landewyck», Rec. 1980, p. 5125; acórdão de 19.6.1980, procs. apensos 41/79, 121/79 e 796/79, «Testa, Maggio e Vitale», Rec. 1980, p. 1979.

(53) Cfr. P. Lauprecht, *La Communauté et la Convention Européenne des droits de l'homme?*, Forum, Conselho da Europa, 3/82, p. 5.

vislumbrar razões suficientemente poderosas que aconselhem a adesão. Realmente, a posição internacional da Comunidade seria reforçada dado tal adesão constituir uma clara manifestação da defesa por parte das CE de uma matriz política democrática, permitindo demarcar as CE face a concepções dos direitos fundamentais estranhas ao normal entendimento europeu⁽⁵⁴⁾. A coesão interna da Comunidade seria igualmente reforçada, quer evitando que se tomassem as disposições constitucionais dos Estados membros como quadro de análise, quer aumentando a segurança jurídica do indivíduo, quer ainda estabelecendo um conjunto de critérios formais condicionante da adesão de qualquer terceiro Estado às CE. Mas não só as CE seriam potenciais beneficiários de tal adesão: o efeito de «contágio» do direito comunitário face à Convenção, que já hoje é evidente do direito comunitário relativamente aos direitos nacionais, constituiria um elemento de desenvolvimento dos meios de concretização dos direitos enunciados e permitiria e incorporação de todo um conjunto de direitos económicos e sociais não previstos na Convenção.

Claro que esta visada adesão coloca inevitáveis problemas, especialmente de natureza técnica⁽⁵⁵⁾. Contudo, não descortinamos qualquer questão que se nos afigure irresolúvel ou mesmo que possa suscitar dificuldades de monta.

Assim, paralelamente ao fim imediato visado (a protecção dos direitos fundamentais na CE), a adesão preenche ainda uma função complementar extremamente favorável, a de constituir uma «opção política viável»⁽⁵⁶⁾.

⁽⁵⁴⁾ Muito particularmente face àqueles que subjugam os direitos fundamentais a toda uma série de outros direitos, como o direito ao desenvolvimento e o direito à paz.

⁽⁵⁵⁾ Por exemplo, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem dirigir-se apenas a Estados, um Estado membro não aceitar o recurso individual, etc. Sobre estas questões que se podem levantar, P. Lauprecht, cit. nota 53, p. 8.

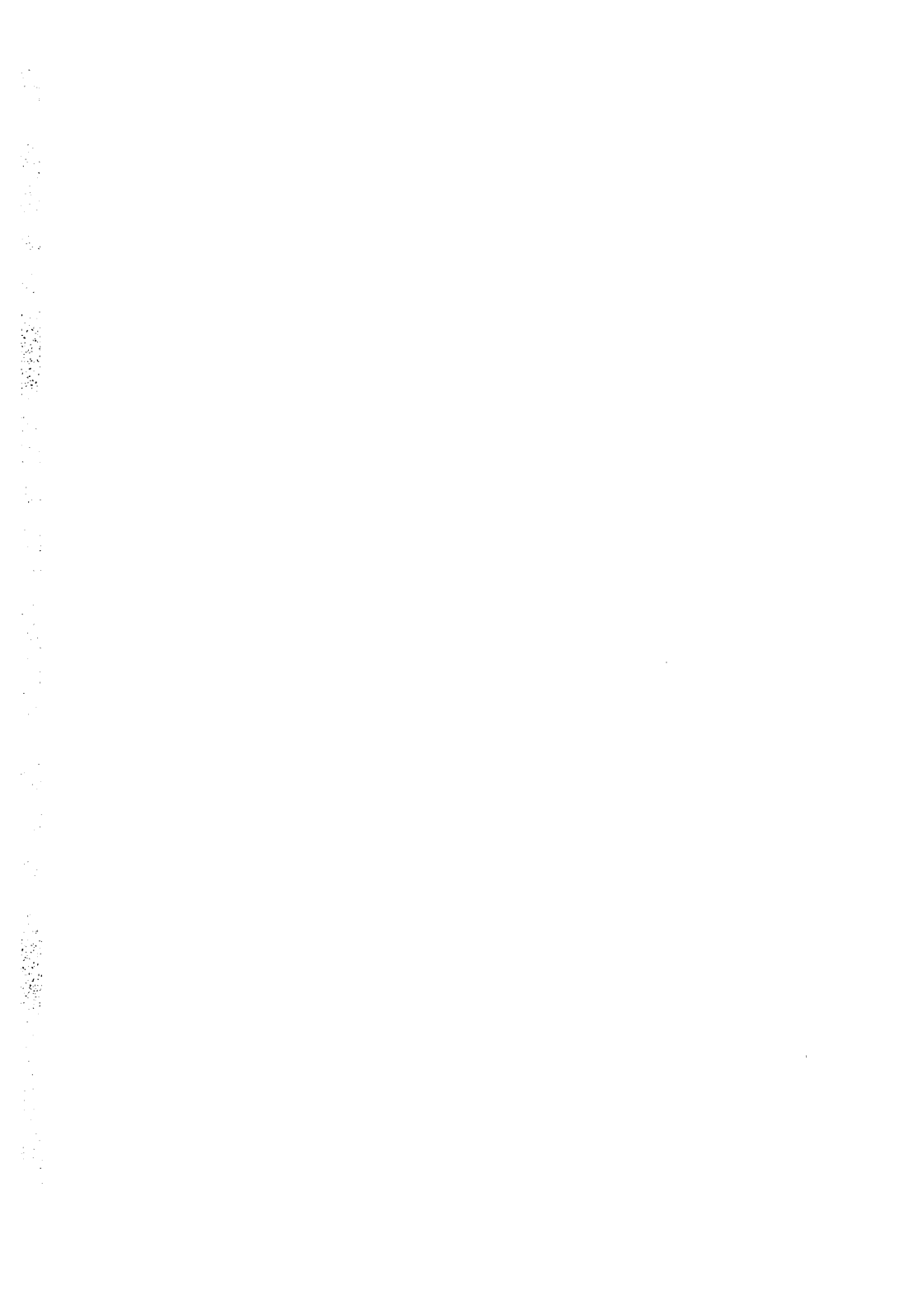
⁽⁵⁶⁾ Laurent Marcoux Jr., cit. nota 4, p. 729.

ABREVIATURAS

- AFDI — Annuaire Français de Droit International.
AJCL — American Journal of Comparative Law.
CDE — Cahiers de Droit Européen.
CE — Comunidades Europeias.
CECA — Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.
CEE — Comunidade Económica Europeia.
CEEA — Comunidade Europeia da Energia Atómica.
CED — Comunidade Europeia de Defesa.
CMLR — Common Market Law Review.
DDC — Documentação e Direito Comparado.
GATT — Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.
JOCE — Jornal Oficial das Comunidades Europeias.
LIEI — Legal Issues of European Integration.
ONU — Organização das Nações Unidas.
RDE — Rivista di Diritto Europeo.
Rec. — Recueil de la jurisprudence de la Cour de Justice des Communautés Européennes.
RIDC — Revue Internationale de Droit Comparé.
RTDE — Revue Trimestrielle de Droit Européen.
TCE — Tribunal das Comunidades Europeias.

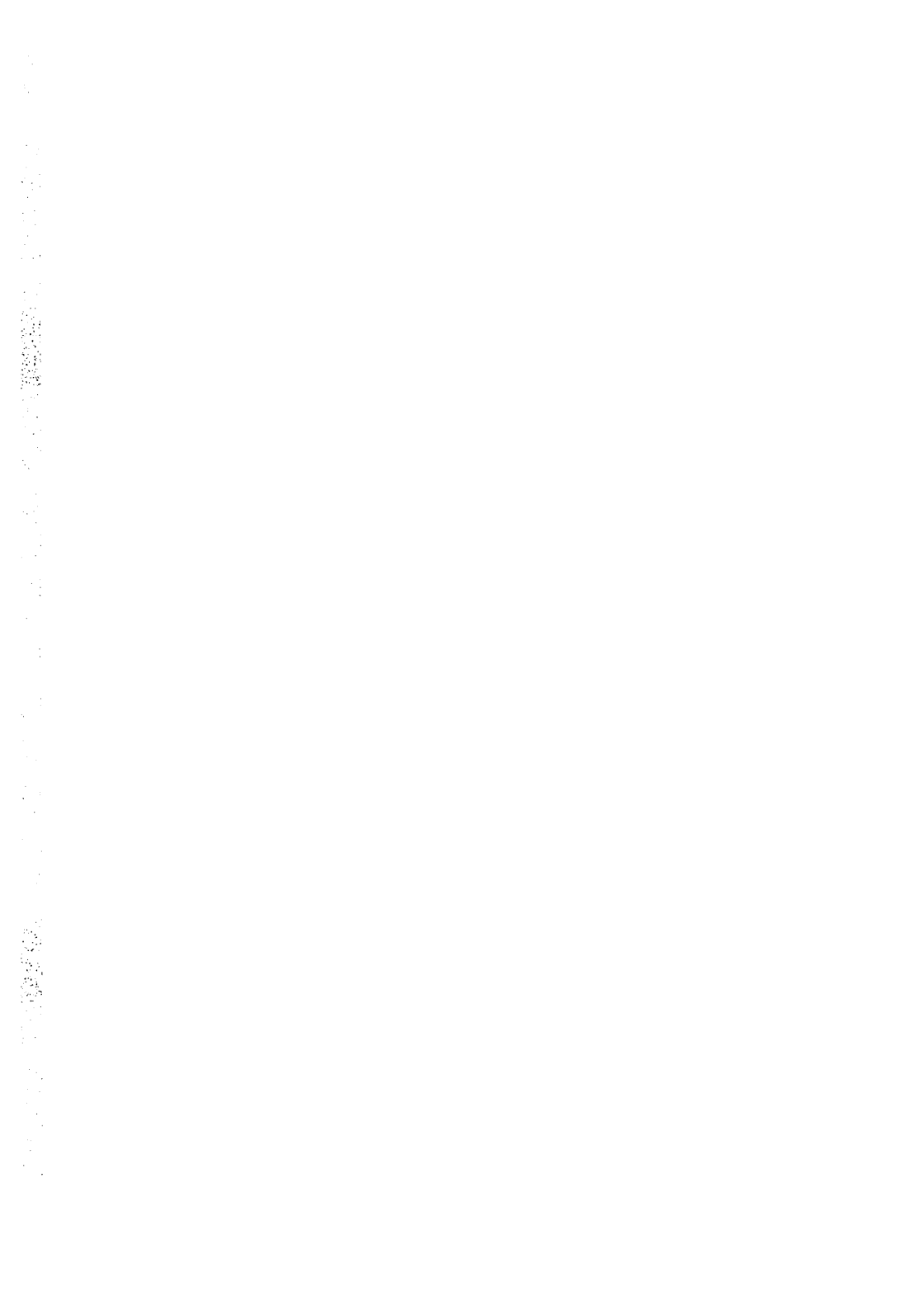
Alberto Ruano Bastos Raposo

Pós-graduado em Estudos Europeus



POPULAÇÃO E ALIMENTOS. O PRESENTE
E O FUTURO PRÓXIMO

José E. Mendes Ferrão



POPULAÇÃO E ALIMENTOS. O PRESENTE E O FUTURO PRÓXIMO (*)

1. INTRODUÇÃO

Em meados do ano passado os meios de comunicação social difundiram a notícia de que, em qualquer parte do Globo, tinha nascido o cidadão cinco mil milhões.

Para muitos esta informação não passou de mais um dado estatístico, sem dúvida importante. Ela foi a confirmação de previsões há muito tempo feitas e, por isso, por demais conhecidas.

Não faltou, porém, quem aproveitasse esta oportunidade para tecer considerações acerca do futuro sombrio da humanidade e alguns parece terem desenterrado conceitos técnica e cientificamente ultrapassados para virem novamente invocar os perigos da extinção da humanidade pelo desequilíbrio entre os alimentos e a população que cresceriam a taxas diferentes, menores os primeiros e maiores a segunda.

Deve ter-se bem presente, na análise desta questão, que o problema acima enunciado é muito mais vasto e complexo que uma simples regra aritmética entre as disponibilidades alimentares e a população e que se a fome que aflige milhões de seres humanos é uma das vertentes mais exaltadas, está muito longe de ser única.

Sobre o futuro da humanidade no que se refere à disponibilidade de alimentos pode deixar-se uma palavra de esperança bem fundamentada mas ela tem de ser acompanhada de bem sérias reservas. Referimo-nos especialmente à necessidade de compatibilizar e harmonizar o aumento, tão necessário nalguns locais, da produção agrícola com a protecção dos recursos naturais e de haver uma solidariedade efectiva entre as nações nesta matéria.

Como disse o Papa João Paulo II na sua alocução aos participantes na 24.ª Conferência da FAO realizada em Roma no passado mês de Novembro, «a produção de alimentos, a sua disponibilidade e distribuição são problemas que hoje ultrapassam as fronteiras dos países e até dos próprios continentes».

(*) Intervenção no Curso de Defesa Nacional, em Janeiro de 1988.

2. O PROBLEMA ALIMENTAR MUNDIAL

O problema alimentar mundial é vasto e complexo nas suas múltiplas vertentes.

É evidente que no tempo e espaço disponíveis não poderemos abordar senão alguns dos seus aspectos e, mesmo assim, de uma forma algo sintética. Os interessados por esta matéria poderão conhecer a nossa posição sobre outros pontos deste mesmo tema se consultarem outros trabalhos já publicados (2, 4, 5, 6, 7, 8, 9).

Geralmente nos grandes meios liga-se, de uma forma muito directa, a falta de alimentos à fome e a isto se resumirá o problema alimentar mundial.

Este conceito é muito restritivo e perigoso porquanto só em certos casos, de incidência localizada, ele corresponde à realidade. Estão fora desta análise problemas de outro tipo relacionados com os alimentos e alimentação que se vivem noutros países ou regiões, nomeadamente naqueles que têm excedentes e cujas comercialização e conservação são difíceis, problemáticas e custam somas fabulosas.

Três ideias aparecem mais vulgarmente referidas quando se fala no problema alimentar mundial e, sobretudo, quando indentificado com a fome.

Primeira, o aumento da população mundial verifica-se a uma taxa exagerada que alguns consideram preocupante.

Segunda, tem-se como muito difícil conseguir-se a produção de alimentos suficientes para uma população em crescimento.

Terceira, a contradição, considerada como o maior escândalo do nosso século, entre a existência simultânea, no mundo de fome por falta de alimentos e de excedentes alimentares, por vezes muito volumosos.

De uma forma condensada iremos abordar cada um destes pontos.

2.1 O AUMENTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL

Não havendo necessidade de recuar mais no tempo, pode dizer-se que a população mundial atingia pelo princípio do século cerca de mil milhões de pessoas.

Em 1980 a população mundial situou-se em 4,4 mil milhões de habitantes, isto é, em 80 anos aumentou 4,4 vezes. Como de há muito estava previsto, a população atingiu no ano passado 5 mil milhões de habitantes e no fim do século haverá 6,6 milhões de seres humanos, se as previsões se confirmarem.

Sendo assim, fácil é concluir-se que neste século a população crescerá 6,6 vezes, o que representará um acréscimo médio anual de 56 milhões de pessoas, isto é, 3 indivíduos a mais em cada minuto.

Se analisarmos, segundo o mesmo critério, o crescimento médio da população nos últimos 20 anos deste século, e porque a base é maior, então o valor anual médio situar-se-á em cerca de 110 milhões, ou seja, 6 pessoas a mais por minuto.

Procurando dar informação àqueles que muito naturalmente se preocupam com o futuro tendo em conta o ritmo de crescimento da população a que se faz referência, pode dizer-se que no próximo século não só se verificará um notável abrandamento do crescimento como também, de acordo com a Divisão da População das Nações Unidas, a população mundial atingirá por volta de 2092 os 10 mil milhões de habitantes e verificar-se-á, por essa época, uma tendência para a estacionaridade.

É isso que se pretende esquematicamente mostrar no quadro 1.

QUADRO 1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL

<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>Taxa</i>
7000 a. C.	± 10 milhões	
1900	1 000 milhões	
1960	3 000 milhões	
1980	4 400 milhões	6,6
1987	5 000 milhões	
2000	6 600 milhões	
2095	10 000 milhões	1,6

Mas é necessário ter em conta, como complemento importante desta análise, que a população mundial está muito longe de ter uma distribuição e crescimento uniformes.

Conhecem-se zonas do Globo onde existem altas densidades demográficas e elevadas pressões demográficas e outras que são autênticos desertos

humanos em algumas das quais existem ainda vastas extensões de terrenos cuja exploração está muito abaixo dos limites das suas capacidades.

Quanto às disparidades de crescimento da população nos diversos continentes achou-se conveniente elaborar o quadro 2.

QUADRO 2
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL (1965 - 1985)

	1965	1970	1975	1980	1986
Mundo	100,00	110,79	122,25	133,43	147,41
África	100,00	113,97	130,58	151,46	180,60
Am. Norte e Cent.	100,00	108,36	117,36	126,71	138,04
Am. do Sul	100,00	113,08	127,10	142,38	162,32
Oceânia	100,00	110,31	123,43	130,27	142,45
Ásia	100,00	112,93	126,46	138,81	153,82
Europa	100,00	103,24	106,52	108,86	111,02
US América	100,00	105,53	111,15	117,21	123,97
Japão	100,00	105,52	112,79	118,10	125,70
Grã-Bretanha	100,00	102,38	103,47	103,67	104,27
RD Alemanha	100,00	100,00	99,03	98,40	97,96
Camarões	100,00	111,25	125,09	142,22	167,47
C. do Marfim	100,00	123,04	149,94	181,08	225,02
Ghana	100,00	110,63	125,87	148,47	180,48
Quênia	100,00	120,06	146,78	178,29	228,45
Libéria	100,00	114,61	132,83	157,09	190,00
Moçambique	100,00	112,07	133,81	166,91	197,47
Nigéria	100,00	117,55	139,03	165,49	202,52
Tanzânia	100,00	116,63	137,23	162,84	201,40

FONTE: Anuários Estatísticos da FAO.

A análise dos valores nele incluídos permite verificar que a população mundial aumentou mais de 50 por cento nos últimos 22 anos e que este crescimento está muito longe de ser uniforme.

Com efeito, enquanto nos continentes em que se situa a maior parte dos países em desenvolvimento os crescimentos da população são elevados

e a população referida a 1965 duplicou ou duplicará nos próximos anos, com especial incidência no caso africano onde se verifica um aceleradíssimo crescimento da população, nos continentes onde se situa a maior parte dos países desenvolvidos o crescimento da população é muito mais lento. É evidente, dentro deste segundo contexto, a situação da Europa que nos últimos 22 anos viu a sua população aumentada de apenas cerca de 10 por cento.

Incluímos neste quadro, com carácter exemplificativo, a situação de alguns países desenvolvidos de diversas zonas do mundo e de alguns estados africanos cujos elevados índices de crescimento da população são bem conhecidos. Nos primeiros confirma-se o crescimento reduzido, nulo ou negativo, já referido. Nos segundos, é bem evidente a existência de taxas de crescimento muito elevadas e de tal forma que alguns já duplicaram a sua população nos últimos 20 anos em análise, outros estão quase a atingi-la, apesar das vicissitudes várias que alguns deles passaram ou estão a passar.

Se vier a confirmar-se, como se espera, que o crescimento da população se faça segundo aquelas tendências, então daqui a cerca de 50 anos o conjunto dos países em desenvolvimento reunirá três quartos a quatro quintos da população mundial.

Este grande espaço, motivo natural de grandes preocupações pelo seu atraso económico e técnico, pela instabilidade social e política, pelas fomes que afectam as populações que nele vivem, será, a nosso ver, o grande mercado de um amanhã não muito distante tendo em conta o elevado número de consumidores potenciais que encerra. Resta saber se atempadamente eles adquirirão o apropriado poder de compra.

Mas este grande espaço é também a sede de grandes áreas com enormes ou razoáveis potencialidades agrícolas onde não só será possível intensificar as culturas tradicionais como desenvolver, a preços competitivos, certas culturas em que hoje se baseiam as economias agrícolas de alguns países desenvolvidos.

E é ainda neste espaço que se encontra um conjunto notável de substâncias minerais tão necessárias ou mesmo indispensáveis a determinados tipos de actividade industrial.

Por exemplo, no continente africano situa-se 75 por cento da produção mundial de diamantes, 70 por cento de ouro, 50 por cento da de vanádio,

46 por cento da de platina, 36 por cento da de crómio, 30 por cento da de manganês, 20 por cento da de cobre e da de urânio, sem contar com o que falta descobrir ⁽⁸⁾.

Por todas estas razões, somadas a muitas outras, o mundo desenvolvido olha com muita atenção para esta grande área do Globo onde talvez se esteja já a jogar o bem-estar da humanidade do futuro.

2.2 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

É difícil fazer uma quantificação da produção de alimentos ao nível mundial devido a razões conhecidas, nomeadamente a sua diversidade e a imperfeição das estatísticas.

Pode no entanto afirmar-se, sem receio de contestação fundamentada, que a produção de alimentos tem vindo a crescer em todo o Mundo. Na década de 80 esse crescimento tem-se feito a uma taxa média de 2 por cento. Como diz o Dr. Saouma, «a produção de alimentos de base bate *record* sobre *record*» ⁽¹⁰⁾.

No quadro 3 apresentamos a evolução da produção nos últimos 35 anos de alguns produtos agrícolas mais representativos.

Em todos eles se verifica um crescimento acentuado, como o quadro indica, tanto nos produtos alimentares básicos como em outros. Note-se no entanto a retracção na produção de alguns cereais secundários cuja cultura se efectua normalmente nas áreas mais frias e temperadas.

Em consequência de crises alimentares que se verificaram em certos locais do Globo nos últimos anos, desenvolveu-se uma política de exclusividade ou prioridade às culturas alimentares nalguns países com maiores carências. O quadro 4 apresenta essa tendência, embora que de uma forma algo ténue.

A produção de alimentos tem crescido em todo o mundo e mesmo nos países em desenvolvimento ela aumenta mais do que a população. Porém esse crescimento não se tem feito de uma maneira uniforme. As diferenças de comportamento podem acompanhar-se no quadro 5 onde se inscrevem as posições dos continentes. Não pode ser esquecido que mesmo dentro de cada um deles, e sobretudo naqueles em que existem lado a lado países desenvolvidos e países em desenvolvimento, é possível encontrar profundas assimetrias.

QUADRO 3

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
(1948 - 50 = 100)

<i>Produto</i>	1985
Trigo	315
Arroz	293
Cevada	343
Milho	384
Centeio	87
Aveia	84
Milhos e sorgo	210
Raízes e tubérculos	155
Batata	118
Mandioca	278
Batata doce	193
Soja	708
Feijão	210
Amendoim	217
Girassol	508
Oleaginosas	374
Laranjas	356
Cana sacarina	393
Café	278
Cacau	282
Carne	328

FONTE: Anuários Estatísticos da FAO.

QUADRO 4

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
E DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

	1975	1986
Prod. agrícola	89,2	115,2
Prod. alimentos	89,1	115,9

FONTE: Anuários da Produção FAO.

QUADRO 5

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
(1979 - 81 = 100)

	1974	1985	1986
Mundo	86,2	113,2	115,8
África	90,1	109,9	115,5
Am. Norte e Central	81,3	108,1	106,4
América do Sul	81,3	113,9	114,2
Ásia	81,3	121,0	125,8
Europa	92,0	106,5	109,0
Oceânia	84,2	107,0	107,2

FONTE: Anuários da Produção FAO.

Mas, em termos de aprovisionamento alimentar, interessa muito ter em conta a relação entre os alimentos disponíveis e a população a alimentar, o que pode ser avaliado, em termos de produção «per capita», conforme o quadro 6 mostra. Conclui-se assim que, a produção global de alimentos, tendo aumentado em todos os continentes, a produção «per capita» também é crescente no período entre 1974 e 1986, salvo em África. Esta última situação desfavorável deve-se a um aumento explosivo da população verificado neste continente.

Na África a produção de cereais por habitante atingiu em 1967 o nível de subsistência que é de 180 kg por ano. Na década de 60 a produção de alimentos aumentou, em média, 2,5 por cento por ano, sensivelmente o mesmo que o crescimento demográfico. Na década de 60 este aumento passou para 2,8 por cento mas a expansão da produção caiu para 1,7 por cento.

Com base nestas informações e em âmbito muito geral, poderá afirmar-se que os africanos estão hoje, quanto a este aspecto, em situação muito mais difícil do que aquela em que viviam há anos passados.

Como se prevê que a população em África vai aumentar a uma taxa média de 3,3 por cento até ao fim do século, torna-se necessário que a produção agrícola duplique para acompanhar o crescimento demográfico calculado para os próximos 15 anos.

QUADRO 6

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS «PER CAPITA»
(1979 - 81 = 100)

	1974	1986	D
Mundo	95,92	104,89	+ 8,97
África	107,35	96,88	- 9,47
Am. Norte e Central	89,15	97,66	+ 8,73
América do Sul	93,30	100,85	+ 11,1
Ásia	91,30	113,53	+ 22,23
Europa	94,46	106,95	+ 12,49
Oceânia	92,42	98,98	+ 0,50

2.3 O CASO DOS CEREAIS

Como é do conhecimento geral, os cereais constituem o grupo mais importante dos chamados «produtos básicos». Eles desempenham um lugar marcante na problemática alimentar não só pelas quantidades elevadas com que entram nas dietas e nas rações mas também porque fazem parte dos «produtos secos» de conservação relativamente fácil. É por isso que eles são decisivos na constituição de reservas de alimentos que não só asseguram o futuro da humanidade como interferem na regularização dos preços dos alimentos.

QUADRO 7

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CEREAIS
(Milhões de toneladas)

	1983	1984	1985 (Est.)	1986 (Prev.)	1986
Trigo	495	525	510	514	536
C. secundários	697	812	865	836	855
Arroz	—	470	460	475	476
Total	1 192	1 807	1 841	1 825	1 867

FONTE: FAO.

No quadro 7 apresenta-se a evolução da produção de cereais nos últimos anos para o caso do trigo, dos cereais secundários e do arroz. Como pode ver-se, a produção calculada para 1986 veio ainda a superar as provisões no caso do trigo e dos cereais secundários. Em cerca de 4 anos a produção de cereais aumentou aproximadamente 633 milhões de toneladas. A produção crescente de cereais manifestou-se de uma forma mais clara a partir de 1980 e não se prevê, salvo se forem colocadas em prática medidas correctivas apropriadas como, por exemplo, o aumento ainda maior das áreas retiradas à sua cultura, que estas altas produções se contenham ou diminuam. Vejam-se, por exemplo, as negociações em curso nos países da CEE visando subsidiar os agricultores que retiram da cultura áreas até aqui afectas aos cereais.

Perante valores de produção tão elevados, ocorrerá naturalmente perguntar se a produção de cereais é ou não suficiente para satisfazer a procura. A pergunta é legítima tendo em conta que no mundo actual muita gente passa fome por carência de alimentos.

Supomos que se pode responder a esta pergunta com os valores contidos no quadro 8 que se referem aos «stocks» de cereais. Estes, como se vê, continuam em aumento pelo que há efectivamente excedentes destes produtos no mercado internacional, mesmo que aqueles valores incluam, como incluem, os «stocks» de segurança e a Reserva Alimentar Internacional.

QUADRO 8

«STOCKS» DE CEREAIS
(Milhões de toneladas)

	1983	1984	1985	1986 (Est.)	1987 (Prev.)	1987
Trigo	120	131	145	150	149	146
C. secundários	160	90	123	194	229	218
Arroz	42	45	53	51	49	32
Total	322	266	321	395	427	396

FONTE: FAO.

Para o trigo, os «stocks» de referência representavam em 1987 o duplo das trocas internacionais, para os cereais secundários, com dominância para o milho, pelo menos o triplo, e para a manteiga e açúcar cerca de vez e meia (16). Este facto é mais de salientar porquanto em 1985 os «stocks» de cereais, apesar de já volumosos, deveriam representar apenas 21 por cento do consumo anual.

Se a situação do mercado é aquela que se referiu, é quase inevitável que os preços se encontrem numa situação de declínio como se mostra no quadro 9.

QUADRO 9

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DOS CEREAIS (EUA)

(Dol/ton)

	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1985 (*)	1986 (**)
Trigo	217	193	198	175	130	104
Milho	188	151	147	115	97	68
Sorgo	174	145	140	—	89	69

(**) — Setembro.

(*) — Outubro.

FONTE: FAO.

Em face do que resumidamente se expõe, pode afirmar-se que os cereais seriam mais que suficientes ao nível mundial para alimentar digna e racionalmente toda a população existente.

No que se refere aos alimentos em geral parece-nos interessante deixar aqui expressa a opinião de Gilbert Bladone que calculou serem os alimentos actualmente existentes ao nível mundial suficientes para alimentar dignamente 37 mil milhões de pessoas e que se fosse possível seguir uma política alimentar correcta com um maior consumo de vegetais, então aquele número subiria para 96 mil milhões, isto é, os alimentos que já hoje existem seriam suficientes para alimentar cerca de 20 vezes a população actual e cerca de 9 vezes aquela que se prevê existir daqui a um século.

Assim haja uma colaboração internacional porque os problemas alimentares «ultrapassam hoje as fronteiras dos países ou das regiões».

É importante referir aqui uma parte das conclusões do Conselho Mundial da Alimentação reunido em Beijing (China) em 1987 e onde se manifestou uma preocupação muito marcada de garantir a alimentação da humanidade no presente e no futuro.

Sendo natural nestas condições uma certa segurança nas afirmações, memo assim, o Conselho concluiu que «os «stocks» alimentares actualmente disponíveis são suficientes para alimentar convenientemente toda a população da Terra inteira e mais ainda».

No entanto, com a prudência e realismo que se deve ter em matérias que tocam muito com a vida dos seres humanos, o mesmo Conselho Mundial de Alimentação conclui também que «a fome e a malnutrição persistem em todo o mundo e assiste-se depois do início da década de oitenta a um acréscimo rápido do número de pessoas com fome. Esta extensão da fome resulta em alguns casos de uma penúria de alimentos mas principalmente da impossibilidade de ter acesso a eles».

Estas conclusões do Conselho Mundial da alimentação são muito importantes para uma melhor compreensão do problema alimentar mundial.

Muito embora elas não constituam grande novidade é de salientar que um organismo com o prestígio deste Conselho publicamente o afirma e defende.

2.4 A FOME E A SUA QUANTIFICAÇÃO

Se a inanição é fácil de identificar, a fome envolve um conceito muito mais vago e é mais vago ainda o da malnutrição (19).

As organizações internacionais, porque não utilizam conceitos idênticos, não apresentam números coincidentes de famintos, de subnutridos e de malnutridos.

Por exemplo, o Banco Mundial calcula em 730 milhões o número de pessoas que estão «privadas cronicamente dos alimentos necessários para levar uma vida sã e activa». A mesma instituição informa que o número de pessoas que se encontravam próximo do limite da sobrevivência era de 316 milhões em 1970, 320 milhões em 1980 e 384 milhões em 1985, isto é o

número de pessoas nestas condições tem vindo a aumentar de uma forma bem evidente.

A FAO, baseando-se nos resultados do V Inquérito Mundial da Alimentação, calcula entre 350 e 510 milhões as pessoas gravemente subalimentadas. A distância entre estes dois números bem mostra a dificuldade de cálculo a que acima se faz referência.

Que a análise das estatísticas demonstra que a percentagem de pessoas com fome tem vindo a diminuir ao nível mundial, isso é verdade. No entanto o número global de pessoas com fome tem subido apreciavelmente nos últimos anos. E essa outra realidade não pode nem deve se ignorada.

Com efeito, entre 1970 e 1980 o número de pessoas com fome aumentou, em média, 1,5 milhões por ano, e a partir de 1980 aquele valor passou para 8 milhões o que se atribui muito menos à falta de alimentos que, como se viu, não existiu ao nível mundial, e muito mais a dificuldades económicas que atravessam muitos países em desenvolvimento, jugulados por uma dívida externa enorme e sujeitos a uma inflação galopante (10).

Já a malnutrição e a subnutrição, sob vários aspectos, atinge um maior volume da população. Em trabalhos anteriores já fornecemos alguns números exemplificativos destes casos que mostram bem a gravidade do problema (9).

De acordo com o quadro 10 que se anexa, verifica-se que dos 5 mil milhões de pessoas que actualmente existem no Mundo só cerca de 25 por cento, isto é, aproximadamente 1,250 mil milhões de habitantes, se podem considerar bem alimentados ou suficientemente alimentados.

QUADRO 10

SITUAÇÃO ALIMENTAR MUNDIAL
Maio 1987

	%	População
Superalimentada	15	750 milhões
Bem alimentada	10	500 milhões
Suficientemente alimentado	15	750 milhões
Mal alimentada	50	2 500 milhões
Sem quase nada	10	500 milhões
Total	100	5 000 milhões

2.5 A FOME E OS EXCEDENTES

Provado como está existirem no mundo em que vivemos, por um lado situações de penúria alimentar e, por outro, apreciáveis excedentes de alimentos, pode perguntar-se porque não se faz funcionar um sistema de vasos comunicantes que permita levar os alimentos dos locais onde são excedentários e cuja presença perturba a economia, para outras áreas onde eles tanta falta fazem. Se o sistema fosse seguido resolver-se-ia uma das situações de fome que mais preocupam a humanidade no momento presente.

O tempo disponível não nos permite desenvolver, como merecia, este assunto que, aliás, já tratámos, também de forma abreviada, noutras oportunidades ⁽⁸⁾, ⁽⁹⁾, mas tem-se como ponto assente que não é por este caminho que se resolverá em definitivo um assunto que, no fundo, tem causas estruturais, económicas e outras.

Mas na análise deste problema não pode pensar-se apenas nos alimentos que se enviariam — e apesar de tudo se enviam em quantidades apreciáveis — mas também na situação estrutural dos países para onde são dirigidas e onde tantas vezes faltam ou não funcionam estruturas de descarga, armazenamento e de distribuição dos produtos. Todos conhecem, aliás, os esforços que têm sido feitos para resolver os casos de fome por falta de alimentos porque, perante vidas humanas que estão em perigo, nunca ou quase nunca faltaram países ou instituições que os fornecessem.

Não está no nosso programa escarpelizar as ajudas em alimentos e outros produtos que os países desenvolvidos têm feito chegar aos países em desenvolvimento e quantas vezes ajudado a distribuir no interior destes, números que se supõe merecerem alguma meditação.

No quadro 11 reúnem-se os valores, expressos em dólares a preços de 1984, das ajudas que têm sido dadas nas situações de catástrofe ou para apoiar esquemas de desenvolvimento só por um número limitado de países.

Como se pode verificar, a ajuda alimentar tem-se mantido em valores altos, e melhor ainda se verificará essa tendência se tomarmos em conta a desvalorização do dólar nos últimos anos.

Para se ter uma ideia mais correcta dessas ajudas mostra-se no quadro 12 como evoluiu a ajuda em «cereais» e no quadro 13 a ajuda de produtos «não cereais».

QUADRO 11

*AJUDA ALIMENTAR A PREÇOS CONSTANTES
DE 1984 DOS PAÍSES DA OCDE*

(Em milhões de dólares)

<i>Ano</i>	<i>Valor</i>
1976	2 542
1977	2 482
1978	2 274
1979	2 304
1980	2 422
1981	2 801
1982	2 416
1983	2 450
1984	2 968
1985	3 013

QUADRO 12

AJUDA ALIMENTAR EM CEREAIS

<i>Ano *</i>	<i>10³ ton.</i>
1977/78	9 216
1978/79	9 500
1979/80	8 887
1980/81	8 942
1981/82	9 140
1982/83	9 200
1983/84	9 831
1984/85	12 463
1985/86	10 292
1986/87	10 982

* 1/7 a 30/6.

QUADRO 13

AJUDA ALIMENTAR EM «NÃO CEREAIS»

Ano	10 ³ ton.
1977	529
1978	628
1979	549
1980	583
1981	757
1982	703
1983	746
1984	987
1985	1 022
1986	908

No quadro 14 apresenta-se a lista dos países que em 1986 mais contribuíram para este tipo de ajuda alimentar e no quadro 15 indicam-se os comprometimentos mínimos assumidos pelo países da CEE para o ano de 1986.

2.6 *ALGUNS DADOS PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA*

As situações pontuais de fome por carência de alimentos são preocupantes e as que mais chamam a atenção dos grandes meios e da opinião pública. Não sei, porém, se em termos globais elas serão as mais graves, as mais devastadoras e as mais difíceis de solucionar.

Para as carências do tipo das indicadas é possível, com uma certa facilidade, sensibilizar a comunidade internacional e, sempre que as condições locais o permitam, a situação ou se resolve ou se consegue atenuar.

Para tornar esta acção mais rápida e eficaz, de há muito que a comunidade internacional vem constituindo «reservas alimentares de urgência»

QUADRO 14

EXPEDIÇÃO DE CEREAIS A TÍTULO DE AJUDA ALIMENTAR

<i>Países</i>	10 ³ ton.
Argentina	35
Austrália	400
Áustria	20
Canadá	900
CEE	1 600
Finlândia	20
Indonésia	50
Japão	300
Noruega	30
Suécia	80
Suíça	27
USA	6 500
Compras	30
Outros	200

nas áreas onde as crises alimentares são mais frequentes ou mais prováveis, fazendo deslocar atempadamente para essas zonas os excedentes de produtos que antigamente eram preferencialmente armazenados nos países grandes produtores e tornando-os assim mais rapidamente disponíveis numa situação de crise.

A constituição dessas «reservas alimentares de urgência» próximo das áreas previstas de fomes por falta de alimentos e o Sistema de Alerta Rápido constituem, sem qualquer dúvida, uma contribuição muito positiva para a resolução dos problemas da fome ou para a sua atenuação.

Não podemos, no entanto, perder de vista que a fome não é apenas o resultado de falta absoluta de alimentos, como bem afirma o Conselho Mundial de Alimentação na sua sessão de Junho de 1987: «a pobreza está no coração do problema da fome».

Os casos de fome são mais frequentes e perigosos, porque talvez menos sentidos por aqueles que a não sentem, nos locais em que os alimentos

existem em quantidades mais que suficientes e nos quais os seres humanos poderiam ter uma alimentação correcta, mas falta-lhes porém o poder de compra necessário para os adquirir. E a fome provocada por situações deste tipo é, sem dúvida, de extensão muito maior ao nível mundial. Encontra-se em todos os países e assume globalmente a forma duma injustiça mais evidente porque torna os homens idênticos a Tântalo ao sofrerem a fome numa sociedade de suficiência, de fartura ou até de desperdício.

De acordo com inquéritos internacionais dignos de maior confiança e a que já nos referimos noutra local, cerca de 70 por cento dos africanos ao Sul do Sara, 66 por cento dos indianos, 42 por cento dos mexicanos não possuem poder de compra para adquirir os alimentos que necessitam, mesmo que eles estejam presentes nos locais em que vivem (4).

QUADRO 15

DESDOBRAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DA CEE (MIN. 1986)

<i>Países</i>	<i>ton.</i>
Bélgica	41 500
Dinamarca	15 600
R. F. Alemanha	193 500
Grécia	10 000
Espanha	20 000
França	200 000
Irlanda	4 000
Itália	95 400
Luxemburgo	1 400
P. Baixos	50 200
Portugal	—
Reino Unido	110 700

E para se ter bem consciência de que o flagelo estende os seus tentáculos a todo o Mundo, incluindo os países ricos, basta pensar que também se encontram nestas condições cerca de 15 por cento dos italianos, 14 por cento dos japoneses e 10 por cento dos norte-americanos, de acordo com os resultados do mesmo inquérito. Ora não consta que nestes últimos países

exista falta de alimentos que o público tenha ao seu dispor e também se conhecem muitas outras situações nas quais quem tem dinheiro e, sobretudo quem tem divisas, sempre encontra uma solução apropriada para o seu regular, e às vezes luxuoso, aprovisionamento de alimentos mesmo que eles sejam escassos no mercado.

A fome por falta de poder de compra a que se faz referência tem muito a ver com problemas de desenvolvimento. Como refere o Relatório da última reunião do Conselho Mundial da Alimentação «a fome é essencialmente um problema económico».

É evidente que num estudo global sobre a fome nunca se pode esquecer a situação dos famintos dos países ricos ou até excedentários de alimentos. Porém, a nossa preocupação neste momento vai mais para os países em desenvolvimento onde aqueles que têm fome são em número consideravelmente superior porque uns não têm nada que comer, outros não conseguem comprar os alimentos e uns e outros estão inseridos em economias com baixo poder de compra, com estruturas frágeis, com uma grande dívida exterior, com uma inflação galopante, com um atraso técnico e tecnológico bem evidentes.

No conjunto dos países que atravessam dificuldades enormes em comprar no exterior os alimentos que ainda não produzem, é indispensável e urgente aumentar a sua produção agrícola. Tem-se como ponto assente que esse será o processo mais consistente de associar a garantia de uma alimentação condigna com um desenvolvimento apropriado. Por exemplo, o consumo maciço de trigo no Peru produzido noutras regiões geográficas tornou inaproveitáveis grandes áreas da zona montanhosa dos Andes, e situações idênticas se poderiam referir para outros casos⁽¹²⁾.

Mas esse aumento da produção agrícola não é fácil de conseguir-se. Como se sabe, na maior parte desses países ainda se pratica basicamente a agricultura itinerante, isto é, explora-se o terreno enquanto o fundo de fertilidade natural se não esgota e, quando tal fase foi atingida, abandona-se e procura-se outro onde se precede de igual maneira. Esta técnica ainda hoje é possível de colocar em prática nos países onde o terreno não é um bem limitado, como sucede em muitos países em desenvolvimento.

Mas o aumento da produção agrícola, tão desejado nestes casos, pode conseguir-se ou à custa do crescimento da área cultivada ou do aumento do rendimento unitário.

Praticando o tipo de agricultura acima referido, não é fácil aumentar a área que cada agricultor cultiva porque os instrumentos que ele utiliza são normalmente rudimentares, ou pouco mais do que isso, e o esforço físico humano tem limites.

O aumento da produção à custa do acréscimo nas produções unitárias exige utilização de variedades melhoradas, de pesticidas e a incorporação de doses apreciáveis de fertilizantes. Ora os países, pelas políticas que seguem, não dão, na maior parte dos casos, prioridade a este tipo de investimentos perante uma escassa disponibilidade de divisas, e não dispendo de adubos e de pesticidas não é possível tirar todo o partido do potencial das plantas melhoradas. Apesar de tudo não se pode minimizar o esforço que já foi realizado porquanto entre 1948 e 1984 o rendimento médio em cereais duplicou nestes países, e aquele que se conseguiu neste último ano é superior à média dos países industrializados em 1948 ⁽¹⁵⁾.

Mas como a procura de alimentos é uma necessidade prioritária, as populações encontram-se muitas vezes na necessidade, quando a desejam garantir, de procurar terrenos com um maior fundo de fertilidade que compense a escassez ou falta de adubos. Então a floresta é devastada, a mártir da procura de alimentos, a vítima de uma destruição desordenada, e a ecologia agredida. Por este processo o património florestal é gravemente afectado, a erosão deixa as suas poderosas marcas, os terrenos das encostas tornam-se improdutos e rasgados de ravinas, os cursos de água sofrem assoreamentos e saem dos leitos, os terrenos marginais tornam-se improdutos.

Esta destruição toma o aspecto de autêntica calamidade mundial que a curto prazo alimenta os homens mas compromete o seu futuro. O ritmo diabólico de destruição que se situa actualmente em 40 hectares por minuto é preocupante, e se não for interrompido a curto prazo provocará modificações na ecologia mundial cuja extensão ainda não é possível calcular.

No quadro 16 pode apreciar-se o volume de destruição de terrenos a que se assistirá até ao fim do século se atempadamente não forem tomadas medidas correctivas.

O exemplo da Abissínia é bem evidente. Na década de cinquenta a área florestada deste país atingia cerca de 16 por cento mas hoje esse valor não ultrapassa 3 a 4 por cento. Associada a esta destruição deu-se a inevitável redução da capacidade de produzir alimentos.

É por isto que a nossa posição em relação à auto-suficiência é de um optimismo moderado porquanto a garantia do aumento da produção de alimentos está condicionada a uma protecção cabal dos actuais recursos mundiais de terrenos.

Mas sem aumentar a área cultivada nem as produções unitárias, e sem mesmo ter em conta a evolução técnica cujos resultados são bem evidentes, está hoje demonstrado que existem ainda numerosas potencialidades se soubermos valorizar melhor os recursos disponíveis.

A esta matéria já nos referimos com mais pormenor em trabalho anterior (3).

QUADRO 16

PERDAS DE SOLO PELA EROSAO

1975 - 2000

(Milhões de hectares)

	<i>Perda</i>	<i>Terra restante</i>	<i>% Perda</i>
América do Sul	112	1 029	9,8
África	203	1 027	16,5
Ásia do Sudoeste	13	51	20,0
Ásia do Sueste	176	319	35,6
América Central	40	95	29,6

FONTE: «Terres Vivres et Population», FAO, 1984.

Convém, em termos de síntese, lembrar que uma utilização mais racional dos produtos, subprodutos e resíduos que já existem e que se queimam, se deixam apodrecer ou poluem os cursos de água, constitui uma fonte importante de mais alimentos e às vezes de melhores alimentos. Tenha-se ainda em conta que as dificuldades da colheita, armazenamento, transporte e combate a pragas e doenças das culturas causam perdas de produtos que se calculam em cerca de 40 por cento do total nos países do Terceiro Mundo, pela tecnologia pouco desenvolvida que praticam.

A modificação da filosofia na criação de gado e na produção pecuária procurando incluir na sua alimentação outros produtos como a ureia como fonte azotada, provocaria um considerável reforço na disponibilidade de

alimentos para os seres humanos que cada vez devem basear mais a sua alimentação em produtos vegetais, de acordo com as regras que os nutricionistas defendem.

Sobre esta matéria são bem conhecidos os estudos da UNEP que concluem que da proteína ingerida pelos animais apenas cerca de 33 por cento é devolvida no leite, e nos bovinos produtores de carne esta percentagem não vai além de 5 por cento (3).

A melhor exploração dos recursos aquáticos, marítimos ou outros, a difusão de novas técnicas como, por exemplo, a multiplicação de microrganismos ou a aplicação prática de conhecimentos no campo da biotecnologia, traria um apreciável reforço dos alimentos disponíveis.

A correcção dos erros alimentares, através duma pedagogia apropriada, nomeadamente a crença de que «comer muito é comer bem», a redução da quantidade de carne e de outros concentrados proteicos de origem animal na dieta, poderiam contribuir para a melhoria do estado sanitário das populações, economia no esquema de prevenção e cura de doenças e para aumentar, de uma forma bem visível, a disponibilidade global de alimentos.

Porque as grandes carências alimentares se verificam nos países em desenvolvimento, a maior parte dos quais situados na zona tropical, sempre se tem defendido que o aumento da sua produção agrícola se considera como prioridade das prioridades. Para se conseguir este objectivo torna-se necessário haver um apoio exterior em técnicos e em capitais que ajudem a tirar todo o partido dos recursos existentes. O mundo desenvolvido, no geral, tem consciência da responsabilidade que tem nestas ajudas, mas elas têm ainda que ser reforçadas nos próximos anos.

A dependência crescente dos países em desenvolvimento do estrangeiro sobrecarrega as finanças públicas, compromete os programas de investimento e coloca aqueles países progressivamente à mercê de interesses exteriores (13).

Mas não se trata apenas e só de produzir. A este objectivo tem de associar-se uma política adequada da comercialização dos produtos. O chamado «proteccionismo», de que todos se queixam e quase todos praticam, envenena as relações internacionais e causa situações de grande tensão nalgumas zonas. As quotas, os mercados preferenciais ou exclusivos, as ajudas aos produtores, à exportação, as barreiras alfandegárias, a fixação de preços irrealistas, nomeadamente para os produtos exportados pelos países em desenvolvimento, constituem obstáculos importantes ao desenvolvimento.

2.7 PRIORIDADES OU EXCLUSIVIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Até à década de oitenta, perante uma situação de penúria grave de alimentos que nos anos imediatamente anteriores se verificava na generalidade do mundo em desenvolvimento e não sendo ainda bem delineáveis os exedentes alimentares nos países ricos, criou-se e difundiu-se o princípio de que se deveriam mobilizar todos os recursos para a produção de alimentos. Alguma coisa se conseguiu nesta matéria, é certo, mas as economias de alguns países em desenvolvimento foram fortemente afectadas pela redução das exportações de produtos agrícolas que os países ricos não estão em condições de produzir.

A situação internacional é hoje bem diferente. Como se viu, existem volumes consideráveis de excedentes de produtos básicos nos países ricos. Estes seriam suficientes para garantir a alimentação de todos os seres humanos, e havendo necessidade de esgotá-los, é no Terceiro Mundo que se poderá procurar um mercado potencial.

Da «exclusividade» da produção alimentar passou a defender-se cautelosamente, a «prioridade» da produção alimentar.

Em nosso entender a situação é mais realista e enquadra-se melhor nos objectivos do desenvolvimento mais acelerado que se deseja ver instalado nos chamados «países pobres». Com efeito, se no conjunto das actividades agrícolas for dado um lugar apropriado às culturas de exportação, torna-se possível que alguns dos países em desenvolvimento superem, ou superem mais depressa, a situação de atraso económico em que se situam. É evidente que o esforço, por vezes bem duro, tem de ser compreendido e, por isso, ajudado pelos países seus clientes que tantas vezes ditam preços, qualidades e características, e podem, com artifícios legais, receber ou afastar do mercado muitos produtos que o Terceiro Mundo está em condições de lhes fornecer.

É por isso que bem pode concluir-se que o desenvolvimento dos países do chamado Terceiro Mundo só poderá fazer-se se o mundo desenvolvido os ajudar não apenas e só a aumentar a sua produção agrícola mas também em todos os esquemas complementares, nomeadamente os ligados à comercialização. Basta pensar, no que se refere aos produtos agrícolas tropicais, que se os seus preços continuarem a depreciar-se relativamente aos bens que os países dessas zonas têm de importar dos países ricos, dificilmente eles poderão ultrapassar as dificuldades graves em que se encontram.

O desenvolvimento agrícola está muito dependente das flutuações brutais dos preços dos produtos de base que constituem para numerosos países em desenvolvimento a principal fonte de divisas, e por isso tem de haver uma preocupação muito grande em as atenuar ou eliminar ⁽¹⁾.

2.8 A SITUAÇÃO DOS PAÍSES COM EXCEDENTES

A situação de alguns países desenvolvidos relativamente à produção agrícola, e nomeadamente em relação à produção alimentar, é sensivelmente diferente da dos países em desenvolvimento.

Em muitos deles existem grandes ou apreciáveis excedentes de alimentos básicos e não falta quem critique, às vezes sem fundamentos consistentes, que se utilizem vultuosas importâncias em subsídios aos agricultores para acumular «stocks» e depois se gastem somas fabulosas para os conservar ou para os vender no mercado internacional, fortemente subsidiados.

Já noutra altura abordei este problema com algum pormenor e chamei a atenção para as tensões que por vezes se estabelecem entre países produtores quando estão em causa drenagens dos seus excedentes. Tenham-se presentes as negociações, por vezes bem complexas, que se vêm realizando entre os Estados Unidos da América e a Comunidade Económica Europeia, onde estão normalmente em jogos os cereais, as oleaginosas, alguns produtos agrícolas transformados, principalmente os vinhos e os derivados do leite.

Perante esta situação não faltam defensores duma profunda revisão da política e da política agrícola destes países excedentários de produtos. Como se sobe, os excedentes são tão «preocupantemente» volumosos que alguns dos países mais atingidos já colocaram em prática, e outros estão em vias de o fazer, sistemas de subsídios aos agricultores para reduzirem as áreas de cultura durante um número determinado de anos e para certas culturas excedentárias. Por exemplo, os Estados Unidos da América já reduziram a sua área de cultura de cereais em cerca de 20 por cento e a Comunidade Económica Europeia terá de proceder de idêntica forma, salvaguardando naturalmente a posição dos países membros, como é tipicamente o caso de Portugal, que ainda não conseguiram satisfazer as suas necessidades internas e que, por isso, terão de ser aconselhados e ajudados a seguir uma política diferente.

2.9 A PRODUÇÃO COM BAIXOS CONSUMOS DE ENERGIA

A existência de excedentes faz levantar outros problemas importantes sobretudo ao nível dos consumos nacionais de energia.

Como se sabe, a produção de adubos, máquinas agrícolas, pesticidas e outros produtos gastam quantidades vultosas de energia fóssil cuja aquisição envolve vultosas quantias que podem arrastar problemas de divisas.

Em muitos países, embora sem total adesão, tendo em conta os interesses envolvidos, estuda-se a aplicação de sistemas agrícolas em que seja possível produzir economicamente com baixos custos de energia aplicada. Não parece muito razoável endividar o país com a compra de petróleo e voltar a endividá-lo ao conservar os excedentes ou em subsidiar as exportações.

Hoje em dia começa a colocar-se em dúvida se a transformação da energia de uma tonelada de petróleo na energia de uma tonelada de óleo ou cereal é racional, como se a agricultura se limitasse a transformar a energia sem nada acrescentar e tornando-a assim ruína.

O assunto ainda está em aplicação limitada mas não nos parece despropositado chamar desde já a atenção para ele na medida em que, representando uma modificação sensível nos conceitos que têm vindo a ser seguidos, exigirá uma ponderada e atempada análise.

3. A POSIÇÃO DOS PAÍSES DO «MEIO DA TABELA»

Um outro aspecto importante diz respeito aos países que, como o nosso, não têm sido capazes de garantir a sua auto-suficiência alimentar e que integrados em espaços mais vastos, onde matematicamente existem excedentes em relação a algumas das culturas básicas, haverá que ter isso em conta na definição, tanto quanto a margem de manobra o permita, da política agrícola nacional, e tendo em conta os princípios gerais que aceitámos na altura da nossa integração na Comunidade Económica Europeia.

Revela-se hoje extremamente difícil desenvolver em Portugal uma política cerealífera desligada das realidades da Comunidade porquanto as nossas possibilidades de competir nesta área — e salvo pontualmente o caso do arroz — são extremamente reduzidas, tendo até em conta as nossas características ecológicas.

Em contrapartida estamos, sem dúvida, em melhores condições de disputarmos situações de predominância noutras áreas onde prioritariamente, em nosso entender, se devem expandir as nossas capacidades e concentrar os nossos esforços.

A palavra de ordem é algumas vezes a prioridade que deve dar-se às culturas em que podemos ser competitivos e abandonar as outras com as quais não teremos possibilidade de sobreviver sob o ponto de vista económico, e com as divisas conseguidas com as primeiras, através da exportação, abastecer-se-á o mercado nacional com o que nos falta das segundas.

Em nossa opinião esta grave questão não pode ser avaliada em termos tão simplistas porque não estão em jogo apenas relações contabilísticas do Deve e do Haver mas conceitos mais profundos e mais fundamentais que tocam com conceitos de independência nacional que, também nos alimentos se torna necessária.

A existência de um fundo de produção de alimentos básicos, quase a qualquer preço, tem de figurar em qualquer esquema de programação e produção e mesmo que isso custe sacrifícios à Comunidade — e existem tantas áreas em que estes princípios são indiscutíveis — isso pode ser a garantia de uma segurança alimentar que desjamos assegurar e um bem-estar social que temos de garantir.

Como bem dizia recentemente o Papa João Paulo II «é preciso adoptar disposições que tenham em conta por um lado o preço justo a pagar aos produtores e por outro a capacidade dos países mais pobres para pagarem as mercadorias de que têm urgente necessidade».

Não se trata propriamente de quadratura do círculo se nos convençermos de que no centro de tudo está o homem. A economia não existe para o esmagar mas para o tornar mais livres e mais feliz.

José E. Mendes Ferrão

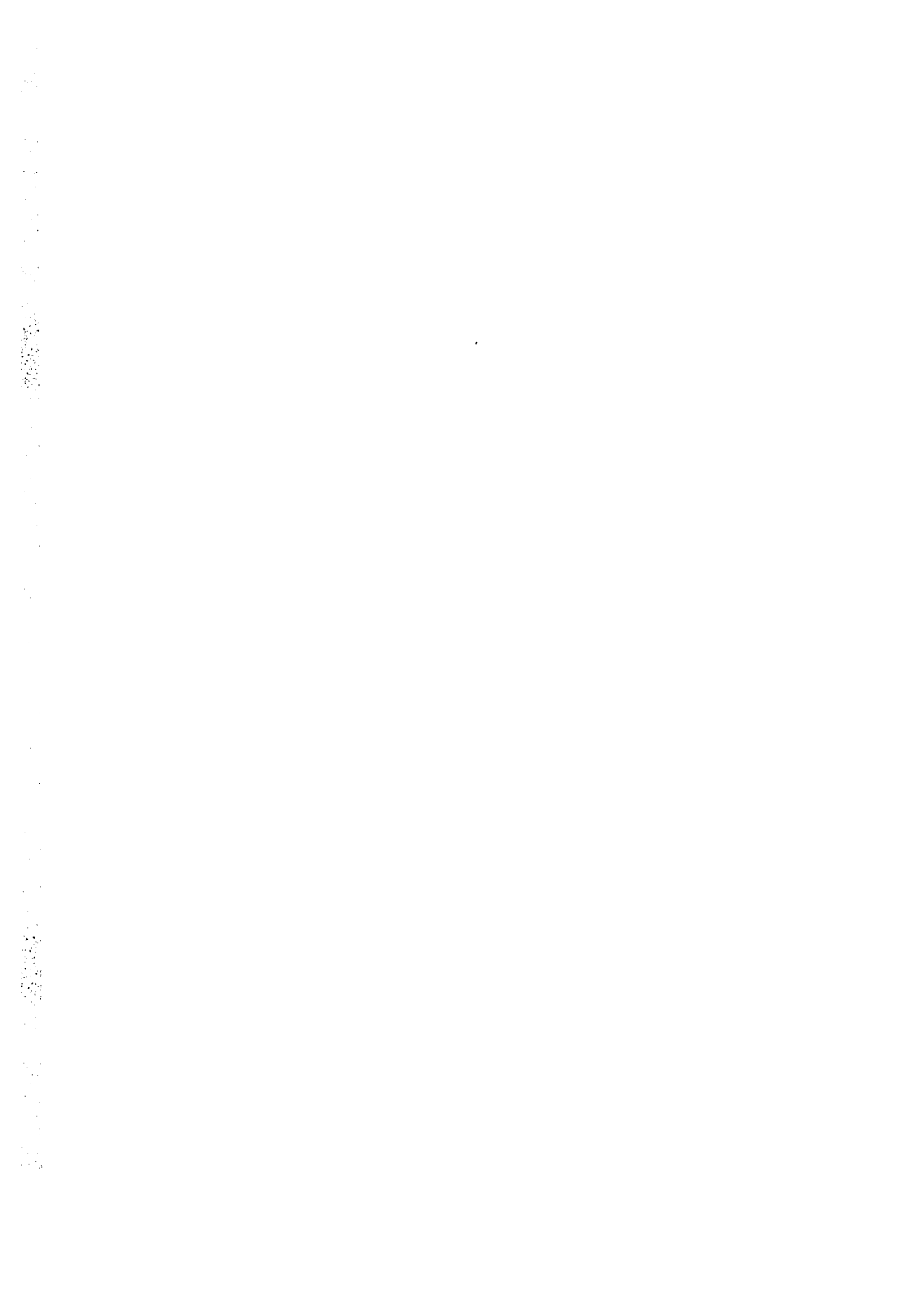
Presidente da Comissão nacional da FAO

4. BIBLIOGRAFIA

- (1) FAO — «Terres Vivres et Population». Rome, 1984.
- (2) Ferrão, J. E. M. — «A situação alimentar em África. Alguns pontos de Meditação». Rev. Estud. Econ. 1986. — 6 (3): 259-278
- (3) Ferrão, J. E. M. — Subprodutos e resíduos da produção agrícola. Uma abordagem ao seu aproveitamento». Estudos n.º 11. Apon. Tropical — I. S. Agronomia 1982.
- (4) Ferrão, J. E. M. — «O problema alimentar mundial». 1983 — FAO. Lisboa.
- (5) Ferrão, J. E. M. — «A fome no mundo. Um problema de gestão de recursos e distribuição de meios». 1984 — FAO. Lisboa.
- (6) Ferrão, J. E. M. — «Prioridade na produção de alimentos». 1984 — FAO. Lisboa.
- (7) Ferrão, J. E. M. — «A alimentação e a população. A pressão sobre os recursos genéticos». 1985 — FAO. Lisboa.
- (8) Ferrão, J. E. M. — «O problema alimentar mundial. Das carências de uns aos excedentes de outros». 1986 — FAO. Lisboa.
- (9) Ferrão, J. E. M. — «Uma medida para a fome e malnutrição. A guerra dos cereais entre os países excedentários». 1987 — FAO. Lisboa.
- (10) Mayer, M. — «15.^{ème} Conférence Mc Dougall». Rome — FAO — 9Nov. 1987.
- (11) Mitterrand, F. — «Allocution à l'occasion du 40.^{ème} anniversaire de la FAO. Rome — 14 Nov. 1985.
- (12) Perez, A. G. — 14^{ème} Conférence Mc Dougall. Rome — FAO — 11 Nov. 1985.
- (13) Saouma, E. — «Déclaration à la 22^{ème} Session de la Conférence de la FAO». Rome — 5-24 Nov. 1983.
- (14) Saouma, E. «Déclaratiton à l'occasion de la Comemmoration du 40.^{ème} anniversaire de la FAO.» Rome — 14Nov. 1985.
- (15) Saouma, E. — «Déclaration du Director Général à la 23.^{ème} Conférence de la FAO». Rome — 9-28Nov. 1985.
- (16) Saouma, E. — «Déclaration à la 91.^{ème} Session du Conseil de la FAO». Rome — 15 Juin 1987.
- (17) World Food Programme — «Aide Alimentaire». Politiques et programmes. Rome — Mai 1987.

ALGUNS ASPECTOS DA CRISE DO MÉDIO ORIENTE

L. Gonzaga Ferreira



ALGUNS ASPECTOS DA CRISE NO MÉDIO ORIENTE

SUMÁRIO

- I — *A Conferência Internacional de Paz — busca de solução ou instrumento de impasse?*
- II — *Interventores e vítimas*
 - A. *A questão palestina no Líbano*
 - B. *A crise líbano-libanesa*
- III — *A Síria e o Líbano. Hegemonia síria — progressos*
- IV — *A nova dinâmica soviética no Médio Oriente*
- V — *A guerra permanente — a lenta usura do Estado de Israel*

I — A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PAZ — BUSCA DE SOLUÇÃO OU INSTRUMENTO DE IMPASSE?

Costumo sempre dizer que a crise do Médio Oriente nas suas componentes palestina e libanesa parecia a certa altura trazer em suspenso o Oriente e o Mundo. Isso assim foi enquanto durou o comprometimento americano no Líbano. Os meios de comunicação americanos encarregavam-se de lembrar todos os dias a tragédia que se vive naquelas paragens.

Hoje há como que um silêncio entrecortado de assomos de interesse em torno de acontecimentos como os incidentes e motins de Gaza e Jerusalém. Isso se deverá a que, havendo os Estados Unidos chegado a uma certa compreensão sobre o alcance e implicações dos envolvimento directos na área, a imprensa e a televisão acompanharam o desvio de atenção para outras questões ou zonas de conflito. Ter-se-á em mente, neste capítulo, a guerra do Golfo e a nova ordem de envolvimento que está acarretando, devendo aqui salientar-

-se, porém, que nada é menos certo que pensar-se que este último conflito se substituiu, ou subalternizou, o Israelo-Árabe, posto que uma vez concluído o primeiro se reacenderá o segundo com maior virulência, a menos que os dois poderes regionais se neutralizem mutuamente, ou se se tiver aproveitado a aparente pausa para fazer uma aproximação séria e global das questões que opõem Israel ao Mundo Árabe.

Não fora a violência popular que explodiu nos territórios ocupados desde há dois meses e ao tomar-se conhecimento da indiferença da cimeira de Washington, de 7 de Dezembro de 1987, pela crise Israelo-Árabe, ou a forma subalterna com que a cimeira Árabe de Amã, de Novembro do mesmo ano, abordou os problemas da OLP e de Yasser Arafat, pensar-se-ia, de facto, que privada de novos excitantes, a crise Médio Oriental iria, pela modorra do tempo inerte, em desfalecimento no interesse do exterior. Ora, não são apenas as confrontações em Gaza ou Jerusalém que nos vêm lembrar que o problema subsiste inteiro. De uma atenta aproximação de tudo o que envolve a região se verá que a questão Palestiniana, independentemente dos casos trágicos da «guerra dos campos» no Líbano, ou da sublevação popular nos territórios ocupados permanecerá sempre como despoletadora da insegurança, da guerra, do infortúnio e da injustiça para vários povos da área.

Por isso o Vice-Primeiro-Ministro egípcio, Ahmed Abdel Maguib, declarava ainda em Setembro último: «não se pode esquecer que o problema palestino constitui a origem e o centro das tensões na nossa região». Ou que os Estados Unidos, num sobressalto emocional periódico, enviem Schultz ou Murphy pelas capitais Médio-Orientais em missões de paz que se afigura não serem muito entusiastas agora!

Entendemos que o problema do Médio Oriente subsiste em toda a sua agudeza e que com ele está em causa o futuro de culturas que nos são caras, além do sofrimento de populações desde há dezenas de anos; que está em causa toda a arquitectura de um grupo de Estados no Médio Oriente, não só por efeito das forças político militares já em jogo na área como pelos reajustamentos de alianças que se seguirão à guerra do Golfo e que se encarniçarão sobre as áreas e populações de que se ocupa o nosso trabalho. Por isso a questão Médio Oriental mantém, a meu ver, toda a sua importância. E será de interesse, sempre, uma aproximação feita com recurso à análise histórica mas também à palpitante verdade dos problemas que continuam por resolver e que devem atormentar as consciências até que solução real se encontre para a miséria e dor de milhões de seres.

Além disso, toda a aproximação às questões Médio-Orientais deve ser feita, a meu entender, com a maior humildade. Recordo a esse propósito a conversa que tive em Abril de 1985 com o mais alto dignatário da Jordânia, no seu palácio nos arredores de Amã. Só trago aqui a troca de impressões com o monarca Hachemita para fazer salientar e evidenciar a precaridade de todos os julgamentos sobre aquela área.

Estava-se em plena época da aproximação Jordano-Palestiniana. Yasser Arafat expulso do Líbano depois de ser um político e senhor de guerra com fronteira com Israel, via-se atirado, e à sua FATH, para Tunis, a centenas de quilómetros da terra da Palestina a libertar. O exílio tunisino era a negação da razão de ser de uma organização criada e mentalizada para a luta armada, em especial depois da derrota dos exércitos árabes em 1967. Acreditava-se em todos os meios do Médio Oriente e do resto do Mundo que chegara o fim da OLP e de Arafat! Até porque logo depois da evacuação de Beirute se veria ferido de uma expulsão, desta vez de Damasco para onde fugira, depois de Beirute e severamente maltratado pela batalha de Trípoli. Era não contar com a agilidade de Abou Ammar e a sua capacidade para o golpe de rins político. Necessitado de tomar contacto directo com a Palestina, de restabelecer a comunhão entre Feddayn e as massas civis palestinianas, Yasser Arafat não viu outra alternativa que pôr-se as vestes da moderação e explorar ou tentar aproveitar, à sua maneira algo felina, a combinação política americano-israelita e pela qual se queria em Jerusalém e Washington fazer vingar e vender o projecto de negociações directas jordano-israelitas para a solução da questão da Cisjordânia e com isso arrumar — pensava-se algo ingenuamente — a mais vasta questão palestiniana, por cima da OLP e de Yasser Arafat.

Mas não seriam só a Central Palestiniana e Abou Ammar a pagar as custas de um processo de paz separada. Segundo os estrategas políticos de Washington e Jerusalém, rude golpe desferiram também cantra Hafez Al Assad, isolando a Síria e pondo em cheque o patrono soviético!

O espírito de Campo David insuflava — e continua a fazê-lo os mentores políticos e militares de Israel numa manifesta tentativa da velha regra de dividir para reinar. A Israel e aos Estados Unidos sorria a ideia de um artifício que levasse a sentar a uma mesa americanos, israelitas, jordanos — que falaciosamente integrariam na sua delegação uma representação palestiniana mas apenas de personalidades moderadas da Cisjordânia, com total exclusão da OLP ou de qualquer outro Estado próximo ou longín-

quo. Como atrás ficou dito, refiro-me expressamente à Síria e à URSS. Esse era o quadro limite imposto ou admitido por Israel — Facção trabalhista ou Likud — e por Washington.

Yasser Arafat sabia-o bem mas, habituado a voltar situações difíceis a seu favor, fingiu jogar o jogo e, no mercado de equívocos e de duplicidades que é o Médio Oriente, aproximou-se, a despeito de todo o negro passado, e aceitou associar-se a Hussein. Tinha em mente, primeiro e como já vos pude dizer, voltar a encostar-se à fronteira Palestino-Israelita e, segundo, ancorar-se no interior de uma vasta Comunidade Palestiniana — a maioria da população da Jordânia é Palestiniana — e com isso ir às raízes da terra e do povo palestino e, como já antes se mencionou, vivificar as hostes Fedayin. Como ainda e de uma maneira ou outra — e se verá como — percorrer os caminhos que no Líbano o levaram a erigir um Estado dentro do Estado e a ser quem, até à invasão israelita, realmente comandava nas Terras do Cedro.

Estava-se na parte final de 84, um ano apenas após a expulsão pelos sírios de Tripoli, de Arafat e dos últimos batalhões de combatentes palestinos, numa operação que parecia concertada com a da invasão israelita, havida apenas 18 meses antes. Sucedem-se as conversações entre delegações governamental jordana e a OLP, e encontros cimeiros do Rei Hussein e Yasser Arafat, e a 13 de Fevereiro de 1985 surgia a plataforma jordana-palestiniana pelo acordo de Amã assinado entre os dois políticos.

Logo a seguir se deu a minha reunião com o Rei Hussein. Conversamos sobre várias questões de política regional, mas o fulcro foi a plataforma jordano-palestiniana. Com profunda convicção — Hussein é um homem bom e sincero e são essas qualidades intrínsecas que lhe têm valido na permanente e diária luta pela sobrevivência própria e, com ele e através dele, do seu país — dizia-me o Monarca que todos os estados zelosos da paz deveriam trabalhar para que se não perdesse aquela última ocasião. E insistia, «esta é a oportunidade derradeira. The last chance». E acrescentava-me: «é preciso que Israel e os Estados Unidos aceitem o princípio da conferência de paz, o princípio de plataforma conjunta e o do direito do Povo Palestiniano à auto-determinação. Sem isso nova tragédia se abaterá sobre as nossas terras. Será o fim».

Dizia-o com profunda convicção. E, como se viu, não foi a última oportunidade e não foi o fim. Não só Israel teimosamente recusa qualquer projecto que não seja o seu, como aqui também agiriam negativamente às facções de

esquerda no interior da OLP que já acusavam de pusilânime a Arafat. E a própria URSS que advertia o Chefe Palestino quanto aos riscos de os árabes aparecerem enfraquecidos e em forma dispersa perante os Israelitas. A URSS, foi-me dito noutros meios em Amã, na altura, utilizava ainda as facções dissidentes da OLP para de outra direcção boicotar a ideia da plataforma conjunta.

Assim Washington e Jerusalém por um lado, e Arafat, e a esquerda da OLP e a URSS por outro, trabalharam na mesma direcção e todo o raciocínio e construção de Hussein ruíam, demonstrando cabalmente que em nenhum momento nos podemos arrogar o conhecimento definitivo da situação e do entrosamento das posições e acontecimentos e personagens na área.

Demoramo-nos, mas só aparentemente, sobre este caso, porque ele já enuncia uma questão que traz as chancelarias ocupadas e quero crer também preocupadas, pelo menos algumas delas. Refiro-me, como calculam, à conferência de paz que muitos reclamam e no fundo todos temem — não escrevia um jornal há dois meses — dizer-se em Jerusalém que se ela se realizasse e dela saísse a determinação de criar um Estado Palestino na Cisjordânia, Israel interviria militarmente para o impedir, para de forma preventiva o fazer abortar mesmo antes de gerado?

Mas a própria Jordânia interroga-se directamente sobre os riscos de uma conferência se ela desembocar na criação de um Estado Palestino na Cisjordânia, em forma federada ou outra. Conhecido o activismo de Arafat, Habbache, Hawatmeh, para não falar dos lugares tenentes de Arafat, quem garantirá ao Rei que a fórmula encontrada não será a plataforma para a hegemonia palestina e o desaparecimento da monarquia hachemita?

Porque aqui caberá trazer à apreciação um ponto muito delicado que envenenará qualquer solução, diria mesmo toda a aproximação ao problema, ponto não enunciado mas subjacente às acções de grande número de protagonistas. Muitos observadores políticos honestos em Amã ou Beirute e ainda em Nabluse ou noutros centros intelectuais da Cisjordânia, perguntam-se: a quem interessará a formação de um estado palestino, tantas são as inquietações, as dúvidas e as suspeitas que tal eventualidade desde já suscita. Se se for sincero na análise, dizem, poder-se-á concluir, a seu tempo, que talvez a uma entidade — talvez duas — a solução sorrirá. Daí que toda a aproximação a estas questões tenha de ser feita com a maior ponderação e segundo ângulos de apreciação próprios à idiosincrasia Médio Oriental, sem o que se usam as boas vontades, se desvirtuam os propósitos e se perde o capital de

créditos dos intervenientes. Não escrevia em princípio de Dezembro último a «Revue du Liban» que, no termo da sua *tournée* do último Outono pelo Médio Oriente, Richard Murphy reconhecia a incapacidade dos Estados Unidos para jogar qualquer papel decisivo na crise Libanesa no momento presente? Segundo o semanário Beirutino numa outra sua edição de Dezembro de 1987, Richard Murphy teria declarado que os Estados Unidos são agora não mediadores mas apenas carteiros no que respeita à crise local. E não escrevia «Le Monde» a 23 de Dezembro, a propósito da eventual assinatura do acordo FNI e da concertação para a redução das armas estratégicas de 50%, que a recomendada «nova mentalidade» definida na conferência de Saint Paul, no Minnesota, poderia significar a primazia do sentido da humanidade na aproximação a certas questões? E salientava mesmo as que respeitam ao Médio Oriente. Segundo aquela conferência a reorganização da política americana para a Região deverá fazer-se no sentido de abandonar os métodos militares e ideológicos a favor dos métodos diplomáticos e não recusar a ajuda soviética na resolução dos problemas difíceis do Médio Oriente. (Como se verá já foi dado um passo em relação a este último aspecto.) E tudo isto porquê? Porque as contradições da política americana acabaram por esvaziá-la de crédito e significado na área.

Todas estas questões e outras ainda mais irreverentes foram-me pessoalmente postas por várias vezes e em certos meios daquelas capitais, acrescentadas sempre de comentários pertinentes sobre as acções árabes efectivas no passado a favor da causa palestiniana. Mas não é preciso ir ao passado, bastando recordar aqueles países que jogam sobre as contradições internas da OLP ou também perguntarmo-nos sobre o comportamento e intuito dos que conduzem à «guerra dos campos» desde Maio de 85 em Shatila e Sabra e Bourj Elbarajneh em Beirute ou, posteriormente, no Sul em Myeh-Myeh e Hein El-Heloueh. Por isso não nos iludamos sobre os contornos e conteúdo da causa palestiniana e dos que a apoiam, ou dizem fazê-lo, se queremos concorrer para uma apreciação equilibrada ou para a busca de solução por partes dos que têm os meios e a responsabilidade.

Para melhor ilustração deste ponto importante bastará recordar que em momento de crise de consciências e de conflito aberto como foi a «guerra dos campos» — apenas adormecida pois basta lembrar os incidentes de fins de Dezembro entre o Exército de Libertação Popular de Moustaphah Saad e o Fath às portas de Saída — as alianças desfazem-se e os inimigos passam a aliados de circunstância, mas aliados mesmo assim: o movimento Amal Chiita

moderado e mais ou menos laico, o aliado, ou melhor, agente de Damasco, via Abou Moussa e a sua Frente de Salvação Nacional Palestiniiana, baseada em Damasco, e de que esperava apoio, inverter obediência e esquecer favores para juntar os seus canhões aos de Fath e pôr assim em cheque a ofensiva do Amal e os planos sírios. Para aumentar a confusão, Walid Joublatt punha-se ao lado da OLP, levantando-se assim contra o aliado Nabih Berri e as injunções da Síria. Como se não bastasse, o Irão procurava através das suas embaixadas de Imãs e Ulemas intervir no conflito entre sírios, por interpostos chiitas, e palestinianos. Assistir-se-ia evidentemente ao torpedeamento dessas acções por parte da Síria, seu aliado regional na guerra do Golfo, mas zelosa no seu feudo, a URSS, armando a Síria para combater em Beirute as forças afectas ao seu amigo Arafat, enquanto o apoia a fundo pois nele vê, caso venha um dia a obter uma verdadeira base territorial para a Nação palestinianana, a alternativa ao regime de Damasco para a época após Hafez Al Assad.

Como se pode ver, este rápido enunciado dá o quadro geral onde se insere a indefinição no que respeita à causa palestinianana, a crise Libanesa e as relações gerais Israelo-Árabes, infefinição que aproveita a todos os intervenientes — A Síria, Israel, Jordânia, Irão, excepto talvez o Líbano como Estado, mas já não como amálgama de facções rivais, as milícias.

Será curioso assinalar agora que há cerca de um ano se deu um arreganho de interesse relativamente à convocação da Conferência Internacional. Mas mais curioso será a coincidência do fervor de Shimon Peres pelo assunto, numa aparente nova dinâmica, e a preparação, organização e conclusão da 18ª sessão do C. N. P. em Argel, verdadeiro Parlamento Palestiniiano, para o qual se previa, como tarefa mais importante, a reconciliação orquestrada e conduzida pela URSS, das forças e facções avessas da OLP. Ora sabia-se que uma tal evolução prejudicaria necessariamente qualquer plataforma pré-negocial susceptível de ser aceite por todas as partes envolvidas. A este ponto voltaremos ainda.

Estava-se em pleno impasse: a Jordânia, a Síria e a URSS favoráveis à realização da conferência. Israel e os Estados Unidos, entrincheirados numa negativa cega e surda. E de súbito, assiste-se à abertura desta última facção. Houve progresso? Sem dúvida, embora com certa falácia no duplo sentido da palavra.

Vejamus primeiro as razões do volte face e do progresso que em si traz. Da parte de Israel ele é apenas parcial. O nó da questão persiste. Para o Likud, e os que estão ainda à sua direita, integristas e outros, persiste fortíssi-

mo o sentimento de que negociar no quadro vasto de uma conferência, organizada pelas Nações Unidas e com a União Soviética, será ceder terra necessária à subsistência, terra necessária à segurança, pondo em causa o futuro do Estado. Na negociação directa Israel pretende, e é-o, suficientemente forte e hábil para impôr-se contra cedências sem compensações avantajadas. Esta a posição de Shamir. Shimon Peres pensa exactamente o mesmo. Só que o veste de roupagens em aparências mais folgadas. Como se verá em capítulo posterior, Shimon Peres é daqueles que intui que o tempo não está a favor de Israel e que é preciso desbloquear o caminho se não será o sufocamento. Sabe que as oposições às conversações directas são intransponíveis em diversos planos. Concebeu, então, a conferência geral apenas como porta para conferências parcelares em que dividiria o adversário por vários «Campos David».

Os Estados Unidos, presos na dialéctica da defesa de Israel, foram mesmo assim levados a uma certa reconsideração do problema depois da primeira cimeira, na Suíça, de Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev. A partir dessa cimeira, estabeleceu-se a meados de 85 a prática regular de consultas em Genebra sobre o Médio Oriente. Paralelamente, Washington foi por várias razões levada a reconhecer os limites da situação actual. Foi assim que se teve quase como natural ouvir o Secretário de Estado Schultz proclamar no passado Outono «... não existe qualquer possibilidade de se iniciarem conversações Israelo-Árabes fora do quadro e de uma Conferência Internacional». Mesmo se isso logo temperou ao retirar um múltiplo apoio a Israel que em alguns pontos raia a intransigência: exclusão da OLP, condições de participação da União Soviética, carácter não coercitivo da conferência e exigência de que a mesma desemboque necessariamente em conversações directas.

Por seu turno a Jordânia, continuando a desmentir pela boca do Primeiro-Ministro Rifai e do Ministro dos Estrangeiros, Al Masri, a existência de qualquer acordo secreto entre o Rei e Shimon Peres, reafirma a postura árabe, designadamente a necessidade da definição pelos cinco membros permanentes do C. S. dos limites e modalidades da conferência, e convite formal à OLP para que participe no mesmo pé de igualdade das outras partes, todas elas devendo aceitar as Resoluções 242 e 338 no respeito dos direitos legítimos do povo palestiniano com renúncia à violência e ao terrorismo.

Falta debruçarmo-nos sobre a posição de um outro muito importante interveniente nesta como em todas as questões no Médio Oriente, a qual condiciona qualquer evolução do processo. Refiro-me à Síria. Tive o privilégio

de discutir várias vezes estas questões com o Chefe da Diplomacia Síria em Damasco e a impressão única retirada é a de que se Israel é intransigente Damasco não o é menos.

Na Primavera de 1985, em que se desenhava a reconciliação entre Hafez Al Assad e o Rei Hussein (só possível por uma certa convergência na questão palestina) o Ministro dos Negócios Estrangeiros sírio, Farouk Al Sharaa, fustigava ainda o monarca Hachemita por então, e em certa medida, pretender negociar directamente com Israel, socorrendo-se da figura, falaciosa para a Síria, da plataforma Jordano-Palestina ensaiada com o acordo de Amã, de Fevereiro de 1985. E dizia-me com particular veemência, tocando aí o ponto crucial de toda a questão: «Bem vê, não é possível qualquer negociação directa com um Estado que nos quer impor soluções unilaterais como irreversíveis. Só uma Conferência Internacional terá força necessária para suprir a prepotência Israelita e destruir as posições que se arroga. Veja: como se pode falar de negociação directa — embora Hussein finja diferentemente — para a restituição das terras ocupadas (era a época da fórmula «Terra em Contrapartida da Paz»), quando os Israelitas proclamam que 60% desses territórios são inegociáveis, 40% para subsistência, a chamada política de colonatos; e 20% para cintura de segurança.» E o Ministro insistia: «Que é isso de querer negociar sobre apenas 40% do que foi espoliado?» E com nova ênfase: «E por que excluem os Altos de Golan? E os nossos direitos?» Ora atente-se que ao receber há meses apenas o Presidente Hafez Al Assad, o Secretário-Geral Gorbatchev enunciava de novo o princípio da restituição integral dos territórios ocupados. Como sabem, por detrás da afabilidade mundana, perfila-se o maciço doutrinário que é Gorbatchev.

Não se poderá esquecer, por outro lado, que uma outra tentativa de negociação separada foi ensaiada por Israel e falhou redondamente. No turbilhão da invasão Israelita de 82 e a eleição do Presidente libanês, Telaviv julgou poder impôr ao Líbano o acordo de 17 de Maio de 1983, que punha termo ao estado de guerra, declarava a paz entre os dois Estados e definia as relações de cooperação entre os dois regimes. Não chegaria o acordo a vigorar, em virtude da reacção violenta árabe, em particular a acção da Síria, que se traduziu na destrutiva guerra que as milícias Druza e Muçulmana levaram a Beirute de Leste e à montanha em 83 e 84.

É de crer, por conseguinte, que o artifício de uma Conferência Internacional que logo se reduziria a conversações directas, continue a suscitar a

mesma vertical rejeição por parte dos países árabes da linha dura, e não só, enquanto as teses árabes se virem desprezadas por Jerusalém.

Os americanos e o Rei Hussein tentaram a plataforma Jordano-Palestini-ana a 12 de Fevereiro de 1985, sucederam-se as conversações em Amã, o Cairo apoiou a iniciativa e ela entretanto falhou apesar de nessa altura, irredu-tíveis como George Habbache ou Hawatmeh, baseados em Damasco, não poderem, do interior, minarem as intenções de Arafat, supondo que este as tinha alinhado efectivamente sobre as do Rei Hussein. A época de Amã está ultrapassada e é agora o espírito de Argel que predomina: O reencontro das facções adversas feito à custa das posições moderadas de Arafat. Não foi Habbache a declarar, ainda em Argel, em Fevereiro de 87, que estavam eliminadas as vias da traição e do conluio com o Cairo e Amã? Conhecida é, com efeito, a oposição de Habbache e Hawatmeh às resoluções 242 e 338 e a sua convicção da inevitabilidade da violência revolucionária — e veja-se o mortífero ataque com asa delta a Kiriath Shomoneh — daí a dificuldade, como no passado mas com mais forte razão, de Arafat em aceitar aquelas duas resoluções. Tanto pior para Arafat e a OLP, disse a esse propósito Shimon Peres. Mas o que é evidente é que sem OLP não terá razão de ser a realização de uma conferência de paz. Por isso os meios do Secretariado das Nações Unidas reconhecerem a quase nula viabilidade de uma tal conferência.

Escrevi aqui há tempos que Arafat que notavelmente vai superando todas as crises e todos os epitáfios, sai, pelo menos na aparência, algo reforçado da 18ª sessão do Parlamento Palestiniano. Sacrificou, se é que foi sacrifício, as possibilidades de diálogo e entendimento pacífico político e ficou devendo a unidade reencontrada ao regresso dos duros. E isso terá implicações sobre os campos no Líbano e na Cisjordânia, e aumenta a fricção com Hafez Al Assad. Os acontecimentos na Faixa de Gaza, o ataque a Khiriath Shmonah e as erupções de violência em Saída parecem confirmar essas asserções.

Disse em Jerusalém o ministro Leo Tindemmans, no semestre da presi-dência belga, que o Cairo, Amã e Ryad vêem na OLP o único obstáculo à conferência. O representante da Comunidade e o ministro Shimon Peres mostraram grande regozijo com semelhante reconhecimento. Mas o que se passa é que esse obstáculo evidente não é superável se não em si mesmo e isso não se vê como possa ocorrer nos tempos próximos. Do ponto de vista árabe, e temos de ser sérios na percepção do problema, toda a proposta de uma conferência não pode enjeitar a OLP e Arafat.

Este princípio da política árabe persiste quase sacralizado a despeito de a nação árabe enfermar do estado de deliquiscência que o rei Hussein da Jordânia denunciou na abertura da cimeira árabe de Amã a 8 de Novembro do ano findo. Os israelitas embandeiraram com o êxito dessa cimeira, considerando-a o ponto de viragem nos anos 40 da guerra israelo-árabe. É essa cegueira israelita que mais preocupa, até porque oblitera a visão dos dirigentes de Jerusalém para tudo o que não seja os seus interesses imediatos desvirtuando os que se lhes não ajustem. A cimeira não foi um êxito, excepção feita à porta que abriu ao restabelecimento de relações com o Egipto por parte de nove Estados. As declarações de Farouk Al Sharaah, Ministro dos Negócios Estrangeiros sírio, logo a seguir ao encerramento da Cimeira e segundo as quais perdura a amizade Irano-Síria, são significativas. Mas, e voltando ao nosso tema, se a Cimeira recomendou a paz negociada através de uma Conferência Internacional, também reafirmou o princípio da indispensabilidade da participação da OLP e o de que a paz global no Médio Oriente só se fará com o retomar do solo árabe dos territórios ocupados, particularmente Jerusalém. E num texto não publicado mas aprovado pela Cimeira, apelava a Conferência Árabe ao estabelecimento de uma paridade estratégica, o que traz a primeiro plano as teses Sírias de Hafez Al Assad.

Por isso não deveria Israel regozijar-se demasiado. O dia seguinte ao fim da guerra do Golfo talvez traga de novo a primeiro plano a guerra santa em Jerusalém. Não disse o comunicado da Cimeira de Amã que «passara em revista as relações históricas entre duas religiões divinas, o Islão e o Cristianismo, personificados em Jerusalém»?

II — INTERVENTORES E VÍTIMAS

A. A QUESTÃO PALESTINIANA NO LÍBANO

Quando se fala da Conferência Internacional sobre o Médio Oriente todos se preocupam com as posições da OLP ou Israel, a URSS ou o Egipto, os Estados Unidos ou a Jordânia. E o Líbano? Parece haver aqui tendência para esquecer, talvez por culpa dos libaneses perdidos nas suas querelas

internas, que parte importante da questão palestina reside no Líbano e que sem uma solução da crise libanesa não haverá solução geral, na região. E a crise libanesa não se resolverá enquanto não se der destino humano e político aos 400 000 refugiados palestinos do Líbano. Não se vê nas últimas diligências que este ponto merecesse a atenção devida. Ora, Arafat não quer que toquem nesses refugiados, reserva importante do seu poder, base de todas as suas ambições, reduto para as acções que ainda espera levar a cabo.

Há dois aspectos bem marcados, mas com íntima relação entre si, que que informam e enfermam toda a questão. De um já trataremos. Do outro quando abordarmos a crise Líbano-Libanesa.

Não é de agora o contencioso entre palestinos e judeus. Já no tempo da ocupação otomana, que durou até ao fim da Primeira Guerra Mundial, se registavam problemas entre as duas comunidades. Então apenas se iniciava o distanciamento entre judeus e palestinos. O problema viria a ter toda uma outra acuidade com o crescendo da perseguição aos judeus na Europa. Se os judeus começaram a adquirir terras na Palestina já desde 1882, à medida que a vaga de perseguição aumentava também engrossava o fluxo em direcção à Palestina e se acentuava a questão da transferência de propriedade. Toda a questão de concorrência sobre um mesmo solo aí nasce para continuar avolumando-se e sem sinais, bem ao contrário, de abrandamento, como se pode ver pelos acontecimentos de Gaza, ou Jerusalém e na Cisjordânia. Aí começou o êxodo palestino que tomava proporções de diáspora com a criação do Estado de Israel a 29 de Novembro de 1947 e a posterior proclamação da independência em 14 de Maio do ano seguinte. As guerras que cavaram o fosso entre o novo Estado e o circundante Mundo Árabe ainda mais aceleraram o êxodo em todas as direcções — Jordânia, Líbano, Síria e outros países Árabes.

A aquisição de terras, o espírito de iniciativa e empreendedor levaram o judeu emigrado a rapidamente se impôr pela sua riqueza. E o palestino que vendia as terras logo se expatriava temeroso da jovem agressividade daquela força renovada que crescia no que fora a sua própria terra. Dados recentes dizem-nos que na terra de Israel subsistem apenas cerca de 550 000 palestinos e nos territórios ocupados da Cisjordânia e de Gaza um total de 1 500 000, contra 3 000 000 espalhados por vários países árabes.

É o problema palestino vasto e complexo e por isso vou concentrar-me fundamentalmente numa área e num período que a meu ver consubstanciam todo o drama daquele povo.

De início a natural direcção para o êxodo palestino foi o Leste, para a Jordânia, embora tivessem apontado ao Norte, no Líbano, como zona de protecção e segurança face à pressão judia. Mas no Líbano só viria a tomar expressão dramática com o aumento em flecha do número de refugiados e dos Fedayin em 1970, depois de expulsos da Jordânia no seguimento dos trágicos acontecimentos que se conheceriam como Setembro Negro e em que o Rei Hussein, não estando ferido da paralisia que pesava sobre o governo libanês por força da sua composição comunitária, se ergueu com determinação e não hesitou em esmagar a prepotência dos quadros dirigentes políticos e militares da OLP.

Depois da guerra Árabo-Israelita, de Junho de 1967, que permitiu a Israel ocupar a Cisjordânia, Gaza, Jerusalém Este, o Golan e o Sinai, a Resistência Palestina surge e passa a afirmar-se como realidade política reconhecida pela maioria dos países árabes. O governo libanês de experiência já vivida e ainda não frontalmente confrontado com divisões internas que mais paralisariam o aparelho do estado, incluindo as Forças Armadas, mostrava-se reticente sobre a presença no País dos Comandos Palestinos. Mas a esquerda libanesa, autodesignada de nacional, começava a despertar para a realidade palestina como força susceptível de arvorar o estandarte da rebelião contra uma comunidade cristã que consubstanciava aos olhos muçulmanos a ala direita, conservadora e espoliadora, que manobrava e complotava para reservar para si todas as vantagens, privilégios e regalias do progresso nacional. E aí, nesse equívoco maior, se verá a raiz de toda a tragédia libanesa.

O mito nascente dos Fedayin na segunda metade dos anos sessenta polarizava já grande parte da população libanesa, a par de um outro factor que também contribuiria para a desagregação da sociedade libanesa e motivo de raiosas invejas: a acumulação de riqueza que se iniciara nos anos 50 e atingiria o apogeu na década de 60, precisamente. Acumulação de riqueza que, se não era exclusivo do sector cristão, pois se estendia à alta burguesia sunita e aos latifundiários chiitas, aí encontrava, porém, a mais agressiva expressão e era constante provocação das populações miseráveis chiitas e palestinas, as que viriam a constituir a coorte dos «deserdados da terra» de que tantas vezes me falaram Nabih Berri, chefe do Amal, e a senhora Rabab Sadr, irmã e herdeira moral do Imã Moussa Sadr, fundador do maior movimento chiita, e desaparecido na Líbia, diz-se que por ordem de Teerão,

posto que polarizador perigoso das aspirações chiitas de que Khomeini se arrega a única representação.

Mas, voltando ao assunto Fedayin, o Sul do Líbano começava a converter-se no santuário da Revolução Palestiniana, mas não só, como se verá pois até Beirute se estenderia o mal, a prepotência e a desordem.

Pode situar-se em fins de 1965 o primeiro incidente entre autoridades libanesas e a resistência palestina. Logo no ano seguinte se daria a primeira confrontação entre o Exército Libanês e os Fedayin. Num arremedo de autoridade que depois foi escasseando por força das convulsões, o governo libanês ainda podia prender Yasser Arafat e mantê-lo na prisão por três semanas desse ano de 1966. Ilusória manifestação de poder. Sabe-se como depois Yasser Arafat, perdendo toda a compostura e medida, se guindou a posições de orgulho e arrogância, que lhe provocaria a própria queda no que respeita a posições importantíssimas que chegou a deter no Líbano.

A presença palestina no Líbano tomaria proporções catastróficas, quer pelo número de refugiados, quer pela crescente projecção política, quer pelo triste renome que lhe trouxe o terrorismo organizado e treinado em solo libanês depois da expulsão da Jordânia, em Setembro de 1970.

Mas os passos decisivos no caminho turturoso das cedências libanesas que conduziram à formação de um Estado dentro de um Estado seriam dados com acordos do Cairo de 1969. Por que não só o fenómeno palestino constituia em si mesmo o fermento e os instrumentos da dissolução e da fragmentação do Líbano, como trazia agregado um outro factor de ruína destruição: a reacção israelita, que nunca se importou em fazer a distinção entre libanês e palestino, antes batia num e noutro com a mesma senha.

A 28 de Dezembro de 1968 a aviação israelita bombardeava o aeroporto de Beirute. A reacção da esquerda libanesa, abraçando incondicionalmente a causa palestina é imediata e culpabiliza tanto o Estado Libanês como o Exército, isto é, imputa à direcção maronito-cristã as falhas que possibilitaram a acção israelita, a qual só se deveria à actividade Fedayin. Estava aberta a crise constitucional que oporia o Presidente Charles Helou e o Primeiro-Ministro sunita Rashid Karamé, cabeça de testa da Síria que então já via as extraordinárias potencialidades das divisões e incoerência libanesas acicatadas e alimentadas pelos palestinos. O país jamais se recomporia das consequências dessa crise que se arrasta desde há 19 anos: não só as instituições políticas deixaram de se entender, como passariam a confrontar-se o Exército e as forças da esquerda, ao mesmo tempo que entre o primeiro e a Resistência Palestiniana até se chegar ao ponto de aperfeiçoamento do

esquema com as forças de esquerda a baterem-se entre si e o Exército a desagregar-se nos exércitos dissidentes do Tenente Ahmad Al Khatib pró-palestiniano e do Major Saad Haddad pró-israelita, de confronto em confronto, e, agravada a crise, o governo libanês, chefiado por um sunita, recorre à mediação do Presidente Gamal Abdel Nasser. O bombardeamento do aeroporto de Beirute, Dezembro de 1968, e os acordos do Cairo, Outubro do ano seguinte, marcam pois as datas fatídicas do desmantelamento do Líbano.

Os acordos do Cairo, completados pelo anexos de 1973 e 1977, que constituíram uma vitória para a resistência palestina e um atestado de cegueira para a esquerda nacional, definiam as grandes linhas da posição palestina no Líbano e, em teoria, parecem menos maus do que viriam a revelar-se na prática:

- Presença dos Fedayin limitada ao Líbano Sul, onde também se concentrariam armas pesadas.
- No interior dos campos palestinos só armas individuais. A segurança apenas confiada à Polícia Palestina.
- Autorizada a abertura de escritórios OLP fora dos campos mas só para actividades administrativas.
- As autoridades libanesas, civis e militares, são soberanas em todo o território libanês e em qualquer circunstância.

Este acordo assinado no Cairo a 25 de Outubro de 1969 entre o General Emile Boustani, Comandante em Chefe do Exército Libanês e Yasser Arafat, viria a ser completado com novas cláusulas depois dos confrontos de Setembro de 70 na Jordânia e a expulsão de Fedayin para o Líbano, relativas à instalação de bases palestinas e porte de arma no território libanês. Em 1973 e depois da primeira guerra civil — 75/76 — os acordos do Cairo ver-se-iam ainda acrescentados com o protocolo de Melkart e o acordo de Chtaura na Bekaa, este último já com regulamentação da força de dissuasão árabe, FDA,

Os acordos do Cairo, cabe repeti-lo, surgem como o marco negro na história do Líbano moderno. Não só abrem a porta, que depois a OLP escancarou, aos Fedayin e às represálias Israelitas — e aí os Cristãos que o criticavam razão tinham — como institucionalizou, se se permite a extrapolação, o fosso entre muçulmanos e a comunidade cristã, que só se tem alargado para chegar à irredutibilidade de hoje, como a seu tempo se verá. Por essa altura,

aliás, se produzem também os primeiros confrontos entre o Partido Falangista, fundado por Pierre Gemayel e a Resistência Palestiniãna.

As relações Líbano-Palestiniãnas atravessaram mesmo assim um período de calma relativa até 1972, com a OLP aparentemente conciliadora e isso por dois motivos: a central palestiniãna tinha de absorver o choque sofrido com os sangrentos acontecimentos de Setembro de 1970 na Jordãnia; e reparar os estragos sofridos, reabastecendo-se e rearmando-se.

Por seu turno, Israel não se coíbe de lançar sucessivos ataques contra o Líbano Sul, agravados por bombardeamentos e acções espectaculares, como a levada a efeito por comandos israelitas desembarcados em Beirute e que assassinaram três chefes do Fatah.

A acção do «Setembro Negro» nos Jogos Olímpicos de Munique leva à invasão do Líbano Sul em Setembro de 1972, enquanto o novo Chefe de Estado, Sleiman Franjeh, reacende o conflito com a ala muçulmana. Franjeh exige a revogação dos acordos do Cairo. A invasão do Líbano Sul e a polémica gerada em torno dos acordos levam à proclamação do estado de emergência, a manifestações antigovernamentais e à crescente vaga de confrontos entre o Exército e os palestiniãnos e as facções Islamo-Progressistas. E os combates violentos sucedem-se em Bourj Barajneh, Sabra Chatila e a OLP e Yasser Arafat vão a pouco e pouco tomando o poder e substituindo-se ou desfeitando as instituições libanesas. Franjeh exige, sem qualquer efeito, a saída do Líbano do que chama o «Exército de Ocupação Palestiniãno». Perante a gravidade da situaçãõ, a Síria fecha as fronteiras com o Líbano, as crises polítics e os primeiros-ministros sucedem-se no Palácio do Sérrail e chega-se ao protocolo de Melkart já referido, que nada resolve a não ser a transferência de poderes para o FAD — Força Árabe de Dissuasão.

Apenas a guerra israelo-árabe de 1973 põe uma trégua às desinteligências Líbano-Palestiniãnas. As autoridades libanesas aplaudem o programa da OLP que prevê a criaçãõ de um Estado Palestiniãno na Cisjordãnia e na Faixa de Gaza. O presidente Franjeh é mesmo encarregado pela Cimeira de Rabat de defender a causa Palestiniãna perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. O entusiasmo pouco duraria.

Estava-se em pleno jogo de aparências. Israel prosseguia com os seus raids contra o Líbano Sul, o Exército Libanês bate-se contra os Fedayin em Tyr. E a 13 de Abril de 1975 rebenta a guerra civil no Líbano com o incidente de Ain El Remmaneh. Já não é o Exército contra os Comandos

Palestinianos mas a totalidade da Comunidade Cristã através das suas milícias contra o soberbo ocupante.

A guerra civil levaria directamente, mas de forma gradual nos anos seguintes, a cinco novas situações:

- Inicia-se a controvérsia sobre o Exército que culminaria de forma negativa apenas oito anos mais tarde com a Batalha de Beirute, de 6 de Fevereiro de 1984. Acabaria por pesar o factor confessional levando ao desmembramento do corpo do Exército.
- Criação de força de dissuasão árabe, ou ao pretexto e via para a implantação militar da Síria no Líbano — confirmada pelo acordo de Chtaura.
- Começo da efectiva divisão da cidade — e do país — em dois sectores. Até aí os palestinianos — e outros muçulmanos — espalhavam-se por toda Beirute e arredores. A guerra de destruição contra os campos palestinianos de Dekouané, Tal Zaatar, levaria à limpeza, essa é a palavra, de todo o elemento palestiniano no sector cristão: os marcos dessa divisão foram as chacinas de Tal Zaatar no sector cristão e de Damour no muçulmano.
- Afirmação da resistência palestiniana como a única alternativa política no Oeste do País, em especial depois do assassinato de Kamal Jumblatt, chefe druzo e porta-voz da esquerda nacional. Este fenómeno de transferência de competência e capacidade política, que hipotecava desde logo toda a solução equilibrada, levaria a radicalizar a posição cristã e a israelita que, a partir daí, e embora o neguem, aprofundariam as relações e a cooperação.
- A invasão israelita de 1982.

Mas há um outro elemento novo de extrema importância. Os sírios que haviam acorrido ao Líbano à petição do presidente Franjeh (os cristãos não gostam de o recordar agora) vão pouco a pouco aprofundando as diferenças e separação com os palestinianos, para chegarem ao ponto de os combaterem abertamente no Alto Metn, em Bhamdoun e Aley, donde as tropas sírias os escorraçam permitindo às milícias cristãs ocupar o eixo El Simane-Faraya.

A posição síria, contestada por Arafat que aí inicia a ruptura com Hafez Al Assad, ver-se-ia confirmada e legalizada aos olhos árabes com a criação da FAD na cimeira de Ryad. E os sírios pautadamente apertam o cerco em torno dos campos palestinianos.

1987 vê nova invasão israelita até ao Líbano e a FINUL toma posição no Líbano Sul. Desde o primeiro momento ninguém a respeita ou lhe presta atenção, revelando-se inútil o seu papel. Foi depois da chegada das forças das Nações Unidas que os Fedayin consolidariam as suas posições em Tyr e Nabatyeh, em pleno território sob jurisdição dos capacetes azuis. Desde o primeiro momento que a força Onusiana se revelaria a primeira vítima da ambiguidade do seu próprio mandato.

Todos estes anos marcados pela agressividade e violência dos contendores em presença no solo libanês, os Fedayin e o Comando Supremo Palestino, espezinharam, enxovalharam e desfizeram um estado que pela sua constituição racial e confessional se oferecia como o mais propício à tolerância, e isso precisamente foi aproveitado por palestinos e demais árabes para assentar o abuso, o desrespeito, e com eles a miséria da guerra, a destruição e a morte de populações amigas, complacentes e generosas.

Isso o aspecto irracional do comportamento palestino. Falou-se, por vezes, da Revolução Palestina. Ela só agora começa nos Campos de Gaza, em Jerusalém, no West Bank. No Líbano não houve qualquer manifestação revolucionária mas apenas, repito, de irracionalidade e do caos, propícios ao terrorismo.

E chegamos aqui ao ponto crucial da crise palestino-líbano-israelita: a invasão israelita de Junho de 1982, que viria a constituir o terceiro grande erro de Israel.

Face a um estado libanês em plena decomposição, que se revelava totalmente incapaz de eliminar a presença dos terroristas, face à utilização do território e da infra-estrutura do Líbano para montar uma rede internacional que Jerusalém reputa dirigida contra Israel, face à capacidade de tiro ofensivo de um arsenal composto por milhares de toneladas de armamento, munições, mísseis, artilharia pesada e tanques, Jerusalém decide a certa altura passar da fase de represálias simples que, mesmo se extremamente mortíferas e destruidoras, se revelavam de porte limitado perante a ameaça, ao desencadeamento de uma operação que de uma vez eliminasse o risco palestino.

Para isso, Israel aproveitou, por um lado, a divisão do Mundo Árabe exemplificada pela Cimeira de Fez, e a polarização resultante do conflito Irão-Iraque e, por outro, a «benevolência» norte-americana «já revelada em ocasião de outras grandes manifestações activistas na região: anexação do

Golan, ataque ao reator nuclear de Tammouz, política de colonato e repressão nos territórios ocupados. A 6 de Junho de 1982, Israel desencadeia a invasão do Líbano, com feroz prévia preparação aérea sobre Beirute e Líbano Sul.

Os generais Ariel Sharon e Eytan enganam toda a gente, até Begin, e diz-se também que o Secretário de Estado da época, que bem caro pagará a complacência de que deu provas. Durante meses foi o Líbano submetido a um verdadeiro dilúvio de metralha e fogo, e a operação «Paz sobre a Galileia» saldara-se-ia por milhares de mortos e feridos e enormes destruições materiais pela utilização de bombas de fragmentação e de fósforo contra populações civis, e massacres como os de Sabra e Chatila. Em Novembro de 82 seriam publicados os primeiros dados: mortos 19 085, feridos 30 302, percentagem entre os mortos: 84% civis, 33% menos de 15 anos e 24,9% mais de 50. Por seu turno Israel perderia 446 soldados e ficaria com 2461 feridos.

O mundo emocionou-se com a nova catástrofe no Líbano e a indignação iria em aumento com o decorrer dos dias e da mortandade e perante a indiferença de Begin e Sharon.

No dia 6 de Junho o Tsahal entra no Líbano Sul com o pretexto de atirar os Comandos palestinos para além de uma faixa de 40 Km.

A 10 de Junho a aviação israelita destrói as baterias de mísseis SAM na Bekaa. Entre 8 e 15 o Tsahal avança até 60 Km, já em Saída, bate os palestinos em Ein-E1-Heloué e faz cair o Chouf druzo. Instala o cerco de Beirute Oeste e pouco depois isola o palácio presidencial em Baabda. Cria-se o Comité de Salvação Nacional Libanês que integra protagonistas célebres da divisão e incoerência libanesas: Elias Sarkis, Chafik Wassam, Fouad Boutros, Walid Joublatt, Bechir Gemayel, Nasr Maalouf e Nabi Berri. A nada chegaria este comité. Já não oferece dúvidas a colaboração de Bechir Gemayel e das «Forças Libanesas» com o ocupante. Reúnem-se o Conselho de Segurança, a Liga Árabe e o Conselho Europeu, perante a mesma indiferença dos israelitas.

A 4 de Julho, ciente já da caducidade e improdutividade dos acordos do Cairo (que não serviram nem o Líbano nem a causa palestina), a OLP apresenta um memorando resumindo as proposições daquela central, com, entre outros pontos: proposta de uma Força Tampão Internacional; retirada de Damasco do Quartel General da OLP; manutenção de uma presença política da OLP em Beirute. Os países árabes, a começar pela Síria, recusam

acolher os combatentes palestinos a menos que se encontre uma solução global (forma de iludir o egoísmo geral).

Philip Habib percorre o Médio Oriente e consolida-se a ideia da Força Multinacional, Arafat aceita todas as resoluções das NU sobre a Palestina, o que até então sempre recusara. O governo israelita, jogando como de costume no campo oposto, decide não se submeter em nenhum caso às resoluções do CS. A 7 de Agosto, a OLP aceita finalmente um novo plano Habib: simultaneidade do envio de um primeiro contingente francês e das primeiras partidas dos Fedayin de Beirute. Chegada a Beirute dos primeiros contingentes italiano e americano.

Israel concorda com a Força Multinacional e, entre 21 de Agosto e 3 de Setembro, dá-se a evacuação dos Fedayin.

Da arrogância da OLP e da prepotência de Yasser Arafat nada ficava se não um país desmantelado, preso da vertigem da violência e da desordem, dilacerado por mil correntes e facções. A Arafat nem a vizinha Síria aceitava e Hafez Al Assad expulsa-o de Damasco a 26 de Junho de 1983. Refugiava-se em Trípoli feudo sunita no Norte e sede dos integristas do Taweed. Mas Assad não o deixa tranquilo e persegue-o mesmo na Capital do Norte.

Confrontado a um cerco de ferro e fogo imposto pelas forças afectas à Síria, Yasser Arafat tem de fugir de novo e abandonar em definitivo a região. Hoje é um pária com um tesouro na Suíça mas sem acento territorial. A Causa Palestiniana é invocada nas cimeiras e nas outras grandes ocasiões árabes, mas não tanto por elas mas porque ainda serve de estandarte de uma pretensa frente árabe.

Para Israel, se logrou eliminar militarmente a resistência palestina como factor susceptível de intervir numa eventual solução da crise do Médio Oriente, não acabou, porém, com a ameaça que pesa sobre a Galileia, antes faz que ela se transplantasse para outras áreas nacionais. Não conseguiu, por outro lado, a aparente destruição do santuário libanês, não diminuiu, pelo terror do exemplo havido no Líbano, a capacidade de resposta das populações palestinianas da Cisjordânia e de Gaza. E tão-pouco logrou instalar em Beirute um poder forte, aliado de Israel — a presidência de Amine Gemayel jamais será assim rotulada.

Por fim, a fama de impoluto e invencível de que beneficiava o Tsahal viria a ser perdida e enxovalhada no Líbano. A indiscriminação dos ataques e a cumplicidade nos massacres, a ferocidade, as perdas sofridas, marcaram

um exército que tardara em refazer-se, e para nada ganhar em troca. A «paz sobre a Calileia» não foi conseguida.

B. A CRISE LÍBANO-LIBANESA

Os três anos que precederam à invasão israelita de 82 caracterizam-se por confrontos sucessivos, se não simultâneos, em todos os pontos do País entre sírios e cristãos, entre sírios e palestinos e entre israelitas e palestinos. Mas também entre chiitas e palestinos, sírios contra libaneses progressistas anti-sírios, os chamados IPP ou islamo-palestino-progressistas e entre libaneses. E confirma-se a existência de lógicas conflituais diferentes conforme cada região: os inimigos numa região não são necessariamente os mesmos noutra.

É esse o elemento fermentador que verá nascer e desenvolver o mito Bechir Gemayel, estrela que ascendeu e iluminou as esperanças de cristãos e até de muitos libaneses não cristãos, mas cujas hesitações, e em especial uma certa viragem política, conduziram ao seu aniquilamento no atentado perpetrado apenas duas semanas após a sua eleição para a Presidência da República.

Mas a obra de Bechir persistirá, no fragor do ataque sírio e aproveitando-se da dinâmica de aceso período de guerra, Bechir organiza com base nos Kataeb-Falange dirigidos por seu pai Pierre Gemayel — fundado em 1936 sobre o modelo fascista então em voga — as Milícias Cristãs «Forças Libanesas» que retomam a ambição inicial dos Kataeb de preservar uma especificidade libanesa favorável aos maronitas contra as demais confissões: professam o anti-arabismo, alimentam o sonho de uma balcanização da região que favoreça uma nação cristã maronita-falangista.

Senhor de uma determinação feroz, Bechir Gemayel esmaga pelo combate ou pela eliminação física todos os seus adversários dentro da comunidade e cristãos como ele, e institui uma força que pelo prestígio da resistência frente ao sírio se arvora em mentora da verdade no sector cristão, que impõe a sua ordem e a sua vontade: Tony Franjeh, comandante dos maradas e filho do chefe da subcomunidade cristã do norte do Líbano, é assassinado em Eheden bem como a sua mulher e filho e 32 companheiros; as milícias PNL são chacinadas no ataque de Maalmetein; o Tanzim depois do êxito de Tal

Zaatar vê-se minado pela suspeição provocada. Entra-se na época Bechir Gemayel e cria-se o mito de que ele será homem capaz de unir muçulmanos e cristãos e refazer a unidade do Líbano. Seria não contar com os factores derrapantes da prática de Bechir: as suas ligações aos israelitas, a Beguin e Ariel Sharon, e os compromissos daí resultantes. Seria não contar com Walid Joumblatt e Nabih Berri. Seria não contar com a Síria.

A 5 Julho de 1981, Bechir compromete-se, numa carta ao Presidente da República a pôr termo às relações das suas tropas com o Mossad e o Tsahal. Mas é dessa época precisamente a fase mais intensa da cooperação entre as «FL» e israelitas, que se acentuaria em 82 com o crescimento dos preparativos para a invasão. Foi publicada em Jerusalém documentação que ilustra esse comprometimento: junção em Beirute das forças israelitas e das milícias cristãs, limpeza geral dos IPP em que participariam efectivamente as «FL», instalação no poder presidencial de Bechir Gemayel, criação de um estado de hegemonia cristã.

Tudo correu bem até ao momento em que, segundo os acordos Bechir-Ariel Sharon, as «FL» deviam avançar e completar o trabalho do Tsahal em Beirute e na montanha. Aí Bechir recua, recusa-se a cumprir a parte do jogo de guerra que lhe coubera, sabendo que se o fizesse comprometeria todas as hipóteses de chegar à chefia do Estado. Com esse objectivo aliás, havia em Março de 82 avançado aos co-cidadãos muçulmanos e druzos propostas com base na renegociação do Pacto Nacional de 1943 para repartir de novas bases sócio-político-comunitárias. As propostas são regeitadas, mas a semente estava lançada. Nos dias turbulentos da ocupação israelita de Beirute, da eleição à presidência e das pressões de Sharon para que cumpra o prometido — Sharon chega a deslocar-se a Beirute — Bechir faz as suas aberturas ao Islão libanês. Aumenta as tensões com os israelitas. No pensamento de Ariel Sharon e de Eytan a junção no combate das forças israelitas e cristãs seria o argumento de absolvição, a grande justificação para a avançada do Tsahal até Beirute, muito para além do limite permitido pelo Primeiro-Ministro Beguin. Nesse contexto, a atitude de Bechir Gemayel de já não precisar comprometer-se pois o pior trabalho já estava feito pelas forças israelitas, aparece aos olhos de Sharon como traição caracterizada. E no próprio campo falangista as forças mais conservadoras já se interrogavam sobre o personagem que haviam engendrado e que parecia querer desprezar aquela especificidade cristã de que já falamos.

Se insisto tanto sobre a figura de Bechir é simplesmente porque, personagem de tantas contradições, teve por si a morte violenta que o transformou em mito que fez apurar e aperfeiçoou as teses exclusivas da fundação das falanges. Os comandantes que lhe sucederam à cabeça das «FL», em especial Samir Geagea, hoje o senhor do sector cristão, imbuídos da mística Bechir fizeram das forças libanesas um corpo de elite disciplinado, duro, estrito, a contrapartida cristã do integrismo Hezbollah de filiação iraniana, que desafia o exército, o Presidente, o Vaticano e a Síria e que marca hoje o impasse no Líbano, o imobilismo.

Assassinado Bechir Gemayel a 14 de Setembro de 1982 é seu irmão escolhido para a chefia do Estado. Os israelitas haviam perdido um Gemayel mas parecia haverem ganho um outro, talvez mais dócil. e imaginavam-se vitoriosos num dos seus objectivos: a instalação de um poder cristão em Beirute que lhes fosse adquirido, senhor de uma doutrina racista, autoritário se não ditatorial, oposto à integração árabe e inimigo declarado da OLP.

Forte presença da segunda força multinacional, e do exército israelita com o exército libanês acampados no Chouf Druzo e ocupando posições deixadas vagas na grande-Beirute pelos israelitas, com as promessas americanas como garantia e segurança, e face a uma Síria que se havia encolhido diante da avançada israelita, que perdera aviação e tanques e se via batida onde quer que fosse chamada a combater, Amine Gemayel julga-se em medida de desafiar Hafez Al Assad por palavras e actos: a 28 de Setembro iniciam-se em Khaldé as negociações Líbano-Israelitas que se concluíram a 17 de Maio seguinte com a assinatura do acordo Líbano-Israelita que pretendia pôr fim ao estado de guerra entre os dois estados no compromisso de nenhum dos dois países servir no futuro de base de acções hostis ao outro. A par desse acordo que parecia consubstanciar o êxito da política israelita de separar o adversário para melhor o dominar através de negociações directas à semelhança das de Campo David, são ostentivas as manifestações oficiais por parte de israelitas em Beirute e de libaneses em Jerusalém.

Mas a Síria que parecia ter sido batida num campo, era noutros ainda senhora. E em pouco tempo, alguns meses, inverter-se-ia a situação, nisso ajudada por dois factores importantes: podem contar com fiéis agentes dentro do Líbano e os erros, os primeiros de uma série que caracterizaria o mandato de Amine Gemayel. Sob a pressão indirecta e destabilizadora do terrorismo sírio a força multinacional abandona o Líbano, o acordo Líbano-Israelita

de 17 de Maio de 1983 fica letra morta, o exército libanês perde todas as posições no Chouf e no grande Líbano, a retirada do Tsahal faz-se unilateralmente e Amine Gemayel sente na carne e no espírito quem detém o poder real e directo nas terras do Líbano e dá uma volta de 180 graus. Transforma-se num fervoroso frequentador de Damasco: sucedem-se as Cimeiras com Hafez Al Assad, todas na capital Síria. A Síria passa ao papel de mentora da política libanesa com uma incidência e força que nunca antes tivera. E onde o seu exército falhara, quer perante os cristãos quer perante os israelitas, os seus Mouhabarats e o coronel Ghazi Kanaam, chefe dos serviços secretos sírios no Líbano, asseguravam uma base de ingerência e predomínio de tal ordem que hoje os EU ou a Europa e, recentemente, a cimeira de Amã a reconhecer o papel de Damasco no Líbano e a confiar-lhe a boa condução dos negócios libaneses. E parece de interesse uma segunda reflexão sobre uma menção que agora fiz: a Síria que nunca acreditou um embaixador em Beirute, chegou, depois da invasão israelita — e já isso seria irónico — a tal usurpação de poder que de todos fez admitir a aberta e publicitada instalação dos seus serviços secretos em Beirute. Aliás Ghazi Kanaam por bem cumprir a sua tarefa ascendeu agora ao mais próximo escalão na confiança do Presidente Assad.

Disse-se que depois das tentativas directas mediante acções militares caracterizadas, Al Assad se remeteu à acção indirecta. Agiria ao mesmo tempo sobre dois tabuleiros: o da ilegalidade e o das facções comunitárias com tradução prática na guerra de milícias e na acção subversiva e terrorista. E no plano da legalidade e sempre tendo em mira a constituição de uma entidade libanesa reflectindo o exemplo sírio e logo aceitando a hegemonia de Damasco, Hafez Al Assad, na sequência dos dramáticos acontecimentos que marcaram o tempo seguinte à invasão israelita de 82, aparece como intermediário entre a paz e a guerra, entre o caos e a ordem.

Eleito Presidente da República, Amine Gemayel deixa-se enredar na trama da política desestabilizadora israelita que o arrastaria para a aventura da guerra do Chouf. Nessa, como noutras ocasiões, erravam o alvo os responsáveis cristãos ao supor que pela guerra poderiam reforçar posições e os interesses maronitas. Ao contrário, com essa aventura concorria o lado cristão para aumentar de forma dramática a massa de refugiados cristãos e as tensões quer a nível de sector quer no plano nacional. Com efeito, Walid Joumblatt, aproveitando o erro das milícias cristãs banuiu das monta-

nhas do Chouf toda a presença cristã à excepção de inexpressivas pequenas bolsas como a de Dar El Khamar. E levaria ainda à coligação druzo-chiita e a batalha de Beirute de Fevereiro de 84 culminada com a vitória das forças combinadas do PSP (druzo) e do Amal chiita e a contrapartida de uma derrota cristã e a posse muçulmano-chiita de Beirute-Oeste, o que concorreria não só para o reforço, embora indirecto, da mão síria na capital libanesa mas também para o novo dramático êxodo cristão.

Mas a falta de visão das forças cristãs persistiria. Depois das falhadas conversações de Naquoura no Outono de 84, onde sob a égide das Nações Unidas se buscou um acordo para a evacuação do Tsahal do Sul Líbano, as forças israelitas retir-se-iam unilateralmente, mas em meio de negros presságios de desordem e caos proferidos pelos responsáveis militares israelitas. Sabiam do que falavam, posto que o Sul logo entrou em turbulência aguda de que ainda se não libertou. E iniciá-la-iam os cristãos quando as milícias maronitas empreenderam acções de flagelação contra Saída. A conjugação das facções muçulmanas face ao ataque cristão consubstanciar-se-ia na ofensiva druzo contra o Iklím Kharouq e do exército popular de libertação contra as colinas cristãs a leste de Saída. O Iklím e as referidas colinas eram eminentemente cristãs. Depois da vitória da coligação druzo-muçulmana na frente Sul seria eliminada toda a vivência cristã, acrescentando-se mais um elemento ao contencioso comunitário.

Assim, de desentendimento em desentendimento e através de acções inconsideradas imbuídas de estreita visão comunitária e cegas para tudo que fosse ou dissesse respeito ao interesse geral nacional, a presença cristã no Líbano Sul ficaria reduzida ao bastião único de Jezzine. Mas não seria essa a única consequência, pois a comunidade cristã que deveria ser o fermento de toda a solução consertada para o Líbano, antes cavava mais fundo o fosso entre comunidades, dando razão ao ódio das demais e à desconfiança. Atentando-se contra a coesão nacional mais se abria o caminho às influências estranhas, com o enfraquecimento do tecido nacional de que a comunidade cristã é um elemento fundamental, só acrescenta poder à influência síria e também e, com crescente expressão, à iraniana.

A Síria via-se triunfante no confronto com a força multinacional e punha em cheque o prestígio e capacidade do Ocidente sobre as quais Amine Gemayel, início do seu mandato, pensava poder alicerçar a sua afirmação antiárabe. É o Presidente libanês forçado às conferências de paz entre as facções libanesas em solo suíço e abandona a experiência do go-

verno técnico de Wazzan. É sob a movimentação discreta dos Sírios em Lausana que se desenha uma aparência de concertação intercomunitária expressa na formação do governo representativo e de União Nacional de Rashid Karame, político sunita afecto a Damasco. Beirute abre a sua linha verde, cria-se o CDR, conselho para o desenvolvimento e reconstrução, assiste-se à crescente chegada a Beirute de missões ávidas de participar no esforço de reconstrução, as diversas regiões do Líbano começam a mover-se e a dar sinais de querer intercomunicar. Parecia faltar apenas dar mais alguns passos para que a desconfiança comunitária se dissolvesse e a cooperação se afirmasse.

Mas isso seria esquecer as duas situações que já se tinham perfilado no horizonte libanês em que forças externas, jogando com os interesses diversos das comunidades contribuíram para a degradação do Estado e feriam talvez de morte a coesão da Nação. Assim, após breve período de esperança, o ciclo infernal da violência retomava e primava sobre qualquer outra consideração. Primeiro, as forças que aproveitando-se dos terrores cristãos querem impedir a instalação no Líbano de um poder coeso, adquirido à custa das teses árabes, que, eventualmente, ameaça a galileia e seja fonte de insegurança para o povo israelita. Em segundo lugar, as forças que aproveitando as reivindicações dos chiitas, as frustrações dos druzos e os rancores dos sunitas semi-inconformados com o que tiveram por subalternização em relação aos maronitas — querem forçar a mão aos cristãos e levá-los a uma tal posição que tenham aí de ceder às injunções e ditames sírios, com isso ainda contribuindo para impedir qualquer forma de predomínio israelita.

Não tiveram os políticos, chefes de clã e os comandantes das milícias, saber e capacidade para se aperceberem, nessa hora decisiva, onde residem os pontos fracos de cada um e os remédios que se impunham com urgência e que passavam pelas potencialidades políticas do governo Karame. Até porque era antiga a lição.

Mesmo assim, e passados esses dois terríveis momentos da comunidade cristã que foram a guerra do Chouf e a batalha de Beirute-Oeste e passada a fase de concertação em solo suíço que conduziu à formação do governo de União Nacional de Karamé, um homem libanês houve que, por uma vez, tirando as ilações do irrealismo do acordo líbano-israelita de 17 de Maio de 1983 e da precaridade da posição cristã face à coligação druzo-chiita alimentada por Damasco, procurou fazer esquecer os erros

recentes e sacar o maior proveito da nova conjuntura criada sob égide síria, com o menor prejuízo para posições cristãs e para o estado e nação libaneses. Assim, Gemayel repete os encontros com Hafez Al Assad em Damasco e dessas cimeiras sucessivas sairia, em princípios de 85, a iniciativa presidencial libanesa de negociações entre a facção cristã, representada no próprio Presidente e as milícias chiita e druzas, então as mais agressivas no terreno, negociações essas conduzidas não já em solo estranho mas em terra libanesa, com cobertura síria através da presença do vice-presidente da República Síria Abel Halim Khaddam.

Caberá insistir sobre um aspecto fundamental para que melhor se aperceba todo o alcance da tragédia para o Líbano que representou em seguida à intervenção das «Forças Libanesas», as milícias cristãs: as negociações, embora sempre referidas à preocupação hegemónica síria, e contivessem a clara opção árabe, eram conduzidas pelo Chefe de Estado libanês na aldeia presidencial de Bikfaya onde se deslocou o vice-presidente sírio. Era esse o reconhecimento implícito do direito que assistia ao Estado Libanês para, sobre solo libanês e égide libanesa solucionar as questões internas, mesmo com o incentivo e apoio externo, e a capacidade para o levar a cabo, já que depois de tanto confronto fratricida, o presidente libanês lograva sentar à mesma mesa chefes de guerra cristãos, muçulmanos e druzos. Ora seria a desinteligência interna cristã a aniquilar tal esforço.

Corriam assim os meses de Janeiro e Fevereiro de 85 e quando se ultimavam os preparativos das diversas forças para retornarem à mesa das conversações a 15 de Março, em Bikfaya, em pleno sector cristão, e aí emprenderem a fase decisiva da concertação em curso, as milícias cristãs desencadeavam o golpe de 13 de Março ou primeira intifada, tendo por objectivo, logrado, extremar posições e impedir a reunião das partes referidas.

Teve a intervenção como resultado a radicalização dos diversos campos em presença, tornar intransponível o fosso da desconfiança, a degradação das relações entre os parceiros libaneses e da situação no terreno com atentados, combates ferozes e bombardeamentos cegos que foram acrescentando maior destruição de bens e desgraça das gentes e fez com que a iniciativa, que havia estado embora por breve período na mão de Gemayel, passasse inteiramente para a de Hafez Al Assad.

Assistia-se, por um lado, à atomização do poder, ao aumento das tensões na zona cristã, ao extremar do caos nas zonas muçulmanas, à irredutibilidade das diversas facções muçulmanas e druzas contra a cristã, mas tam-

bém entre a druza e as muçulmanas incluindo a chiita, a aliada de há pouco, e à erupção do integrismo que ali passava a ter campo fértil para se expandir e fixar, crescendo em poder e arrogância. Reriro-me ao Hezbollah, expressão consumada da intervenção iraniana no Líbano. Mas assistia-se ainda, e a par da paralisia do estado e do bloqueio da iniciativa cristã, à dupla acção síria: por um lado, através do Amal Chiita à ofensiva contra os palestinianos, iniciando-se em Maio de 85 a «Guerra dos campos» que só acabaria (se acabou) com a entrada do exército sírio em Beirute-Oeste em Fevereiro de 87 — isto é, o estrangeiro e não o estado libanês a procurar barrar o caminho ao regresso do braço armado palestiniano; e por outro, a chamar a si a tarefa de negociações inter milícias libanesas.

E, assim, e ao contrário do que se passara com a iniciativa de Amin Gemayel em fins de 84 e primeiros dois meses de 85, é à Síria que advém então a tarefa de convocar para Damasco as milícias mais representativas para o que convencionou chamar de conversações tripartidas — o PSP druzo; o Amal, chiita; e as «Forças Libanesas», cristãs estas entretanto dotadas de novo Presidente Elie Hobeika, depois que uma segunda intifada em Maio de 85 destituira Samir Geagea, autor da primeira intifada, de dois meses antes, dirigida como se viu, contra a iniciativa presidencial de concertação interlibanesa a nível de Estado.

Parecia que sorte diversa viria a ter diligência síria. Com efeito e depois de variada peripécia própria à região, as conversações de Damasco finalmente culminaram a 28 de Dezembro de 85 no acordo tripartido. Mas o digldear interno libanês não ficaria pelas acções desestabilizantes já referidas e, desta vez, seriam as instâncias oficiais do sector cristão a pôr-se por detrás da facção integrista maronita das «Forças Libanesas» e a fazer desencadear a terceira intifada de Janeiro de 1986 com o que lograria bloquear e tornar inaplicável o mencionado acordo. Com o que confirmava a paralização das instituições e prejudicava todo o processo de salvação nacional, contribuindo antes para o agravamento das fracturas nacionais. Se assistiam à facção maronita e a Amin Gemayel e a Samir Geagea (que recuperaria a chefia das «FL» com o triunfo da terceira intifada) razões fortes para tentar tolher o passo à Síria, pois que pelo acordo tripartido, Damasco pretendia controlar as forças armadas, a economia e a educação, com isso desarticulando, se não esmagando, a ossatura da comunidade cristã, esteio da entidade cultural especificada do Líbano (em política externa já se notava certo alinhamento por ocasião de conferências pan-Árabes e outras), isso não evita, porém, que se infira dos

acontecimentos de Janeiro de 1986 que se aprofundou a incapacidade, de que talvez já nem consigam inverter o sentido, das diversas componentes libanesas sobreporem ao interesse parcelar o interesse nacional, sem o que jamais voltarão a viver no entendimento que resultou da plataforma de 1943 e que durou até ao eclodir da guerra em Abril de 1975, entendimento aquele que parecia prefigurar a consolidação de um estado unitário e da Nação Libanesa. Não diziam os pensadores políticos libaneses, como Georges Naccache ou Kesrouan Labaki, nos anos fastos de 50 e 60, que o Líbano, pelo pluriconfessionalismo o pluralismo da carta de 1943, se constituíra no único país do mundo árabe onde se tornava de todo impossível o golpe de estado ou a ditadura?

Escreve Jacques Vernant que o Presidente Al Assad sabe que nada pode concluir-se no Líbano sem que leve a sua chancela. Isso deveriam saber também os irredutíveis da comunidade cristã e dessa forma associar-se aos que entendem que a comunidade cristã cabe (caberá ainda?), pela acutilância da sua inteligência e capacidade de organização, avançar com propostas realistas e negociáveis em relação a Damasco e às facções libanesas, todas elas de uma forma ou outra associadas à Síria, em vez do confronto sistemático para com o regime sírio. O Vaticano entendo-o bem, e nisso se empenhou na Primavera de 86, vendo entretanto a sua intervenção bloqueada pelo extremismo cristão. Consumada a falência da iniciativa vaticana, confirmar-se-ia a incapacidade ou total falta de vocação para a conciliação e a concertação da maioria das facções libanesas e acelerava-se a desarticulação nacional.

Não se sabe ainda o que será o Líbano do amanhã. O que vier a ser certamente não será a contento de nenhum dos contendores libaneses. E aí teremos em expressão extremada o resultado das divergências internas que estranhos exploram em seu proveito. Mesmo depois da guerra civil que daí resultou em 75, podiam as facções libanesas pensar em 1982, por ocasião da invasão israelita de Junho desse ano, que estavam perante o início de uma nova fase de guerra civil, em que todos os pontos de fricção seriam explorados até se chegar à irredutibilidade: um governo que não reúne há dois anos, o poder regional exercido pelas milícias, o exército dividido (e consequentemente tolhido) em brigadas cristãs e brigadas druzas e muçulmanas com obediência a centros de comando separados e hostis, um legislativo anquilosado pela falta de eleições há já 15 anos e que se produz à imagem do País e um poder judicial que cede o passo ao poder miliciano e que se acantona em leis inaplicadas. Certamente que o não pensavam! Considera-

riam então que apenas defenderiam conjuntamente posições de interesse próprio inequívoco, depois facilmente assimiláveis.

Dir-se-ia que as lições, as mais antigas e as dos anos raivosos que se seguiram à invasão israelita poderiam fazer lugar à razão na mente do Presidente Gemayel. Mas essa é esperança frustrada. Se já em Julho de 83, apenas nove meses passados sobre a eleição de Gemayel, Walid Joumbblatt fundava a frente de salvação nacional de oposição a Amin, depois e agora, e salvo para o referido período de Bikfaya, só se tem visto crescer a desconfiança em torno do presidente que teima queimar todas as cartas, fazendo recair sobre a comunidade cristã a falta de confiança e o ódio.

Tendo tomado uma atitude nacional, mas da maneira errada posto que em apoio de extremistas, face ao acordo tripartido e contra a Síria, logo quis o Presidente emendar a mão e buscar a reconciliação com a Síria, enviando sucessivos emissários a Damasco. Mas, ao mesmo tempo, lançava dura diatribe contra a Síria da Tribuna das Nações Unidas, em Outubro de 1987, denunciando a ocupação de 65% do solo libanês. E como se não bastasse, não era chegado a Beirute e já tomava o caminho do Cairo para buscar o apoio de Hosni Moubarak, que Hafez Al Assad tem por maior inimigo depois dos israelitas.

Todas estas incoerências conduzem naturalmente a que os Chefes de Estado presentes à cimeira de Amã de Novembro de 1987 recebessem o Presidente Libanês e ao mesmo tempo uma série de memoranda desde o do Primeiro-Ministro Selim Hoss ao de variados outros dirigentes libaneses, pon-do em causa a representatividade do Chefe de Estado.

E é no meio deste caos e total irresponsabilidade de uma classe política que já se apontam nada menos que 51 candidatos às eleições presidenciais de Setembro próximo. E, poder-se-á dizer que o pensamento do maior número de candidatos nada tem a ver com a boa condução e administração dos negócios do Estado e a busca são de uma solução à crise.

III — A SÍRIA E O LIBANO. A HEGEMONIA SÍRIA—PROGRESSOS

A complexidade da situação, ou das múltiplas situações, no Médio Oriente pode ser exemplificada, mas talvez não cabalmente compreendida, pelos equívocos que rodeiam a presença do exército sírio no Líbano. Era evidente

a presença dos homens da Síria em Beirute, Mouhabarats ou mesmo oficiais da secção política do exército sírio. Era publicitada largamente a actividade do brigadeiro Ghazzi Kanaan chefe dos serviços especiais sírios para o Líbano. E a partir de meados de 1986 sabia-se de informação veiculada pelos meios de comunicação que Damasco ia aumentando regularmente as suas unidades de elite e de grupos especiais no sector muçulmano por motivo do acelerado caos que destroçava o Oeste beirutino. Essas unidades especiais revelaram-se incapazes de sustar a deterioração da situação inter-muçulmana, de lograr a viragem da «guerra dos campos» que agia como câncer no tecido já a desfazer da sociedade muçulmana e através dela da textura geral libanesa.

As facções Oeste-beirutinas, com excepção das de obediência iraniana, recebiam alento e sustento de Damasco, e mal iria para o prestígio de Hafez Al Assad que, de medida em medida, a sua acção se revelasse sempre ineficaz, como a do Estado Libanês, para irradiar a desordem e o terror. E em Fevereiro de 1987 e à imagem do que já sucedera na Bekaa e no Líbano Norte, o exército sírio entrou em força em Beirute-Oeste, donde fugira, e depressa, mal os tanques do Tsahal israelita ali apontaram em 1982. E esta «invasão» síria processou-se sem protesto de Jerusalém ou outra capital, quase saudada com alívio ou esperança e já ninguém se preocupou com a ficção da cobertura da força árabe de dissuasão. Agora é bem a Síria e Hafez Al Assad que entram e ocupam Beirute e não qualquer mandato de Cimeira Árabe. E com esta nova ocupação síria assistiu-se a um espectáculo que se diria irrisório não fora a tragédia que implica luto e dor para os que caíram sob a férula integrista. O exército de Hafez Al Assad, aliado laico do Iman Khomeini na guerra santa contra o Baas laico do Iraque, exército que já antes bombardeara Hama, cidade santa integrista a Norte de Homs, e chacinara pelo menos 20 000 fundamentalistas que ameaçavam subverter o regime sírio, é chamado a Beirute para diversas tarefas, uma das quais, a mais importante talvez, seria a de destruir ou desactivar, desarmando-as, as milícias pró-iranianas do Hezbollah. Mas, perante a ira dos Imãs de Teerão, em especial de Ali Khamenei, as forças sírias tiveram que marcar passo, e fazem-no ainda, à entrada de Bir Al Abed, que no subúrbio Sul de Beirute abriga o coração e a cabeça das hostes fanáticas do Iman Fadlallah.

A outra grande tarefa do exército sírio em Beirute-Oeste seria prestar mão forte ao movimento Amal e acabar de uma vez por todas com a «guerra dos campos», que se arrasta desde Maio de 1985, e com essa manobra extirpar

do Líbano toda possibilidade de regresso de Yasser Arafat e dos seus comandos.

O que é o Líbano para a Síria? Que reais ambições alimenta Hafez Al Assad?

A ambição síria em relação ao Líbano, a de o dominar de uma forma ou doutra, afirma-se, e não tem enfraquecido, desde o tempo da formação do estado libanês. Os sucessivos governos do bloco central sírio nunca reconhecerem o novo estado e sempre recusaram com ele estabelecer relações diplomáticas.

O Presidente Hafez Al Assad nesse, como aliás noutros aspectos da política de Khaled El Hazem e seus sucessores no bloco central em Damasco, não fez mais, ao aproveitar as contradições internas libanesas, que aplicar a política mais cara à Síria. E poder-se-á dizer que para o efeito apenas tem variado na forma e meios conforme as circunstâncias. E não faltaram figuras gradas do regime sírio, como Abdel Khalim Khaddam ou o general Tlass, a proclamar os direitos da Síria e que a seu tempo o Líbano a reintegraria.

A defeito de uma outra fórmula, desde o início que a Síria reclamou um acordo militar com o Líbano, e fê-lo com persistência até 1986, numa vontade inabalável de instalar as suas forças armadas na Bekaa, com possibilidades de controlo e informação. Para os estrategas sírios a linha mínima de segurança da Síria situa-se para Oeste da Bekaa, já sobre os contrafortes do Monte Líbano. A partir desse ano, os acontecimentos no Líbano evitariam a Damasco a posição incómoda de sempre se ver rejeitada nas suas pretensões pelo estado libanês. E entra, a pedido cristão, para se instalar e ficar, ocupando já 65% do solo libanês como denunciou o Presidente Gemayel nas Nações Unidas.

É nessa época que se completa o trio das forças estrangeiras que dilaceraram e esquarterjaram o estado libanês: os palestinianos, Israel e a Síria, que hoje ainda encontramos embrenhados na mesma tarefa irracional.

Mas já em 1969 a Síria procurara uma outra forma de se impor militarmente através da Saika e do Exército de Libertação da Palestina, ambos sob comando directo de Damasco. Mas será em 1976 que se dá a primeira «oficialização» da presença militar síria. A segunda viria logo a seguir. Como já tivemos ocasião de referir, os dignatários da comunidade cristã declaram o apoio à intervenção síria. E se fora o Presidente Franjieh, amigo pessoal de Hafez Al Assad a pedir-lhe os bons ofícios, é já Pierre Gemayel, o fundador dos Kataeb reclamantes da pureza maronita contra

a dissolução árabe, quem solicitará a intervenção do exército sírio. Em Outubro de 1976 as cimeiras árabes de Riad e do Cairo consagram a ocupação síria do Líbano ao criar a «Força Árabe de Dissuasão — FAD» composta praticamente de soldados sírios. E a partir daí, e mediante complacências declaradas ou apenas escondidas, de muçulmanos e cristãos, a Síria passa a torpedear toda e qualquer tentativa de mediação exterior e donde quer que viesse — essa acção teria o seu expoente máximo na criação das condições que levaram à retirada da força multinacional em 1983. Esse um ponto fundamental: no campo da subversão e da desestabilização terrorista mesmo naquele período mais negro para o prestígio sírio, em que no terreno só sofria derrota após derrota, a política de Damasco marcava triunfos no que tocava impedir intervenções de terceiros.

Em Dezembro de 76 completava-se o controlo de Beirute pelas forças sírias e inicia-se a fase da confrontação directa contra os islamo-palestino-progressistas. Confrontação de uma terrível ferocidade, que o povo palestino não esquecerá por duas ou três gerações, como escreveu alguém.

O apogeu nessa época da hegemonia síria é atingido pelo acordo de Chtaura, de 25 de Julho de 1977, que, a todos os títulos, transferiu a gestão dos acordos do Cairo das mãos do estado libanês para as do ocupante sírio. Isso não significou porém que o problema palestino tivesse passado a melhor gestão.

Mas essa situação confortável começa a ser abalada pela aliança táctica dos cristãos com os israelitas e pela ascensão de Arafat até que a invasão israelita de 1978 constitui o choque bruto da debandada das forças sírias perante o inimigo judeu e do desprestígio consequente. Temendo que a aproximação israelo-cristão vá mais longe, desborde as linhas de demarcação e envolva as posições que ocupava, a Síria decide atacar e bombardeia impiedosamente Achrafieh e cerca Zahlé, capital da Bekaa e feudo cristão. Nas duas frentes de batalha ganha Bechir todas as suas estrelas e a coesão das forças que tinha em gestação e perde Hafez Al Assad a sorte que o havia guiado até então. Na cena libanesa ergue-se Bechir e parece não haver lugar para ninguém mais e a Síria é marginalizada, enterra-se em contradições, perde a face, em suma, deixou de ser um poder, ninguém a respeita no Líbano, no mundo árabe não sabe que fazer. Já todos escreviam epitáfios ao papel da Síria no Líbano e na região. Era uma página lida e voltada. Ironicamente foram precisos

a invasão israelita de 1982, com a sua corte de erros, e a acção do presidente Gemayel feita de passos em falso, de incoerência e imaturidade, para que Hafez Al Assad paulatinamente fosse jogando as suas pedras, complotando, atacando, minando, e lograsse correr com a força multinacional, desprestigiar e invalidar as intervenções e missões americanas e europeias, impedir o acordo separado com Israel de 17 de Maio e chegar a dois feitos que fazem com que hoje dite a sua vontade no Líbano: Refiro-me à total bloqueagem e paralisia do aparelho do Estado — de ordem síria o governo não reúne desde Janeiro de 1986 (mal o fazia aliás desde Abril de 1985); e ao regresso das forças armadas sírias a Beirute Oeste. Como se não tivesse havido uma invasão israelita!

Mas não só. Mediante combinada acção político-subversiva, a Síria impõe ao Líbano o acordo tripartido que representa, por detrás da fachada da permanência das instituições nacionais libanesas, o domínio total e asfíxiante da Síria sobre todos os sectores de actividade do Líbano: economia, política externa, educação e Forças Armadas. Contra isso se ergue a resistência cristã. Mas Samir Geagea não é Bechir Gemayel, que só acumulou vitórias enquanto o outro tem a seu débito os desastres do Chouf e Doiklim-Kharoub. E, pior de tudo, ao contrário do fundador «F. L.», desconhece a palavra negociar.

Disso se aproveita a Síria para apertar o cerco à região cristã, para fazer valer os seus argumentos nas chancelarias ocidentais e no Vaticano. Recorde-se a missão Silvestrini em Março de 1986, recorde-se, ainda, que a Cimeira de Amã, há apenas 3 meses, confiava à Síria o bom prosseguimento dos esforços visando favorecer a reconciliação.

Ocupa a Síria todo o Norte do Líbano, a Bekaa bem até ao Sul até Hasbaya onde quase confina com Irael. Ocupa toda a montanha vertente oriental e os cimos de Sanine, está de volta a Beirute Oeste e desce já a caminho de Saída, controla os campos palestinianos e bate o passo apenas frente aos redutos integristas. A próxima eleição presidencial tem de contar com essa omnipresença. Israel também. O Ocidente praticamente cede o tapete, mesmo se isso põe em causa a presença cultural do Ocidente num país que nela tinha uma das suas componentes fundamentais que lhe dava especificidade e lugar único como fronteira entre o Islão e a Cristandade.

Mas nada do que se disse significa que Hafez Al Assad tem já concluída a sua tarefa. A incontrolada tentacular movente massa política libanesa ainda desfeiteará muitas ambições e projectos.

IV — A NOVA DINÂMICA SOVIÉTICA NO MÉDIO ORIENTE

Há pelo Médio Oriente quem pense que em matéria de política regional não são as duas grandes Potências que marcam o jogo, antes se alinham sobre os seus peões básicos, os Estados Unidos com Israel e a União Soviética com a Síria.

Os Estados Unidos ainda tinham uma certa política independente até à aventura de Ariel Sharon no Líbano em 1982. Mas depois do envolvimento de Alexander Haig que se deixou ultrapassar — mas não só pois Begin sofreria o mesmo — pelos artificios do chefe da invasão, tem-se a sensação de que Washington em política Médio-Oriental se limita a seguir os interesses de Jerusalém aliás muito bem trabalhados na capital norte americana pelo *lobby* israelita. A União Soviética teve por muitos anos que apoiar-se na região unicamente na Síria e nem o seu apoio a causa palestina fazia com que os estados árabes moderados, mas chegados a Arafat, a olhassem com menos desconfiança. O corte de relações com Israel, de Moscovo e todas as demais capitais socialistas à excepção de Bucareste, permitiam à Europa Leste jogar apenas sobre um dos pratos da balança e isso levava a monolítica gerontocracia de Moscovo a só encarar aparentemente um meio de acção e uma orientação política. Exemplo disso a permanência de embaixadores por longuíssimos anos como foi o caso de Soldatov que fez 4 anos em Beirute — cabe aqui recordar que a guerra do Líbano dura há 13 anos.

Com a chegada de Mikhail Gorbatchev começaram a surgir indicações de que algo poderia estar em movimento. E foram sendo enviados sinais para a região, o que tem tido o condão de criar esperanças sem demover, porém, a desconfiança e a reserva que as acções soviéticas sempre suscitam.

E esses sinais não foram todos numa direcção, antes apontam para uma política de ensaio simultâneo de hipóteses de trabalho, umas aparentemente contrárias aos interesses de Israel, mas que também o podem ser relativamente aos da Síria e outras em que já se veria uma tendência de reconsideração da

política soviética para a região em termos que a situariam por cima dos interesses imediatos deste ou daquele contendor ou interveniente regional, antes obedecendo a uma visão global, ecuménica, de todos dados do problema local.

Sabido é que Hafez Al Assad tem desde há muito como um dos seus principais inimigos o Presidente da Comissão Política da OLP, Yasser Arafat. Ódio antigo que ambições opostas alimentam, levou Assad a combater em campo aberto, sem esquecer a manobra política, as hostes do FATH, sendo os dois últimos testemunhos dessa determinação síria que visa a eliminação pura e simples da influência e da direcção de Arafat sobre o aparelho central palestiniano, o cerco das forças Fedayin em Tripoli em 1983, de que Arafat escapou em extrema acção de salvamento, e a «guerra dos campos» em Beirute, Sabra e Chatila e Boury El Barajneh e, no Sul, em Myeh-Myeh e em Hein El Heloueh. Por outro lado, e depois que se cavou a divisão entre as várias facções que constituíam a OLP, umas concentradas em Tunis e as a Frente de Salvação Nacional Palestiniana — FSNP —, capitaneada pelo co-outras desviando-se para Damasco como as de Georges Habbache ou Hawatmeh, o Presidente Sírio tratou de criar uma outra central palestiniana, a Frente de Salvação Nacional Palestiniana — FSNP —, capitaneada pelo comandante Abou Moussa. Com o advento de Mikhail Gorbatchev começou a desenhar-se, e com o tempo se acentuaria, toda uma dinâmica pró-reunificação das fileiras palestinianas. Tendo bom ouvido, tanto junto de Arafat como de Habbache ou Hawatmeh, os dirigentes de Moscovo não se importaram de todo com as arquitecturas damasquinas neste domínio e tampouco contemporizaram com os amuos de Hafez Al Assad ou o seu patente desgosto perante a iniciativa e, prosseguindo o seu plano com sorte diversa, conseguiram em Argel concretizar em forma o mais pública e espectacular, perante o aplauso do pleno do Parlamento Palestino, a reconciliação entre as hostes ditas moderadas de Arafat e as extremistas dos seus já mencionados opositores. Hafez Al Assad teve de inclinar-se perante essa fatalidade, não tanto pelo peso próprio da reconciliação, que tem suas limitações e debilidades, como pelo demérito total do seu peão Abou Moussa, que desfeiteou Damasco desde os primeiros combates da «guerra dos campos», em Maio de 1985, e que, ao longo dessa incrível guerra intermuçulmana, confirmaria a raiz dos sentimentos palestinianos, que, perante um perigo comum, as divergências esbatem-se para não ficar senão o sentir do povo palestiniano.

Por outro lado, a influência soviética que até 1985 verdadeiramente se confinava à Síria, está a expandir-se (o Rei Hussein que visita Moscovo e encara um negócio de armas, e os emissários soviéticos que frequentam Amã; a aproximação ao Koweit, também com negócios de armas pelo meio; o namoro com a Arábia Saudita — financiadora, aliás, do protegido sírio; a política de «charme» em direcção ao Cairo que a muitos observadores logo faz recordar as ligações antigas de Hosni Mubarak, etc.). Mas essa expansão não se faz só e apenas em relação aos países árabes, em especial os do Golfo, mas, inclusivamente, para com Israel. E aí já parecem colidir as políticas externas da Síria e da União Soviética. Foi demorado o processo para o primeiro contacto, mas após os dois encontros havidos entre Chevardnadze e Shimon Perez, os contactos multiplicaram-se e foi um êxito a prolongada visita a Israel da missão consular soviética. E para assombro de Hafez Al Assad, Gorbatchev não só diz ser antinatural a falta de relações oficiais entre o Estado de Israel e a URSS, como logo ordenou o começo dos trabalhos que conduzirão, aparentemente, de forma inevitável, ao restabelecimento das relações entre Jerusalém e Moscovo. Mas todos esses passos têm de ser vistos com circunspecção.

Com efeito, que representa esta viragem Gorbatcheviana para o Médio Oriente e para a Síria, aliado privilegiado? Como em relação a todas as outras iniciativas do Secretário Geral do PCUS, as interrogações são razoáveis. E em relação ao Médio Oriente é determinante poder chegar-se a uma luz mesmo se bruxuleante quanto as intenções reais, para se ver depois qual o alcance possível e efectivo das iniciativas.

Haverá aí três ordens de considerações:

1.º Abandonar a parceria da Síria. Não creio sinceramente que a União Soviética se afaste ou deixe cair a Síria e o seu amigo Hafez Al Assad. Fala-se já em certos meios que a União Soviética, que é o primeiro fornecedor de armas da Síria — que se situa sempre entre os primeiros cinco compradores mundiais de armamento —, limitar-se-ia agora a substituir o material inutilizado, acrescentando-se que, com essa medida restritiva, queria impedir que o equilíbrio militar na região seja alterado. Ora não há equilíbrio militar na região. E aí reside, precisamente, o sonho e a ambição estratégica de Hafez Al Assad, o estabelecer do equilíbrio e da paridade militar com Israel como única base para negociações válidas — e veríamos agora a cimeira de Amã retomar essa tese. E aí poderá a

União Soviética ser fundamental e determinante ao impedir, se fosse esse o caso — o que não é absolutamente certo — que essa paridade seja utilizada para uma guerra com Israel, até porque Moscovo sabe que enquanto se mantiver o apoio de suprimentos dos Estados Unidos uma tal guerra... nunca será favorável à causa árabe, por melhor armada que esteja, até porque, cabe sempre recordá-lo, a causa árabe, dadas as dissensões que a flagelam, seria nessa aventura representada unicamente pela Síria. A União Soviética sabe, e proclama-o cada vez com maior insistência, que a crise do Médio Oriente só pode vir a ser resolvida pela via diplomática. Mas uma diplomacia que tenha por detrás o músculo indispensável. Dizia-me a esse respeito a ministro Farouk Al Sharaa, da Síria, que a única maneira de fazer entender razão a Israel e levá-la a negociar, será opor-lhe uma força que irradie da mente dos chefes políticos e militares de Jerusalém que uma nova aventura militar será um outro passeio por terras árabes com outras eventuais anexações. E disse mesmo que, se em consequência não pensam fazer uso de uma força se atanto forem obrigados, não obstante útil será fazer pensar Israel sobre a ameaça que representa a existência de tal força.

2.º Mesmo que Moscovo restabeleça relações diplomáticas com Israel, não será isso sinónimo de que apoia as teses radicais de Ytshak Shamir ou sequer as moderadas de Perez. Dizia-me ainda há dias um membro do governo búlgaro, cujo país, como se sabe, acompanha o pensamento de Moscovo, que há dois obstáculos à realização da conferência de paz sobre o Médio Oriente (e logo aproveitou para recordar que a primeira proposta de conferência surgira de Brezhnev em pleno fogo da invasão israelita): o primeiro, a substanciação da agenda; o segundo, a perfídia de Israel que pretende utilizar como artifício e meio para empurrar os estados vizinhos para negociações separadas.

Por isso, não se vê que a URSS se mostre disposta a abandonar a tese, legítima do ponto de vista árabe, da negociação conjunta e da Frente Comum Árabe, única capaz de suprir talvez a falta de paridade militar já mencionada.

3.º Acresce o terceiro ponto a ter em consideração. O lado palestiniano. Se o Congresso Nacional Palestiniano, o CNP, se levantou em peso em Argel para saudar o nome de Mikhail Gorbatchev, patrono da Reconciliação Palestiniana, certos meios da OLP debatem-se já com dúvidas e receios face

à multiplicação das acções e gestos conciliatórios e de aproximação dos soviéticos que, no entender de alguns, poderiam constituir a guarda avançada de mudanças radicais de percepção e actuação na região Médio Oriental, com prejuízo da causa palestina em particular e da árabe em geral. Se a descoberta por Gorbatchev de novos meios e vias de influência fazem com que a União Soviética aparente abandonar a diplomacia revolucionária que ainda caracteriza algumas das suas actuações, levando-a antes a uma globalização de interesses em que a revolução passaria a segundo plano face aos interesses integrados de real potência e não apenas de central sustentáculo de subversão e destabilização, e tente buscar a concorrência com o adversário e não a sua substituição (e essa será a pedra de toque das mudanças gorbatchevianas), mesmo assim ainda perduram e por muito tempo — todo o tempo que subsistir o sistema socialista — os princípios da solidariedade de luta, que não só condicionam muitos dos avanços glasnósticos, como impedirão o abandono dos amigos, correligionários e respectivas causas. Apontar-me-eis, possivelmente, casos antigos como o de Rosa Luxemburgo e dos comunistas alemães entre duas guerras, mas se nisso há alguma verdade, também é certo que aí outras razões próprias ao foro da causa comunista terão conduzido a essa ruptura.

Por isso, não é de crer que Yasser Arafat, a OLP, a Síria e a causa geral da revolução laica sejam postos em causa. A União Soviética poderá vir a ter um papel mais diversificado e mais reluzente. Terão outro tratamento as questões múltiplas em suspenso desde a criação do Estado de Israel, mas quer no conjunto geral, quer até no contorno de cada problema se verá certamente a permanência dos propósitos soviéticos.

O método estará a mudar aproveitando as circunstâncias que agora envolvem a condução dos negócios externos em Washington, com alguns aspectos surpreendentes, mas mesmo assim não decisivos para que ganhem corpo as apreensões de palestinianos ou as suspeitas dos israelitas como Shamir.

Ainda em Abril de 1985 estava em reunião com um membro do governo jordano e ao falarmos da causa palestina, do conflito isrel-árabe e da conferência internacional, foi-me dito que ainda na véspera que um alto funcionário norte-americano proclamara, nessa mesma sala onde nos reuníamos, que os Estados Unidos jamais patrocinariam a convocação de uma conferência de paz para o Médio Oriente por não estarem interes-

sados em contribuir para o regresso da URSS ao Médio Oriente. O diplomata americano não o disse, mas por detrás dessa negativa produto da estratégia global norte-americana, perfilava-se, e com igual força e peso, a negativa israelita: uma conferência internacional não só traria a URSS ao Médio Oriente, como imporia condições que iriam em favor dos palestinos, representatividade e reconhecimento dos legítimos direitos dos palestinos (e da Síria sobre os Golan), obrigatoriamente da apresentação na mesa das negociações da totalidade dos territórios ocupados, globalização das negociações.

Essa filosofia preside ainda a conduta política da direcção de Jerusalém e, por aí, a União Soviética deparará com obstáculo sério. Se Shamir se opõe frontalmente à ideia da conferência, Shimon Perez a ela aparentemente mais aberto, concebe-a, porém, num plano que não satisfaz ninguém. Isto é, como porta para negociações ao geito israelita.

A imagem dos Estados Unidos tem sofrido desgaste sério no Médio Oriente. Nos últimos tempos conhecem-se as razões várias desse declínio. Tem isso resultado em proveito da União Soviética, mas não se creia que só por demérito dos Estados Unidos, antes pela mesma compreensão e percepção que levou Ronald Reagan à cimeira de Dezembro e à assinatura do acordo INF em Washington. Com efeito, a mudança de atitude entre o momento em que a diplomacia americana recusava em Amã a ideia da conferência, e o facto de a aceitarem agora, fica a dever-se à cooperação entre peritos das duas potências para troca de informações, decidida na cimeira suíça e indicada nos fins de 1985. E chegar-se-ia por esse caminho às recomendações da conferência do Minnesota. Esse o acomodamento norte-americano.

Pelo que das distintas apreciações que antes vos dei, me parece poder talvez concluir-se que, como em outros domínios, designadamente o do desarmamento, as iniciativas de Gorbatchev têm de ser aproximadas com espírito positivo mas ao mesmo tempo cuidadosamente reservado, para que não se percam oportunidades reais de desanuviamento ou se permitam envolvimento atentórios da segurança.

E se é necessário e urgente levar Israel à composição, também não cabe pensar que isso pode ser feito de qualquer maneira e só porque a política soviética parece hoje, ao contrário da norte-americana, mais imaginativa e flexível.

Direi apenas como último factor de ponderação em toda esta análise, que a União Soviética, para além das potencialidades reais que se lhe oferecem com a política de Gorbatchev e das limitações de vária ordem que se lhe opõem, terá ainda de passar o teste que representa a definição de posição entre os Estados Árabes e o Irão. Mas isso é já uma questão que não deixando de influenciar o que agora tratamos, não obstante o ultrapassa.

V — A GUERRA PERMANENTE — A LENTA USURA DO ESTADO DE ISRAEL

Falei, a certa altura, da convicção de muitos de que para grande parte dos interventores na cena Médio Oriental a criação do Estado Palestiniano é preocupação menor ou inexistente. Tais sentimentos conferem ao conflito uma substância e uma dimensão inequivocamente más, insalubres. Se não vejamos: bater-se por um objectivo como seria o reagrupamento da Nação Palestiniana conferiria à luta uma dimensão de elevado sentido. fazê-lo apenas por ódio religioso ou pelo pretexto oportunista que oferece para movimentações de poder, não só desvirtua, como cria condições que, por sua vez, propiciam reacções em cadeia tanto mais temíveis quanto se produzem em «Huis Clos», só têm a possibilidade de voltar-se para dentro.

Se não atentemos no comentário recente de um periódico fancês sobre os propósitos de Khomeini. Para Teerão a libertação de Jerusalém importará mais do que a criação do Estado Palestiniano. A partir daí a nobre ideia original de toda a luta, ou seja, a da reconstituição de um lar palestiniano acha-se pervertida pelo ódio e intolerância religiosos e projecta a questão médio oriental para zonas as mais obscuras e intoleráveis. Porque, enquanto se falava e agia em termos de autodeterminação de um povo e da restauração da sua soberania, podia-se esperar uma solução política, mesmo depois de um caminho semeado de terrorismo.

E a questão torna-se ainda mais intrincada quando os extremistas de vários lados e feitios se socorrem uns aos outros, consciente ou inconscientemente, deliberada ou fortuitamente. Já por mais de uma vez referimos

a Revolução Palestiniana Laica para a distinguir de uma corrente cada vez mais forte que passa além da fronteira palestiniana para se ligar ao ressurgimento islâmico face ao mundo exterior, tido como inimigo mortal. Acontece que, em certos momentos, podem essas duas frentes ajustar interesses, e assiste-se precisamente a um desses momentos. Num papel preparado para um seminário na Primavera passada procurei pôr em relevo os ricos de uma nova fase de violência com base na reconciliação havida na OLP. Com efeito, na culminação da sessão em Argel do Conselho Nacional Palestiniiano, Georges Habbache proclamava a luta armada como única via para a reconquista da Palestina. Muitos tomaram-no como fruto da embriaguês que então se vivia nas fileiras da OLP por motivo da reconciliação das forças desavindas e perguntavam-se como iriam Habbache e Arafat prosseguir a guerra sem base sólida, visto que Israel, directamente e graças aos officios do general Lahd e do seu ALS, havia barrado o caminho da Galileia. Mas poucos dias depois tínhamos a acção espectacular da asa delta contra Kyriat Shmoneh. E agora Gaza! Onde o político, o social e o religioso se entrelaçam de forma trágica. Não gostaria de estar sempre a pôr o acento na intrincada complexidade da região, mas o que se passa em Gaza é exemplificativo desse imbricamento de situações, de influências aparentemente antagónicas, de jogos de poder, de correntes ideológicas e emocionais e religiosas. Gaza ao contrário da Cisjordânia é a zona ocupada que se individualiza pelo carácter proletário da sua população, enquanto o «West Bank» já tem perfil social mais aburguesado. Não implica isso que a Cisjordânia e Jerusalém escapem à corrente integrista — e disso tem havido sangrenta prova nas últimas semanas — e que a acção islâmica se não faça sentir e crescer em especial entre a juventude das universidades. Mas na Faixa de Gaza, anexada unicamente por razões de segurança e não de tradição ou históricas ou até económicas, as populações sentem-se como párias, abandonadas pelo Egipto, sem ligação directa aos irmãos da Cisjordânia e obrigados, à semelhança dos negros das cidades dormitório da África do Sul, a irem trabalhar para os israelitas mas com interdição de passarem a noite em território israelita. Daí que Gaza, que tem uma ocupação territorial das mais elevadas do Mundo, viva sufocada como num verdadeiro campo de concentração. E aí está ainda outra característica de Gaza: o ser constituída em larguíssima percentagem por sucessivos campos de refugiados. O desespero cresce, avoluma-se e adensa-se,

e não havendo solução à vista, porque não a há, só se apresentam as alternativas da lenta morte, da desolação, ou a revolta cega de quem nada tem a perder. E aos que aí foram empurrados ofereciam-se dois caminhos: a religião na sua forma extremada ou a luta no quadro da OLP. E neste momento a Central Palestiniana, habilidosamente, está-se envolvendo no que de início era única expressão integrista e disso retirando dividendos (mas há quem diga que os mentores reais da revolta seriam homens acumulando a dupla qualidade de irmãos muçulmanos e quadros do FATH).

E o mais irónico é que tempo houve em que as autoridades israelitas, pensando contrariar e desfeitar a OLP protegeram, acarinharam e subvencionaram as associações islâmicas. Aconteceu então Khomeini, no Líbano os moderados como Moussa Sadr são eliminados por sua ordem. Surgiram em contrapartida os Hezbollah com a gesta dos mártires imolando-se ao explodirem contra posições israelitas ou seus aliados do exército do Sul do Líbano do general Zahd. E agora nos territórios ocupados a miséria física e o vazio político atiraram os jovens para as mãos do Jihad Islâmico. São poucos dizem uns. São telecomandados dizem outros. Cedo haverá guerra entre a OLP e as hostes do Jihad para afirmação do poder, dizem ainda alguns outros. Mas mais próximos andarão da verdade os que se coíbem de elaborar sobre o assunto, recordando, antes, á o que atrás afirmámos: a relação oculta FATH — irmãos muçulmanos, acrescentando que a OLP está consciente de que o nacionalismo laico falhara junto das massas palestinianas de Gaza e que o renovo da luta está agora em relação directa com a vaga islâmica. Por isso se diz que os escritórios da OLP em Bagdad e Amã se activariam para aproveitamento da situação e seu oportuno eventual enquadramento político em espera de passagem à acção militar, se for caso disso.

Mas não se poderá ignorar que o fermento, a massa crítica, foi atingida com o factor religioso. Há muito que a OLP buscava projectar para a luta subversiva as massas dos territórios ocupados. Em 1982, Arafat demorou a ceder perante as forças israelitas no intuito de arrancar as melhores condições para a rendição, mas também porque esperava emocionar os territórios ocupados por forma a abrir uma outra frente. Não logrou, como tampouco com a «guerra dos campos» em 1985. Teria melhor resultado na fase já avançada da «guerra dos campos» em 1986 e com a reconciliação lograda em Argel. Mas é religioso o verdadeiro factor inicial da presente crise.

Porque estamos no presente momento na fase de franco desenvolvimento operacional da provocação. Porque, e isso parecem esquecer os homens do governo israelita e do Tsahal, os originais incitadores e mentores dos motins não visam atingir, de momento, objectivos precisos ou conquistar posições, antes e simplesmente, provocar a reacção dos israelitas e levá-los a todos os excessos, à instabilidade e ao caos.

Tem-se discutido que razões imediatas terão levado à explosão da violência. Isso não tem já importância. As razões não se devem encontrar na Cimeira de Amã (as populações palestianas teriam ressentido a indiferença dos estados árabes e a ameaça de alguns quererem mercadejar a causa). As razões são antigas e têm as raízes que já invocamos. Recordemos apenas estes dados para reflexão íntima sobre uma terra martirizada: 40% da Faixa de Gaza está ocupada por 2200 colonos israelitas, nos restantes 60% amontoam-se 620 000 palestinos. Não se busquem outras razões que não as verdadeiras, as que levarão Israel à beira da crise definitiva, aquela em que perverterá, pela sua própria conduta, os ideais de humanidade e democracia que fizeram a inicial grandeza do Estado de Israel. E faltam ainda doze anos para a paridade demográfica!

Ytshak Rabin persiste em minimizar a corrente islâmica. Ytshak Shamir padece da mesma falta de visão. Mas há já responsáveis como Amram Mitzna que tremem perante o caldear de religião e nacionalismo. Mas o orgulho e a cegueira que predominam em Jerusalém não permitem tirar a tempo as lições.

Israel cometeu três erros fundamentais e todos eles por pecado do orgulho. O primeiro logo a seguir à guerra dos 6 dias. Aí, depois do triunfo retumbante não soube parar para reflectir na justa dimensão da derrota do adversário e, então, de posse de todo o poder e de todo o prestígio, estender a mão com persistência e a humildade que se sabe sólida porque alicerçada na força.

O segundo erro foi a ocupação dos territórios conquistados a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, os Altos do Golã, a zona tampão do Líbano e a apropriação de Jesuralém. Terá momentaneamente alargado a sua cintura de protecção, terá também aumentado a base económica da sua população através dos colonatos, mas arranhou aí um factor de corrosão interna que melhor fora ter evitado.

O terceiro erro, cronologicamente, foi a invasão do Líbano e a traição de Sharon para com o P. M. Begin, levando o Tsahal até Beirute numa opera-

ção que nada resolveu, antes serviu para demonstrar que a pureza de ideal e o elevado perfil das forças armadas israelitas eram ficções e se esboroaram perante as tarefas indignas do bombardeamento de populações indefesas em Beirute ou da cumplicidade nos massacres de Sabra e Chatila, revelando a existência de uma máquina de guerra como todas as demais, sujeita à corrupção do poder e da violência.

A opinião pública israelita ficou, e está ainda muito impressionada com o número de vítimas, o maior jamais atingido, do Tsahal durante a invasão do Líbano. Mas pior perda do que a de seis centenas de jovens terá sido, como Nação, a do prestígio e da auréola do exército, que agora tropeça de novo na repressão a que é chamado nas áreas ocupadas, seja em Nablouse Jerusalém ou Gaza.

Havia e há ainda em Israel o maior desprezo pelos libaneses em cuja terra o caos teve a sua mais violenta e incontrolada expressão. A menos que a luz se faça no espírito dos dirigentes de Jerusalém e poderá estar-se perante outra espécie de Líbano.

Em Beirute quando isso se dizia, não se pensava realmente que pudesse acontecer. Mas a realidade ultrapassaria já a sabedoria do velho ditado.

Dir-se-ia que todo este tempo Israel nada mais foi que aprendiz de feiteiceiro, quando se imaginava e se queria o mestre do jogo!

Não é possível conceber a carta geral do Médio Oriente sem Israel. Ninguém quer a constituição de um estado palestiniانو. Todos sabem que ao ir para a mesa das negociações podem eventualmente ganhar a paz, mas que em todo o caso algo perderão. E é isso que a todos incomoda, seja a Síria ou a OLP, a Jordânia ou Israel.

Mas assim como não se pode pensar o futuro do Médio Oriente sem Israel, tampouco se deverá imaginar a paz sem um destino para o povo palestiniانو.

A guerra não resolverá a questão do Médio Oriente. Tampouco o terrorismo, venha donde vier, ou a repressão!

Só fica um caminho, a negociação. Nisso vai a sobrevivência do Estado de Israel. Nisso se alicerça a justiça para com um povo martirizado. Nisso se reconstituirá a integridade do Líbano, livre então de refugiados palestiniános, e da Síria.

E ter-se-á refeito a fronteira cultural entre o Islão e a Cristandade. E por aí talvez evitemos a confrontação geral entre as duas religiões divinas.

Destruídos Israel e o Líbano estará aberto o passo à avalanche integrista, ressalvados esses dois pilares e a vaga terá sido contida.

Para isso é preciso negociar, negociar sem preconceitos, sem querer fazer da mesa de negociações outro campo de batalha para um só vencedor. A paz só se fará no Médio Oriente quando todos a ganharem.

L. Gonzaga Ferreira

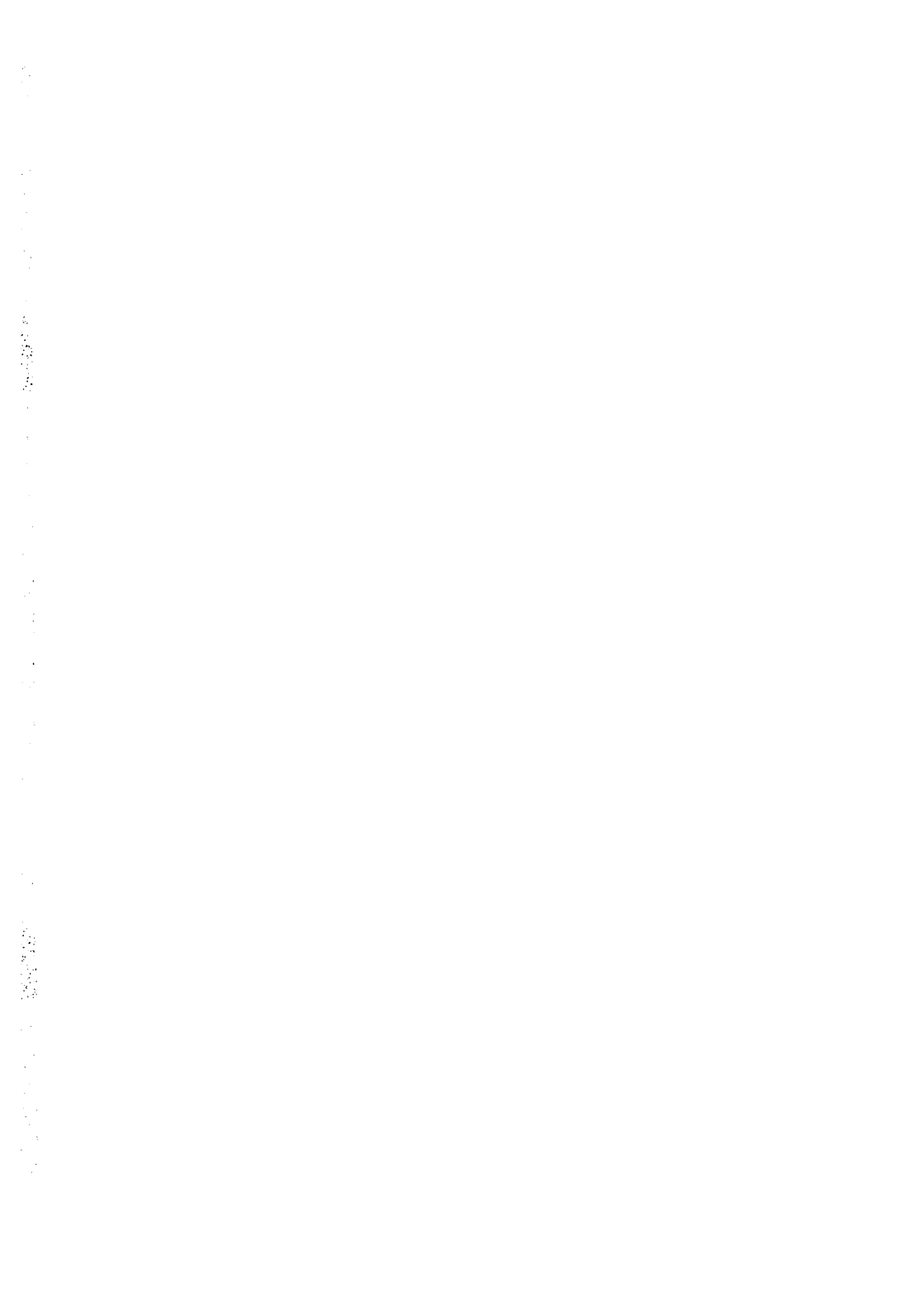
Embaixador

OBRAS E IMPRENSA CONSULTADAS

- Problèmes Politiques et Sociaux: Le Liban Après Huit Ans de Guerres; «La Documentation Française», n.º 472-473.
- «The Salisbury Review», vol. 4, n.º 2.
- Politique Étrangère: Institut Français des Relations Internationales, n.º 282.
- Panorama de l'Actualité, Beirute, anos 1984 a 1986.
- La Paix par la Diplomatie, Fouad Boutros; «Les Conférences de l'Aldec», Beirute.
- Assad and the Future of the Middle East, Robert E. Neumann, em Foreign Affairs», Winter 1983 — 1984.
- «La Revue du Liban», Beirute; «l'Orient le jour», Beirute; «daily mornig», Beirute; «jordan-times», Amã; «sirianews», Damasco.

AS RELAÇÕES ESTE-OESTE
E O CONTROLO DE ARMAMENTOS

Sérgio Carrilho Pinto



AS RELAÇÕES ESTE-OESTE E O CONTROLO DE ARMAMENTOS

«Com as armas estriadas, presentemente, a guerra é muito pior. As balas mais ou menos ponteagudas, atravessam tudo, estilhaçam tudo; os ossos, mesmo os mais duros, que elas contornavam, são agora trespassados. A amputação e a morte tendem a ser a consequência inevitável de todo o ferimento.

Meditando neste falso e terrível progresso, parece-me que não deve terminar-se um livro de armas, por mais desinteressado e mesmo descritivo que seja, senão por um voto, por uma esperança humana. Esta esperança é que o homem fará ainda progressos na arte de destruir, bastantes progressos para que, por fim, se detenha, espantado, diante do seu próprio poder.»

P. Lacombe

I

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial, essa «guerra desnecessária» no dizer de Winston Churchill ⁽¹⁾, essa guerra que começou para defender a Polónia da invasão Germânica e acabou com a Polónia entregue aos Soviéticos, abriu o coração da Europa ao domínio de Moscovo e alterou radicalmente as relações de forças a nível mundial.

A capitulação, sem condições, imposta aos Alemães e Japoneses não serviu apenas para prolongar inutilmente a guerra e para sacrificar inutilmente milhões de vidas suplementares; como nota Liddell Hart ⁽²⁾ «... a paz

(1) «History of the Second World War», Liddell Hart, pág. 733.

(2) Ibid, pág. 745.

(de 1945) origina uma nova ameaça e o receio de uma nova guerra. Com efeito, o prolongamento da Segunda Guerra Mundial para obter a capitulação incondicional do adversário não serviu finalmente senão os interesses de Estaline, abrindo a via ao domínio comunista na Europa Central».

No entanto, a percepção da nova ameaça não vem com o estabelecimento da paz; aparece ainda no decorrer do conflito. Isto é, ainda os Alemães resistiam na Europa e os Japoneses combatiam na Ásia, já se desenhavam, com nitidez, os contornos do conflito Este-Oeste.

O método utilizado na breve abordagem ao fenómeno «relações Este-Oeste», que constitui a segunda parte deste trabalho, é o que normalmente se utiliza no estudo sintético dos antecedentes do contemporâneo político-social; isto é, evidenciar marcos fundamentais definidores de instantes de mudança ou de causas influentes na modificação do futuro. Trata-se de um método habitualmente usado no estudo de fenómenos muito complexos, embora com desvantagem, ou mesmo o perigo, que sempre advém da simplificação excessiva da realidade.

Correndo esse risco de simplificação — já que se considera necessário conhecer a problemática das relações Este-Oeste para se poder abordar, com suficiente profundidade, a questão do controlo de armamentos e não sobra o tempo de que se dispõe — podem, no entanto, com alguma segurança, apontar-se três momentos históricos — a Conferência de Yalta, a Conferência de Potsdam e o conflito do Suez — e três situações de relações interblocos — a guerra fria, o coexistência pacífica e a detente — os quais, conjuntamente com a variação do equilíbrio nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética, são fundamentais na historiografia das actuais relações entre o Ocidente e o Leste.

Por outro lado, o estudo das causas do presente não pode ignorar a influência, quantas vezes decisiva que, nos momentos históricos mais significativos, tiveram as características de personalidade dos líderes das potências condutoras do processo. Como sugeria o General Alemão Hoffman⁽³⁾: «Quando se vêem de perto as pessoas que influenciam os acontecimentos, quando se assiste às suas dissensões, quando se avaliam as suas calúnias e o ódio de que são capazes, torna-se absolutamente necessário pensar que ainda

(3) General do Alto Comando Alemão por altura da Primeira Guerra Mundial, insurgia-se assim contra as rivalidades entre os clans Falkenhayn e Hindenburg-Ludendorf. Cit. em «Memoires», Liddell Hart, pág. 7.

é pior na casa dos outros... porque senão haveria sérias razões para nos inquietarmos. A corrida ao poder, a luta para chegar aos primeiros lugares parecem destruir todos os homens de carácter que nisso participam. Acredito que só pode conservar a sua honra quem se contentar a cultivar o seu jardim: esse, com efeito, não tem nenhuma necessidade de intrigar, porque é inútil intrigar para obter o bom tempo.» Sem embargo de se reconhecer o excessivo pessimismo do general alemão, mas reconhecendo a importância das características de personalidade das individualidades que influenciam o processo histórico, alguma referência pessoal é adiantada neste trabalho.

Novas soluções, ou antigas soluções de novo aplicadas, têm sido desenvolvidas no sentido de evitar o conflito armado generalizado que o facto nuclear tornou impraticável. Na verdade, os esforços para tentar evitar ou limitar os conflitos armados têm uma longa história: barreiras de carácter ético e religioso; obstáculos de natureza legal; criação de códigos e tribunais para a arbitragem e resolução pacífica dos conflitos; políticas de isolacionismo; políticas de alianças; têm sido algumas das formas de tentar evitar os conflitos armados e os seus efeitos. O controlo de armamentos é outra tentativa com a mesma finalidade.

Na perspectiva da sua finalidade, e até no ponto de vista dos processos ou vias que utiliza para a realização dessa finalidade, o controlo de armamentos distingue-se do desarmamento. Porque o desatender a tal diferenciação tem ocasionado dano não despidendo, será dado algum relevo a esta questão.

Assim, a terceira parte do trabalho começa com uma abordagem conceptual à problemática do controlo de armamentos, antes de apresentar o controlo de armamentos no Direito Internacional Público e o processo negocial.

Na actual conjuntura das relações Este-Oeste, após o acordo entre os Estados Unidos e a União Soviética para a eliminação das armas nucleares intermédias e boas perspectivas para um acordo entre as duas Superpotências para a redução das armas nucleares estratégicas, assume especial importância a estabilidade convencional na Europa e a eliminação das armas químicas. Além destes temas, que serão tratados com o desenvolvimento compatível com a estrutura sintética do trabalho, faz-se uma brevíssima referência à Acta de Contadora que se justifica, não só por se tratar de aplicar à América Central uma receita que tem dado interessantes frutos na Europa, como

por constituir um problema de difícil resolução, numa zona cada vez mais importante para a segurança da maior potência do mundo ocidental.

O sistema bipolar que tem dominado as relações internacionais a partir da Segunda Guerra Mundial será provavelmente substituído, nos próximos 20 anos, por um muito mais complexo sistema multipolar. Este problema e o papel do controlo de armamentos face a tal eventualidade serão tratados numa breve abordagem ao futuro.

Finalmente, na quarta e última parte do trabalho, será oferecida uma sucinta conclusão sobre a problemática, antes analisada, das Relações Este-Oeste e o Controlo de Armamentos.

II

RELAÇÕES ESTE-OESTE

1. A CONFERÊNCIA DE YALTA

Reunidos em Lidávia, perto de Yalta, na província da Crimeia, de 4 a 12 de Fevereiro de 1945 — Franklín Delano Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos da América; o Marechal Iosif Vissarionovitch Dzhugashvili Stalin, Presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; e, Winston Spencer Churchill, Primeiro-Ministro de Sua Magestade Jorge VI Rei da Grã-Bretanha — estabeleceram as bases da ordenação das relações internacionais para o post-guerra.

A reunião adoptou o nome oficial de «Conferência da Crimeia», mas ficou conhecida para a história como a «Conferência de Yalta», embora tivesse sido Lidávia a sede das conversações.

A Conferência de Yalta não foi a primeira tentativa da «Grande Aliança» para a preparação do final da guerra e do post-guerra. Em 1943 foram realizadas quatro conferências que lhe abriram o caminho.

Em Janeiro, Roosevelt e Churchill encontraram-se em Casablanca e anunciaram a exigência da «rendição incondicional» do inimigo.

A segunda conferência decorreu em Moscovo, em Outubro, e reuniu os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Três Grandes. Nesta reunião, Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha, juntamente com a China — que não participou na conferência por causa do tratado de neutrali-

dade entre a URSS e o Japão, mas que aderiu ao acordo — comprometeram-se a estabelecer uma organização internacional para a paz e segurança. Além disso, os Três Grandes estabeleceram os termos da rendição da Alemanha; acordaram que a Áustria tinha sido vítima da agressão nazi, pelo que deveria ser separada da Alemanha e que o regime fascista Italiano deveria ser destruído.

A terceira conferência, no Cairo, em meados de Novembro, reuniu Roosevelt, Churchill e Chiang Kai-Shek. Foi aí anunciado que o Japão seria estirpado de todas as ilhas do Pacífico tomadas desde 1942 e que os territórios «roubados aos Chineses», tais como a Manchúria, a Formosa e a Ilha dos Pescadores, seriam devolvidos à China.

A quarta conferência foi levada a cabo em Teerão no final de Novembro, princípio de Dezembro. Participaram Roosevelt, Churchill e Estaline. Aqui foi traçado, em termos gerais, o futuro da Alemanha vencida. A URSS desejava parte da Prússia Oriental; no esquema soviético, a Polónia deveria ceder uma fatia do seu território leste em troca de uma área equivalente do território oriental da Alemanha, até o rio Oder; os Três Grandes ocupariam a Alemanha, que seria dividida em três zonas, com uma zona inter-aliada em Berlim. Roosevelt adiantou uma proposta de divisão da Alemanha em cinco Estados independentes. Estaline defendia que a Alemanha deveria ser desindustrializada e que deveria fornecer à URSS grande quantidade de equipamento e, pelo menos, quatro milhões de trabalhadores para ajudar à reconstrução.

Em Fevereiro de 1945 começou a Conferência de Yalta. Sem embargo de se considerar que ainda não se conhece a dimensão completa das suas consequências, existe hoje unanimidade de opiniões quanto à grande importância de Yalta no estabelecimento do sistema de relações internacionais contemporâneo. Mas essa unanimidade quebra-se na análise do comportamento dos negociadores.

Para Hélène d'Encausse (*), por exemplo, em Fevereiro de 1945, a situação militar e política na Europa assegurava à URSS uma posição de grande força. Desde a sua entrada em território Polaco, o Exército Vermelho tinha progredido em todas as direcções. A Roménia devia capitular em Agosto de 1944 e declarar a guerra à Alemanha de quem, até então, tinha sido

(*) «Le Grand Frère», Hélène d'Encausse, pág. 38.

aliada. Esta mudança de atitude Romena, no entanto, não impediu os Soviéticos de ocupar a totalidade do território do seu novo aliado. A Bulgária, que não estava em guerra com a URSS e procurava, em Setembro, fazer a paz com os Ocidentais, foi tomada pelos Soviéticos que declararam a guerra e invadiram imediatamente o país. A Hungria servia de teatro de operações à Alemanha que, mantendo aí efectivos importantes, impedia esta nação de seguir a via Romena e de escapar à URSS, que também empenhava nessa área tropas muito numerosas. De todos os aliados da Alemanha, o único país que tinha conseguido até então sair do conflito sem a permanência do Exército Vermelho no seu território, havia sido a Finlândia⁽⁵⁾. Mas, com esta excepção, por toda a parte, a ocupação militar segue-se à capitulação e a URSS mostra claramente que, para lá de objectivos estratégicos, existe um projecto político que começa a tomar forma. Em Yalta, Estaline apresenta-se como um vencedor, mas ele ainda não ganhou tudo. Falta-lhe obter a adesão dos seus aliados para a sua concepção de organização do Leste Europeu. Para os Ocidentais tratava-se, pois, em Yalta, duma difícil negociação para convencer Estaline a não abusar das suas vitórias e a parar a sua marcha triunfal, abstendo-se de progredir em direcção à Europa Ocidental e ao Mediterrâneo.

Arthur Conte⁽⁶⁾ é muito mais crítico quanto à capacidade de negociação Ocidental. Para este autor, a Conferência de Yalta é uma tragédia Shakespeariana; um moribundo, Roosevelt — cujo principal conselheiro, Harry Hopkins, sofre também duma doença incurável, enquanto um dos seus mais íntimos colaboradores, Alger Hiss, será mais tarde condenado a cinco anos de prisão por implicação em espionagem a favor da União Soviética — tem a responsabilidade de defender os interesses e o futuro do mundo livre perante uma das mais fortes, senão a mais forte personalidade do século: José Estaline. Winston Churchill, presente na conferência, faz apenas figura de «Maior dos Pequenos» sem autoridade perante os dois «Super Grandes» que, friamente, efectuem a partilha da Europa.

(5) Assinando um armistício em 19 de Setembro de 1944, aceitando amputações territoriais que dão à URSS aproximadamente as suas conquistas de 1940, deslizando para a esfera de influência Soviética, a Finlândia escapa, porém, à ocupação armada e às mudanças políticas posteriores.

(6) «Yalta ou a Partilha do Mundo», Arthur Conte, pág. verso da capa.

Para Estaline, o principal objectivo a atingir em Yalta era o de obter um estatuto para a Polónia que outorgasse um reconhecimento, «de jure», à dominação, «de facto», já exercida naquele país pela URSS, por forma a transformar uma vantagem militar transitória, em influência política permanente e a servir de precedente para casos idênticos.

Churchill sonha, ainda, manter intacto o Império Britânico e preocupa-se com o destino do Continente Europeu. Para o Primeiro-Ministro Britânico o reforço da França e a integridade da Alemanha são elementos fundamentais para um equilíbrio Europeu e barreira ao avanço Soviético para o Ocidente. Churchill não ignora que uma Europa fraca irá ter consequências catastróficas nos vários Continentes, com a substituição das antigas potências coloniais por novos senhores que passarão a condicionar a vida política, económica, social e cultural em todo o mundo.

O Presidente Americano tem dois objectivos e nenhum deles está ligado à Europa: assegurar a participação Soviética na guerra contra o Japão, e garantir o acordo e a participação da URSS para a criação das Nações Unidas. Roosevelt quer ficar para a história como o fautor da paz universal. Já em Outubro de 1940, na campanha para o seu terceiro mandato como Presidente afirmara⁽⁷⁾: «disse-o antes e voltarei a dizê-lo vezes repetidas, os vossos rapazes não voltarão a ser mandados para quaisquer guerras estrangeiras». As esperanças do Presidente Americano nas virtudes da organização internacional para a garantia da paz, que sonha instituir, são apoiadas pelo Secretário de Estado Cordell Hull⁽⁸⁾ o qual, em declarações ao Congresso, não hesita em garantir que, com a criação das Nações Unidas, «não haverá mais necessidade de esferas de influência, alianças, equilíbrio de poder, ou qualquer outra das alianças separadas devido às quais, no passado infeliz, as nações lutaram para salvaguardar a sua segurança ou promover os seus interesses».

Completamente dominado por Estaline, pouco preocupado com a Europa, obstinado na crença da obtenção da paz universal através da Organização das Nações Unidas, Roosevelt, de cedência em cedência, colabora na divisão do Velho Continente em dois blocos, abre as portas da Ásia aos velhos apetites da Rússia e prepara a destruição das Potências coloniais Europeias.

(7) Cit. em «A Verdadeira Guerra», Richard Nixon, pág. 71.

(8) Ibid, pág. 71.

Como salienta Arthur Conte⁽⁹⁾, desde Yalta «basta aos Russos saber que os Americanos são, sobretudo, sensíveis a palavras empoladas tais como, falando à maneira de Roosevelt, «tornar a guerra impossível para sempre». É, também, a partir desta data, que os russos passam a ter consciência da imensa virtude da «paz nas palavras», pois lhes permite esconder o realismo da acção que vai até ao ponto de instalarem as suas melhores armas diante das costas da Flórida. Na vitória de Estaline, em Yalta, devem procurar-se as razões e a inspiração das grandes campanhas literárias russas do post-guerra a favor de causas pacíficas como o Apelo de Estocolmo, os Partidários da Paz, a coexistência ou os Acordos de Moscovo. Estas campanhas serão alternadamente intensificadas, sem afrouxamento da infatigável acção dos sectários comunistas, teleguidados e armados por Moscovo, no Laos, na Malásia, no Vietname, no Médio Oriente, na África ou na América Latina».

Antes de morrer, o que vem a acontecer dois meses depois de Yalta, Roosevelt terá tempo de se aperceber das dificuldades que já se faziam notar nas relações com a União Soviética. No próprio dia da sua morte, em 12 de Abril de 1945, telegrafava a Churchill⁽¹⁰⁾, «minimizarei o problema geral Soviético tanto quanto possível, porque estes problemas, duma forma ou doutra, parecem acontecer todos os dias... Todavia devemos continuar firmes...»

Quando Churchill⁽¹¹⁾ encontrou De Gaulle em Paris, em 11 de Novembro de 1944, alguns dias depois de ter conversado com Estaline — em Outubro, em Moscovo — ele não escondera a repartição de influências em preparação. Para lá de algumas considerações ambíguas sobre o futuro da independência polaca, a uma pergunta de De Gaulle a propósito do destino reservado à Alemanha, Churchill responde sem rodeios que «em Moscovo falamos sobretudo da conduta da guerra, da Polónia e dos Balcãs. Concordamos que a Grécia era zona de influência Britânica, a Roménia e a Hungria zonas de influência russa, a Jugoslávia e a Bulgária zonas de interesse comum».

E, depois de Yalta, cada um irá respeitar este acordo de repartição. A Grã-Bretanha pode intervir na Grécia, para esmagar a revolta comunista, sem a oposição da URSS e o Ocidente não reage ao esmagamento da Hungria

(9) «Yalta ou a Partilha do Mundo», Arthur Conte, pág. 290.

(10) «The Second World War», W. Churchill, pág. 454.

(11) Cit. em «La Vertige de la Force», Antoine Sanguinetti, pág. 26.

e da Checoslováquia pelos exércitos Soviéticos. Como nota Adriano Moreira⁽¹²⁾, as tropas da URSS «pela primeira vez desde que o soviétismo se instalou na Rússia, tornaram possível que os partidos comunistas assumissem o poder em países de economia desenvolvida. Até então, e ao contrário da previsão marxista, a revolução apenas fora viável em países de economia agrária e rudimentar. Por revolta interna, nunca lhes teria sido possível derrubar o poder nos países industrializados. Os exércitos Soviéticos foram o agente e o garante do avanço do sistema na Europa».

Quatro semanas depois de Yalta, no princípio de Maio, Winston Churchill declarava, em mensagem ao Secretário dos Negócios Estrangeiros Anthony Eden sobre a situação Europeia⁽¹³⁾, que o avanço russo colocava tudo sob seu domínio e que este «fait accompli» era uma ameaça para as potências Ocidentais que se encontravam enfraquecidas no final de uma tão longa guerra.

As consequências de Yalta são tremendas, «os acordos de 11 de Fevereiro de 1945 contêm o germe, não só da soviétização de toda a Europa Oriental, mas também do golpe de estado de Praga, do caso da Coreia, do da Indochina, da vitória de Mao Tsé-Tung, do bloqueio de Berlim, do caso de Cuba»⁽¹⁴⁾. Deve-se também a Yalta um dos grandes dramas da Europa contemporânea — a divisão da Alemanha em dois Estados.

Mas a mais importante consequência do processo marcado por Yalta terá sido, certamente, a descolonização.

2. A CONFERÊNCIA DE POTSDAM

Quando, cinco meses mais tarde, com a guerra terminada na Europa, os Três Grandes se voltaram a reunir para resolver assuntos que Yalta não tinha solucionado, os protagonistas já não eram os mesmos. Harry S. Truman havia sucedido a Roosevelt após a morte deste, em Abril; Clement Attlee, o líder do partido trabalhista, substituíra Churchill na chefia do Governo Britânico após as eleições de Julho (Churchill, que representava a Grã-Bretanha no início da Conferência, é substituído antes do seu final); Estaline é, assim, o único sobrevivente de Yalta.

⁽¹²⁾ «A Europa em Formação», Adriano Moreira, pág. 114.

⁽¹³⁾ «The Second World War», W. Churchill, pág. 502.

⁽¹⁴⁾ «Yalta ou a Partilha do Mundo», Arthur Conte, pág. 288.

A guerra na Europa estava terminada. Havia que encontrar soluções que assegurassem uma paz justa e durável; era necessário resolver os problemas políticos, territoriais e económicos originados pela guerra. Foi nesta perspectiva que os Três Grandes se reuniram em Potsdam, perto de Berlim, de 17 de Julho a 2 de Agosto de 1945.

Estaline não encontrou em Truman as facilidades e cedências que conseguira com Roosevelt. Apesar de alguma aparência de unidade que os Três Grandes procuram projectar para o exterior, não obstante se terem conseguido acordos em assuntos importantes, apareceram também não poucos desentendimentos que nunca mais seriam ultrapassados ou correctamente resolvidos.

Entre os acordos mais importantes, conseguidos em Potsdam, conta-se o estabelecimento de um Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros no qual, além dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da URSS, deveriam também participar a França e a China. Este Conselho tinha por finalidade estudar e propor os textos dos tratados de paz com a Itália (considerada já nação semi-aliada), Roménia, Bulgária, Hungria e Finlândia, e, finalmente, com a Alemanha, quando esta dispusesse de um governo responsável adequado.

A mais importante e difícil questão tratada em Potsdam foi a Alemanha. A União Soviética pretendia uma política de grande dureza, sobretudo no que respeita ao pagamento de reparações de guerra em equipamento e produtos industriais. A Grã-Bretanha defendia a necessidade de uma economia Alemã saudável. Os Estados Unidos inclinavam-se mais para a posição dos Soviéticos. O resultado foi uma série de decisões, por vezes formuladas de forma ambígua que, mais uma vez, vieram originar difíceis problemas na sua aplicação concreta. Os Três Grandes acordaram na desmilitarização, descentralização, desnazificação e democratização da Alemanha — mas revelaram-se mais aptos a cooperar nos três primeiros objectivos negativos do que capazes de conseguir atingir o último, o único com carácter de realização positiva. A capacidade industrial de guerra Alemã era para ser destruída, mas a sua economia não deveria descer abaixo de um nível equivalente ao padrão de vida médio dos Europeus.

Como viria a dizer o Secretário de Estado Americano Byrnes⁽¹⁵⁾, a base das decisões foi «que no quadro de um sistema combinado de desmilita-

(15) Cit. em «La Second Guerre Mondiale», Hans Adolf Jacobsen, pág. 141.

rização e de reparações, o potencial de guerra da Alemanha fosse diminuído pela supressão e desmontagem da sua indústria de guerra e pelo enfraquecimento e proibição das instalações de indústria pesada. Previa-se que estas medidas fossem aplicadas de maneira que restasse à Alemanha um potencial industrial que lhe permitisse manter, sem ajuda de outros países, um nível médio de vida idêntico ao da Europa».

No que respeita às fronteiras Alemãs, os Três Grandes concordaram com a proposta Soviética para a delimitação da linha das fronteiras Leste da Alemanha e com a anexação da cidade de Königsberg e territórios adjacentes na Prússia Oriental; permitiram ainda à Polónia administrar uma fatia da Alemanha até aos rios Oder e Neisse. É certo que Americanos e Britânicos protestaram contra a extensão da ocupação Polaca na Alemanha até ao Neisse (quando o acordo de Yalta estabelecia que o fosse apenas até ao Oder), mas Estaline respondeu que já não havia Alemães naquele território e que os Polacos o tinham ocupado devido a esse facto.

Todas estas decisões e muitas outras de menor importância pretendiam constituir o plano final para a paz e reconstrução de uma Europa desfeita, mas os conflitos de interpretação apareceram imediatamente. Na Europa de Leste os comunistas ignoram os preceitos democráticos acordados pelos Três Grandes. Por outro lado, nas áreas onde se achavam mais fortes do que os comunistas, como em Itália, as potências Ocidentais ignoram as queixas dos Soviéticos.

Com efeito, a Europa encontrava-se dividida em duas esferas de influência!

3. A CRISE DO SUEZ

Para a Europa, a consequência política internacional mais importante da Segunda Guerra Mundial foi, certamente, a descolonização.

A tendência para a bipolarização verificada na fase final da guerra, ir-se-ia consolidar com o destroçar dos impérios coloniais europeus. Neste processo, perseguindo um mesmo princípio, embora com fundamentos ideológicos diferenciados, Estados Unidos e URSS são, no dizer de Raymon Aron, «les frères ennemis». Se a diferenciação ideológica é razão para uma insanável divergência política, o interesse na manutenção do «status quo» bipolar, garante de supremacia não discutida no interior das respectivas

esferas de influência, explica as situações em que as duas Superpotências agem em uníssono, mesmo contra os seus aliados naturais.

Como refere Adriano Moreira⁽¹⁶⁾, «as teses Soviética e Americana concorrem para levar os poderes Europeus à retirada. Os Americanos, armados pelo seu anti-colonialismo do século XIX, fortes de uma ultrapassada experiência de revolucionários ocidentais, capitalistas e liberais, sem ter em conta as diferentes condições das zonas tropicais e subtropicais, que iam assumir agora um papel independente no Mundo. Os Soviéticos, lúcidos seguidores do Leninismo, aceitando que a revolução nacionalista nos trópicos podia ser o primeiro passo para a revolução socialista»... «A guerra de 1939-1945 foi o ponto final do Euromundo. Alguns dos vencedores esgotaram-se com a vitória, como aconteceu com a Inglaterra e com a França. Os desviacionismos Americano e Soviético cresceram em poder e preparam-se para organizar um mundo bipolar». Alguns anos depois do final da guerra, em 1969, De Gaulle haveria de confidenciar a Richard Nixon⁽¹⁷⁾: «Na Segunda Guerra Mundial todas as nações da Europa perderam, duas foram derrotadas.»

Em meados do século XX, as antigas Grandes Potências Europeias, que tinham gozado de uma supremacia incontestada na direcção das relações internacionais por todo o mundo, haviam perdido esse poder em favor dos dois novos senhores do globo. Entretanto, o desenvolvimento tecnológico torna as nações industrializadas fortemente dependentes do fornecimento do petróleo e este facto transforma o Golfo Pérsico num ponto de confluência de interesses.

Em 1955, como revela Andrei Sakharov⁽¹⁸⁾, um alto funcionário soviético explicava que o objectivo, a longo prazo, da política Soviética no Médio Oriente, era «explorar o nacionalismo Árabe de forma a criar dificuldades aos países Europeus na obtenção do petróleo e, consequentemente, ganhar influência sobre eles». E o Ministro dos Negócios Estrangeiros Soviético Molotov⁽¹⁹⁾ definia «a área a Sul de Batum e Baku, na direcção do Golfo Pérsico, (como)... o centro das aspirações da União Soviética».

Tendo ocupado algumas regiões do Norte do Irão, durante a Segunda Guerra Mundial, os Soviéticos fundaram uma República Autónoma de

⁽¹⁶⁾ «A Europa em Formação», Adriano Moreira, pág. 115.

⁽¹⁷⁾ «A Verdadeira Guerra», Richard Nixon, pág. 68.

⁽¹⁸⁾ Ibid, pág. 74.

⁽¹⁹⁾ Ibid, pág. 73.

Azerbaijão e uma República Popular Curda, sob seu controlo, e exigiram a criação de uma companhia conjunta para explorar o petróleo Iraniano, com 51 por cento das acções para a URSS. Os Estados Unidos reagiram com firmeza a estas intenções. Como referiu o Presidente Truman⁽²⁰⁾, «a União Soviética persistiu na sua ocupação até eu me encarregar pessoalmente de que Estaline fosse informado de que tinha dado ordens aos nossos chefes militares para prepararem as nossas forças terrestres, marítimas e aéreas para avançarem. Estaline fez então o que eu sabia que faria. Retirou as suas tropas».

A ameaça seguinte dos Soviéticos ao Golfo Pérsico deu-se no Mediterrâneo Oriental, na Grécia e na Turquia, onde a Grã-Bretanha perdia influência. Mais uma vez intervém Truman, agora com um programa de assistência a estes dois países, com a formação duma força naval percursora da VI Esquadra — a força naval permanente dos Estados Unidos no Mediterrâneo — e com a instalação de Bases Aéreas na Líbia, Turquia e Arábia Saudita. Os Americanos estabeleciam-se militarmente no Médio Oriente, substituindo, pouco a pouco as Potências Europeias.

O espírito do nacionalismo havia-se espalhado por todo o Médio Oriente após a Segunda Guerra Mundial. O Líbano, que tinha sido um protectorado Francês, ascendeu à independência em 1945. A Síria, outro protectorado Francês, tornou-se independente em 1946. A Transjordânia adquiriu também a independência sob o nome de Jordânia. Os três novos países juntaram-se à Arábia Saudita, Iraque e Egipto na fundação da Liga Árabe (1945). A Líbia tornou-se membro da Liga em 1953, o Sudão em 1956 e a Tunísia e Marrocos em 1958. Disputas e rivalidades entre estes onze países, nunca permitiram uma Liga Árabe forte e coesa. Como factor real de coesão havia apenas a oposição à criação do Estado de Israel. Os notáveis progressos económicos e sociais conseguidos pelos Israelitas acarretavam-lhes as invejas dos seus vizinhos Árabes, sobretudo os Egípcios.

Em 1951, o Egipto denunciou o seu tratado de aliança com a Grã-Bretanha. Em 1953, tornou-se uma república e surgiu, como «homem forte do regime», o Coronel Gamal Abder Nasser que, rapidamente, demonstrou a sua determinação em reformar o Egipto, liderar a Liga Árabe e fomentar a luta contra o colonialismo, sobretudo em África. A recusa dos Estados

(20) Ibid, pág. 75.

Unidos e Grã-Bretanha de financiamento da Barragem do Assuão, lançou Nasser nos braços da União Soviética que apoiou o Egipto na realização deste projecto grandioso.

A nacionalização do Canal do Suez, anunciada em 26 de Julho de 1956 pelos Egípcios, veio provocar uma crise que culminou de forma violenta, no final de Outubro seguinte. Nesse mesmo mês de Outubro, a URSS preparava-se para desencadear uma violenta intervenção militar na Hungria.

Os interesses das duas Superpotências, dentro de cada uma das respectivas esferas de influência, estavam ameaçados!

Em Budapeste, a 1 de Novembro, o Chefe do Governo Imre Nagy informava o Embaixador Soviético de que, tendo conhecimento da entrada de novas divisões Soviéticas no seu país, o Governo Hungaro denunciava o Tratado de Varsóvia, declarava a neutralidade permanente da Hungria e apelava para as Nações Unidas e para as «Quatro Grandes Potência» para salvaguardar a neutralidade nacional, dando conhecimento disto a todos os Chefes de Missões Diplomáticas em Budapeste e, por telegrama, ao Secretário Geral das Nações Unidas. No dia seguinte, Nagy dirigiu um comunicado oficial ao Secretário Geral da ONU em que pedia uma reunião imediata das Grandes Potências para o reconhecimento da neutralidade Húngara. Na tarde do dia 4, o Chefe do Governo Húngaro falava pela última vez, através da rádio, para dizer (21): «Desde hoje ao amanhecer tropas Soviéticas atacam a nossa Capital com a clara intenção de derrubar o governo democrático Húngaro legal. As nossas tropas combatem. O Governo está no seu posto. Notifico o povo do nosso país e o mundo inteiro deste acontecimento.»

A Organização das Nações Unidas mostrou-se impotente para defender um dos seus membros. Os Estados Unidos limitaram-se a protestos contra a atitude Soviética e ao envio de alguma ajuda humanitária ao povo Húngaro.

No Egipto, as consequências da nacionalização do Canal do Suez e do endurecimento da política do Coronel Nasser levaram, em 29 de Outubro, à intervenção de Israel na península do Sinai. A intervenção Israelita tinha por finalidade destruir a base da guerrilha Egípcia contra o seu país; não incluiu a zona do Canal. Entretanto, os Governos Britânico e Francês enviaram, em 30 de Outubro, aos Governos Israelita e Egípcio, um ultimato de 12 horas, exigindo-lhes a retirada das suas tropas para fora duma faixa

(21) Cit. em «La Guerra Moderna y la Organizacion Internacional», Luís Garcia Arias, pág. 170.

de 10 milhas do Canal, solicitando ao mesmo tempo a concordância do Governo Egípcio para que as tropas Franco-Britânicas ocupassem imediatamente, embora com carácter provisório, Port Said, Ismail e Suez. Perante a rejeição, por parte do Egipto, deste ultimato, aviões Britânicos e Franceses iniciaram, na manhã de 31 de Outubro, a partir da Ilha de Chipre, o bombardeamento contra as instalações militares Egípcias. Em 5 de Novembro, as forças dos dois países Europeus principiaram a desembarcar em Port Said. A 6 de Novembro, por pressão dos Estados Unidos, foram terminadas as hostilidades. Britânicos e Franceses vão ser obrigados, pelo seu aliado mais poderoso, a abandonar a defesa dos seus interesses.

Comentando a intervenção Ocidental no Suez, o «New York Times» de 1 de Novembro de 1956 defendia: «Seria ridículo permitir ao Coronel Nasser fazer-se vítima inocente duma agressão perante as Nações Unidas ou do Mundo. Bem pelo contrário, se alguém se tornou culpado de agressão foi o Presidente Egípcio que não tem parado de fazer guerra a Israel, à Grã-Bretanha e à França, pela propaganda, pelo contrabando de armas, pela organização de infiltrações de bandos assassinos, pelo apoio à rebelião na África do Norte Francesa, pela tomada do Canal do Suez à força, rasgando um tratado da mesma forma que Hitler rearmou a Renânia, interditando navios Israelitas de cruzar o Canal apesar das ordens formais das Nações Unidas e, finalmente, proclamando bem alto a sua intenção de atirar os Israelitas ao mar, com o auxílio dos outros Estados Árabes, depois de criar um Império Árabe, sob a sua hegemonia, cuja influência se estenderia concentricamente a toda a África e a todo o Mundo Muçulmano.»

A reacção dos Estados Unidos à acção Franco-Britânica no Suez foi diferente da que o artigo do «New York Times» pareceria sugerir. Em tempo de eleições presidenciais, com a URSS a intervir brutalmente na Hungria, com o movimento anti-colonialista a ganhar força e com os Soviéticos a ameaçarem com uma intervenção, em vez de se juntarem aos seus aliados, os Estados Unidos exerceram sobre eles grande pressão, obrigando-os a retirar.

Muitas teorias se podem ensaiar para tentar explicar a reacção Americana.

Para Raymond Aron⁽²²⁾, a dupla recusa de intervenção por parte dos Estados Unidos — recusa de intervir para ajudar o povo Húngaro e recusa

(22) «Paix et Guerre entre les Nations», Raymond Aron, pág. 552.

de permitir aos seus aliados uma acção militar contra uma nação do Terceiro Mundo — tem uma mesma causa: receio de uma nova guerra mundial. Para este autor, as duas recusas podem ser entendidas de forma realista «uma é prudente mas moralmente medíocre, a outra pode ser explicada por prudência mas também por ideal».

Richard Nixon (23) considera que, «sob o ponto de vista americano, a altura escolhida não poderia ser pior. As forças Britânicas e Francesas desembarcaram ao mesmo tempo que os Estados Unidos condenavam a União Soviética pela repressão brutal da revolução Húngara e na véspera da eleição presidencial, em que o «slogan» de Eisenhower era «paz e prosperidade».

De forma diferente pensa o autor americano C. A. McClelland (24). Para ele, os «grandes irmãos» na hora do perigo descobriram — no duplo sentido do termo (tomar conhecimento e revelá-lo ao mundo) — a sua fraternidade. Cada um, no fundo, julgou conforme aos próprios interesses que o «outro Grande» pudesse restabelecer a disciplina no interior do seu bloco. Os Estados Unidos não podiam tolerar que a França e a Grã-Bretanha tomassem iniciativas que pudessem provocar hostilidades alargadas. Apesar das suas simpatias pelos combatentes Húngaros da liberdade, os governantes dos Estados Unidos censuravam-nos confusamente de os encurralarem na alternativa de uma abstenção pouco honrosa ou de uma intervenção pouco prudente. Escolheram, sem visível hesitação, o primeiro termo da alternativa.

Outras explicações poderão ser tentadas para explicar a reacção Americana perante os dois grandes acontecimentos de 1956. O certo é que, a crise do Suez foi o último esboçar de uma afirmação político-estratégica Europeia independente. O próprio Nixon (25) reconhece esta realidade: «Perdeu-se muito mais do que o Canal. A humilhante derrota no Suez teve um efeito devastador na determinação da Grã-Bretanha e da França em terem um papel importante, não só no Médio Oriente, mas também noutras áreas do Mundo.»

A partir desta data, ficam na arena da competição internacional, apenas duas potências com capacidade autónoma de projecção de poder. A crise do Suez marca a consolidação efectiva do sistema bipolar. Confirma-se a previsão de Alexis de Tocqueville em 1835 (26):

(23) «A Verdadeira Guerra», Richard Nixon, pág. 48.

(24) Cit. em «Paix et Guerre entre les Nations», Raymond Aron, pág. 552.

(25) «A Verdadeira Guerra», Richard Nixon, pág. 79.

(26) Ibid, pág. 49.

«Há, hoje em dia, duas grandes nações no mundo que parecem apontar para os mesmos objectivos, apesar de terem começado de pontos diferentes: aludo aos Russos e aos Americanos. Ambos cresceram despercebidamente; e enquanto a atenção da humanidade estava dirigida para outro lado, assumiram de súbito um lugar da maior proeminência entre as nações; e o mundo apercebeu-se da sua existência e da sua grandeza quase ao mesmo tempo...

O Americano luta contra os obstáculos naturais que se lhe deparam; os adversários dos Russos são os homens; o primeiro combate selvajaria e a vida selvagem; o último, a civilização, com todas as suas armas e artes; as conquistas de um são alcançadas pelo arado; as do outro pela espada. O Anglo-Americano depende do interesse pessoal em alcançar os seus objectivos e dá toda a liberdade às pressões sem guia e ao senso comum dos cidadãos; o Russo centra toda a autoridade da sociedade num só braço; o instrumento principal do primeiro é a liberdade; o do último é a servidão. Os seus pontos de partida são diferentes e os seus caminhos não são os mesmos; porém, cada um parece estar marcado pela vontade dos Céus para pesar nos destinos de metade do Globo.»

Muito mais perto dos dias de hoje, dizia Francois de Mauriac⁽²⁷⁾: «Não nos assustamos por aquilo que separa os Estados Unidos da União Soviética mas sim por aquilo que têm de comum.»

4. A GUERRA FRIA

Uma outra consequência da Segunda Guerra Mundial foi a de tornar obsoleta a expressão de Cícero «inter bellum et pacem nihil est medium». Na verdade, embora já antes de 1939-1945 se encontrem referências a um estado que não é bélico nem pacífico, é a partir desta data que a expressão «guerra fria» define essa nova situação intermédia entre a paz e a guerra.

É assim que James Burham⁽²⁸⁾ considera desactualizada a clássica definição de guerra Clausewitziana, porque, nos dias de hoje, se encontram confundidos os limites entre os métodos armados e os métodos políticos, entre os meios violentos, semiviolentos e não violentos, entre a paz e a guerra.

Para Raymon Aron⁽²⁹⁾, no entanto, a noção de guerra fria não põe em causa a distinção entre a paz e a guerra. A fórmula de Clausewitz «a

⁽²⁷⁾ Cit. em «La Guerra Moderna y la Organizacion Internacional», Luís Garcia Arias, pág. 370.

⁽²⁸⁾ Ibid, pág. 123.

⁽²⁹⁾ «Paix et Guerre entre les Nations», Raymond Aron, pág. 168.

guerra é a continuação da política por outros meios» é complementada pela fórmula inversa «a política é a continuação da guerra por outros meios». As duas expressões significam a continuidade da competição e o emprego de meios umas vezes violentos outras vezes não violentos, para se alcançarem objectivos que não diferem na sua essência.

Seja como for, é a partir da Segunda Guerra Mundial que a expressão «guerra fria» tem a sua consagração. Há até quem defenda que a guerra fria já estava visível na Conferência de Yalta e que as concessões conseguidas pela União Soviética foram o alicerce da dialética comunista de post-guerra.

James Burnham ⁽³⁰⁾, por exemplo, considera que «a terceira guerra mundial começou em Abril de 1944». Refere-se o autor ao motim acontecido naquela data, na esquadra Grega fundeada na Alexandria e entre os soldados Helénicos ali acantonados, a qual foi dominada por forças Britânicas. Como se veio a provar, os soldados gregos estavam industriados por comunistas pelo que este acontecimento foi a primeira escaramuça armada entre a União Soviética, representada pelo comunismo internacional, e o Ocidente, representado pela Grã-Bretanha, numa altura em que ambos eram aliados contra um inimigo comum.

O Prémio Nobel da Física de 1948, o britânico P. M. S. Blackett ⁽³¹⁾, tem uma opinião semelhante quanto à origem cronológica da guerra fria. Segundo ele o lançamento das bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki «não foi tanto o último acto militar da Segunda Guerra Mundial como uma das primeiras grandes operações da guerra fria diplomática com a Rússia». Para este cientista Britânico não existiram razões militares para o emprego da primeira bomba atómica em 6 de Agosto de 1945, mas sim «uma urgente razão diplomática relacionada com o equilíbrio de forças no post-guerra». Era necessário eliminar o Japão antes da chegada da União Soviética a este teatro de operações. A destruição de Hiroshima e Nagasaki terá permitido a aniquilação do Japão numa situação de completo controlo Americano na região, evitando-se, aí, a luta pelo poder entre os Estados Unidos e URSS. Nestes termos, o lançamento das duas primeiras bombas atómicas terá sido o antecedente mais claro da guerra fria.

⁽³⁰⁾ Cit. em «La Guerra Moderna y la Organizacion Internacional», Luís Garcia Arias, pág. 105.

⁽³¹⁾ Ibid, pág. 106.

Em artigo publicado na *Saturday Review of Literature*, em 15 de Junho de 1946, dois Americanos, Norman Cousins e Thomas K. Finletter⁽³²⁾ escrevem: «Pode argumentar-se que essa decisão (o lançamento das duas bombas atómicas sobre o Japão) era justificada; que era uma aplicação legítima da política de força num mundo de pernas para o ar; que evitamos assim um combate pela autoridade no Japão análogo àquele em que participamos na Alemanha e na Itália; que, a menos que saíssemos dessa guerra com um desequilíbrio positivo de poder comparado com a Rússia, não poderíamos deter jamais a expansão Russa.»

Para William McNeil⁽³³⁾, no final da Segunda Guerra Mundial as exigências de segurança militar e a prudência da política oficial minimizaram os conflitos que já dividiam a Grande Aliança. Depois da guerra, os pontos de vista absolutamente opostos tornaram-se de uso corrente na Rússia e no Ocidente.

Em 12 de Maio de 1945, Churchill telegrafou a Truman⁽³⁴⁾: «Tenho uma grande inquietude face às interpretações erróneas dos Acordos de Yalta por parte dos Russos, à sua atitude em relação à Polónia, à influência predominantemente exercida por eles nos Balcãs, excepto na Grécia, às dificuldades que provocam a respeito de Viena, à combinação do seu poderio e dos territórios ocupados ou controlados por eles com o emprego da técnica comunista em tantos outros países e, sobretudo, à possibilidade que têm de manter, por muito tempo, grandes exércitos em campanha. Qual será a situação dentro de dois ou três anos? Nessa altura os exércitos Americanos e Britânicos ter-se-ão esfumado... enquanto que a Rússia poderá decidir conservar duzentas ou trezentas divisões em actividade. Uma cortina de ferro caiu à nossa frente. Ignoramos o que se passa por trás...»

Arthur M. Schlesinger⁽³⁵⁾, numa aproximação imparcial a esta problemática, considera que a guerra fria não é o produto de uma decisão mas sim o resultado de um dilema. «Cada parte viu-se obrigada a adoptar políticas que a outra parte não podia senão considerar como uma ameaça aos princípios da paz. Cada parte sentiu-se portanto sujeita a tomar medidas

⁽³²⁾ Cit. em «A História Política da Bomba Atómica», Claude Delmas, pág. 41.

⁽³³⁾ Cit. em «La Guerra Moderna y la Organizacion Internacional», Luís Garcia Arias, pág. 109.

⁽³⁴⁾ «The Second World War», W. Churchill, pág. 572.

⁽³⁵⁾ «La Crise de Confiance», Arthur M. Schlesinger Jr., pág. 139.

defensivas. Assim, os Russos não viram outra solução senão a de consolidar a sua segurança na Europa Oriental. Os Americanos, considerando a Europa Leste como um elemento importante do edifício Europeu, replicaram afirmando os seus interesses na zona que os Russos julgavam vital para a respectiva segurança. Os Russos concluíram que o Ocidente estava decidido a reiniciar o seu antigo movimento de cerco capitalista, lançando deliberadamente as bases de regimes anti-soviéticos na zona definida pelo sangue derramado ao longo dos séculos como indispensável à sobrevivência dos Russos. Cada parte acreditava apaixonadamente que a estabilidade internacional futura dependia da sua própria concepção da ordem mundial. Cada parte, prosseguindo os seus próprios princípios claramente indicados e profundamente enraizados, não fazia mais do que lançar a outra no receio dum agressão possível».

Sob uma perspectiva Ocidental, as razões da guerra fria têm sido apresentadas em nove pontos:

1. A reaparição de desconfianças antigas.
2. O imperialismo Soviético na Europa Oriental com a sua violação dos Acordos de Yalta.
3. A rápida retirada e desmobilização das forças Norte-Americanas debilitando o poder dos Estados Unidos ⁽³⁶⁾.
4. A rivalidade e desacordo sobre a Alemanha, Áustria, Trieste, Estreitos Turcos, Irão, Grécia, Berlim, China, Coreia, Japão, e uma quantidade de discussões no âmbito das Nações Unidas.
5. A criação da «cortina de ferro» Soviética.
6. O restabelecimento por Moscovo da agitação para uma revolução mundial juntamente com o designio dos chefes comunistas de conquistar o poder nas nações livres e o descobrimento nos Estados Ocidentais de casos de espionagem e subversão ⁽³⁷⁾.

⁽³⁶⁾ Aquando da capitulação da Alemanha, os Estados Unidos tinham 3 100 000 homens na Europa, os quais foram reduzidos para 391 000 no espaço de um ano. Por seu lado, no mesmo período, e na mesma área, a Grã-Bretanha reduziu de 1 321 000 para 488 000.

⁽³⁷⁾ Um dos casos mais graves foi o «caso Hiss». Alger Hiss foi, em Fevereiro de 1945, um dos colaboradores mais influentes de Roosevelt durante a Conferência de Yalta. Foi o primeiro Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. Sucedeu ao Prémio Nobel da Paz (1931) Nicholas Butler na presidência da Fundação Carnegie para a Paz Internacional. Em 1949 foi envolvido num caso de espionagem. Acusado de ser agente Soviético às ordens do General Walter Krivitzky, chefe da espionagem Soviética em todo o sector Ocidental, foi condenado a cinco anos de prisão por decisão unânime dos doze jurados.

7. O medo de um ataque armado na Europa Ocidental e a contínua propaganda de Moscovo contra os Estados Unidos e Grã-Bretanha.
8. Diferenças ideológicas fundamentais.
9. A falta de um vínculo comum entre Este e Oeste a partir da desapareição da necessidade de união contra as potências do Eixo.

Um décimo ponto parece indispensável para a compreensão da génese da guerra fria: é o da prevalência da concepção «esferas de influência» sobre a concepção «universalista» no sistema regulador das relações internacionais. Segundo a concepção «universalista» a segurança dos Estados seria garantida por uma Organização Internacional. Segundo a concepção «esferas de influência» essa segurança seria garantida pelo equilíbrio de poderes. Ora, a Organização das Nações Unidas nunca foi capaz de assumir o papel que os «universalistas» haviam sonhado para a regulação das tensões internacionais e o equilíbrio de poderes, passado a bipolar, juntamente com a diferença ideológica radicalizada criam o conflito insanável.

De facto, à URSS, com a sua doutrina marxista-leninista de revolução mundial contra o capitalismo e imperialismo, e aos Estados Unidos, que surgiam como Superpotência, lider das nações livres do Ocidente, monopolista da arma atómica, as opções na luta pelo domínio do mundo não eram muitas: uma nova guerra ou um estado intermédio entre a paz e a guerra, em que a luta pelo poder não degenera em conflito armado directo entre os dois principais opositores: uma «continuação da política por outros meios», ou uma «continuação da guerra por outros meios».

A realidade das relações internacionais vai inviabilizar a política de apaziguamento idealizada e defendida por Roosevelt. Ao mesmo tempo que se erige a Organização das Nações Unidas, em que o defunto Presidente Americano tanto se empenhara, querendo ficar para a história como o «homem da paz» e acreditando que a presença activa dos Estados Unidos e URSS dariam à ONU a autoridade que a Sociedade das Nações nunca conseguira obter, os sucessivos conflitos e, sobretudo, a expansão Soviética para Ocidente levam Harry Truman, seu sucessor, a adoptar a política de «contenção» inspirada por George F. Kennan⁽³⁸⁾: «Nestas circunstâncias, é claro que o principal elemento de qualquer política dos Estados Unidos em relação

⁽³⁸⁾ Director do State Department's Policy Planning Staff. Cit. em «La Guerra Moderna y la Organizacion Internacional», Luís Garcia Arias, pág. 112.

à Rússia Soviética deve ser a de «conter» com paciência, firmeza e vigilância as suas tendências de expansão. A pressão Soviética contra as instituições livres do Mundo Ocidental pode ser contida pela hábil e vigilante aplicação de uma força contrária, numa série de pontos geográficos e políticos em constante mudança, correspondendo às mudanças e manobras da política Soviética.»

A política de contenção foi justificada pela necessidade de se obstar às pressões Soviéticas que, para lá dos avanços permitidos pelos vários Acordos de repartição do mundo para o post-guerra, se manifestavam em múltiplas zonas do globo ⁽³⁹⁾:

- Na Turquia, onde o governo e o povo Turcos resistiram a todas as tentativas de intimidação, às reivindicações territoriais da URSS sobre Kars e Ardahan e às exigências de outorga de bases nos Estreitos.
- Na Grécia, onde a guerrilha, começada em 1944, se transformou numa verdadeira guerra, com os rebeldes comunistas a receberem ajuda militar dos Estados vizinhos.
- No Norte do Irão, onde as forças Soviéticas se tentaram instalar, sem o conseguir, após o fim da guerra, contra o Tratado de Teerão e apesar dos protestos das Nações Unidas.
- Na Ásia, onde a União Soviética estendeu consideravelmente a sua influência, ocupando, em 1945, a maior parte da Manchúria e da Coreia do Norte.
- Na Indochina, onde a França se envolveu contra uma rebelião armada e dirigida por comunistas.
- Na Malásia, onde importantes forças Britânicas lutavam contra guerrilhas de inspiração comunista.
- Na Birmânia, onde os partidos comunistas fomentavam greves e desordens.
- Nas Filipinas, onde os Hukbalahaps (comunistas) armados impunham uma guerra de guerrilha.

Na sequência da doutrina Truman de contenção, os Estados Unidos avançam com o plano Marshall de ajuda financeira aos países do Ocidente. Este plano de ajuda, oferecido também aos países de Leste, não foi aceite por Estaline, que obrigou à recusa os outros países da «cortina de ferro».

⁽³⁹⁾ «OTAN, Structure, Faits et Chiffres, 1981», pág. 16.

Como resposta ao plano Marshall a União Soviética cria o Kominform, em Setembro de 1947.

Em Fevereiro de 1948, o golpe de Praga efectuado pelo partido comunista Checoslovaco, segundo directivas do Kominform, permite à União Soviética alcançar a completa comunização da Checoslováquia e consolidar a sua influência na Europa. A 17 de Março, Bélgica, França, Holanda, Luxemburgo e Reino Unido assinam o Tratado de Bruxelas de assistência mútua. A 24 de Junho a União Soviética inicia o bloqueio a Berlim o qual se mantém até 9 de Maio do ano seguinte.

Na sequência destes eventos é assinado, a 4 de Abril de 1949, o Tratado do Atlântico Norte. Em Maio é criada a RFA e, cinco meses depois, a RDA.

A RFA é rearmada e admitida na OTAN em Maio de 1955 e, um ano depois, assina-se o Pacto de Varsóvia e rearma-se a RDA.

Esta sucessão alucinante de factos políticos de âmbito Europeu, característica do período mais quente da guerra fria, alarga-se a outros continentes. Ali, porém, à luta política junta-se o conflito armado localizado.

Mantém-se válida a doutrina de Lenine⁽⁴⁰⁾: «Enquanto o capitalismo e o socialismo existirem, nós não poderemos viver em paz... No final, um ou outro triunfará — um hino fúnebre será cantado para saudar a morte seja da República Soviética, seja do Capitalismo Mundial.»

Só que a ameaça nuclear não mais permite a guerra generalizada. «A paz é impossível mas a guerra é improvável!»

5. A COEXISTÊNCIA PACÍFICA E A DETENTE

A guerra fria tem desempenhado um papel de alternativa à «guerra quente» mas, ao mesmo tempo, tem sido um factor potencial do conflito generalizado que, até agora, foi possível evitar.

Esta dupla qualidade de características antagónicas e a necessidade de prevenir o conflito nuclear têm originado várias consequências entre as quais se contam o desenvolvimento de técnicas de gestão de crise, a proliferação de formas de estratégia indirecta, a coexistência pacífica e a detente.

A crise é um momento crítico na evolução das relações de troca e de comunicação. Tem sempre por origem o aparecimento mais ou menos súbito

(40) Cit. em «La Crise de Confiance», Arthur M. Schlesinger Jr., pág. 141.

e imprevisível dum litígio ocasional ou o agravamento mais ou menos progressivo e acentuado dum conflito latente ou crónico. Manifesta-se pela deterioração brusca ou gradual dos factores de equilíbrio que normalmente asseguram as relações de coexistência entre os Estados.

Uma crise-tipo, que tem servido para o estudo e desenvolvimento da metodologia para a sua gestão, é a crise de Cuba de 1962. Como refere Richard Nixon ⁽⁴¹⁾ «Khruchtchev exagerou ao jogar as suas cartas, Kennedy desmascarou-lhe o «bluff», e o líder Soviético recuou.» A determinação na resposta foi fundamental, mas não menos importante foi o ter-se proporcionado à União Soviética uma saída possível para a situação criada. A comunicação entre as partes em crise revelou-se decisiva para possibilitar a sua gestão, por isso, como resultado de Cuba, foi instalada uma linha telefónica directa entre a Casa Branca e o Kremlin por forma a garantir a comunicação instantânea ao mais alto nível.

A valorização de todas as formas de estratégia indirecta é uma consequência política e estratégica do aparecimento e do desenvolvimento do nuclear. Pela estratégia indirecta, Estados Unidos e União Soviética tentam ultrapassar a «proibição», que lhes é imposta pela «bomba, de se afrontarem militarmente. Americanos e Soviéticos têm procurado estender o campo das suas estratégias indirectas e reforçar as suas posições no sistema internacional incorporando outros Estados, mais ou menos vassalizados, no seu próprio sistema político e estratégico.

Por vezes o equilíbrio regional é perigosamente comprometido por iniciativa autónoma duma terceira parte. Nestes casos as Superpotências tendem a agir conjuntamente, ou por entendimento táctico, de tal forma que esse equilíbrio seja mantido ou restaurado. Mas também acontece que, em tais situações, quando uma das Superpotências se encontra mais enfraquecida, distraída por problemas noutras áreas ou demonstrando menor firmeza nas suas atitudes, a outra Superpotência procure uma alteração do equilíbrio em seu favor. Pode ainda acontecer que a iniciativa da terceira parte, de facto, não seja uma iniciativa realmente autónoma mas apenas uma forma de acção inscrita em estratégia indirecta de uma das Superpotências. A história recente está cheia de exemplos de conflitos regionais que respondem a uma ou a outra das características acabadas de descrever. No fundo, em todos

⁽⁴¹⁾ «A Verdadeira Guerra», Richard Nixon, pág. 47.

eles se procuram pequenos ajustes, ligeiros avanços perfeitamente localizados, evitando-se sempre o passo decisivo que provoca a generalização excessiva.

A preocupação de evitar o desenvolvimento de crises que possam escapar ao controlo dos seus gestores e, sobretudo, de evitar a generalização excessiva dos conflitos localizados levou à procura de novas soluções para a convivência entre os dois blocos empenhados na guerra fria.

Sucedendo a Estaline em 1953, Khruchchev procura dar uma nova feição à política de relações internacionais Soviética e fez o que é hábito fazer-se em tempo de «perestroika»: regressar às origens, isto é, procurar Lenin como referencial doutrinário para as novas atitudes. O documento base inspirador foi o famoso «decreto sobre a paz», de 8 de Novembro de 1917, o primeiro acto de política externa do governo Bolchevique. Redigido pelo próprio Lenin, ainda não utiliza o termo «coexistência pacífica» mas, como consideram os Kremlinologistas⁽⁴²⁾ «pela primeira vez exprime os princípios desta futura estratégia política, formulando as noções básicas do seu conteúdo conceptual». Precursoras da coexistência pacífica, expressões quase sinónimas — convivência pacífica, coabitação pacífica, existência paralela, relação de boa vizinhança — tinham já entrado no léxico político Soviético, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial.

Torna-se, no entanto, necessário adaptar a doutrina de Lenin sobre a inevitabilidade da guerra às novas circunstâncias criadas pelo facto nuclear. Na sua comunicação ao XX Congresso do Partido Comunista Soviético, em 1956, Khruchchev declara que «não existe uma fatal inevitabilidade de guerra» e no XXI Congresso, em 1959 utiliza o termo coexistência pacífica⁽⁴³⁾. No fundo o objectivo era, utilizando a paz como estratégia, conseguir vencer o capitalismo imperialista. E assim recupera Khruchchev o termo coexistência pacífica — que pela primeira vez havia sido utilizado por Estaline, em 1 de Março de 1936, em entrevista a um jornalista Americano⁽⁴⁴⁾ — lançando a ideia como bandeira de acção política renovada.

Em 1960, rodeada do maior segredo, foi realizada, em Moscovo, uma conferência onde estiveram representados 18 partidos comunistas de outras tantas Nações. Esta conferência culminou na publicação de um volumoso

(42) «Da Coexistência Pacífica», Victor Marques dos Santos, pág. 59.

(43) Cit. em «The Peacetime Strategy of the Soviet Union», Report of a Study Group of Conflict, London, September 1972 — January 1973, pág. 4.

(44) «Da Coexistência Pacífica», Victor Marques dos Santos, pág. 77.

documento que evidenciava — sob o ponto de vista da política internacional — a aprovação, por unanimidade dos delegados, das teses de Khruchtchev sobre a coexistência pacífica. Mas este termo aparece formal e oficialmente apenas em 1961, quando foi inscrito no Capítulo VIII do novo Programa do Partido, adoptado pelo XXII Congresso, em 31 de Outubro (45). A coexistência pacífica «transformava-se agora no mais poderoso instrumento operacional da estratégia político-ideológica Soviética no plano das relações internacionais, de vasto alcance no espaço e no tempo» (46). Em 7 de Outubro de 1977, a nova constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (47), consagra o «princípio da coexistência pacífica de Estados com diferentes regimes sociais».

No entanto, como avisa Raymond Aron (48), «de acordo com a filosofia marxista-leninista, a rivalidade dos «dois grandes» não é assimilável à rivalidade entre os candidatos ao mesmo trono, ou a um império; insere-se num processo de transformação revolucionária de que ela é, num determinado subperíodo, a expressão diplomática. Não se trata de pôr fim a essa rivalidade por meio de um acordo duradouro, baseado na distribuição de zonas de influência, com fundamento no princípio do «viver e deixar viver». A coexistência pacífica não é (e não poderá ser) senão uma modalidade particular de que se reveste, temporariamente, um conflito prolongado (protacted conflict). Os Ocidentais inclinam-se a reconhecer, ainda que inconscientemente, o primado da paz; diante dum conflito, procuram encontrar uma solução pacífica. Por seu turno, os marxistas-leninistas admitem a fatalidade (benéfica) do conflito até à difusão total e defensiva do socialismo. Os Ocidentais estão prontos a satisfazerem-se com uma paz sem vitória; se o mundo comunista renunciar à destruição do Ocidente, este deixá-lo-à viver a sua vida, abandonando, sem muito peso na consciência, os povos «libertados» pelo Exército Vermelho. Mas os Soviéticos não podem conceber uma paz sem vitória; enquanto subsistir o bloco capitalista, não haverá garantia de paz (porque o capitalismo é essencialmente imperialista), e a luta poderá continuar; não porque seja desejada, mas porque as leis históricas obrigam

(45) Cit. em «The Peacetime Strategy of the Soviet Union», Report of a Study Group of Conflict, London, September 1972 — January 1973, pág. 4.

(46) «Da Coexistência Pacífica», Victor Marques dos Santos, pág. 117.

(47) «Constituição da URSS», pág. 16.

(48) «Paix et Guerre entre les Nations», Raymond Aron, pág. 661.

a isso. Se esta é a assimetria dos objectivos dos dois blocos, cabe perguntar se o Ocidente já não perdeu antecipadamente a luta».

Desde 1967, com a aprovação do conhecido Relatório Harmel⁽⁴⁹⁾, a Aliança Atlântica passou a ter definidas duas funções básicas: dissuasão e detente.

Este relatório reconhece que, desde 1949, «a situação internacional alterou-se de forma notável e as tarefas políticas da Aliança tomaram uma nova dimensão. A Aliança desempenhou, nomeadamente, um importante papel como travão da expansão comunista na Europa; a União Soviética tornou-se uma das duas Superpotências mundiais, mas o mundo comunista já não é monolítico; a doutrina Soviética da coexistência pacífica, modificou a natureza do confronto com o Oeste, mas não os problemas fundamentais. Se bem que subsista a disparidade entre o poderio dos Estados Unidos e dos Estados Europeus, a Europa levantou-se e caminha para a sua unidade. O processo de descolonização transformou as relações da Europa com o resto do mundo; ao mesmo tempo, problemas de maior amplitude surgiram nas relações entre países desenvolvidos e em via de desenvolvimento».

E, continua o relatório, «A Aliança Atlântica tem duas funções essenciais. A primeira consiste em manter um poder militar e uma solidariedade política suficientes para desencorajar a agressão e outras formas de pressão e para defender o território dos países membros em caso de agressão. Desde os seus princípios, a Aliança lançou-se com sucesso a esta tarefa. Mas a possibilidade duma crise não pode ser excluída enquanto as questões políticas cruciais na Europa sobretudo a questão Alemã, não estejam resolvidas. Por outro lado, a situação de instabilidade e incerteza ainda não permitiu uma redução equilibrada de forças militares. Nestas condições os Aliados mantêm um potencial militar suficiente para assegurar o equilíbrio de forças e criar assim um clima de estabilidade, segurança e confiança. Neste clima, a Aliança pode dedicar-se à sua segunda função, isto é, prosseguir os seus esforços com vista a progredir em direcção ao estabelecimento de relações mais estáveis que permitirão resolver os problemas políticos fundamentais. A segurança militar e uma política de detente não são contraditórias mas complementares. A defesa colectiva é um factor de estabilidade política mundial. Ela é a condição necessária a uma política eficaz visando um maior relaxamento de tensões. O caminho da paz e da estabilidade na Europa

(49) «OTAN, Structure, Faits et Chiffres, 1981», pág. 314.

consiste, nomeadamente, em utilizar a Aliança num espírito construtivo no interesse da detente. A participação da URSS e Estados Unidos será necessária para a resolução dos problemas políticos na Europa.»

Detente tem sido definida como um processo político e estratégico de longo termo que tem por objectivo prevenir o conflito nuclear, reduzir as tensões Este-Oeste e alargar as áreas de interesse mútuo.

Desenvolvendo esta definição, pode concluir-se que se trata de um processo:

- político e estratégico de longo termo, para as relações Este-Oeste, envolvendo uma relação dinâmica de mudança entre poderes e entre blocos de poderes competitivos;
- que envolve, ao mesmo tempo, competição e cooperação no interesse da redução do risco do conflito nuclear;
- complexo na medida em que tem dimensões bilaterais e multilaterais;
- cujas fronteiras e limites são indefinidos e pouco claros. A União Soviética entende a detente restringida à Europa e às relações entre as Superpotências; o Ocidente pretende uma detente global.

Alguns especialistas das relações Este-Oeste consideram a existência de «fases» de detente como forma de caracterização histórica do processo. Henri Simonet, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, distinguiu, em 1979, quatro fases de «detente»⁽⁵⁰⁾:

- o período de aproximação que começou no início da década de 60 a seguir à crise de Cuba;
- o período de negociações intensivas de 1969-72;
- o período do desencantamento crescente, de 1973-76, a seguir ao conflito Israelo-Árabe e início da intervenção Soviético-Cubana em Angola; e, finalmente,
- o período de «detente» na «detente» ou o período da profunda suspeição política da detente, intensificada com a intervenção Soviético-Cubana no Corno de África, com que o tem sido chamado de «aventureirismo Soviético» noutras regiões instáveis do Terceiro Mundo e com a crescente apreensão Ocidental acerca do crescimento militar Soviético e respectiva capacidade de intervenção em todos os pontos do globo.

⁽⁵⁰⁾ «Final Report of the Sub-Committee on Detente», NATO Political Committee, pág. 2.

Este último período, que viria ainda a ser substancialmente agravado com a invasão Soviética do Afeganistão, parece, agora, estar na sua fase final, face às novas políticas Soviéticas de «perestroika» e «glasnost», com a recente assinatura do Tratado INF e boas perspectivas de assinatura de outros acordos tendentes à estabilidade e cooperação. Mas não será desaviado reflectir nas palavras de Cornelius Castoriadis⁽⁵¹⁾, «a Rússia está empenhada de forma constante num processo de expansão da sua dominação, directa ou indirecta, na qual as fases de detente não são mais do que momentos tácticos ou pausas obrigatórias».

Detente foi a resposta Ocidental à proposta de coexistência pacífica Soviética. Porém, na prática das relações internacionais, coexistência pacífica não se revelou o mesmo que detente.

Sob o ponto de vista Ocidental, detente parte da ideia simples de que diferenças e contrastes entre Nações não seriam necessariamente obstáculo ao interesse comum da manutenção da paz e da cooperação.

No que respeita aos Soviéticos, estes têm, desde sempre, apresentado a coexistência pacífica como uma forma específica de luta de classes. Em livro editado em 1987, o Coronel-General e Professor Soviético Dmitri Volkogonov⁽⁵²⁾ continua a defender que «...Seria erróneo pensar que nas condições de coexistência pacífica os comunistas se conformassem com a exploração capitalista... A coexistência pacífica contribui para o debilitar do poder do complexo militar industrial nos países capitalistas e cria condições favoráveis à luta política, económica e ideológica do proletariado.»

Destas duas interpretações de políticas que pareceriam sinónimas resultaram prejuízos para o Ocidente que qualquer mapa político do mundo actual evidencia. Como adverte o General Close⁽⁵³⁾, «não se poderia sonhar um mal entendido mais profundo entre a concepção Ocidental e a de Leste. Dum lado a paz sem vitória, do outro lado a vitória sem guerra: como é que uma ordem internacional estável e durável poderia resultar duma evolução paralela comandada por lógicas tão opostas?»

No seu recente livro «Perestroika», Gorbatchev abandona a ideia da coexistência pacífica para tentar recuperar o termo detente o qual, pos sua

(51) «Devant la Guerre», Cornelius Castoriadis, pág. 31.

(52) «O Exército e o Progresso Social», Dmitri Volkogonov, pág. 30.

(53) «Encore un Effort et nous Aurons Definitivement Perdu la Troisième Guerre Mondiale», General Robert Close, pág. 24.

vez, já deixara de figurar nos Comunicados Finais das Reuniões Ministeriais da Aliança Atlântica. Mas esta iniciativa do líder Soviético não parece convencer Caspar Weinberger que, em Setembro de 1987, afirmava ⁽⁵⁴⁾, «o novo Kremlin, o chamado Kremlin aberto, continua a ser velho Kremlin que sempre constituiu a principal ameaça à paz e à liberdade».

Por certo que o antigo Secretário da Defesa dos Estados Unidos se encontrará entre os que pensam que «ceder à sedução das sereias é próprio do homem mas querer ir para a cama com um crocodilo é um privilégio da nossa época» ⁽⁵⁵⁾.

6. O EQUILÍBRIO NUCLEAR

Em Julho de 1944, o físico Dinamarquês Niels Bohr ⁽⁵⁶⁾ endereçou ao Presidente Roosevelt e ao Primeiro Ministro Churchill a seguinte nota: «O facto de primordial importância é que se está prestes a criar, neste momento, uma arma de potência inegalada que modificará completamente todas as condições futuras da guerra. Com efeito, para lá da questão de se saber quando é que esta arma se tornará operacional e que papel poderá desempenhar na presente guerra, esta situação levanta um certo número de problemas que requerem, com toda a urgência, a maior atenção. Na verdade, a não ser que se chegue a tempo a qualquer entendimento sobre os limites da utilização de novos materiais radioactivos, toda a vantagem temporária, por maior que ela seja, arrisca-se a ser neutralizada por uma ameaça perpétua para segurança humana.»

O aparecimento do nuclear, mais do que modificar «as condições futuras da guerra», passou a condicionar as relações de coexistência dos dois blocos saídos da Segunda Guerra Mundial. De facto, desde que, em 1949, a União Soviética ascendeu a potência nuclear, o equilíbrio nuclear, ou melhor, a variação desse equilíbrio tem sido um dos factores mais influentes no desenrolar das relações Este-Oeste.

Mas a variação do equilíbrio nuclear não deve ser tomada isoladamente, sem referência à relação de forças convencionais incluindo as químicas. Por

⁽⁵⁴⁾ «Arms Control Today», Vol. 17, n.º 9, pág. 25.

⁽⁵⁵⁾ Cit. em «Encore un Effort et nous aurons Definitivement Perdu la Troisième Guerre Mondiale», General Robert Close, pág. 25.

⁽⁵⁶⁾ Prémio Nobel da Física 1927. Cit. em «Le Désarmement», Claude Delmas, pág. 40.

outro lado, a análise de sistemas de forças, no seu sentido mais lato (nucleares e convencionais) não pode ficar circunscrita à simples enumeração dos carros de combate, aviões, mísseis, navios, submarinos, que recheiam os arsenais de cada um dos blocos, para depois os comparar entre si. A análise do equilíbrio de forças põe em confronto os poderes nacionais dos países e, como se sabe, poder nacional é muito mais do que poder militar. Assim, uma análise comparativa de potenciais globais dos dois blocos deve incluir factores como: economia, sociologia, geopolítica e muitos mais.

Quando uma análise de correlação de forças se circunscreve a aspectos essencialmente militares, haverá então que ser esclarecido não se tratar de uma comparação de poderes nacionais mas apenas dum balanço das capacidades militares «*stricto sensu*». E mesmo um balanço de capacidades militares «*stricto sensu*» não pode ser estabelecido apenas com base na contagem dos sistemas de armas; requer uma cuidadosa análise de outros factores, tais como:

- qualidade dos sistemas de armas e do apoio logístico;
- estado de prontidão;
- capacidade de sobrevivência (incluindo a continuidade do comando e controlo);
- capacidade em guerra electrónica e NBQ;
- padronização;
- interoperabilidade; e acima de tudo isto,
- o moral das tropas que, no fundo, é quem define a vitória ou a derrota, pela vontade ou falta de vontade de combater.

Por outras palavras, as ilações retiradas da comparação entre quantidades de sistemas de armas, poderão ser incorrectas se não se tomarem em conta uma vasta gama de factores condicionantes, os mais importantes dos quais acabaram de ser referidos.

Também não parece razoável comparar sistemas de armas sem que se saiba como se pretende utilizá-los. Na verdade, se os arsenais existem para servir uma estratégia, mal seria que a comparassem efectivos sem que se soubessem como se pretende utilizá-los.

Na Europa, a defesa do Ocidente tem sido uma responsabilidade da Aliança Atlântica. Nos primeiros dias da sua existência, a OTAN tentou acompanhar o desenvolvimento das forças convencionais Soviéticas, homem

por homem, arma por arma. Era a chamada «*matching strategy*» que falhou rotundamente porque as nações Ocidentais a acharam demasiadamente dispendiosa. Nessa altura, o virtual monopólio do armamento nuclear por parte dos Estados Unidos garantia uma situação largamente favorável ao Ocidente.

Desta vantagem no armamento nuclear, nasceu então um conceito de dissuasão a partir da capacidade de retaliação nuclear maciça, apoiada ainda por forças convencionais, contra qualquer forma de agressão. Mas a viabilidade deste tipo de conceito pouco tempo durou; as circunstâncias que o permitiram mudaram radicalmente quando a União Soviética emergiu como potência nuclear e, além disso, com vectores transportadores de cargas nucleares a distâncias intercontinentais. Este desiderato obrigou a OTAN a repensar o seu conceito estratégico de defesa.

Assim, a partir dos finais dos anos 50, a OTAN continua a considerar a possibilidade de uma retaliação nuclear maciça mas, ao mesmo tempo, é introduzido o conceito do uso de forças nucleares de teatro. Neste novo conceito, as forças convencionais seriam apenas o rastilho que activaria a resposta nuclear. Pretendia-se, desta forma, tornar claro aos Soviéticos que uma agressão de qualquer espécie ou escala levaria sempre, por parte da OTAN, a um grau de retaliação nuclear insuportável para o inimigo.

Os anos passaram e, mais uma vez, a situação se modificou. A capacidade nuclear Soviética continuou a desenvolver-se, paridade em forças nucleares estratégicas e forças nucleares de teatro começa a aparecer como facto real entre a OTAN e a União Soviética. O programa espacial Soviético proporciona capacidades acrescidas de ataques intercontinentais. Levanta-se a questão da credibilidade da defesa de Munique com o risco da destruição de Nova Iorque. Passou a ser claro que havia um certo grau de agressão abaixo do qual não seria crível uma resposta nuclear maciça. Começou a ser necessária uma mais larga gama de opções de resposta, tendo em conta as situações reais sem as fazer depender da rápida e inevitável utilização das armas nucleares, devastando a terra que afinal se pretendia defender.

A ameaça de retaliação nuclear maciça ainda se mantém como forma de dissuasão mas é, ao mesmo tempo, encarada a possibilidade de outras respostas, convencionais ou nucleares, de mais baixo grau de destruição.

O novo conceito, que aparece nos fins dos anos 60 e se tem mantido até hoje, é o da dissuasão, baseado na estratégia da resposta flexível, no contexto de uma defesa avançada.

A União Soviética atingiu a paridade com os Estados Unidos no campo dos sistemas nucleares estratégicos; o Pacto de Varsóvia tem grande superioridade sobre a OTAN em forças nucleares de teatro e forças convencionais; e devido às suas linhas de comunicações interiores, o Leste pode concentrar o seu potencial ofensivo mais rapidamente, em qualquer ponto da sua escolha.

Perante esta situação duas perguntas se podem colocar:

- Por que é que a União Soviética continua a aumentar o seu poderio militar forçando os restantes países do Pacto de Varsóvia a fazer o mesmo?
- O que é que o Ocidente tem feito para garantir a sua própria segurança?

Tradicionalmente, os dirigentes Soviéticos sempre se viram rodeados por ambiente hostil, quer externa quer mesmo internamente; e a história tem-lhes demonstrado que melhor do que um poderoso exército só um exército mais poderoso. No aviso do Marechal Gretchko⁽⁵⁷⁾, o partido comunista soviético «observa atentamente as acções dos inimigos da paz e do progresso social. Ao realizar a política de fortalecimento da paz e da cooperação internacional, de coexistência pacífica de países com regime social diferente, não esquece que o imperialismo continua a ser o agente da ameaça de guerra. E não há dúvida de que, se não fosse o imenso poder económico e militar da União Soviética e de outros países socialistas os imperialistas há muito teriam procurado levar a cabo os seus planos sinistros».

A União Soviética segue Napoleão quando acredita, como facto histórico provado, que um país pode alcançar estabilidade quando se rodeia de satélites que o protegem.

A URSS tem projectado a imagem de que a sua posição como grande potência, a sua capacidade de espalhar o dogma comunista e atingir os seus objectivos nacionais, ou melhor dizendo, os objectivos nacionais da Rússia, são assegurados e aumentados fundamentalmente através do seu poderio militar; por isso ela aparece aos Ocidentais como economicamente debilitada, industrialmente incompetitiva, mas militarmente demasiado poderosa.

⁽⁵⁷⁾ Marechal da União Soviética. Antigo Comandante-em-Chefe Supremo das Forças Armadas do Pacto de Varsóvia. Ministro da Defesa da URSS entre Abril de 1970 e Abril de 1976. «As Forças Armadas da União Soviética», A. A. Gretchko, pág. 435.

No entanto, apesar da capacidade de utilização das suas forças em ataque de grande escala, a iniciativa de um ataque por parte do Pacto de Varsóvia parece improvável desde que a OTAN disponha, por seu lado, de capacidade suficiente para demonstrar que uma guerra é risco demasiadamente alto para os Soviéticos, o que depende, no fundo, da credibilidade do sistema Ocidental. A coerência e o sentido político comum dentro da Aliança criam a mais forte garantia da paz. Esta atitude, ao mesmo tempo que dá confiança ao povo Ocidental serve de mensagem bem clara a quem o ameaça.

No campo estritamente militar a Aliança enfrenta, no entanto, um grave problema de desequilíbrio de forças e para resolver esse problema tinha duas soluções:

- acompanhar a corrida aos armamentos imposta pela União Soviética; ou,
- procurar manter o equilíbrio através duma razoável actualização, sobretudo qualitativa, dos seus sistemas de armas, ao mesmo tempo que, a nível diplomático, conseguia acordos suficientemente seguros no campo do controlo de armamentos.

A segunda solução foi a escolhida e, para isso, por um lado foi prevista uma razoável modernização nos sistemas de armas da OTAN segundo um Programa a Longo Prazo para a Defesa⁽⁵⁸⁾ que foi aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo da Aliança reunidos em Washington em 31 de Maio de 1978; por outro lado, no campo diplomático, os Aliados têm-se esforçado por diminuir os riscos do conflito, através da negociação de acordos de controlo de armamentos, em vários «fora» internacionais.

⁽⁵⁸⁾ «OTAN, Structure, Faits et Chiffres, 1981», pág. 160.

(continua)

Sérgio Carrilho Pinto
Cor. Pil. Av.

A DEFESA NO MUNDO

A DEFESA NO MUNDO

«ARMED FORCES (REINO UNIDO), de Maio de 1988

As Forças Armadas britânicas são constituídas por pessoal profissional, perfazendo 319 000 elementos. Além destes há 90 000 reservistas empenhados na Marinha, nos Fuzileiros, no Exército Territorial, na Reserva Voluntária da Força Aérea e na Força Aérea Auxiliar. Os reservistas são civis, homens ou mulheres, que, na base de voluntariado, prestam serviço nas Forças Armadas nos seus tempos livres, e gastam cerca de 5 por cento do orçamento anual do Exército. Como voluntários, os reservistas obrigam-se a servir nas fileiras durante um certo número de dias por ano, podendo o período mais longo atingir 14 dias. Os reservistas são pagos exactamente como os profissionais, durante o tempo em que prestam serviço, recebendo um bónus no final de cada ano, uma vez que alcancem determinados níveis de eficiência.

Por exemplo, na Marinha, entre os seus 58 000 elementos, há 6000 da Reserva Naval. Destes, 530, todos oficiais, são responsáveis pela organização do Controlo Naval da Navegação. E, nos Fuzileiros, que são 7800, cerca de 1200 são reservistas que reforçam os diferentes escalões, quer a título individual quer sob a forma de unidades adicionais.

«NATO SIXTEEN NATIONS» (BÉLGICA), de Julho de 1988

Por enquanto há três países com Forças de Intervenção Rápida (Rapid Action Forces): os EUA, a URSS e a França.

Embora tais forças se tornem dispendiosas, por terem de permanecer em elevado estado de prontidão durante largos períodos sem missões atribuídas, desempenham um importante papel político e estratégico dada a sua capacidade de actuação rápida e eficiente em qualquer parte do Mundo, uma vez que podem ser aerotransportadas, capacidade essa

que ficou bem demonstrada com as intervenções no Afeganistão, no Chade, em Granada, etc.

O autor estabelece uma diferença marcada na filosofia das Forças de Intervenção Rápida dos EUA e da URSS. O caso é que, enquanto a soviética foi criada para intervir num conflito de qualquer intensidade, a norte-americana destina-se apenas a conflitos de baixa intensidade.

«DEFENSA» (ESPANHA), n.º 123, de Julho de 1988

O Japão vai cooperar com os EUA no projecto de um avião de caça baseado no «F-16».

O Secretário de Defesa norte-americano, Frank Carlucci, e o Director do Departamento de Defesa do Japão, Tsutomu Kawara, estabeleceram um acordo sobre o projecto indicado, que poderá envolver 6500 milhões de dólares.

Neste projecto as empresas japonesas participam com 60 por cento, incluindo o radar de bordo e outros componentes electrónicos, enquanto que, pelo seu lado, os americanos se encarregarão, principalmente, dos motores.

O aparelho, já conhecido por «FSX», vai incorporar sistemas aviónicos dos mais avançados, e os últimos sistemas de armas.

De princípio chegou a pensar-se que o projecto e a produção poderiam ser exclusivamente japoneses, mas acabou por ser tomada uma solução mista devido à pressão americana.

*

* *

Firmas francesas, alemãs e inglesas congratulam-se com a assinatura pelos respectivos Governos do acordo intergovernamental relativo ao estudo do desenvolvimento de mísseis europeus anticarro de grande e médio alcance, da terceira geração.

As cláusulas técnicas, industriais e financeiras dos contratos que devem ser estabelecidos com a empresa Euromissiles Dynamics Group (EMDG) — o primeiro contratante — no quadro deste acordo serão conhecidas num futuro próximo.

Estes sistemas de armas, cuja entrada em serviço está prevista para meados dos anos 90, serão adaptados às condições do campo de batalha previsíveis para os anos 2000, principalmente no que diz respeito à eficácia das blindagens, às contramedidas de combate, e electrónicas e ao combate urbano.

*«DEFENSE AND ARMAMENT HÉRACLÉS INTERNATIONAL»
(FANÇA), de Julho-Agosto de 1988*

A Hughes Aircraft Company assinou um acordo com um consórcio espanhol para desenvolver e produzir um novo míssil anticarro. O acordo dá à Hughes 40 por cento da «joint venture» em questão, que ainda não tem nome. Os restantes 60 por cento pertencerão ao consórcio espanhol, Companhia Española Programa e Desarrollos de Defensa, SA (ESPRODESSA). A maioria da ESPRODESSA pertence aos Explosivos Rio Tinto (ERT), de Madrid, com participação minoritária da Instalaza, de Saragoça, e da Ceselsa, de Madrid.

O programa inicial da nova companhia é um míssil anticarro de alcance médio denominado «AIRES», mais pequeno e mais leve que o «TOW», que pode ser transportado por um único homem. Terá um comando sem fios para lançar o míssil, transsónico, a 2000 metros.

*

* *

Foi lançado à água em Cherburgo o novo submarino francês de propulsão nuclear «Améthyste», em 14 de Maio de 1988. Trata-se do quinto submarino do mesmo tipo (SNA — Submarino Nuclear de Ataque), que deverá ser posto ao serviço em Setembro de 1988, a partir da base naval de Toulon, no Mediterrâneo. O «Améthyste» é, no entanto, o primeiro da sua classe com capacidade de ataque também contra submarinos em imersão, para o que comporta material que permite mudanças substanciais de técnicas de combate.

De notar um largo número de canadianos presentes ao lançamento do «Améthyste», entre eles o Encarregado de Negócios em França, e os Adidos Militar e Industrial à Embaixada do Canadá em Paris. O caso é que o Governo canadiano decidiu juntar duas flotilhas de submarinos

de ataque de propulsão nuclear ao seu poder naval, uma para o Pacífico, outra para o Atlântico (para procurar saber o que se passa sob as calotas geladas), e parece poder optar entre o submarino inglês da classe «Trafalgar», de 4700 toneladas, e o «Améthyste», francês, de 2590 toneladas, adaptado às suas necessidades.

«DEFENSE ELECTRONICS» (EUA), de Agosto de 1988

O acordo destinado a controlar e a reduzir transferências de tecnologias relativas a mísseis (Acordo BMCR — Ballistic Missile Control Regime), assinado em 16 de Abril de 1987 pelo Canadá, França, Japão, RFA e Reino Unido), parece não estar a resultar completamente devido a desencontros de interesses nacionais. Por isso há já cerca de 11 países com programas de mísseis balísticos em desenvolvimento, que terão beneficiado de tecnologia europeia.

O Brasil tem o projecto Sonda IV, com alcance entre 300 e 1200 km. O Iraque e o Egipto têm um projecto conjunto, o Condor II, com alcance entre 600 e 750 km. Israel tem o míssil «Jericho II», capaz de lançar ogivas nucleares, e ainda o projecto «Arrow», superfície-superfície, com 1000 km de alcance. O Iraque tem os mísseis «Hossein» e «Al Abbas» (copiados do «Frog» soviético), com 75 km de alcance, e está a produzir uma versão do soviético «SCUD-B», com 180 km de alcance. O Irão tem uma cópia do soviético «Frog», o «OFOG-2», com 75 km de alcance, e está a produzir uma versão do «SCUD-B» soviético com 180 km de alcance. O Paquistão efectuou, em Abril de 1988, um teste com um míssil capaz de transportar uma ogiva nuclear. Sabe-se estarem em produção novos mísseis militares na Espanha, no Egipto, na África do Sul e na Grécia.

«JANE'S DEFENSE WEEKLY» (UK), de 20 de Agosto de 1988

A OTAN está a reavaliar a sua capacidade dissuasora na Europa, a qual, após a retirada dos mísseis de alcance intermédio (INF), recairá em aviões mais pesadamente do que antes.

Entre os aviões possíveis para preservar a referida capacidade contam-se os 157 do tipo «F 111 E/F» que operam a partir de bases inglesas, e os «TORNADO IDS» britânicos e alemães. Ainda há a contar com os cerca

de 200 «F-16» baseados na RFA e, por enquanto, na Espanha. Mas, ao contrário do que sucede com os «F-111» e os «TORNADO», os «F-16» não são verdadeiramente aviões para todas as condições de tempo. Há ainda uns 40 aviões «F-4 G», preparados para a supressão de defesas, que também poderão transportar bombas nucleares. Mas, a curto prazo, aviões «B-52» convencionais e «F-15 E» poderão contribuir para a capacidade de ataque da OTAN. O primeiro «F-15 E» entrará ao serviço em 1989.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 26 de Agosto de 1988

O Ministro da Defesa da República Federal da Alemanha calcula em 70 000 o número de objectores de consciência em 1988.

Recorde absoluto na história da «Bundeswehr», já que se apresenta superior ao de 1977, único ano em que bastava um simples postal endereçado às entidades militares para se ser dispensado do serviço nacional.

«JANE'S DEFENSE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 27 de Agosto de 1988

Segundo um estudo do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), em 1987 travaram-se 36 guerras no Mundo, contando-se entre elas a Irão-Iraque, agora interrompida. Nos 8 anos desta guerra os beligerantes gastavam entre 170 e 200 biliões de dólares nas operações, e cerca de 26 biliões de dólares com as principais importações de armas.

Segundo o SIPRI, as vendas de armas no Mundo atingiram 35 biliões de dólares em 1987, sendo os cinco maiores exportadores (em biliões de dólares): URSS (9,7), EUA (5,8), França (3,2), Reino Unido (1,6), China (1,04). O principal comprador em 1987 foi a União Indiana, com cerca de 5,4, correspondente a cerca de 1/5 de todas as importações do Terceiro Mundo (24,7 biliões). Seguiu-se-lhe o Iraque (3,5), ficando o Irão apenas em 12.º lugar (500 milhões de dólares).

«DEFENSA» (ESPANHA), n.ºs 124/125, de Agosto-Setembro de 1988

Foi recentemente anunciado que a OTAN constituíra uma força multinacional para defesa do Flanco Norte, decisão que foi favoravelmente

acolhida na Noruega com um sinal de fortalecimento do compromisso da Aliança para com aquele país.

Fontes governamentais informaram que a força será constituída por um batalhão canadiano de infantaria e dois grupos de artilharia de Campanha, um dos EUA e outro da RFA.

Estas unidades substituirão a brigada canadiana, até agora incumbida da defesa da Noruega, e representa um substancial aumento da potência de fogo.

A aceitação por Oslo da atribuição destas forças representa um ponto alto das suas relações com os antigos ocupantes do seu território durante a II Guerra Mundial porque, desde então, nunca a presença das tropas alemãs foi autorizada.

No entanto, convém sublinhar que a Noruega, país fundador da Aliança Atlântica em 1949, não permite a existência no país de tropas estrangeiras com carácter permanente em tempo de paz, aceitando apenas os reforços aliados em épocas de crise. Portanto, as unidades indicadas estacionam nos seus países de origem mas realizarão exercícios para adaptação às duras condições do Inverno norueguês.

A nova unidade é constituída por cerca de 2500 homens, o que é aproximadamente metade do efectivo da brigada canadiana que substitui, mas traduz um notável aumento de potência de fogo graças à sua artilharia que dispõe entre 30 e 40 bocas de fogo de calibres 105 mm e 155 mm.

*
* *
*

Durante os últimos decénios, a investigação militar francesa teve importantes repercussões nas actividades civis em sectores de tecnologia avançada, tais como aeronáutica, electrónica, óptica e indústria nuclear.

Mas as influências são recíprocas, porque a investigação civil também emprestou uma contribuição notável à construção de armas.

Para obter um máximo de eficácia, a Direcção-Geral de Armamentos (DGA) encomenda as suas investigações às entidades mais competentes. Assim, 60 por cento dos programas de investigação de base são entregues à Indústria, 12 por cento às Universidades e ao Centro Nacional

de Investigação Científica (CNRS), e somente 25 por cento é feita directamente por conta da DGA.

A ligação entre as diversas entidades intervenientes é normal e, no fim de cada programa, cada uma daquelas entidades pode explorar livremente os respectivos resultados em proveito próprio.

Os programas abrangem desde a informática até à indústria automóvel, passando pela acústica submarina e pela medicina (por exemplo, o «fabrico» de pele artificial para o tratamento de queimaduras graves).

No entanto, as aplicações civis da investigação militar tomam especial relevo naqueles sectores em que a quase totalidade das empresas trabalham paralelamente nos campos civil e militar, em especial no nuclear e na aeronáutica, em que a entidade chave é o Organismo Nacional de Estudos e Investigações Aeronáuticas (ONERA).

*

* *

O Ministério da Defesa Francesa adquiriu mais quatro aviões «C-130 Hércules», que serão entregues no próximo ano, e se destinam ao Comando de Transporte Aéreo Militar (COTAM).

Já em 1987 a França tinha comprado três aviões do mesmo tipo, capazes de transportar 19 toneladas a 3800 km de distância, e, ainda, outros aparelhos mas na versão maior, o «C-130 H 30».

Cada um dos novos «C-130» custará aproximadamente 22 milhões de dólares.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 4 de Setembro de 1988

39 por cento dos espanhóis são partidários da incorporação de mulheres nas Forças Armadas, segundo um inquérito efectuado pela Unidade de Estudos sociais do Ministério da Defesa.

Este inquérito incidiu num universo de 2500 maiores de 18 anos, de ambos os sexos.

37 por cento dos inquiridos mostraram-se contrários à incorporação das mulheres.

56 por cento dos consultados consideram que as mulheres devem ser destinadas a unidades de apoio; 29 por cento opinam que as mulheres devem ser incluídas em qualquer tipo de unidade, incluindo as de combate. A opinião

maioritária sobre a aceitação das mulheres nos exércitos muda de uma forma radical quando os entrevistados são perguntados sobre a existência de um serviço militar feminino obrigatório. 67 por cento são contra e 26 por cento a favor.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 29 de Setembro de 1988

As linhas gerais da contribuição espanhola para a defesa atlântica serão aprovadas em Novembro pelo Comité Militar, órgão militar máximo da OTAN, e, no mês seguinte, obterão o acordo dos ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, segundo informaram fontes diplomáticas da Organização.

Há nove meses que o Embaixador espanhol na OTAN entregou ao Secretário-Geral a proposta global da participação espanhola, à margem de estrutura militar integrada. Esta proposta foi completada em Maio último pelo envio de um projecto de directivas gerais («general guide lines»).

As referidas directivas gerais não puderam ser aprovadas em Junho, quando o Conselho do Atlântico se reuniu em Madrid, devido às objecções colocadas pelo Reino Unido, que pretendia encontrar uma fórmula satisfatória para a resolução do problema do Comando de Gibraltar, pelos EUA, que desejava obter esclarecimentos definitivos sobre a doutrina espanhola quanto à escala em portos espanhóis de navios com armas nucleares a bordo, e, principalmente, por Portugal, receoso que a Espanha lhe retirasse importância no contexto da Aliança Atlântica.

A visita que o Ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros realizou a Lisboa em meados de Setembro desfez os últimos mal-entendidos. Depois de se dividirem as zonas de interesse estratégico de ambos os países, a Espanha aceitou submeter-se ao controlo operacional, isto é, à subordinação das forças espanholas aos comandos aliados, e concretamente portugueses, em troca da reciprocidade quando os exercícios e manobras da Aliança se desenvolverem no seu domínio geográfico.

Um novo projecto de directivas gerais foi então elaborado, tendo em linha de conta os esclarecimentos de Lisboa. A estas novas directivas gerais considera-se que os países aliados não ponham nenhuma objecção.

Deste modo poderá ser fixado o modelo de participação espanhola na OTAN, mas ainda será necessário negociar todos os acordos de co-

ordenação entre as forças aliadas e as forças espanholas destinadas ao cumprimento das seis missões que lhe são atribuídas pelo Governo de Espanha no quadro da defesa atlântica.

«DEFENSE NEWS» (EUA), de 3 de Outubro de 1988

A França, a Itália e os Estados Unidos deverão assinar dentro de algumas semanas um «memorandum of understanding» sobre a possibilidade de certos componentes da próxima geração dos sistemas de vigilância do campo de batalha serem estabelecidos em coordenação, segundo informam de Paris algumas fontes ligadas à indústria.

O objecto deste acordo será permitir a circulação, entre as forças armadas dos três países, das informações relativas ao campo de batalha mediante um mesmo sistema de tratamento e comunicação de dados.

Os programas nacionais envolvidos são o CRESO, italiano, que apresenta o sistema de C3, do Exército, o ORQUÍDEA, da França, e o sistema radar conjunto de vigilância e ataque a objectivos (JSTARS), dos Estados Unidos, o qual é uma componente chave do subconceito estratégico da OTAN de ataque às forças do segundo escalão («follow-on-forces attack»).

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 7 de Outubro de 1988

A chuva ácida já envenenou mais de metade dos rios e dos lagos da Europa, alguns dos quais já não têm salvação, de acordo com um relatório elaborado pelos cientistas finlandeses.

As áreas mais afectadas são a Europa Central e os países nórdicos nos quais, em muitos pequenos rios e lagos, a água é tão ácida que já não pode ser utilizada para beber. Mas também existem cursos de água na Europa do Sul, na Polónia, Roménia e Inglaterra que têm um elevado grau de poluição deste tipo.

A reunião efectuada junto de Helsínquia pela Comissão Económica para a Europa, de que fazem parte 35 países membros das Nações Unidas, solicitou àquela Organização a adopção de medidas rigorosas para diminuir a poluição atmosférica, em especial provocada pelas emanações de nitrogénio e de enxofre.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 8 de Outubro de 1988

Com 41 por cento a Espanha coloca-se em oitavo lugar na classificação dos aliados europeus, excepto a Islândia e o Luxemburgo, no que toca à percentagem do material das suas Forças Armadas que é de fabrico americano.

A Turquia encabeça a lista com 89 por cento e, imediatamente à frente da Espanha, situam-se Portugal e Holanda (44 por cento), enquanto que depois se encontra a RFA (33 por cento), Bélgica (32 por cento) e Reino Unido (7 por cento). Para a França, a percentagem é apenas de 1 por cento. A Grécia depende em 78 por cento do material americano, a Dinamarca em 75 por cento, a Noruega em 64 por cento e a Itália em 53 por cento.

Os aliados europeus de Washington parecem inclinados a reforçar a sua cooperação em matéria de produção de armas e equipamentos militares, e alguns são partidários da ampliação do Mercado Único de 1993 à Indústria de Defesa, a fim de tentarem reduzir a sua dependência tecnológica e competir em melhores condições com os Estados Unidos.

O caminho para uma relação transatlântica mais saudável passa pelo estabelecimento de um mercado único de defesa na Europa, segundo informação recente fornecida pelo Ministério da Defesa de Espanha.

*

* *

O investimento que a Espanha terá de efectuar no Avião de Combate Europeu (ACE) será de cerca de 600 000 milhões de pesetas, se mantiver o compromisso de participar com 13 por cento no respectivo programa.

Aquela verba representa o dobro do custo da maior aquisição de armas até agora efectuada pelo Governo espanhol, que despendeu, em 1982, 300 000 milhões com a compra de 72 aviões americanos do programa FACA (Futuro Avião de Combate e Ataque).

O ACE será um aparelho monolugar, bimotor, com o peso de 9,5 ton. A missão ar-ar será a mais importante, mas também terá uma grande capacidade para o cumprimento de missões ar-terra.

De facto, poderá utilizar todo o tipo de armas. Para o combate ar-ar, os mais avançados mísseis de médio e longo alcance e um poderoso canhão. Para missões ar-terra, mísseis antinavio e anti-radar, e bombas guiadas por *laser*.

O avião disporá dos sistemas aviónicos mais avançados. Assim, o piloto poderá seleccionar as funções apenas com a própria voz, sem necessidade de utilizar qualquer botão ou alavanca, e terá as características de «furtivo», isto é, muito difícil de detectar pelos radares adversários, e ainda muitas outras inovações tecnológicas importantes.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 11 de Outubro de 1988

O Governo espanhol investirá com a Defesa, entre 1988 e 1993, um total de 2,78 biliões de pesetas para a modernização das Forças Armadas.

Este total dividir-se-á em 1,32 biliões para investir no material e equipamentos novos, 1,17 biliões em despesas de manutenção, e 289 milhões para investigação e desenvolvimento.

O montante previsto para os próximos seis anos é superior em quase um bilião de pesetas à do último período da mesma duração, que foi de 1,8 biliões.

A verba agora programada destina-se, fundamentalmente, para helicópteros, mísseis antiaéreos, modernização de carros de combate (eliminada que foi a possibilidade de fabricar em Espanha o carro de combate do futuro), financiamento do Grupo de Combate (porta-aéreos, aviões de descolagem vertical e helicópteros AS), aquisição de draga-minas e navios patrulha de alto mar e, ainda, para liquidação dos compromissos com os aviões «F-18», meios de guerra electrónica para os aviões «MIRAGE F-1», mísseis para os aviões «F-18», modernização dos aviões «MIRAGE 3» e para a participação das despesas com o Avião de Combate Europeu.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 12 de Outubro de 1988

«A missão da França não é assegurar a defesa dos outros países da Europa Ocidental, pois essa tarefa compete à Aliança Atlântica», declarou o Presidente da República Francesa, François Mitterrand, num discurso proferido no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, em Paris.

«A vontade da França», disse, «é a continuação solidária com a Aliança Atlântica, sem renunciar à sua autonomia de decisão face ao comando integrado da OTAN.»

Compete «à França e ao seu Presidente apreciar onde se coloca o seu interesse vital, que poderá encontrar-se fora das suas fronteiras».

«A França», afirmou Mitterrand, «estará presente desde o primeiro minuto, com todas as suas forças, incluídas as nucleares, para apoiar e ajudar, por exemplo, a RFA, com a condição de que seja no quadro da Aliança Atlântica.»

Mitterrand também assegurou que a França fará «o possível para dar força ao pilar europeu da Aliança».

E, acrescentou, «Europa sem defesa não existe».

«A dissuasão (nuclear) não foi concebida para ganhar a guerra, apenas para a impedir», declarou, juntando que a França não será atacada se «permanecer acima do limiar da credibilidade».

Mitterrand ainda disse que «as armas nucleares francesas são o começo do processo nuclear», procurando explicar o conceito de advertência única.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 17 de Outubro de 1988

Entre as poucas políticas em que o Vice-Presidente dos Estados Unidos, George Bush, e o senhor Dukakis, estão de acordo, encontra-se o recrutamento para as forças armadas com base no voluntariado.

Os instrutores militares são de opinião que os jovens — homens e mulheres — com os diplomas de ensino secundário, aprendem mais depressa, são mais disciplinados, e têm maiores possibilidades de terminar bem os seus períodos de alistamento.

Segundo informação recente do Pentágono, 97 por cento dos alistados, num total de 1,8 milhões, possuem o ensino secundário completo, enquanto que, na força civil de trabalho, existem apenas 82 por cento com habilitações idênticas.

Além disso, nos últimos anos, a taxa de realistamentos tem vindo a aumentar entre os soldados que têm maior nível escolar, e que são mais habilitados. Pelo contrário, o alistamento tem sido negado àqueles que apresentam menores qualificações.

O efeito combinado destas duas medidas foi o alargamento do conjunto de chefes e técnicos com experiência e bem habilitados.

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

